

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE TECNOLOGIA EM RECURSOS NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS**

TACIANA DE CARVALHO COUTINHO

**HISTÓRIA AMBIENTAL DA CIDADE DOS ÍNDIOS (ETNIA TIKUNA) FRENTE À
URBANIZAÇÃO DA CIDADE DO GOVERNO (MUNICÍPIO DE TABATINGA),
AMAZONAS (1964 – 2017)**

CAMPINA GRANDE - PB

2018

TACIANA DE CARVALHO COUTINHO

**HISTÓRIA AMBIENTAL DA CIDADE DOS ÍNDIOS (ETNIA TIKUNA) FRENTE À
URBANIZAÇÃO DA CIDADE DO GOVERNO (MUNICÍPIO DE TABATINGA),
AMAZONAS (1964 – 2017)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito final para obtenção do título de Doutora em Recursos Naturais.

Área de Concentração: Sociedade e Recursos Naturais.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento, Sustentabilidade e Competitividade.

Orientador: Dr. José Otávio Aguiar.

CAMPINA GRANDE - PB

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFPA

C871h Coutinho, Taciana de Carvalho.
História ambiental da cidade dos índios (etnia Tikuna) frente à urbanização da cidade do governo (município de Tabatinga), Amazonas (1964 - 2017) / Taciana de Carvalho Coutinho. – Campina Grande, 2018.
239 f. : il. color.

Tese (Doutorado em Recursos Naturais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, 2018.
"Orientação: Prof. Dr. José Otávio Aguiar".
Referências.

1. História Ambiental. 2. Etnia Tikuna. 3. Terra Indígena de Umariaçu. 4. Tabatinga. 5. Sociabilidades. I. Aguiar, José Otávio. II. Título.

CDU 504(091)(043)

TACIANA DE CARVALHO COUTINHO

**HISTÓRIA AMBIENTAL DA CIDADE DOS ÍNDIOS (ETNIA TIKUNA) FRENTE À
URBANIZAÇÃO DA CIDADE DO GOVERNO (MUNICÍPIO DE TABATINGA),
AMAZONAS (1964 – 2017)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito final para obtenção do título de Doutora em Recursos Naturais.

Aprovada em: 27/02/2018

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr. **JOSE OTÁVIO AGUIAR**
(CH/RN/UFCG)


Prof. Dr. **CARLOS ANTÔNIO COSTA DOS SANTOS**
(UACA/CTRN/UFCG)


Prof.ª Dr.ª **JUCIENE RICARTE APOLINÁRIO**
(CH/UFCG)


Prof.ª Dr.ª **MÉRCIA BATISTA**
(PPGCS/UFCG)


Prof. Dr. **ESTEVÃO MARTINS PALITOT**
(UFPB)

Todo o caminho trilhado, em especial, dedico a vocês:

Aos ***Tikuna***, da Terra Indígena de Umariáçu, toda a minha admiração por suas lutas e conquistas. “*Nossa história não termina aqui...*”

In Memoriam, ao ***Tikuna Senhor Nino Fernandes*** (07/02/2018), que no dia nacional da luta dos Povos Indígenas, partiu deixando um legado à Etnia Tikuna da Região do Alto Solimões, a sua luta pelo Museu Magüta.

Ao ***Senhor*** da Minha vida, que me conduz na caminhada pelo mundo.

À ***Minha Mãe***, Tânia de Carvalho Coutinho.

À ***Minha Filha***, Maria Clara de Carvalho Trindade.

À ***Minha Irmã***, Daniele de Carvalho Coutinho.

AGRADECIMENTOS

À minha família, minha Mãe, Irmã e Filha, pela dedicação para comigo durante toda essa fase de estudos e aprimoramentos. Eternamente grata às mulheres da minha vida.

Aos Tikuna da Terra Indígena de Umariáçu pelo acolhimento, em especial ao Seu Florentino e Itamar.

Ao Amigo Luís Hermano, companheiro nas diversas horas de conversas e aflições perante os desafios do Curso de Doutorado.

Ao Orientador Dr. José Otávio Aguiar pela disponibilidade.

À Professora Dra. Juciene Cardoso Apolinário pela dedicação em seus apontamentos durante minha qualificação, pesquisa de campo e defesa de Tese.

À Professora Dra. Maria Regina Celestino de Almeida pelas discussões históricas.

Aos Colaboradores durante a pesquisa de campo na Região do Alto Solimões. Em especial: Josilane A. Pinheiro; Leide Maria Leão e Tales Vinicius M. de Araújo.

À Universidade Federal do Amazonas pela oportunidade de conceder meu afastamento para cursar o Doutorado. Em especial, à Shirlane Pantoja da Silva por sua luta e amizade.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM), pelo apoio financeiro.

À Universidade Federal de Campina Grande, na qual tive a honra de conhecer excelentes profissionais do Curso de Pós-Graduação em Recursos Naturais.

À secretária do Programa de Pós-Graduação, Cleide dos Santos. A minha homenagem a esse ser humano que se dedicou por cada aluno do programa. Grata por todo o seu trabalho realizado, em fazer do Curso um ambiente mais leve.

Às amigas do Curso de Doutorado, Ester Luiz de Araújo Granjeiro, Luciana Marques Rocha Ferreira, Maria Josicleide Felipe Guedes e Josemery Araújo Alves, por nossa convivência harmoniosa durante a busca pelo aprimoramento e ampliação de horizontes.

Aos demais amigos da turma de Pós-Graduação em Recursos Naturais do período 2014.

Ao suporte técnico dos amigos e profissionais: Ivanklin Soares Campos Filho (Suporte acadêmico); Manuel Victor Vidal (Processo de transcrição dos depoimentos orais); Marcos Leonardo Ferreira dos Santos (Processo de geoprocessamento); Joilton Pereira Ramalho Vieira (Processo de editoração dos Vídeos) e Paulo Aldemir Delfino Lopes (Processo de revisão).

À equipe técnica da FUNAI Brasília. Por fim, a todos que, de perto ou longe, acompanharam as minhas atividades, o meu muito obrigada.

Uma Bióloga escrevendo sobre os aspectos da história ambiental da Etnia Tikuna. Uma curiosa em aprender sobre os conhecimentos e os ensinamentos vivenciados pelos povos da Região do Alto Solimões. A todos, o meu respeito e gratidão como uma constante aprendiz e professora dos inúmeros alunos Tikuna que transformam os seus conhecimentos em realidade, pensando num futuro melhor para as suas comunidades do Alto Solimões. “A nossa história não termina aqui...” Reinventar as minhas convicções foi fundamental para entender um pouco mais sobre a dinâmica de uma região única, a Amazônia. Obrigada, Pachamama, pelo direito à vida e às inúmeras formas de se viver nesse banzeiro de conhecimentos.

HISTÓRIA AMBIENTAL DA CIDADE DOS ÍNDIOS (ETNIA TIKUNA) FRENTE À URBANIZAÇÃO DA CIDADE DO GOVERNO (MUNICÍPIO DE TABATINGA), AMAZONAS (1964 – 2017)

RESUMO

A etnia Tikuna é a maior população indígena brasileira, distribuída nos países vizinhos, Peru e Colômbia. Do lado brasileiro, ocupa a região do Alto Solimões – Amazonas, os quais vivenciaram vicissitudes socioambientais ao longo da calha do rio Solimões. A vasta distribuição dos Tikuna permitiu novas formas de sociabilidades perante o surgimento de novos municípios nas fronteiras com as comunidades indígenas. A tese teve como objetivo analisar as relações estabelecidas entre a cidade dos Índios (etnia Tikuna) frente à urbanização da cidade do Governo (município de Tabatinga), Amazonas (1964 -2017) historiando o contado de diferentes atores sociais, possibilitando entender a dinâmica das transformações vivida pela Terra Indígena de Umariáçu, desde o processo de territorialização à sua demarcação pelo aparato do Estado. O estudo esboçou as vicissitudes decorrentes dos marcos cronológicos: a abertura da pista de pouso do Aeroporto Internacional de Tabatinga, a criação da Colônia Militar e a abertura da Avenida da Amizade. A urbanização desencadeada pelos planos governamentais do período militar adentrou as regiões de florestas ocupadas pelos povos tradicionais, iniciando, assim, as transformações nos ambientes do maior ecossistema do Mundo, a floresta Amazônica. A urbanização da cidade colocou em pauta o modo de vida de inúmeros indígenas, que visualizou a derrubada de importantes espaços simbólicos e, também, de ecossistemas diversos de árvores, igarapés, diminuindo gradativamente a flora e a fauna. Os recursos naturais foram sendo eliminados para colocar em prática a formação dos centros urbanos emergidos na floresta. Por fim, foi dado voz aos principais protagonistas da Terra Indígena de Umariáçu, os Tikuna, em que saberes e olhares se entrelaçaram para entender a dinâmica dos elementos identitários. Para os Tikuna, o presente e o futuro são os desafios a serem reafirmados e reinventados no contexto socioambiental do século vigente, perante a fragilidade imposta pela urbanização que avança sobre a floresta Amazônica.

Palavras-chave: Etnia Tikuna. Terra Indígena de Umariáçu. História Ambiental. Tabatinga. Sociabilidades.

**ENVIRONMENTAL HISTORY OF THE CITY OF THE INDIANS (TIKUNA
ETHNICITY) AGAINST THE URBANIZATION OF THE CITY OF THE
GOVERNMENT (TABATINGA COUNTY), AMAZONAS (1964 - 2017)**

ABSTRACT

The Tikuna ethnic group is the largest indigenous Brazilian population, distributed in the neighboring countries, Peru and Colombia. On the Brazilian side, it occupies the region of Alto Solimões - Amazonas, which experienced socio-environmental vicissitudes along the Solimões river channel. The vast distribution of the Tikuna allowed new forms of sociability in the face of the emergence of new municipalities on the borders with indigenous communities. The thesis was aimed to analyze the relations established between the city of the Indians (Tikuna ethnic group) and the urbanization of the city of the Government (Tabatinga municipality), Amazonas (1964-2017), telling the story of different social actors, making it possible to understand the dynamics of transformations lived by the Umariáçu Indigenous Land, from the territorialization process to its demarcation by the state apparatus. The study outlined the vicissitudes arising from the chronological milestones: the opening of the airstrip of the Tabatinga International Airport, the creation of the Military Colony and the opening of the Avenida da Amizade. The urbanization unleashed by the government plans of the military period penetrated the forest regions occupied by the traditional peoples, thus initiating the transformations in the environments of the world's largest ecosystem, the Amazonian forest. The urbanization of the city put in question the way of life of countless Indians, who visualized the overthrow of important symbolic spaces and also of diverse ecosystems of trees, streams, gradually diminishing the flora and fauna. Natural resources were being eliminated to put into practice the formation of urban centers emerging in the forest. Finally, a voice was given to the main protagonists of the Umariáçu Indigenous Land, the Tikuna, in which knowledge and looks intertwined to understand the dynamics of the identity elements. For the Tikuna, the present and the future are the challenges to be reaffirmed and reinvented in the socio-environmental context of the current century, given the fragility imposed by the urbanization that advances on the Amazonian forest.

Keywords: Tikuna Ethnicity. Indigenous Land of Umariáçu. Environmental History. Tabatinga. Sociabilities.

HISTORIA AMBIENTAL DE LA CIUDAD DE LOS ÍNDIOS (ETNIA TIKUNA) FRENTE A LA URBANIZACIÓN DE LA CIUDAD DEL GOBIERNO (MUNICIPIO DE TABATINGA), AMAZONAS (1964 - 2017)

RESUMEN

El Grupo de Tikuna grupo es la población más grande de Brasil, distribuida en los vecinos vecinos, Perú y Colombia. En el lado brasileño, se ocupan de la región de Alto Solimões - Amazonas, que se desarrolla socio-vicisitudes hacia el Solimões river channel. La gran distribución de la Tikuna permitió nuevas formas de sociabilidad en la cara de la emergencia de nuevas municipalidades en las fronteras con comunidades indígenas. En el caso de que se trate de una de las más importantes de la historia de la humanidad, la historia de la sociedad civil, es posible que comprenda la dinámica de transformaciones de vida de la Umariáçu Indígena Land, desde el territorio de la territorialización a su demarcación por el estado de llegada. El estudio subrayó las vicisitudes inherentes de los milenales: la apertura de la airstrip del aeropuerto internacional de Tabatinga, la creación de la Colina y la apertura de la Avenida de la Amistad. La urbanización unleashed por los gobiernos de gobierno de los militares de la época ha penetrado las zonas forestales de los pueblos tradicionales, por lo que se inician las transformaciones en los entornos del ecosistema del ecosistema, los bosques del bosque. La urbanización de la ciudad se pone en cuestión de la forma de vida de los indonesios indocumentados, que visualizan el sobrepaso de los símbolos simbólicos y también de diversos ecosistemas de los ácidos, fluye, disminuye la flora y la fauna. Los recursos naturales se han eliminado para poner en práctica la formación de los centros urbanos emergentes en los bosques. En definitiva, la voz se ha dado a los protagonistas principales de la Umariáçu Indígena Land, la Tikuna, en el que se ve y se intertexto para entender la dinámica de los elementos de identidad. Para el Tikuna, el presente y el futuro son los desafíos para reafirmado y reinventarse en el contexto socioeconómico del siglo actual, dada la fragilidad de la urbanización que se basan en los bosques de bosques.

Palabras clave: Etnia Tikuna. Tierra Indígena de Umariáçu. Historia Ambiental. Tabatinga. Sociabilidad.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estado do Amazonas, Alto Solimões, Umariáçu e Tabatinga	39
Figura 2: Delimitação da Terra Indígena de Umariáçu	40
Figura 3: Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru	41
Figura 4: Delimitação do rio Solimões.....	61
Figura 5: Áreas de várzea e terra firme	62
Figura 6: Mapa demográfico da população Tikuna.....	79
Figura 7: Fenômeno de terras caídas, em frente à TI de Umariáçu.....	86
Figura 8: A - Árvores na entrada do território Tikuna. B - Castanheira.....	88
Figura 9: Cemitério no Bairro da COMARA, limite com a TI	93
Figura 10: A - Entrada da TI ao lado da cerca dos militares. B - Antigo posto indígena.	96
Figura 11: A - Divisão da TI de Umariáçu. B - Marco divisório	104
Figura 12: Sede da Associação Missão Ordem Cruzada Católica Apostólica Evangélica	106
Figura 13: A - Distribuição Territorial indígena no Brasil. B - Distribuição territorial das comunidades Tikuna. C - Situação jurídico-administrativa das TI	118
Figura 14: Atlas das Terras Tikuna do Brasil.....	120
Figura 15: Desmatamento da área do quartel ao lado das terras dos Tikuna, processo demarcatório ainda não delimitado, arquivo datado de 1964.....	128
Figura 16: Castanheira, símbolo da história de delimitação territorial de Umariáçu	129
Figura 17: Abertura da pista de pouso do Aeroporto de Tabatinga.....	137
Figura 18: As diferentes fases do Aeroporto de Tabatinga a partir de 1965	144
Figura 19: Abertura da pista de Pouso.....	148
Figura 20: Visão geral da divisão ocasionada pelo Aeroporto na TI de Umariáçu.....	150
Figura 21: Situação Patrimonial do Aeroporto de Tabatinga	153
Figura 22: Delineação dos problemas ambientais decorrentes da cabeceira da pista voltada para o Igarapé Umariáçu.....	157
Figura 23: Cabeceira da pista voltada para o Igarapé.....	158
Figura 24: Dinâmica do Rio Solimões. A. Vazante em 2016. B. Vazante em 2017.....	164
Figura 25: Fenômeno das terras caídas.....	166
Figura 26: Fendas abertas na parte alta, próximas à cabeceira da pista do aeroporto	167
Figura 27: Croqui ambiental dos pontos do fenômeno das terras caídas	168
Figura 28: Estruturas do Forte São Francisco Xavier de Tabatinga.....	170
Figura 29: Comunidade Umariáçu I, espaço para as reuniões (Ngutaquee pata).....	171

Figura 30: Croqui delimitando o espaço interno do aeroporto e as roças dos Tikuna	176
Figura 31: Portão de acesso construído na cerca / muro para a passagem dos Tikuna pela área do aeroporto.....	178
Figura 32: A - Delimitação das áreas de passagens dos Tikuna pela pista de pouso. B - Portão de passagem. C - Percurso entre os portões de passagem	180
Figura 33: Passagem pela pista de pouso do aeroporto	181
Figura 34: A - Operação de retirada das roças; B - Tikuna na roça; C - Roça de macaxeira; D - Família Tikuna reunida; E - Tikuna reunidos para produção; F - Caminhão do Exército descarregando na TI.....	187
Figura 35: A - Operação de retirada das roças; B - Tikuna na roça; C - Roça de macaxeira; D - Quantidade de macaxeira retirada; E - Expressões do Tikuna; F - Caminhão do Exército para retirar a macaxeira da área interna do aeroporto	188
Figura 36: Desmatamento da área do quartel, 1973	196
Figura 37: Vila Militar dos Cabos e Soldados em fase de construção, 1975	198
Figura 38: Estruturação da Colônia Militar	199
Figura 39: Evolução do espaço urbano de Tabatinga.....	201
Figura 40: Militares trabalhando na abertura da Avenida da Amizade.....	204
Figura 41: Marco divisório entre Tabatinga e a cidade de Letícia na Colômbia.....	206
Figura 42: Feira provisória dos Tikuna, na cidade do Governo	209
Figura 43: Tikuna vendendo seus produtos no canteiro central da Avenida da Amizade.....	210
Figura 44: A - Sentido de urbanização da Avenida da Amizade, sentido Tabatinga – Letícia; B - Disposição da avenida dividida pelo canteiro central, local de venda de algumas famílias Tikuna.....	211
Figura 45: Registro documental da abertura da avenida na década de 70.....	213

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CAN – Correio Aéreo Nacional

CEAM – Companhia de Energia do Amazonas

CGTT – Conselho Geral da Tribo Tikuna

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COMARA – Comissão de Aeroportos da Região Amazônica

COSAMA – Companhia de Saneamento do Amazonas

DAS – Diocese do Alto Solimões

FAB – Força Aérea Brasileira

FAPEAM – Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas

FDN – Facção do Norte

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

ISA – Instituto Socioambiental

MINTER – Ministério do Interior

OCCAIE – Ordem Cruzada Católica, Apostólica e Evangélica

OGMITAS – Organização das Mulheres Artesãs Tikuna

OGPTB – Organização Geral dos Professores Tikuna Bilíngue

PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo

PDA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia

PIN – Plano de Integração Nacional

PIT – Posto Indígena Tikuna

PND – Plano de Desenvolvimento Nacional

POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

SEGUM – Segurança Comunitária do Umariçu

SEMA – Secretaria Espacial do Meio Ambiente

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena

SISGEN – Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

SPVEA – Superintendência para Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

TI – Terras Indígenas

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Objetivos.....	24
1.1.1 Objetivo Geral	24
1.1.2 Objetivos Específicos	25
1.2 Justificativa	25
1.3 Metodologia.....	29
1.3.1 Primeira etapa: pesquisa exploratória.....	30
1.3.2 Segunda etapa: Levantamento de dados históricos do município de Tabatinga e dos impactos na história ambiental da Terra Indígena de Umariáçu	31
1.3.3 Terceira etapa: trabalho de campo - oralidade, memórias e história	31
2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	35
2.1 Floresta Amazônica: natureza e sociedade	35
2.2 Alto Solimões.....	36
2.3 Terra Indígena de Umariáçu	37
2.4 Município de Tabatinga	37
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	42
3.1 Etnia Tikuna: condição pluricultural e os diversos olhares sobre os Tikuna na região do Alto Solimões	43
3.2 Tikuna: maior população indígena brasileira	44
3.2.1 Origem Tikuna: Povo Magüta	45
3.2.2 Distribuição territorial dos Tikuna	47
3.2.3 Organização sociocultural	53
3.2.4 Aspectos ambientais do território Tikuna.....	56
3.3 Da etnia Tikuna para a região Amazônica.....	58
3.3.1 Bacia hidrográfica da Amazônia: um sujeito das vicissitudes socioambientais.....	59
3.3.2 Dinâmicas do território da região do Alto Solimões, Amazonas	60
3.3.3 Características gerais da região do Alto Solimões	61
3.3.4 Terra firme e várzea.....	62

3.4 Das políticas de desenvolvimento da região Amazônica à urbanização de Tabatinga	65
3.4.1 Contexto das políticas de desenvolvimento e urbanização	66
4 PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DOS TIKUNA DE UMARIAÇU NA HISTÓRIA DE CONTATOS INTERÉTNICOS	75
4.1 A história de ocupação territorial na região do Alto Solimões	80
4.2 Migração Tikuna para o Posto Indígena de Umariçu	97
4.3 Messianismo e a divisão espacial do Posto Indígena de Umariçu	102
4.4 A demarcação da Terra Indígena e os limites geográficos estabelecendo as diferentes formas de sociabilidades	114
4.4.1 O cenário das demarcações dos territórios indígenas	116
5 TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS NO TERRITÓRIO INDÍGENA A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA PISTA DO AEROPORTO DE TABATINGA – AM	134
5.1 Abertura da pista de pouso: consolidação do Aeroporto Internacional de Tabatinga	135
5.1.1 Histórico da Aeronáutica e Aeroporto Internacional de Tabatinga - AM	142
5.1.2 O Aeroporto e a Terra Indígena dentro do contexto político da região Amazônica	145
5.1.3 Divisão da Terra Indígena de Umariçu e a Barreira física do Aeroporto: as relações conflituosas desse processo	151
5.2 Conflitos pelo direito ao uso do Território Indígena de Umariçu <i>versus</i> Aeroporto de Tabatinga	171
6 O AVANÇO DA URBANIZAÇÃO DA CIDADE DO GOVERNO A PARTIR DA COLÔNIA MILITAR E DA AVENIDA DA AMIZADE	191
6.1 As vicissitudes ambientais da urbanização	192
6.2 Histórico da presença dos Militares na urbanização da cidade do Governo	193
6.2.1 Colônia Militar	195
6.2.2 Avenida da Amizade: o eixo estruturante entre militares e populares	202
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	216
PLANO SUGESTIVO	220
REFERÊNCIAS	221

ANEXOS	229
Anexo 01: Roteiro dos depoimentos orais	229
Anexo 02: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	230
Anexo 03: Lista dos entrevistados.....	232
Anexo 04: Aprovação do Comitê de Ética.....	233
Anexo 05: Capa do Jornal Magüta	234
Anexo 06: Descrição do que o CGTT, pelos Tikuna	235
Anexo 07: Definação do Termo Magüta, no Jornal Magüta, n° 21	236
Anexo 08: Portaria MJ n° 1.112, de 12 de novembro de 1997.....	237
Anexo 09: Registro audiovisual dos Tikuna da Terra Indígena de Umariáçu	238
Anexo 10: Solicitações descritas pelos Tikuna na Reuinão do no Jornal Magüta.....	239

1 INTRODUÇÃO¹

Uma breve caracterização de como tudo começou: Área de estudo: Município Dual – Tabatinga – Alto Solimões – Amazonas. O sentido de Dual expressa o lugar formado por contextos diferentes. Um município que abriga um misto de culturas e tradições advindas da sua própria formação indígena e de fronteira internacional, no contexto dessa tese caracterizou-se como cidade dos Índios *versus* a formação do próprio município de Tabatinga, cidade do Governo.

A constituição desse ambiente culturalmente diverso, pluricultural, palco para inúmeros trabalhos de autores conceituadíssimos, entre eles destaca-se o Curt Nimuendaju, João Pacheco de Oliveira, Roberto Cardoso de Oliveira, Jussara Gruber, Sandra Nascimento Noda e outros. Esses autores permitiram uma análise de um contexto histórico sobre a organização social, política e cultural, com destaque para a organização social e a língua Tikuna, como sendo alguns dos elementos da identidade da etnia estudada. Partindo-se do histórico dos estudos realizados pelos autores apresentou-se o tema da Tese como sendo uma volta ao passado para analisar as conjunturas do presente e do futuro dessa relação da cidade dos Índios (Terra Indígena de Umariáçu) e a cidade do Governo (município de Tabatinga).

O estudo de história ambiental foi construído ao longo de inúmeros discursos sobre as transformações ocorridas no território indígena frente ao processo de urbanização e crescimento do município de Tabatinga. Nesse processo, descreve-se o porquê do crescimento das crises sociais dentro da Terra Indígena e, os demais aspectos importantes do processo histórico da territorialidade dos povos Tikuna.

Entre espaços e territórios que se inter cruzam, sociabilidades se relacionam e configuram alteridades de se viver em fronteiras de mundos, que se modificam em decorrência das ações antrópicas e naturais. Sendo, o Alto Solimões, uma região em constantes transformações, o qual determina o ritmo de vida de várias sociedades adaptadas as mais diversas adversidades de um ambiente totalmente rico e complexo por sua biodiversidade. O estudo referenciou as transformações territoriais em três marcos diferentes na história vivida pela etnia Tikuna: a abertura da pista de pouso do aeroporto de Tabatinga (década de sessenta),

¹ A tese compreende um estudo voltado às referências conceituais, principalmente de pesquisadores amazônicos. Utilizou-se de dados orais para compor o que a pesquisadora (Taciana de Carvalho Coutinho) acredita como um ponto inicial da história ambiental da Etnia Tikuna da Terra Indígena de Umariáçu. Durante o decorrer da escrita da tese, as figuras foram inseridas dentro do próprio texto. Essa escolha permite ao leitor ao mesmo tempo ler e visualizar as figuras que representam um pouco dessa história vivida e não terminada dos Tikuna.

a colônia militar (década de sessenta) e a construção da avenida da amizade (Década de noventa).

Destarte, a Amazônia pode ser apresentada como um grande cenário para as diferentes pesquisas, pois, homem e natureza se entrelaçam como protagonistas das mais diferentes ações de transformações e adaptações nesse ambiente, que por séculos sofreu incursões de inúmeros atores sociais na tentativa de inserir nessa ampla diversidade biológica, social, cultural e histórica um ritmo externo não necessário ao modo de vida dos povos tradicionais desse grande ecossistema: a floresta Amazônica. E, principalmente, ao TEMPO dos Tikuna, que vivem nos diferentes tempos da mãe natureza.

Dando voz aos protagonistas desse estudo, apresentou-se a representatividade de três entrevistados que conduziram através dos seus depoimentos orais um resumo dos assuntos que foram abordados na escrita da presente tese. Em suma, as epígrafes emprestadas pelos entrevistados descreveram, de maneira clara e objetiva, tudo o que foi tratado e construído no decorrer dos estudos com os atores sociais delimitados para o alcance da história ambiental dos Tikuna frente aos objetivos delineados durante a pesquisa.

O QUE É SER TIKUNA²?

“É pessoa como qualquer ser humano,
De carne, sangue e osso, tem vida e alma.
Tem um clã³ para ser respeitado dentro da sua cultura,
Que fala a sua própria língua,
Que transmite uma mensagem através de sua simbologia mística,
Que tem o conhecimento da divindade da natureza mãe”.
(ENTREVISTADO 1, Tikuna/Professor)

CRÔNICAS FRONTEIRIÇAS

“Muitos fatos passam despercebidos e esquecidos numa comunidade,
Seja por falta de registro,
Uma vez que não é escrito,
Certamente estará fadado a desaparecer,
Ou mesmo pela comunicação oral,
Que ao longo dos tempos,
Desapareceram por muitos outros fatores,
Que impedem suas transmissões,
Diante de meios mais atraente,
Que a modernidade oferece”.
(ENTREVISTADO 2, Não Indígena)

COMO VOCÊ VÊ O ÍNDIO DO PASSADO, DO PRESENTE E DO FUTURO

“Eu vejo uma transformação no sentido bom, médio e degenerativo,

² Em toda a escrita da tese, o nome da Etnia Tikuna foi escrito com k, como corrigido pelos próprios Tikuna de Umariáçu durante as atividades de campo. Portanto, em algumas citações, foi respeitada a escrita feita pelos principais estudiosos em escrever com C.

³ Clã/Nação: escrita em Tikuna *naciüã*. Descendência genealógica e que prescreve as regras de casamento.

Porque o indígena que é indígena ele tem o meio que já se acha um pouco mais...
 O degenerativo porque já não tem mais o que tinha antes,
 Se pode mudar,
 Se pode fazer, mas não tem um canto assim,
 Porque dia a dia a gente vai se perdendo, se tirando e se apegando a algumas coisas.
 Então ser indígena e trocar suas coisas, a natureza, os elementos, pra tu ser parecido a outro mundo...
 Então, a comida, a fala...
 Você se perde. Em tudo...”
 (ENTREVISTADO 3, Indígena Colombiano/Professor)

“O cotidiano é energizado na floresta:
 O movimento dos animais, dos peixes e aves; o perfume da terra,
 A direção dos braços do rio, o silêncio dos igarapés; o movimento dos astros e,
 O significado das árvores que se apresentam como ícones para bem viver.
 É esse mesmo conjunto de árvores (*Nainecü*) das mais diversas espécies, conexas,
 Plantadas com a sutil manifestação simbólica, que se harmoniza no círculo do tempo.
 O TEMPO Tikuna assim se expressa: Tempo da enchente e vazante;
 Tempo das praias; Tempo das gaivotas e dos trajaás;
 Tempo das tartarugas ou de viração; Tempo da sorva;
 Tempo das sapotas” (HÜTTNER, 2007, p. 44).

Nas delineações dos entrevistados destacaram-se os contextos que foram descritos e discutidos dentro dos parâmetros metodológicos estabelecidos para o estudo da história oral, ou seja, a partir daquilo que foi construído no trabalho de campo. As epígrafes resumem, dessa maneira, os significados impressos pelos próprios pesquisados: (1) o que é ser Tikuna? (2) a questão da ausência de registros escritos pelos próprios povos tradicionais e, (3) as vicissitudes dos contatos interétnicos do passado, presente e futuro. Por último, citou-se Hütter e a concepção descrita sobre o sentido do Tempo para os Tikuna, o qual descrevo durante os capítulos posteriores, na voz dos entrevistados.

Partindo-se dessas falas, caracterizam-se os elementos da identidade do que é ser Tikuna. Uma etnia repleta de histórias de contatos estabelecidos durante séculos de exploração da principal região que abriga as Terras Indígenas (TI) Tikuna, o Alto Solimões, Amazonas⁴. Dentre os elementos apresentados, realçam-se: a cultura, a língua, os mitos e os elos com a natureza, como sendo fundamentais para as elaborações e reelaborações do povo Tikuna frente às transformações vivenciadas no passado e refletidas no modo de vida do presente.

A relação de dependência entre as situações estabelecidas no âmbito histórico social dos contatos interétnicos dos Tikuna traduziu-se em reflexos nas políticas de territorialização dos Tikuna distribuídos por toda área da região do Alto Solimões. Nessa distribuição ao longo das calhas do rio Solimões, a cidade dos Índios (Terra Indígena de Umariçu, Etnia Tikuna) foi, por várias décadas, um território atrativo para a migração de inúmeros Tikuna, outras etnias e

⁴ Amazonas refere-se ao Estado; Amazônia refere-se a toda a região florestal que abrange outros países.

demais povos tradicionais que encontraram nesse espaço novas sociabilidades e mecanismos de relações com a cidade do Governo (Tabatinga).

A grande migração para o território indígena e fatores advindos dos avanços da urbanização da cidade do governo impuseram, ao longo da história dos Tikuna de Umariáçu, condicionantes sentidas na atualidade e que põem em questão uma crítica ao delineamento do espaço transformado em lugar fixo, que abriga a segunda maior população indígena Tikuna, perdendo apenas para a Terra Indígena de Belém de Solimões.

Nas relações estabelecidas, cita-se o estudo de Alencar (2004, p. 67) descrevendo as populações indígenas do Alto Solimões como controladores de um vasto território, que tinham como principal tarefa a de zelar pelos recursos naturais existentes. Essa fase, marcada na década de 80, projetou os territórios indígenas a lutarem pelas políticas de demarcação dos seus espaços registrados na memória coletiva, frente aos avanços decorrentes das políticas do Estado em fazer o tal “desenvolvimento” do Amazonas por meio de inúmeros programas e projetos de infraestrutura para as cidades da região, que colocou na linha de frente para o crescimento econômico o próprio ecossistema amazônico e sua diversidade biológica.

Conseqüentemente, demarcar os espaços em lugares fixos foi uma estratégia política dos povos indígenas como garantia ao direito de “posse” das suas terras. Sendo um espaço no qual se estabelecem inúmeras relações sociais, conferindo uma significação histórica, as medidas estabelecidas para as terras demarcadas desencadearam o aumento crescente da população indígena e a invasão dos territórios, ocasionando na Terra Indígena de Umariáçu um cenário de conflitos ambientais pela disputa de espaços viáveis para a própria reprodução das atividades dos Tikuna.

As sociabilidades estabelecidas produziram categorias consideradas sintomas dos sistemas de exploração econômica e de dominação política que regionais introduziram sobre os povos indígenas, classificadas por Cardoso de Oliveira (2006, p. 42-43) como áreas de fricção interétnica. Nesse sistema de fricção, apresenta-se um outro ator social, o “caboclo”, ativo nas regiões ocupadas pelos povos indígenas, o qual pode ser caracterizado como Tikuna que olha com os olhos do branco, ou seja, é Tikuna, mas não se reconhece como indígena, sendo considerado o “caboclo”.

A abordagem concerne para as questões discutidas no decorrer da tese sobre as condições de privação social e o preconceito que conduzem os Tikuna a buscarem alternativas fora do seu território e estabelecerem novas relações interétnicas. A exemplo, os casamentos entre índios e não índios gerando condutas diferentes entre os residentes na terra indígena e os

residentes na cidade do governo, traduzindo em perdas do principal elemento da identidade da etnia, a língua Tikuna.

A dinâmica de transformações sociais, ambientais e culturais desencadeou mudanças sobre os elementos da identidade Tikuna. Dessa maneira, o estudo almejou uma construção a partir da memória coletiva de pertencimento ao território e das mudanças ambientais vivenciadas na história dos Tikuna do passado, despertando sobre como o tempo tem permitido as (re)elaborações de estratégias da identidade dos Tikuna do presente e do futuro.

Como apresentado por Pádua (2012, p. 35), as interações entre sistemas sociais e naturais dialogam com as inúmeras questões econômicas, políticas e culturais. Portanto, a pesquisa em história ambiental tende a analisar as contradições de lugares e experiências vividas. Nesse intuito, as contradições pertinentes ao estudo foram a fixação dos Tikuna de Umariáçu em um território delimitado em recursos naturais, diante da exploração vivenciada no passado e sentida no presente. E, como a urbanização da cidade do Governo produziu efeito nas transformações ambientais da cidade dos Índios.

As relações estabelecidas nas sociedades foram marcadas pela ocupação de ambos os territórios e por seu enquadramento no âmbito de uma lógica e de um sentido próprio ao projeto urbanizador da Ditadura e da Nova República. A cidade do governo foi planejada para o crescimento econômico a partir das instituições políticas do sistema de Segurança Nacional da Fronteira⁵ Brasileira, sendo as Forças Armadas, um ator social das mudanças no ambiente natural dos Tikuna do município de Tabatinga.

A partir da ocupação territorial e dos inúmeros projetos voltados para o desenvolvimento da Amazônia Legal⁶, a cidade do governo, durante sua história de formação e crescimento, contribuiu para um cenário de conflitos ambientais decorrentes dos avanços dos militares em urbanizar a floresta. Os principais reflexos desse projeto urbanizador foram sentidos pelos povos tradicionais, a exemplo, os Tikuna. Portanto, o poder do Estado (representado pelos militares), ao atuar na organização espacial do município, refletiu ao longo do tempo em transformações nos diferentes aspectos vivenciados na atualidade pela cidade dos índios.

⁵ A Constituição de 1988 descreve que a faixa de até 150 quilômetros de largura ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território nacional e sua ocupação e utilização será regulamentada por lei.

⁶ A Amazônia Legal compreende a parte brasileira conhecida como Amazônia brasileira ou Região Norte. É formada pelos estados do Amazonas, Acre, Pará, Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins.

Destarte, o processo de urbanização, como apresentado por Carlos (2007, p. 41), produz grandes transformações, criando o fenômeno da concentração-centralização de poder, que permite a extensão da periferia e do tecido urbano. Assim, a autora ressalta que a:

Formação de uma sociedade urbana produz novos padrões de comportamento que obedecem a uma racionalidade inerente ao processo de reprodução das relações sociais, no quadro de constituição da sociedade urbana revelado na prática socioespacial. Ao lado da tendência à homogeneização, caminha progressivamente o processo de fragmentação do espaço e da sociedade (CARLOS, 2007, p. 11).

O discurso de fragmentação do espaço em lugares fixos e homogêneos das sociedades ao longo dos períodos políticos protagonizou avanços das malhas urbanas na floresta Amazônica, conduzindo as sociedades ao crescimento a partir da destruição dos recursos naturais, de uma região complexa em suas dinâmicas naturais. A fauna, a flora e os rios, que compõem a natureza, constituem atores sociais de transformações do próprio ecossistema, produzindo um processo de ressignificação da história dos povos da cidade dos índios e da cidade do governo.

Estabelecendo as relações nesse estudo, evidenciaram-se as reflexões sobre a territorialização, como elemento de afirmação da identidade dos povos indígenas por meio das memórias construídas ao longo da história de vida dos Tikuna de Umariáçu no contexto de redução da terra e dos recursos naturais, a partir das ações de atores sociais que avançaram dentro do discurso estabelecido pelas políticas de desenvolvimento e crescimento econômico da cidade do Governo.

Portanto, os diferentes contatos estabelecidos entre os povos Tikuna e as demais sociedades permitiram transformações socioambientais, que configuraram novas dinâmicas de vivência na atualidade, principalmente por meio da expansão das tecnologias da informação. Tais contatos banalizam o leque de intervenções que o homem em sociedade (seja qual for) imprime ao meio ambiente, transcorrendo em alterações no modo de vida entre o homem e a natureza.

Pádua (2010) descreve a natureza e a humanidade como movimento e transformação, ressaltando que “a natureza se apresenta cada vez mais como algo em permanente construção ao longo do tempo, distante da visão tradicional de uma realidade pronta e acabada, que serviria de referencial estável para a agitação do viver humano” (PÁDUA, 2010, p. 86-88).

É na construção ao longo do tempo, descrita por Pádua, que se historiou as vicissitudes da cidade dos Índios frente às cronologias estabelecidas: (1) Construção do Aeroporto - 1965 (Governo do Marechal Castello Branco), (2) Colônia Militar - 1967 (Governo do Marechal Costa e Silva) e (3) Construção da Avenida da Amizade - 1990 (Governo Fernando Collor).

Historiar as transformações socioambientais dos Tikuna frente às cronologias estabelecidas foi significativa para compreender que a identidade dos Tikuna foi formada e é continuamente transformada a partir das vivências e experiências dos contatos estabelecidos com a modernidade. Jean de Dieu Madangi e Francisco Ortego descreveram sobre a importância do trecho, o *viver do passado*, como meio de justificar as relações sociais e ambientais atuais:

Pensar no passado significa tirar proveito dos acontecimentos úteis que já ocorreram para satisfazer as necessidades do presente ou para as previsões do futuro. Somente desta perspectiva podemos falar de *viver do passado*. E isto é muito diferente de *viver no passado* (MADANGI; ORTEGO, 1995, p. 5).

E, a partir do *viver do passado*, foi construída a história ambiental da etnia Tikuna da Terra Indígena de Umariáçu, tendo como ponto de partida o estudo sobre a territorialização da etnia, os primeiros ocupantes da região do Alto Solimões. O estudo foi realizado a partir da metodologia da história oral e da coleta de dados através do uso de entrevistas semiestruturadas, com o seguinte público-alvo: (1) Representações comunitárias indígenas da Terra Indígena Umariáçu da etnia Tikuna e (2) Representações de sociedades civis.

Diante do exposto, analisa-se que o grau de dependência entre as sociedades indígenas e não indígenas da região originou uma sociedade marcada por urbanidades peculiares decorrentes da caracterização específica da região do Alto Solimões, por estar localizada na maior área de biodiversidade tri fronteiriça (Brasil, Peru e Colômbia), área de diversidade tradicional dos povos indígenas, região de fronteira e, inserida nos programas governamentais como área de segurança militar.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar as relações estabelecidas entre a cidade dos índios (etnia Tikuna) frente à urbanização da cidade do governo (município de Tabatinga), Amazonas, durante o período de 1964 a 2017.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Construir um estudo dos diferentes aspectos do processo de territorialização da cidade dos Índios e da cidade do Governo;
- Abordar os três momentos de transformações espaciais (construção do aeroporto, colônia militar e construção da avenida da amizade) para a cidade dos Índios e para a cidade do Governo, no contexto político de desenvolvimento econômico do Amazonas;
- Delimitar as influências desse processo ambiental, social e histórico sobre as elaborações e reelaborações da identidade Tikuna;
- Elaborar um plano sugestivo para políticas estatais menos impactantes sobre a comunidade em estudo nos aspectos econômico, cultural e ambiental.

1.2 Justificativa

A região Amazônica foi, por vários séculos, analisada à luz de metáforas, biologismos e utopismos que configuraram ideias acerca da Amazônia como palco de um imenso patrimônio de diversidade biológica, inferno verde, paraíso celestial, pulmão do mundo, salvação do mundo e outros, destacando a natureza como centro do debate em detrimento do humano.

Outro equívoco ocorreu e ainda ocorre nos escritos sobre as etnias, que foram, por muito tempo, consideradas como preguiçosas, bravas, ingênuas e intocáveis. Isso gerou estigmas que se conservam e que condicionam o pensar sobre o povo amazônico como incapaz, o que é próprio de uma visão eurocêntrica e colonizadora que mascara, impossibilita e cria neologismos e realidades inexistentes para fins de exploração.

Assim, o processo civilizatório-exploratório fadava a sociedade indígena à extinção. No entanto, com toda a violência infligida pelas Coroas Espanhola e Portuguesa, as etnias sobreviveram e, atualmente, apresentam crescente aumento em seu contingente. Um exemplo é a etnia Tikuna, que apresenta no território amazônico brasileiro aproximadamente 46.000 indivíduos distribuídos no Alto Solimões.

Deste modo, os Tikuna possuem um histórico de luta por sua cultura, desde o domínio da língua e organização de uma educação que valoriza os modos próprios de aprendizagem a partir da interculturalidade e bilinguismo, até ações comunitárias para afirmação da sua identidade étnica. Portanto, a identidade é dimensão fundamental para a etnicidade Tikuna. Nesse contexto, a etnicidade, como descrito por Pignatelli:

Diz respeito a uma categoria genérica que envolve fronteiras, traços, comunidades, culturas, conflito, aculturação, assimilação ou qualquer outro processo de mudança sociocultural entre grupos étnicos. Grupo étnico é então um grupo de pessoas que partilham uma identidade coletiva duradoura e distinta, baseada em traços culturais comuns, tais como a etnicidade, linguagem, religião ou raça e a sua percepção de uma herança comum, experiências partilhadas, ligação a um território comum e muitas vezes a um destino comum (mítico ou não) (PIGNATELLI, 2010, p. 67).

Atualmente, nas trocas culturais há uma dicotomia em relação à Amazônia. A região é vista por muitos como sendo um fator de esperança para parte da humanidade, mas também é uma preocupação pela crescente ameaça da exploração predatória dos recursos naturais e perda dos conhecimentos tradicionais relativos às atividades realizadas pelos povos indígenas, que tiveram e têm a floresta como aliada para a sua sobrevivência, explorando-a de maneira sustentável para o uso das necessidades básicas. Um discurso bem comum das etnias é a não dissociação da natureza e do homem, ambos caminham juntos na integração e nas relações estabelecidas na vida da floresta, constituem-se em agentes vivos e integrantes da natureza.

Portanto, as dinâmicas de ambas as culturas foram, ao longo do tempo, influenciadas pelas intensas trocas de serviços e de necessidades. Na atualidade, o município de Tabatinga apresenta-se cercado de culturas, povos e problemas socioambientais originários principalmente da localização geográfica. O município faz fronteira com a Colômbia e com o Peru, e, em ambos os países, a etnia Tikuna também se faz presente, tendo cada uma sua identidade étnica própria, mas mantendo viva a história de um povo que luta cada vez mais para assegurar a permanência identitária e as reafirmações de suas relações com a natureza.

Nos estudos históricos, o modo de vida dos indígenas foi marcado pelo trabalho para satisfazer às necessidades imediatas da comunidade, pois a sazonalidade dos produtos extraídos da floresta ocorria de acordo com as variações do clima. Na Amazônia, portanto, as fortes relações ambientais dos povos indígenas estão diretamente conectadas aos ciclos da natureza e às variações das estações do ano (Vazante/seca – Cheia/Inundação). Essa relação influencia diretamente o modo de vida da cidade do governo, pois grande parte da alimentação básica é produzida e vendida pelos povos da etnia Tikuna à sociedade de Tabatinga.

O estudo possibilitou realizar um importante passo na construção da história contada pelos próprios atores sociais envolvidos nas trocas culturais das sociedades em estudo. Tendo como principal impacto o levantamento de dados orais da etnia Tikuna no âmbito dos aspectos ambientais, sociais, econômicos, culturais e políticos. O estudo, portanto, viabilizou a construção da história ambiental da etnia Tikuna, da Terra Indígena de Umariçu e suas interligações com a cidade do governo.

Dentro do contexto, buscou-se enfatizar algumas tensões sobre as relações estabelecidas entre a cidade dos índios e a cidade do governo frente à urbanização de Tabatinga, a partir das cronologias estabelecidas:

(I) Quais os impactos ambientais, sociais, econômicos, culturais e políticos para a Terra Indígena em estudo a partir da urbanização pensada para a melhoria da população da cidade do governo, em especial para os militares?

(II) Diante dessas transformações, como os Tikuna, ao longo desse tempo (1964 – 2017), conseguiram estabelecer suas atividades econômicas a partir das mudanças ambientais ocasionadas ao longo da história das cronologias delineadas nos capítulos seguintes?

(III) Ou, como as trocas culturais possibilitaram o distanciamento da etnia Tikuna das suas atividades extrativistas? E, conseqüentemente, ocasionaram uma maior vinculação aos bens e serviços da cidade do governo? Como determinaram as suas necessidades materiais sem perder os valores culturais existentes no padrão da sociedade do “ter”?

(IV) E, como pensar em uma comunidade sustentável diante dos marcos cronológicos ocorridos no passado e sentidos na atualidade pela sociedade Tikuna?

Diante do exposto, as problematizações da pesquisa foram respondidas através das tensões e objetivos descritos e organizados em capítulos. A tese foi construída seguindo a ordem das discussões dos dados obtidos nas atividades da pesquisa de campo, estruturada em capítulos, assim delineados:

Capítulo I - Introdução, Objetivos, Justificativa e Metodologia: O capítulo apresentou uma síntese da proposta inicial do projeto de tese, caracterizando o contexto da cidade dos índios e a cidade do governo, e a importância do estudo para entender a dinâmica vivida pelos povos Tikuna na região do Alto Solimões. A pesquisa foi trilhada a partir dos relatos orais com dois grupos alvos detalhados na metodologia.

Capítulo II - Caracterização das Áreas de Estudo: Uma síntese sobre a localização das áreas que foram estudadas. Destacando-se a região da tríplice fronteira (Brasil – Peru – Colômbia). A pesquisa teve como principal local estudado a Terra Indígena de Umariáçu e o município de Tabatinga, Amazonas.

Capítulo III - Revisão de literatura: No capítulo de revisão buscou-se conectar os diversos olhares de estudiosos sobre a etnia Tikuna e as relações estabelecidas entre a urbanização e as vicissitudes ambientais dentro do contexto político da região Amazônica.

Capítulo IV - Processo de territorialização dos Tikuna de Umariáçu na história de contatos interétnicos: em suma, o capítulo se reportou a descrever como ocorreu o processo de territorialização dos Tikuna e o papel determinante da religião na divisão das comunidades em

Umariáçu I e Umariáçu II. Descreveu-se sobre a organização dos Tikuna perante o avanço militar em suas terras e a importância do processo demarcatório que possibilitou a garantia de suas terras, porém não estabeleceu condições socioambientais necessárias para os Tikuna no futuro. Nesse capítulo foi realizado um recorte temporal histórico para descrever os primeiros contatos com os missionários até a década de noventa (século XX), período referente ao processo de demarcação da terra em estudo.

Capítulo V - Transformações ambientais na Terra Indígena a partir da construção do aeroporto de Tabatinga – AM: o capítulo apresentou o histórico das transformações do aeroporto de Tabatinga e, como toda essa estruturação física iniciada na década de sessenta (século XX) influenciou na redução das terras indígenas e na produção agrícola dos Tikuna na atualidade (século XXI). Referiu-se às transformações ocasionadas pelo fenômeno das terras caídas, ação das cheias e vazantes na margem esquerda do rio Solimões. Assim, delimitou-se o rio como um sujeito vivo do processo de redução das áreas de várzea da Terra Indígena de Umariáçu.

Capítulo VI - As vicissitudes ambientais da urbanização da cidade do governo, a partir da Colônia Militar e Avenida da Amizade: o capítulo apresentou os dois outros marcos históricos que diretamente influenciaram nas transformações socioambientais da cidade dos índios. Remeteu-se às questões da derrubada de grandes áreas florestais para estabelecer a Colônia Militar e a abertura da Avenida da Amizade interligando os militares à fronteira com a cidade de Letícia na Colômbia. O estabelecimento desses marcos influenciou diretamente os Tikuna que viram ao longo dessa história a floresta sendo transformada em concreto, em prol exclusivamente do fortalecimento dos militares na área de fronteira. E,

Considerações Finais e um Plano sugestivo de políticas voltadas à Terra Indígena de Umariáçu.

O estudo realizado compreende uma história, acima de tudo, contada por seus próprios protagonistas. O foco central foi problematizar o que ocorreu no passado, dando ênfase, como ponto de partida para escrever a história ambiental dos Tikuna, à construção da pista de pouso (Aeroporto Internacional de Tabatinga), obra pensada para o crescimento e desenvolvimento da região do Alto Solimões e aproximação com a capital, Manaus.

Porém, o questionamento sobre a construção do aeroporto levanta posicionamentos acerca, principalmente, das alterações ambientais sofridas pela Terra Indígena de Umariáçu, que teve seu território inicialmente dividido pela pista de pouso. Nessa conjuntura, os Tikuna passaram, ao longo da sua história, por adaptações e mudanças no ambiente do trabalho de roça, caça e coleta após a barreira física (aeroporto) construída em seu território.

Problematizou-se, a implantação da Colônia Militar e as ações do Exército no contexto das transformações ocorridas na cidade do governo. E, por fim, o terceiro momento foi a construção da Avenida da Amizade, que iniciou-se na área militar e estendeu-se por todo o município de Tabatinga até a divisa com a cidade de Letícia, na Colômbia. A partir da construção realizada pelos militares, a Avenida da Amizade proporcionou o crescimento horizontal do município de Tabatinga e o deslocamento da população do “beiradão⁷” para regiões de terras mais firmes. Toda essa dinâmica de crescimento da cidade do Governo possibilita, na atualidade, uma pressão por disputas de espaço com a Terra Indígena de Umariáçu.

No contexto descrito, observa-se que a urbanização de Tabatinga tem uma ligação direta com a história ambiental da Terra Indígena de Umariáçu, pois as referidas cronologias foram determinantes para transformações e possíveis consequências (positivas ou negativas) na vida de indivíduos portadores de saber, estilo de vida e cultura diferentes dos costumes das populações residentes nas proximidades da comunidade em estudo.

Diante do exposto, a vida dos Tikuna de Umariáçu apresenta-se vinculada ao crescimento do município de Tabatinga, o qual tem sido determinante para o estabelecimento das relações de trocas na comunidade, apesar das consequências serem crescentes no modo de vida da etnia. Portanto, o presente estudo buscou reescrever os processos de transformações que possibilitaram a construção da história ambiental dos Tikuna de Umariáçu e, assim, repensar as questões pertinentes à identidade étnica dos Tikuna e suas reafirmações enquanto um povo culturalmente rico nas relações com a mãe natureza.

1.3 Metodologia

A pesquisa caracterizou-se, nos princípios da interdisciplinaridade, como método para compreender e restabelecer as relações sociedade-natureza. Dialogando com Leff (2000, p. 33), “A interdisciplinaridade tem sido definida como uma estratégia que busca a união de diferentes disciplinas para tratar um problema comum”. Portanto, durante a investigação foi estabelecido um diálogo entre a História Ambiental e outras áreas do conhecimento, a exemplo da Biologia, Sociologia, História, Antropologia para a produção de um estudo na área de Recursos Naturais.

Para a realização da pesquisa, os procedimentos metodológicos foram divididos em três etapas, como descritos abaixo:

⁷ ‘Beiradão’: termo utilizado pelos regionais para designar leito do rio. O desenvolvimento das cidades e/ou comunidades da região do Alto Solimões ocorrem a partir do sentido rio – continente.

1.3.1 Primeira etapa: pesquisa exploratória

A compreensão sobre as relações da etnia Tikuna frente ao processo de urbanização do município de Tabatinga podem ser ressignificadas a partir de estudos sobre a história ambiental, como também os possíveis impactos dessas transformações vivenciadas pela população da etnia Tikuna *versus* população do município de Tabatinga.

A pesquisa exploratória foi realizada por meio de encontros com dois grupos ligados ao objeto de estudo (etnia Tikuna da Terra Indígena de Umariáçu). Os grupos serão denominados de: (1) **Representações indígenas da etnia Tikuna** e (2) **Representações de sociedades civis**.

Para o **primeiro grupo**, foram alvo do objeto da pesquisa exploratória:

(A) **Cacique**: líder da aldeia, por hierarquia ou hegemonia social;

(B) **Anciões de notório saber tradicional**: reconhecidos como entes responsáveis pela ordem social e pela transmissão dos conhecimentos relacionados às regras de relações sociais e dos costumes;

(C) **Grupos de mulheres**: associadas às tradições do artesanato e das cerimônias festivas.

Para o **segundo grupo**, foram alvo do objeto da pesquisa exploratória as seguintes representações:

(A) **Diocese do Alto Solimões – DAS**: atuam na implantação de atividades sociais, econômicas e políticas através da condução de várias iniciativas de organização social, pequenos projetos de produção agrícola e agroindustrial, piscicultura e distribuição de mudas;

(B) **Pesquisadores da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - Benjamin Constant, e da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) - Tabatinga**: professores e pesquisadores das áreas da Antropologia, Sociologia, Geografia, Biologia, Pedagogia, História entre outras;

(C) **Representantes das três Forças Armadas** (Exército, Marinha e a Aeronáutica);

(D) **Fundação Nacional do Índio (FUNAI)**.

A pesquisa exploratória, conforme sugere Mattar (1999), foi necessária para analisar preliminarmente quais podem ser os limites e as possibilidades para o desenvolvimento da investigação sobre as transformações ambientais, econômicas, sociais e culturais ocorridas no decorrer da urbanização de Tabatinga, nas atividades realizadas pela Terra Indígena de Umariáçu.

Para atender a essa etapa da investigação exploratória, a observação foi utilizada como instrumento de pesquisa, com a finalidade de conhecer aspectos gerais da realidade social e ambiental da comunidade para a preparação dos roteiros das entrevistas.

1.3.2 Segunda etapa: Levantamento de dados históricos do município de Tabatinga e dos impactos na história ambiental da Terra Indígena de Umariáçu

A segunda etapa da investigação consistiu de uma pesquisa documental e bibliográfica sobre a urbanização de Tabatinga e como essas transformações possibilitaram mudanças no modo de vida dos Tikuna. Relatos e documentos que discorrem sobre o município e a comunidade constituíram-se como fontes primárias para esta segunda fase da pesquisa. Também livros, artigos de jornais, além de periódicos científicos, que discorressem sobre a mesma temática foram fontes para a complementação da segunda parte do trabalho.

Nessa etapa, foi construída uma análise sobre as principais mudanças ocorridas em Tabatinga e que refletiram diretamente no modo de vida da Terra Indígena de Umariáçu. A análise também abrangeu como a etnia Tikuna conseguiu, ao longo do tempo, estabelecer aspectos que revelaram as afirmações da identidade étnica perante todas as transformações implementadas no contexto regional. O recorte temporal (1964 – 2017) foi o período necessário para analisar as transformações da história ambiental dos Tikuna frente à urbanização de Tabatinga.

1.3.3 Terceira etapa: trabalho de campo - oralidade, memórias e história

As entrevistas foram realizadas com os grupos delimitados na primeira etapa da pesquisa exploratória. O objetivo dessa etapa foi o de obter informações, versões e impressões acerca das principais transformações ocorridas na terra indígena em estudo e, assim, traçou-se a história ambiental dos Tikuna.

Para historiar os diferentes aspectos dos Tikuna frente à urbanização de Tabatinga, foram obtidos depoimentos por meio de procedimentos metodológicos da história oral, que, de acordo com Freitas (2002, p. 97), é um método de pesquisa no qual utiliza-se a entrevista e outros procedimentos articulares para o registro de narrativas da experiência humana. O método da história oral possibilitou o registro das reminiscências das memórias individuais, a reinterpretção do passado, enfim, uma história alternativa à história oficial.

Cassab e Ruscheinsky (2004, p. 8) descreveram que, como metodologia de pesquisa, a história oral se ocupa em conhecer e aprofundar aspectos sobre determinada realidade como os padrões culturais, as estruturas sociais, os processos históricos ou os laços do cotidiano, o que permite recuperar, ou trazer à luz, imagens do passado e do presente.

Para Oliveira (1997, p. 3), a história oral “oportuniza ao povo que se movimenta e fale por si mesmo. É a oralidade assumindo e conferindo ao sujeito o seu direito e seu papel de centralidade no ato de narrar uma história (...)”. Ou seja, através da metodologia da história oral, os indivíduos pesquisados puderam ser escutados, permitindo a construção de registros para análises futuras sobre suas tradições, especificamente sobre as mudanças ocorridas nos aspectos ambientais, sociais, econômicos, culturais e políticos.

Dentro do contexto de definição de pesquisa em história oral, a mesma pode servir como opção para se pesquisar qualitativamente. Martins (2004, p. 286) descreveu a pesquisa qualitativa como sendo aquela que privilegia a análise de microprocessos através do estudo das ações sociais, individuais e grupais, realizando um exame intensivo de dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise.

O fazer metodológico da história oral consiste na interpretação e análise dos resultados obtidos por meio da realização de entrevistas, ou seja, através de uma conversa entre narrador e pesquisador. Bicudo (2006) destaca que a utilização desse instrumento de pesquisa requer um planejamento prévio e manutenção do componente ético, que vai da escolha do participante, do entrevistador, do local, do modo ou mesmo do momento para sua realização.

A coleta de dados orais por meio de entrevistas permitiu, de acordo com Dermartini (1992, p. 47), “a padronização dos relatos, mas a riqueza que cada entrevistado tem a contar – riquezas que não se traduz na extensão das falas, mas às vezes na citação de um fato desconhecido, na descrição de um fato corriqueiro”.

Nesse sentido, como descrito por Cassab & Ruscheinsky (2004, p.13), a tarefa fundamental do pesquisador consiste em realizar, desde a elaboração dos primeiros manuscritos, uma crítica interna e externa, concomitante à realização das entrevistas, impedindo que no conteúdo dos depoimentos ocorram falhas, excessos e incorreções.

Diante da importância da entrevista como instrumento de pesquisa na metodologia da história oral, os dados nesta etapa foram coletados por meio do uso de um gravador digital, utilizando o procedimento de coleta de informações na modalidade de história oral temática, na qual a entrevista tem caráter temático e foi realizada com um grupo de pessoas sobre um assunto específico.

A história oral temática também possibilitou a utilização de informações originadas em documentos escritos e/ou de evidenciar o que ainda não foi efetivamente documentado. Após a realização das entrevistas, as gravações obtidas foram transcritas na íntegra.

A transcrição das entrevistas (fichamento dos relatos) foi utilizada para a realização de análises e comparações entre si e com documentos escritos, para melhor interpretação e entendimento do problema estudado. Durante a realização do estudo foi utilizada a dialética entre os dois tipos de registros – o escrito e o oral, no intuito de estabelecer uma ligação entre uma informação particular e o contexto geral a ser estudado.

A composição amostral da pesquisa foi escolhida intencionalmente pelo pesquisador, levando-se em consideração o alcance dos objetivos a serem cumpridos na pesquisa, pois, como descrito por Alberti (2000, p. 172), nesse tipo de pesquisa não é possível definir o número de pessoas que participaram das entrevistas, já que o pesquisador deve se preocupar com a qualidade e não com a quantidade de entrevistas realizadas. É importante ressaltar que nessa etapa o entrevistado fica livre para narrar o que quiser, sendo papel do entrevistador observar quando foi necessário aprofundar elementos relevantes para responder aos objetivos do estudo.

O tema norteador das entrevistas (Anexo 01) foi a história ambiental da etnia Tikuna frente ao processo de urbanização de Tabatinga, a partir das cronologias delimitadas para o estudo: (1) Construção do Aeroporto, (2) Colônia Militar e (3) Construção da Avenida da Amizade. Após a realização da primeira fase da pesquisa, que foi a de exploração, os roteiros das entrevistas contendo questões semiestruturadas foram elaborados e aplicados aos Tikuna e aos demais participantes, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo 02), os quais foram documentos não revelados para garantir toda a privacidade e direitos dos entrevistados (Anexo 03). O mesmo termo também foi assinado após todo o processo de transcrição dos depoimentos orais, tendo sido lida e realizada uma pré-apresentação da tese na Terra Indígena de Umariáçu. A pré-apresentação da tese permitiu dar voz aos próprios Tikuna, que puderam fazer suas interferências e correções sobre o estudo realizado.

Portanto, a relação do passado e do presente da história ambiental da Terra Indígena em estudo, através da aplicabilidade da história oral, permitiu a realização de um levantamento do que era e como está a comunidade no decorrer do recorte temporal estabelecido, permitindo detectar quais foram os principais impactos sentidos pela etnia Tikuna e quais são as possíveis ações para afirmação da identidade étnica dos povos Tikuna frente às transformações vivenciadas ao longo da história da Terra Indígena de Umariáçu. Diante de todo o estudo realizado, por fim, a ideia foi desenhar um plano sugestivo para políticas estatais nos aspectos ambiental, social, econômico e cultural.

O contato com a Terra Indígena teve início no ano de 2013, durante a elaboração da proposta do projeto de tese do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande. A primeira etapa da pesquisa exploratória teve início em 2016, com o intuito de realizar as observações e anotações sobre o tema a ser pesquisado. Em paralelo à primeira etapa, as demais foram realizadas, tendo a conclusão das pesquisas de campo efetivada no ano de 2018. Todo o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética, com inscrição na Plataforma de número: CAAE 65019316.0.0000.5182 (Anexo 04). A tramitação também ocorreu na FUNAI, CNPq e SisGen.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo, em termos de natureza, ambiente e sociedade, parte do contexto geral da região Amazônica para o público-alvo pesquisado, os Tikuna da Terra Indígena de Umariçu, localizada na região do Alto Solimões, município de Tabatinga, Amazonas. Para melhor compreensão da área estudada, a figura 1 detalhou a visualização geral do território da Amazônia brasileira para a área de estudo, a Terra Indígena de Umariçu.

2.1 Floresta Amazônica: natureza e sociedade

A Amazônia, ao ser estudada, exige incursões em diferentes áreas de estudo, sendo, portanto, uma incursão interdisciplinar de cultura, sociedade e natureza para entender todo o contexto de sua multiculturalidade e diversidade socioambiental. Como bem apresentado por Silva (2012, p. 21), a divisão do território entre Espanhóis e Portugueses não impediu de dividir povos e culturas. Fatos historicamente expressos pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494, que conduziu a uma série de transformações e intervenções dos “ditos colonizadores europeus”.

Freitas (2005, p. 25) fez uma apresentação, em termos de exuberância e diversidade natural, caracterizando a Amazônia como uma região sul-americana com condições climáticas caracterizadas por “altas temperaturas, umidade e precipitação pluviométrica, e que abrange parte do Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa, totalizando cerca de 6,5 milhões de Km²”.

Ressalta-se, dentre os estudos sobre a floresta Amazônica e a região do Amazonas, os trabalhos descrito por Théry (2005, p.45) sobre a Amazônia brasileira, o qual aponta que esta representa 62% do total, os 38% restantes pertencem a oito países vizinhos. Hüttner (2007) destacou que os povos indígenas são ocupantes desse que é o maior Estado do Brasil.

Em termos gerais, Tavares (2011, p. 107) faz uma caracterização da Amazônia a partir de vários conceitos. O conceito político administrativo refere-se à região Norte; o conceito econômico refere-se à Amazônia Legal e, o conceito de Pan-Amazônia refere-se à Amazônia Sul-Americana, que integra parte do território dos países vizinhos da Amazônia brasileira.

Nesse contexto inicial de caracterização dessa ampla região de estudo, Freitas (2005, p.25) reporta-se sobre a sociodiversidade e biodiversidade mundial, descrevendo as grandezas em termos de potencialidades da floresta amazônica. Portanto, a descrição de uma parte dessa imensa floresta, a região do Alto Solimões, foi o alvo desse estudo, por conter características interessantes aos desafios na história contemporânea dos povos indígenas da região.

2.2 Alto Solimões

A mesorregião está localizada no sudoeste da Amazônia, que, de acordo com Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), compõe-se estruturalmente:

De nove municípios, sendo sete deles oriundos, em sua totalidade, da primeira sub-região chamada de Região do Alto Solimões (Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins) e os outros dois Municípios (Fonte Boa e Jutai) pertencem à segunda sub-região, denominada de Região do Triângulo Jutai – Solimões – Juruá. Todos os nove Municípios da Mesorregião do Alto Solimões fazem parte da chamada “Faixa de Fronteira”, com 150 Km de largura, paralela à linha divisória terrestre do Território Nacional, na Calha do Solimões, na Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru (PTDRS, 2011, p. 5).

O Alto Solimões é formado apenas pela primeira sub-região da mesorregião da Amazônia, apresentando nove municípios que compõem a microrregião do Alto Solimões. O interesse pelo Alto Solimões perpassa por diferentes condições socioambientais, o qual permitiu avaliar de maneira contundente a relevância das ações humanas que podem gerar conflitos na atualidade.

A microrregião do Alto Solimões é representada ecossistematicamente como sendo constituída:

Por uma planície com matas e florestas em terrenos com solos nos espaços terrestres, e por rios, igarapés, igapós e lagos nos espaços aquáticos. As margens dos espaços aquáticos ou ‘anfíbios’, regionalmente conhecidos como ‘beiras’, ‘barrancos’, ‘beiradões de terra firme’ e várzeas, formam domínios paisagísticos característicos. Os de várzea são conhecidos como várzea alta e várzea baixa, sendo que, no primeiro, predominam tipos de várzea da Unidade de Bancos e Meandros Atuais, cuja paisagem é dominada por restingas maiores e mais altas, onde há porções de terra contínua maiores, o que pode caracterizar uma ‘beira’ ou um “beiradão”. Nos de várzea baixa, predominam os tipos da unidade de Depósitos de Inundação. As ‘beiras’ ou ‘beiradões’ são unidades com características semelhantes à faixa de bancos e meandros atuais, mas foram formadas em uma fase anterior (NODA et al, 2012, p. 399).

Essa diversidade ecossistêmica faz da região do Alto Solimões uma área com dinâmicas socioambientais diversas, que permite reflexões sobre as riquezas da natureza e, ao mesmo tempo, a fragilidade quando se expõe a floresta ao processo de desmatamento. Todo o contexto de conservação dessa área que compõe a microrregião do Alto Solimões aponta que ela foi, por muito tempo, protegida pelas ações dos indígenas que mantinham a harmonia com a floresta. Com o decorrer do tempo e consolidação dos espaços urbanos, as ilhas urbanas na floresta amazônica fizeram emergir um novo contexto socioambiental. Essa discussão emergente da

atualidade é a de como será o futuro dos territórios hoje ocupados pelos povos tradicionais da região frente aos avanços citadinos.

2.3 Terra Indígena de Umariáçu

De acordo com os dados do Atlas das Terras Tikuna, do projeto de Oliveira Filho (1998, p. 20), a atual Terra Indígena de Umariáçu (Figura 2) foi o único posto indígena existente no Alto Solimões durante o período de atuação do SPI (Serviço de Proteção ao Índio). A área foi de uma antiga fazenda da Propriedade de J. Mendes, comprada aos herdeiros pelo SPI, por volta de 1945. Após a criação do posto, este foi mais tarde transferido para fora da área indígena, no município de Tabatinga. É, a partir da atuação do SPI, que a ação do Governo Federal se faz presente, de fato, no Alto Solimões e que reconhece, em 1945, a primeira reserva indígena Tikuna no Alto Solimões, a atual TI Tikúna de Umariáçu.

Como descrito por Euzébio (2011), na região estão situadas diversas áreas protegidas, representadas por Unidades de Conservação de Proteção Integral administradas pelo Governo Federal e Estadual e abriga 26 áreas de terras indígenas de diversas etnias⁸, totalizando mais de nove milhões de hectares. Nessa notável complexidade socioambiental, destacam-se onze dos sessenta e seis grupos étnicos do estado do Amazonas, sendo os mais expressivos: Tikuna, Kokama, Marubo, Matsé, Kaixana e Kanamari.

2.4 Município de Tabatinga

O município de Tabatinga localiza-se na microrregião do Alto Solimões, na Tríplice Fronteira do Brasil, Peru e Colômbia. Os limites territoriais fronteiriços são: barreira imaginária da Avenida da Amizade (Tabatinga-Brasil) e a Avenida Internacional (Letícia-Colômbia) e barreira física do Rio Solimões (Tabatinga-Brasil e Santa Rosa-Peru) (Figura 3).

Na composição da microrregião, destaca-se o município de Tabatinga. De acordo com a Secretária de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN), o seguinte contexto histórico é apresentado:

⁸ Etnia deriva do grego *ethnos*, que significa povo ou nação e refere-se a um grupo com algum grau de coerência e solidariedade, composto por indivíduos com uma consciência, pelo menos latente, de terem uma origem e interesses comuns. Logo, um grupo étnico não é um mero agregado de pessoas ou um setor de uma população, mas um conjunto de indivíduos com autoconsciência de si próprios e unidos ou intimamente relacionados por experiências comuns (PIGNATELLI, 2010, p. 67).

Em meados do século XVII registra-se a existência, junto à foz do rio Solimões, de uma aldeia fundada pelos jesuítas. Em 1755 a sede da capitania é instalada nessa aldeia denominada de Aldeia do Javari. A cidade de Tabatinga deriva do povoado de São Francisco Xavier de Tabatinga, fundada em 1766 por Fernando da Costa Ataíde, que para ali transferiu um destacamento militar do Javari (mais ao sul, na fronteira Brasil-Peru), estabelecendo um posto de guarda de fronteiras entre domínios do Reino de Portugal e da Espanha, tendo em vista tratar-se de região fronteira à Colômbia e ao Peru (CARLOS NETO; PIMENTEL, 2009;2012).

E,

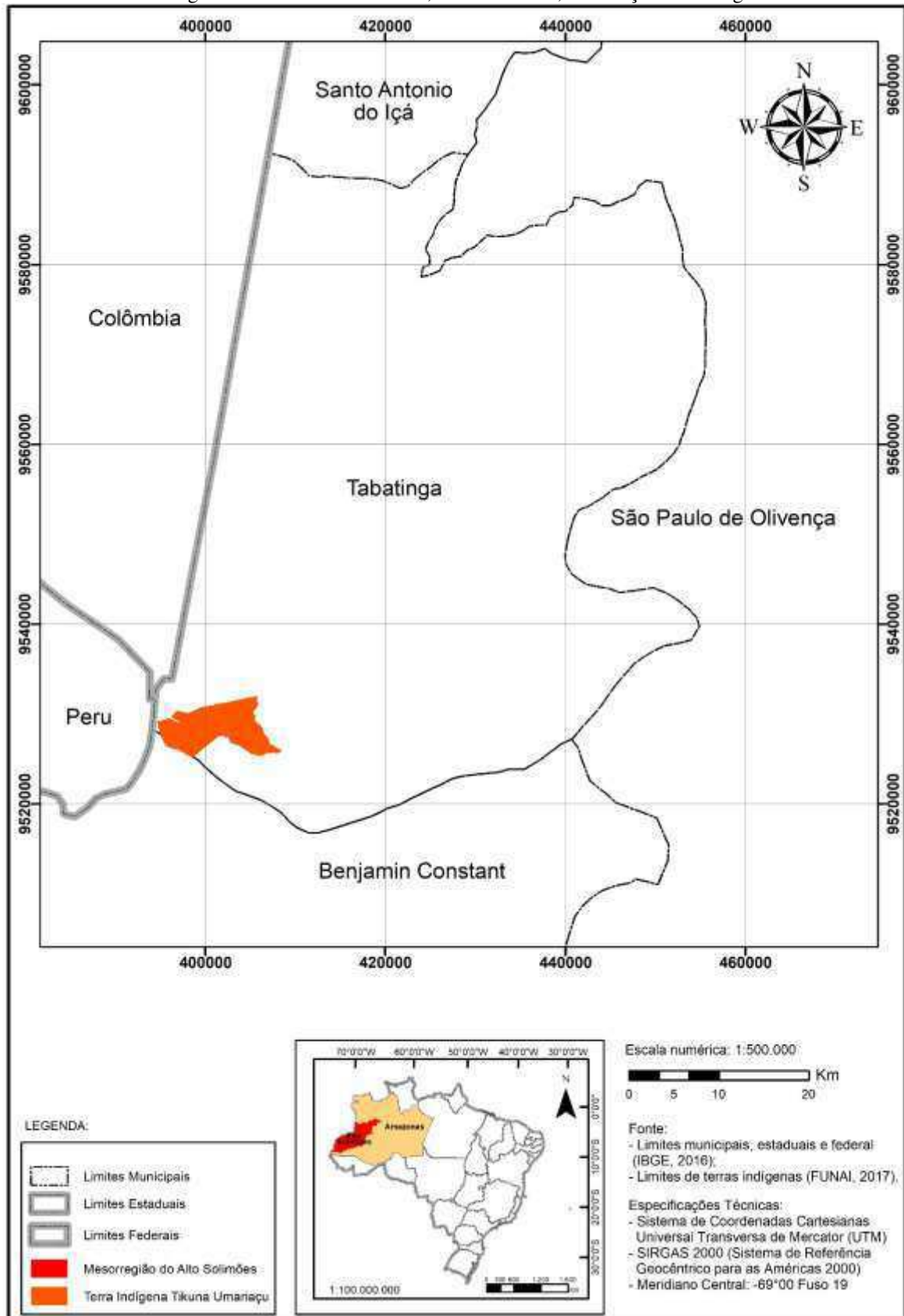
Em 28.6.1866, o marco dos limites entre Brasil e Peru é fixado perto da povoação. A região estava então integrada ao município de São Paulo de Olivença. Em 1898, com desmembramento do território que passa a constituir o município de Benjamin Constant, a área de Tabatinga se inclui neste último como um dos sub-distritos do distrito sede. Em 4.6.1968, pela Lei Federal nº 5.449, todo o município de Benjamin Constant é enquadrado como Área de Segurança Nacional (CARLOS NETO; PIMENTEL, 2009-2012).

De acordo com Euzébio:

O Município de Tabatinga foi desmembrado de Benjamin Constant em dezembro de 1981, em obediência ao art. nº 177, da Constituição Estadual, introduzida pela Emenda Constitucional nº 12, de 10 de dezembro de 1981. Mesmo tendo sido o ato declarado nulo em 13 de Maio de 1985, por inconstitucionalidade, a sede de Tabatinga foi instalada em 1º de fevereiro de 1983. Por fim, através da Lei nº 1.707, de 23 de outubro de 1985, Tabatinga foi reconhecida definitivamente pelo governo federal como Município autônomo (EUZÉBIO, 2011, p. 70).

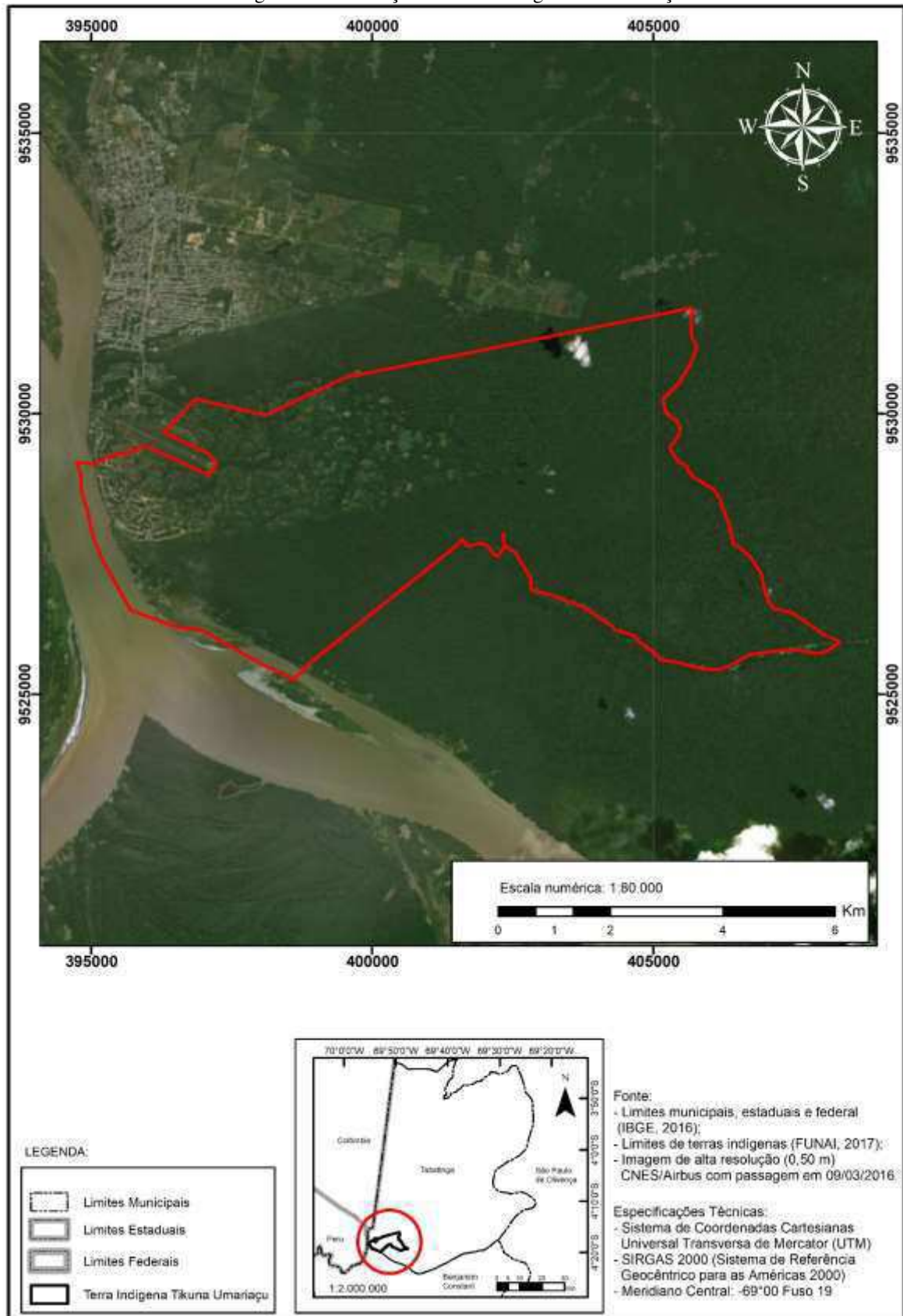
De acordo com Carlos Neto e Pimentel (2009 – 2012), Tabatinga é uma palavra de origem indígena que no Tupi significa “barro branco” de muita viscosidade, encontrado no fundo dos rios, e no Tupi Guarani quer dizer “casa pequena”. No contexto geográfico, o município de Tabatinga está localizado na margem esquerda do rio Solimões, apresentando uma área territorial de 3.225 km², representando 0,2053% do estado, 0,0837% da região Norte e 0.038% de todo o território brasileiro, distando 1.105 Km da capital em linha reta e, 1.607 milhas por via fluvial, sendo o 7º município mais distante da capital.

Figura 1: Estado do Amazonas, Alto Solimões, Umariçu e Tabatinga



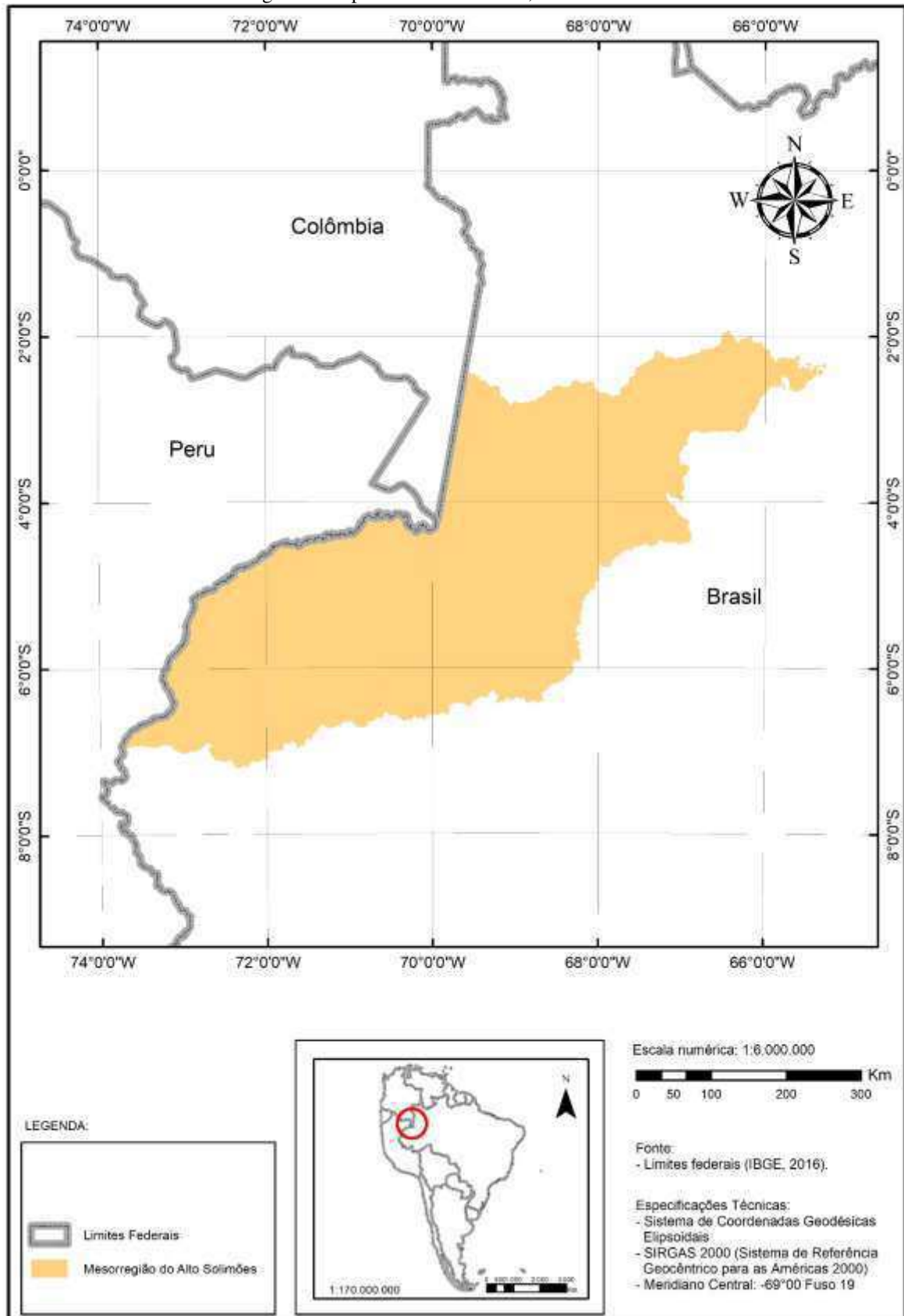
Fonte: Coutinho, 2018.

Figura 2: Delimitação da Terra Indígena de Umariçu



Fonte: Coutinho, 2018.

Figura 3: Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru



Fonte: Coutinho, 2018.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Ao escrever sobre mitos, história e tempo presente da etnia Tikuna, reporta-se ao que Almeida (2010, p. 9) descreveu sobre “os Índios na história do Brasil”, como um aporte teórico para apresentar “as metamorfoses indígenas” (ALMEIDA, 2013) da etnia Tikuna perante o recorte temporal desse estudo.

Na condição de aliados ou inimigos, eles desempenharam importantes e variados papéis na construção das sociedades coloniais e pós-coloniais. Foram diferentes grupos nativos do continente americano de etnias, línguas e culturas diversas que receberam os europeus das formas mais variadas e foram todos, por eles, chamados índios (ALMEIDA, 2010, p. 9).

Com diálogos voltados aos índios coloniais e pós-coloniais, a autora apresenta um discurso atualizado sobre a história do tempo presente, perante as condições vividas no passado e refletidas nas etnias, ressignificadas pelas metamorfoses ocorridas no decorrer das histórias de contatos, lutas e pacificações com os inúmeros atores sociais, que compuseram e compõem as vicissitudes dos povos indígenas brasileiro.

Nos estudos conduzidos por Almeida (2010, p. 24), pontos conceituais são discutidos, dos quais se destaca a “identidade étnica”, que é entendida como construção histórica de caráter plural, dinâmico e flexível, e a “identidade”, como construções fluidas e cambiáveis que se formam por meio de complexos processos de apropriações e ressignificações culturais nas experiências entre grupos e indivíduos que interagem.

Godelier (2012), analisando a sociedade Baruaia, apontou como as sociedades transformam as suas maneiras de viver, modificando os modos de pensar e de agir, logo a sua cultura. Assim como os Baruaia, os Tikuna da região do Alto Solimões e inúmeros povos indígenas passam por tais processos de apropriações e ressignificações, tornando-se agentes transformadores das suas condições políticas e sociais perante o avanço do discurso de crescimento econômico a partir da exploração dos recursos naturais existentes em muitos territórios indígenas, focando-se na defesa das suas terras.

A exemplo, cita-se o trabalho de Apolinário (2013) sobre os povos Timbira, pautado “nas assertivas de Fredrik Barth, que defende que a etnicidade ocorre não no isolamento de determinado grupo étnico, mas no contexto da relação com outro grupo diferenciado” (p. 247). Nessa relação, Howard (2002) discute as relações sociais dos Waiwai estabelecidas a partir do intercâmbio de bens com vários setores da sociedade nacional e descreve como a etnia ressituou-se aos bens de consumo apresentados pela sociedade envolvente, a partir das suas próprias estratégias e resistências.

Para os Tikuna do Alto Solimões, as relações estabelecidas configuraram caminhos já trilhados por várias etnias nacionais, contatos, alianças e disputas impuseram transformações que na grande maioria reafirmaram as organizações sociais e políticas da maior etnia brasileira, descrita a seguir.

3.1 Etnia Tikuna: condição pluricultural e os diversos olhares sobre os Tikuna na região do Alto Solimões

Parto do ponto de maior visibilidade da tese, a etnia Tikuna, um povo considerado por muitos da região Amazônica como índios misturados, ou classificados como caboclos, devido aos inúmeros contatos estabelecidos no decorrer das histórias vivenciadas e que configuraram inúmeras transformações no modo de vida nos diferentes aspectos socioambientais, econômicos, culturais entre outros. Um resumo considerado interessante sobre a etnia pode ser visualizada no site do Instituto Socioambiental, o qual apresenta:

Os Tikuna configuram o mais numeroso povo indígena na Amazônia brasileira. Com uma história marcada pela entrada violenta de seringueiros, pescadores e madeireiros na região do rio Solimões, foi somente nos anos 1990 que os Tikuna lograram o reconhecimento oficial da maioria de suas terras. Hoje enfrentam o desafio de garantir sua sustentabilidade econômica e ambiental, bem como qualificar as relações com a sociedade envolvente mantendo viva sua riquíssima cultura. Não por acaso, as máscaras, desenhos e pinturas desse povo ganharam repercussão internacional (ISA, 2017).

Os Tikuna, portanto, tem como características marcantes: (1) maior população indígena; (2) história marcada por violências; (3) reconhecimento oficial da maioria das terras; (4) desafio de garantir a sustentabilidade econômica e ambiental; (5) qualificar as relações com as sociedades envolventes; e, (6) manter viva a cultura Tikuna. Essas indicações realizadas pelo ISA em seu site, correspondem a algumas realidades vivenciadas nas terras indígenas dos Tikuna.

O capítulo enfatizou as discussões dos principais estudiosos dos povos Tikuna, apresentando inicialmente a condição pluricultural descrita por João Pacheco de Oliveira. O autor apresentou a etnia Tikuna dentro do campo político intersocietário que costura a sua unidade em função da condição pluricultural, ou seja, a existência de outros agentes e de outras culturas. Portanto, a situação histórica dos Tikuna foi marcada por variabilidade de condutas e por uma diversidade de interpretações, o que denominei como: “os diversos olhares sobre as condições pluriculturais” descritas por Oliveira (2002, p. 279).

3.2 Tikuna: maior população indígena brasileira

Na atualidade, a etnia Tikuna concentra a maior população indígena brasileira. Porém, essa distribuição não abarca apenas os territórios brasileiros. No processo migratório dos povos Tikuna, houve uma vasta ocupação das áreas de fronteira, fazendo com que ocorresse um amplo deslocamento dos Tikuna dos países do Peru e Colômbia. Essa vasta distribuição permitiu aos Tikuna inúmeras formas de sociabilidades, divergindo de comunidade para comunidade entre os países da tríplice fronteira, localizado na região do Alto Solimões, Amazonas.

Tal distribuição nos três países foi fruto dos processos demarcatórios dos limites estabelecidos na fronteira. Paladino descreveu em seus estudos que:

Com a definição de limites estabelecida entre os Estados de Peru, Colômbia e Brasil (1938), os Tikuna encontraram-se divididos entre três fronteiras. Atualmente, no Brasil e no Peru estão agregados em aldeias, algumas delas com mais de 2000 pessoas, enquanto na Colômbia estão repartidos em “resguardos⁹” mais reduzidos (PALADINO, 2008, p. 2).

A distribuição espacial dos Tikuna em diferentes territórios tem possibilitado relações políticas entre diferentes atores sociais, permitindo conquistas e transformações nos elos vivenciados pelos próprios indivíduos Tikuna. Da Cruz (2006, p. 8) descreveu que essa especificidade de ocupação de territórios faz com que os Tikuna, ao mesmo tempo em que se auto reconheçam como grupo indígena diferenciado, também reconheçam as diferentes identidades relacionadas aos três países (Brasil, Colômbia e Peru).

As elaborações políticas feitas pelas lideranças Tikuna e o estudo de Erthal (2001, p. 301) relatam que a população Tikuna pode ser considerada “a maior população indígena no Brasil, contando cerca de 26000 indivíduos”. Novos números populacionais foram apresentados na página do ISA, diagnosticando uma distribuição dos Tikuna a partir de diferentes instituições. No Brasil, cerca de 53.544 indivíduos (SIAS/SESAI, 2014); Colômbia, 8.000 indivíduos (GOURLARD, 2011) e; Peru, 6.982 indivíduos (INEI, 2007) (ISA, 2017).

Os dados apresentados em 2001, por Erthal, e em 2017, na página do ISA, relacionados ao crescimento populacional, apontaram para o importante fato do crescimento da etnia Tikuna no Alto Solimões. Esse fator de crescimento populacional conduz a problemas vinculados aos recursos naturais existentes em cada Terra Indígena dos Tikuna, delimitando o acesso aos vínculos com a natureza para extração de recursos que garantem as atividades econômicas e familiar.

⁹ Resguardos: Propriedade coletiva ou comunitária regida por um estatuto especial autônomo, com padrões e tradições culturais, plenamente reconhecida na Colômbia.

Voltando às diferenças entre os três países, cita-se o trabalho descrito por Villar (2004, p. 165-192), que descreve o estudo do Antropólogo Fredrik Barth, o qual explicita que as fronteiras criadas por partes das unidades étnicas permitiram, ao longo do tempo, compreender as dinâmicas dos grupos. Barth destaca que a “identidade étnica não é estática, se transforma a partir das relações, e como qualquer outra identidade coletiva ou individual, depende do interesse ou contexto”. É nessas transformações que se observam as dinâmicas vivenciadas entre os povos Tikuna do Alto Solimões e dos Países que fazem fronteira com o Brasil.

No que concerne às transformações vivenciadas no campo das relações com a cidade, Paladino descreve que:

Há grande diversidade entre as aldeias Tikuna, tanto no tamanho populacional, como na aquisição de serviços como luz elétrica, no acesso a tecnologia ocidental, na monetarização da economia e no padrão de consumo, nos valores e ideologias que dominam entre seus habitantes, nas diferenças internas e nos processos crescentes de hierarquia social. Assim, todos mantêm relações mais ou menos intensas com os bens e serviços da Cidade (PALADINO, 2008, p. 2).

É nessa intensidade de relações existentes entre a terra indígena, a cidade, as diferentes instituições de estudo e o Estado que discorrem as principais considerações sobre a etnia Tikuna, buscando uma melhor compreensão sobre uma identidade em constantes transformações e reafirmações perante as realidades vivenciadas na contemporaneidade, principalmente no campo da redução territorial e da escassez dos recursos naturais.

3.2.1 Origem Tikuna: Povo Magüta

A grafia da palavra TIKUNA, a qual descende do Tupi e significa “nariz preto”, faz referência ao uso de jenipapo¹⁰. Em textos escritos por Nimuendaju, esse significado faz alusão ao fato do uso da pintura de jenipapo no rosto, expressando, assim, a filiação clânica¹¹. Para Paladino (2008), o termo Tikuna não é uma denominação ancestral, foi dada pelas tribos vizinhas do tronco linguístico Tupi e registrada pelos primeiros missionários e soldados que estiveram em contato com esse grupo no século XVII.

Para entender a origem da etnia Tikuna, recorreu-se, principalmente, ao *Livro das Árvores* e ao Livro “*O Nosso Governo*”: *Os Tikuna e o regime tutelar*. Porém, outros autores

¹⁰ Fruta muito apreciada pelos povos indígenas. É retirado verde para extração de seu líquido. Em contato com a pele, se transforma em uma tinta preta que se fixa na pele por até duas semanas. Os significados das pinturas feitas com tal tinta são os mais variados, e cada etnia tem suas próprias representações e simbologias.

¹¹ Na língua portuguesa, os Tikuna se referem a esses grupos como nações (clãs). Nação onça, Nação buriti etc.

foram consultados para se ter uma explicação mais clara da origem das unidades sociais dos Tikuna a partir das histórias dos heróis e irmãos *Yó'i* e *Ipi*.

Para Oliveira Filho (1988, p. 88), a organização dos Tikuna é descrita por “grupos de descendência unilinear, cujo pertencimento se faz por linha paterna”. Cada um desses grupos possui como nome um elemento da natureza (espécies animais ou vegetais). Assim, são agrupados em clãs, em metades exogâmicas¹², e o critério de distintividade também pode ser considerado como as nações de pena e as nações sem pena, o que determina as unidades sociais dos Tikuna.

O pertencimento a um clã confere ao indivíduo um lugar na sociedade, sem o qual não é possível se reconhecer e ser reconhecido como Tikuna. Essa divisão é a base da sociedade Tikuna e não pertencer a nenhum clã é não ser Tikuna. Uma visão contemporânea ainda vivenciada nas relações matrimoniais nas terras indígenas, os quais se realizam as escolhas de união familiar com base no pertencimento a um clã diferente.

Erthal (2001) destaca que:

Mesmo sem referência direta às metades no cotidiano, a sua importância está ligada ao fato de designarem os casamentos permitidos. Os indivíduos buscam seus parceiros na metade oposta à sua (...). O desrespeito à exogamia, se cometido casualmente, pode ser punido com censura pública sem que haja exclusão definitiva dos indivíduos das atividades sociais. No entanto, as ligações incestuosas prolongadas causam “horror e repugnância” aos parentes e podem resultar em “tragédias de sangue” com acusações públicas e mortes violentas, que são vistas, no entanto, como restauradoras do estado de normalidade (ERTHAL, 2001, p. 301).

As narrativas sobre a origem da etnia descrevem o papel dos irmãos *Yo'i* e *Ipi* na geração do povo Tikuna. Nessa relação, é interessante a distinção cultural para a formação de povos da mesma etnia, porém pertencentes a países diferentes, os Tikuna brasileiros e os Tikuna peruanos. Para o mito da criação do mundo, os irmãos criaram os Tikuna e os separam em nações. Como apresentado por Oliveira Filho (1988, p. 89), “*Yó'i* e *Ipi* criaram todo o gênero humano, incluindo os colombianos, peruanos e negros, e atribuíram também *nações* para os Tikuna, ensinando-lhes, ainda, como deveriam se pintar e casar entre si”.

Nos livros anteriormente citados, os autores se utilizaram de narrativas coletadas dos próprios Tikuna para reproduzir e contextualizar a origem da etnia, a formação das unidades sociais e dos outros humanos. Erthal:

A origem das nações é relatada no mito principal dos Tikuna, o mito de criação do mundo, onde os irmãos *Yó'i* e *Ipi*, seus heróis culturais, criam os homens e os separam por *nações*, ensinando como casar entre si. Neste tempo só existiam os imortais (üüne)

¹² A sociedade Tikuna está dividida em metades exogâmicas (só pode casar com um membro da outra metade) não-nominadas, cada qual composta por clãs.

e *Yó'i* queria pescar seu povo. Usando uma fruta de Tucumã como isca, os peixes que pegava se transformavam em animais queixada, porco do mato, sempre macho e fêmea. *Yó'i*, então, então resolveu trocar de isca, e quando experimentou a macaxeira os peixes se transformaram em gente. Então pescou muita gente. Seu irmão *Ipi* também pescou o seu povo, mas eram todos peruanos. Aqueles que *Yó'i* tinha pescado eram os Tikuna mesmo. Eram o povo *Magüta*, que quer dizer povo pescado do rio (ERTHAL, 1998, p. 91).

O termo “*Magüta*” significa “povo pescado do rio”, povo pelo qual descendem os Tikuna. O anexo 5 representa a diversidade e a representatividade de *Yó'i* na vida dos Tikuna. Porém, o povo pescado tinha uma única nação como descrito pelo mesmo autor:

Esse povo, no entanto, tinha uma única *nação* e as pessoas não podiam se casar. Então os irmãos resolveram matar uma jacarerana e fazer um caldo. Quando o caldo ficou pronto, chamaram as pessoas e todos os que provaram diziam o gosto e sabiam sua nação. Os primeiros que provaram receberam a *nação* de onça, depois veio o saúba, e assim por diante, se criaram todas as *nações* que existem até hoje (ERTHAL, 1998, p. 92).

A reflexão propiciada pelo mito da origem dos Tikuna é a de explicar que determinados fenômenos ou costumes não traçam uma linha de separação entre condutas tidas como certas ou erradas. Oliveira Filho (1988, p. 109) frisa em seus estudos que “o conhecimento sobre as *nações* é parcial e relativo à própria experiência dos Tikuna”, permitindo, assim, uma atualização constante entre as condições peculiares de relacionamento entre o hoje e o passado, entre a estrutura e o produto do processo histórico.

Como dito, as condições peculiares no presente são vivenciadas pelos vínculos de transformações ocorridas nas terras indígenas, hoje os casamentos entre brancos e índios Tikuna é uma condição frequente. Esse novo diálogo aberto para as condições pluriculturais, nas terras indígenas permitiu transformações nas relações estabelecidas entre os Tikuna e as cidades da região do Alto Solimões.

3.2.2 Distribuição territorial dos Tikuna

A descrição sobre a sociedade Tikuna depara-se com elementos desassociáveis à etnia: a luta pelo seu território e as relações com a natureza. Esses elementos são fundamentais para entender a história socioambiental dos Tikuna, os quais mantiveram, durante séculos, relações de contato com diferentes atores sociais, principalmente as imposições dos Militares em região destinada à segurança nacional das fronteiras brasileiras. Tais relações interétnicas ocorrem desde o período colonial, passou pelo auge da borracha, pela fase da exploração extrativista e permanece muito mais forte na atualidade, com o intuito de adquirir maior visibilidade e diálogos com os outros da sociedade.

Sobre o processo histórico de ocupação e exploração do território Tikuna, Erthal (2001, p. 301) faz menção a três momentos:

(1) Os movimentos de deslocamento e de concentração populacional a partir do século XIX.

(2) Final do século XIX, a expansão da seringa no Alto Solimões fez-se segundo um processo de dissolução das malocas tradicionais, tendo havido a transferência dos indígenas para as margens do Solimões em atenção aos interesses da empresa seringalista.

(3) A partir da década de 70, os deslocamentos foram acentuados em um processo de “urbanização” movido pela busca dos aldeamentos equipados com escolas e postos de saúde, bem como, paralelamente ao chamado do Irmão José (Movimento messiânico, Religião Cruzada, discutida no capítulo IV).

Um destaque importante em todo o processo de migrações pode ser dado a essa fase da década de 70, quando comunidades indígenas Tikuna passaram por fortes influências estabelecidas pelos mandamentos da irmandade cruzada. Uma entrada forte da religião em diferentes comunidades impôs condições de quebra cultural e dos elementos étnicos a um grande número de indivíduos Tikuna, colocando em xeque as vivências tradicionais dos Tikuna denominados da religião cruzada. Essa breve consideração da religião volta a ser discutida no Capítulo IV.

A essas três momentos históricos acrescentou-se a organização dos Tikuna na luta pela demarcação das Terras Indígenas ao longo da região do Alto Solimões. Esse período foi marcado pela forte organização dos líderes Tikuna (chamados de Capitão) em prol da luta pela terra. A década de 80 ficou conhecida, portanto, pela consolidação de uma organização política forte que gerou a formação do Conselho Geral da Tribo Tikuna, em 1982.

O intenso contato interétnico dos Tikuna com grupos heterogêneos (missionários, seringalistas, patrões, militares e demais grupos indígenas) permitiu a etnia em estudo a construção de um sistema de organização social estruturado, passível de diversas conquistas no âmbito da luta pelos seus direitos, em relação a sua diversidade cultural, identidade étnica e educação intercultural, favorecendo e consolidando politicamente os Tikuna perante a Região do Alto Solimões.

Para Cunha (2012, p. 130), o “Direito à diferença, entende-se, acoplado a uma igualdade de direitos e de dignidade”. Nesse direito à diferença, os Tikuna lutam frente aos avanços tecnológicos pela garantia dos seus direitos e a dignidade perante os sistemas políticos e econômicos estabelecidos pelo Estado, principalmente através de programas projetados e estabelecidos de cima para baixo (Governo – Terra Indígena), implementados sem o devido

estudo prévio sobre os impactos gerados na identidade étnica do Eu e do coletivo das comunidades indígenas.

Para os Tikuna, a maior riqueza é a defesa dos seus territórios, ou seja, a proteção das terras. A terra, e por conseguinte o pertencimento ao lugar, é o maior recurso natural existente para a vida e perpetuação das relações ambientais, sociais, econômicas, culturais e políticas das diversas comunidades da etnia. Porém, através da busca pela conquista desse recurso natural, os Tikuna travaram (e travam), durante décadas, uma série de lutas que possibilitaram conquistas, principalmente a demarcação dos seus territórios.

Porém, o território sonhado e conquistado nas décadas passadas foi, ao longo do tempo, sofrendo fortes influências do processo de urbanização das cidades próximas das Terras Indígenas, a exemplo do município de Tabatinga. O crescimento urbano, as áreas militares e, em seguida, a expansão dos diferentes tipos de serviços ofertados pelas cidades interioranas do Amazonas confrontam seus limites, na maioria das vezes, com os territórios indígenas. Esses limites estabelecidos e não cumpridos ocasionam inúmeros conflitos socioambientais e econômicos entre as sociedades envolvidas, tendo resultados negativos, principalmente para os indígenas.

A exemplo, cita-se o trabalho realizado por Figueiredo et al (2008) que abarca as relações estabelecidas entre Barreira da Missão, uma área indígena localizada próxima à área urbana do município de Tefé, região do médio Solimões. As diferentes aldeias têm se organizado e lutado para recuperar suas tradições e reaprender as suas línguas num contexto de proximidade com a área urbana, a partir do crescente processo de urbanização da área diante da construção do porto do município que fica a menos de 200 metros das aldeias.

Assim como inúmeros povos indígenas lutam frente aos processos de urbanização em seus territórios, a luta dos povos Tikuna passou a ser também, por terras aptas para o desenvolvimento das suas atividades socioeconômicas, haja vista que terras na Amazônia apresentam contextos diferenciados dentro dos parâmetros para o desenvolvimento agrônomo. Diferenças de ambientes que compõem os espaços de terra, água e floresta.

Sobre a terra, no livro organizado por Jussara Gomes Gruber, “O livro das Árvores”, a autora apresenta os inúmeros significados da terra para os Tikuna:

A nossa riqueza está na terra. Na terra podemos formar nossas aldeias. Podemos cultivar nossas roças. Nos rios, igarapés e lagos podemos pescar. Na floresta que cobre a terra tem caça, remédios, frutas. Tem madeira para construir a casa. E madeira para construir a canoa. Tem materiais para fabricar os objetos da casa, os brinquedos e os enfeites, as tintas para pintar. Tem materiais para fazer a festa, as máscaras e os instrumentos musicais, para fazer música. Da floresta vêm as histórias para contar e

os espíritos que ajudam a curar. Nossa vida anda junto com a floresta (GRUBER, 1997, p.70).

Como descrito por Gruber, a estrutura social e as relações com o ambiente sempre permitiram a essa população a sobrevivência a partir das atividades extrativistas realizadas através da exploração de subsistência e da utilização dos recursos naturais de maneira sustentável para o bem da comunidade. Assim, as atividades de coleta dos frutos, o cultivo da roça, a caça e a pesca garantiam não somente a vida nutricional, mas também a continuidade cultural do elo existente entre os Tikuna e a terra (florestas e rios) e das inúmeras relações de trocas de experiências vividas entre os mais velhos e os jovens.

Claudia Lopes Garcés (2012, p. 33) descreve que nas representações míticas, assim como nas práticas sociais, há uma expressiva e legítima ideia de unidade territorial. *Eware* é o lugar mais significativo para os Tikuna, pois ali *Yoi* pescou seu povo, designou-lhes clãs e partilhou os ensinamentos básicos para a vida cotidiana, tais como: o trabalho e as festividades.

O universo dos povos Tikuna e a importância do território *Eware* foi descrito na reportagem do jornal *Porantim* no ano de 1998, a reportagem traz à tona as relações de como tudo começou para os Tikuna e as relações estabelecidas ao longo dos contatos interétnicos dos Tikuna com as demais sociedades: “Os índios Ticuna habitam a região do Alto Solimões, onde se localiza o *Eware*, pequeno igarapé de águas vermelhas, do qual os primeiros homens “maguta” foram pescados por *Yoi* – o seu mais importante herói – que lhes ensinou as instituições centrais de sua cultura” (PORANTIM, 1998).

Para os Tikuna, *Eware* localiza-se em território brasileiro, na margem esquerda do Alto Solimões, nas áreas de várzea¹³. Porém, segundo os estudos realizados por Oliveira Filho (1987), os Tikuna habitavam áreas de terra firme¹⁴, ocupando os igarapés situados na margem esquerda, nos trechos que correspondem aos municípios de Tabatinga e São Paulo de Olivença. Nessa época, os Tikuna evitavam as margens do rio Solimões, por serem habitadas pelos Omágua e Mayoruna, seus inimigos.

Como descrito por Ricardo e Ricardo:

Os Tikuna são reconhecidos no Alto Solimões como população que outrora habitava o “centro” das matas. Segundo registro do Padre José de Moraes, em 1860, seu trânsito nas margens dos grandes rios era dificultado pelos Omáguas, então seus principais inimigos, que os impediam de conquistar condições mais favoráveis de sobrevivência

¹³ Planície que é quase toda inundada, tendo a grande maioria das terras composta de terras baixas. Os rios carregam detritos e, dada a falta de declividade das terras e dos rios, esses detritos são depositados com facilidade, de modo que, na quadra da vazante, as várzeas são magníficas para a agricultura de alimentação, para as pastagens, para a engorda do gado. Nas cheias, essa fertilidade desaparece. O gado emagrece, morrem os bananais, o homem tem menos agricultura. Na vazante volta a fartura dos vegetais (ARAÚJO, 2003, p. 39).

¹⁴ Pontos altos da planície, inalagáveis.

na região. Os Tikuna começam a aparecer mais sistematicamente na “beira” dos rios somente com a exploração da borracha, quando passam a ser desalojados dos “centros” da mata pelos caucheiros, que passam a ocupar também o interior das matas, provocando modificações na organização social Tikuna (RICARDO; RICARDO, 2011, p. 353).

No auge da produção gomífera, os Tikuna passaram por um processo de deslocamento das regiões de terras firmes para áreas de várzea, proporcionando uma série de mudanças econômicas, para não dizer ambientais, pois emergiram consequências até então não vivenciadas pelos Tikuna, como, por exemplo, a escassez de peixes nas águas do rio Solimões e a escassez de terra para o cultivo de subsistência. A própria dinâmica das cheias e vazantes caracteriza modificações no ciclo de produção dos alimentos nas várzeas, permitindo períodos de fartura (seca/vazante) e períodos de escassez (cheia).

De acordo com Costa:

O inverno amazônico, período das grandes chuvas e das enchentes, é o período da escassez. A pesca é rara, a caça e a coleta de frutos na floresta – muitas vezes, inundada – tornam-se mais difíceis. Nessa época nada se colhe nas roças. Ao contrário, no verão quando as águas baixam, as chuvas são menos intensas ou até mesmo se interrompem por algum tempo. É a estação da abundância, dos cultivos e das colheitas, da caça e da pesca (COSTA, 2012, p. 284).

A dinâmica climática da região permite períodos de fartura e períodos de escassez. É no período da seca que se intensifica a presença de Tikuna no centro urbano de Tabatinga para a venda de alimentos produzidos nas várzeas ricas em compostos orgânicos depositados durante o período das cheias. Portanto, no período da seca/vazante do rio, a fertilidade do solo toma conta das vastas áreas de praias, as quais servem para o cultivo de uma diversidade de tubérculos, verduras, legumes e frutas. Também se intensifica a venda de peixes encontrados em abundância nos pequenos lagos e igarapés que desaguam no rio principal. Toda a comercialização realizada pelos Tikuna é efetivada de maneira rudimentar, no “beiradão” dos rios e na principal Avenida (Avenida da Amizade) do Município de Tabatinga.

O período de cheia na Amazônia configura-se em outros cenários dentro dos aspectos políticos e econômicos, produzindo mudanças sociais para o modo de vida dos Tikuna. Assim, o inverno amazônico caracteriza-se por uma maior migração dos indivíduos Tikuna à Cidade do Governo para o recebimento de benefícios sociais que são utilizados durante os meses em que as terras baixas (planícies) estiverem totalmente encobertas por água, inviabilizando o cultivo nas áreas de várzeas.

Nas duas realidades impostas pela dinâmica climática, os Tikuna estão em frequente deslocamentos entre a cidade dos Índios e a cidade do Governo, o que tem possibilitado trocas de conhecimentos e, principalmente, aberturas políticas e novas possibilidades aos povos da

Etnia. Para a população citadina, a principal importância da presença dos Tikuna ainda é evidenciada pela disponibilidade da compra de alimentos saudáveis a preços inferiores aos dos mercados comerciais.

A comercialização dos produtos Tikuna na cidade do Governo permitiu aos Tikuna uma forte influência nos modos alimentares do sistema capitalista. Isso ocorre por meio do consumo de alimentos industrializados e das facilidades decorrentes da proximidade com os municípios circunvizinhos das comunidades indígenas, deflagrando as inúmeras doenças tidas como doenças dos “civilizados” ou “Koris”, como diabetes, hipertensão, doenças do coração, anemia, doenças dentárias e obesidade.

Nessa reflexão, Ricardo e Ricardo descrevem que:

Na beira do rio e na várzea, eles vivem uma situação mais precária, principalmente na época das cheias, quando escasseia o peixe. Além disso, a pesca predatória, controlada pelos proprietários de grandes barcos pesqueiros, tem acarretado a diminuição dos peixes em qualquer período. A valorização da pesca nos igarapés também tem uma conotação estratégica, visto que os Tikuna podem controlar seu acesso, mais estreito que o rio, ao passo que no Solimões dificilmente teriam condições de fiscalizar a pesca predatória. Nesse sentido a “volta aos igarapés” por alguns Tikuna é motivada por uma expectativa de viver próximo aos mananciais do território Tikuna e afastar-se das demandas da sociedade mercantil (RICARDO; RICARDO, 2011, p. 354).

A realidade de vida nas várzeas para os Tikuna tem configurado situações conflitantes. A etnia tem convivido com problemas ambientais decorrentes do crescimento econômico dos municípios circunvizinhos, que, na maioria das vezes, ocasionam danos irreversíveis ao ecossistema predominante da região. A exploração madeireira, a instalação de frigoríferos e a pesca predatória têm, ao longo da história da comunidade, ocasionado danos ao modo de vida e alimentar e, principalmente, a diminuição dos recursos naturais.

É por esses e outros motivos que a vida na várzea, para os Tikuna, tem configurado um grande desafio socioambiental. Desafio esse que tem feito alguns membros da etnia Tikuna repensar sobre a questão de voltar a ocupar os centros das matas, como descrito por Ricardo e Ricardo:

(...) a busca do modo de vida nos igarapés implica uma inversão de valores em relação ao citado “avanço das coisas do branco”, no sentido de aproximação com os valores Tikuna, com a floresta e com a natureza. Eles valorizam a vida nos igarapés, pois ali há abundância de peixe durante todo o ano (RICARDO; RICARDO, 2006, p. 354).

Na realidade, a busca pelo isolamento nas matas tem gerado outros contratempos, devido ao longo processo de dependência e inter-relações estabelecidas no contexto histórico dos Tikuna e os Koris (civilizados). Assim, as dificuldades do isolamento e a dependência ao consumo mercantil, nos dias atuais, para a etnia, têm ocasionado:

A situação dos Tikuna nas cabeceiras dos igarapés demonstra que o “isolamento” na floresta traz dificuldades para os que buscam viver em conformidade com os costumes dos antigos. A história da colonização implicou deslocamentos desse povo. Aqueles que têm procurado seguir os ensinamentos de seus heróis culturais magüta têm encontrado uma série de dificuldades, reproduzindo uma estrutura de dominação consubstanciada pela exploração mercantil (RICARDO; RICARDO, 2006, p. 353).

Embora seja uma luta constante para encontrar um caminho possível frente ao desenvolvimento global, os Tikuna buscam manter uma ligação territorial nos modos de vida na várzea ou em área de terra firme. Porém, o maior conflito enfrentado pelas comunidades gira em torno da diminuição dos recursos naturais e pela demarcação dos limites territoriais. Tais problemas proporcionam, dentro da cultura indígena, uma relação de limites ambientais não concebida pelos seus antecedentes, e sim determinada pelos “civilizados”.

Na atualidade, os Tikuna enfrentam o desafio de garantir a sua sustentabilidade econômica e ambiental, como também qualificar as relações com a sociedade envolvente, mantendo viva a identidade étnica e reafirmando seus conhecimentos com a natureza.

3.2.3 Organização sociocultural

Nesse contexto, falar-se-á, por um momento, da origem dos Tikuna para descrever a organização social da Etnia. Os Tikuna que foram pescados por *Yo'i* eram as pessoas que nasceram com os pensamentos de pescar, trabalhar, caçar, plantar, fazer os artesanatos, costumes, tradição e cultura. Portanto, a relação com a natureza resulta na organização social e econômica dos Tikuna. Tal relação constitui um elemento da cultura da etnia, o qual é construído desde cedo no processo de iniciação das meninas e meninos, momento em que os mais experientes da comunidade transmitem os ensinamentos aos jovens.

Para o sexo feminino, a iniciação das atividades de aprendizagem ocorre no período da menarca, na qual as futuras mulheres são preparadas para o trabalho de artesã. Como descrito por Torres (2007), a menina, quando atinge a menarca, é submetida a um noviciado *moçangol* no qual permanece 30 dias isolada num determinado local sem ver o sol. Esse ritual de passagem da fase infantil à adulta compõe um dos aspectos que revelam as afirmações da identidade étnica dos Tikuna.

Da Cruz descreve um desses aspectos culturais, denominado Festa da Moça Nova:

Ritual importante para a reprodução social do referido grupo étnico, por marcar a tradição, atualizando e recordando a memória dos antepassados. A festa caracteriza-se como um ritual de passagem, referindo-se à transição da menina à mulher e é composta por inúmeros atos significativos, como: o convite aos Tikuna de clãs diferentes; a construção do curral para isolar a moça; músicas e instrumentos musicais

selecionados especificamente para a festa; a presença de mascarados e máscaras representando seres mitológicos; a fase da pelação – momento em que os cabelos da moça são arrancados; a cerimônia de purificação, que consiste no banho de rio. A cerimônia se encerra quando a moça coloca o vestido de adulta, que marca simbolicamente a sua entrada no mundo social (DA CRUZ, 2006, p. 6).

Na atualidade, o ritual da Moça Nova tem novas configurações frente ao processo de acesso às novas tecnologias presentes na Terra Indígena de Umariçu. São novos significados dos atos realizados pelos mais experientes da etnia, tais como: o uso da tesoura para o corte do cabelo da Moça Nova ao invés de arrancá-los, possibilitando menor sofrimento às meninas. O ritual pode ser assistido pelo público não indígena, sendo cobrada uma taxa de entrada para poder visualizar toda a festa da Moça Nova. Outra mudança é o uso de produtos industrializados durante o processo de oferendas aos espíritos da floresta. Portanto, as mudanças durante o ritual possibilitam, na atual conjuntura, novos significados e ressignificados da identidade étnica dos Tikuna, possibilitando novos estudos da história contemporânea da etnia.

O ritual de passagem dos meninos Tikuna é caracterizado como processo de aprendizado para assumir o compromisso matrimonial. A iniciação objetiva ensinar aos meninos a fazer um mapa para pescar, caçar e se apropriar de todo o serviço reservado aos homens.

Nos territórios Tikuna, o aspecto social do trabalho, de acordo com Torres (2007, p. 470), sustentava-se na ética de solidariedade e nas relações com a natureza. As mulheres também organizam o *ajuri*, “tipo de trabalho coletivo que mobiliza várias famílias para ajudar no plantio ou na colheita agrícola de outra família que se encontra em dificuldades e sem recursos”.

Da organização social das mulheres em torno do *ajuri* emergiu uma das principais associações existentes nas Comunidades Tikuna, denominada de **OGMITAS (Organização das Mulheres Artesãs Tikuna)**. O artesanato, portanto, configura outro elemento da cultura, que, segundo Da Cruz (2006, p. 16), é rico em grafismos que simbolizam os clãs, os mitos e rituais do universo Tikuna.

No decorrer da história dos Tikuna, o artesanato e outras atividades de subsistência permitiram uma intensa troca de conhecimentos e fortes relações familiares entre os membros das nações. Porém, com a modernidade, as necessidades atuais têm propiciado relações interétnicas de venda e troca para suprir as necessidades básicas alimentares.

A relevância do artesanato para as relações sociais dos Tikuna pode ser analisada no trabalho de Da Cruz:

Embora o artesanato se apresente como um meio utilizado pelos Tikuna para suprir as suas necessidades de alimentação, ele também se caracteriza como importante instrumento de manutenção da sua cultura, pois durante o processo de fabricação, seja nos centros de artesanato ou em suas casas, os Tikuna se reportam aos mitos, festas e cerimônias, as atividades cotidianas e ao conhecimento que possuem sobre a natureza. Nesses momentos de aproximação com a cultura têm, ainda, a possibilidade de exercitar a tradição oral e a educação comunitária repassando às crianças a arte e os ricos conhecimentos milenarmente construídos que estão fortemente impregnados nos objetos fabricados e comercializados (DA CRUZ, 2006, p. 17).

Para os Tikuna, as relações ambientais do passado permitiram a essas comunidades vida farta, a qual só era possível através do uso sustentável dos recursos naturais disponíveis e do uso das técnicas e dos conhecimentos adquiridos nas atividades realizadas na floresta. Na atualidade, um novo ciclo de mudanças põe em xeque costumes, ritos e conhecimentos frente às transformações e contatos estabelecidos entre os diversos agentes, ou até mesmo pelos próprios Tikuna, que experimentam (com todo o direito) o novo sistema capitalista de facilidades e tecnologias.

Outro elemento importantíssimo de afirmação da identidade para a etnia é a língua materna Tikuna. O bilinguismo (Tikuna e Português) é a característica essencial na educação das crianças, sendo fundamental para transmissão dos conhecimentos tradicionais e o alicerce de articulação para manter viva a cultura e a etnia. Além disso, também possibilita a formação de cidadãos mais articulados frente às negociações políticas na luta por benefícios.

Sobre a língua dos Tikuna, Erthal (2001, p. 301) apresentou que a língua isolada é denominada apenas por membros dessa etnia e tem sido sistematicamente defendida pelo uso cotidiano nas aldeias, em especial pelas mulheres junto às crianças. Nessa conjuntura apresentada pelo autor, adiciona-se o papel dos professores bilíngues em trabalhar continuamente a língua Tikuna nas salas de aulas das escolas indígenas.

A educação bilíngue foi um passo importante que desencadeou a criação da **OGPTB (Organização dos Professores Tikuna Bilíngues)**, em 1986, que, para Da Cruz (2006, p. 12), significou o “caminho da liberdade do povo indígena”, pois conhecer a sociedade com a qual eles mantêm contato há mais de três séculos lhes possibilita “fazer suas escolhas, conhecer seus direitos e lutar por eles” (Anexo 8). Além disso,

Para os Tikuna a escola indígena é um instrumento que lhes permite pensar as sociedades indígenas e sua relação com a sociedade nacional. A escola assume o papel de um novo espaço e tempo educativo necessários ao atual momento, que poderá (ou não) permitir esse diálogo muito importante (DA CRUZ, 2006, p. 12).

A educação é o elo para a discussão das questões ambientais. Sendo, portanto, um dos maiores desafios do processo educacional, pois é necessária uma formação de indivíduos ambientalmente conscientes e praticantes dos deveres, que resulte em um ambiente equilibrado

para todos da sociedade. Esse ganho da educação intercultural dos povos Tikuna tem sido uma construção para a identidade e resistência indígena às transformações da contemporaneidade.

Das inúmeras organizações Tikuna existentes, destaca-se o **Conselho Geral da Tribo Tikuna** (CGTT), criado em 1982, com a função de fiscalizar e reivindicar políticas públicas (Anexo 06, conceito do Conselho escrito pelo povo Tikuna). O conselho foi fundamental no processo de articulação e luta pela demarcação e reconhecimento das terras do povo Tikuna em um período em que sofriam ameaças de domínio de seu território.

No contexto social, os Tikuna apresentam voz própria e lutam para falar por si e para decidir o futuro da etnia. Essa atitude só foi possível através das organizações estruturadas na luta pela demarcação e homologação dos territórios. Nessa consolidação dos Tikuna na luta pela sua identidade, Oliveira Filho (1988) destaca que é necessário reconhecer que os povos indígenas são coletividades vivas que lutam por definir o seu futuro, que se expressam por múltiplas vozes e podem ser interpretadas em diferentes sintonias.

Portanto, todo conhecimento acerca dos povos Tikuna é fundamental para entender as relações históricas estabelecidas entre a cidade dos Índios e a cidade do Governo. A conceituação apresentada sobre os Tikuna e suas relações socioambientais e culturais é fundamental para entender como as políticas de desenvolvimento da Região Amazônica, dos sistemas sociopolíticos do Regime Militar e da Nova República foram significantes nas transformações do modo de vida de ambas as sociedades, como apresentado no texto a seguir.

3.2.4 Aspectos ambientais do território Tikuna

Diante das crises vivenciadas pela modernidade, as quais põem em xeque as relações ambientais e sociais, a etnia Tikuna tem construído discussões voltadas aos problemas ambientais instalados nas comunidades, principalmente sobre o uso sustentável dos recursos naturais dos seus territórios.

A crise ambiental vivida pelos Tikuna pode ser contextualizada a partir da demarcação territorial. O lugar (território) constitui, para os Tikuna, um espaço de experiências e de identidade étnica. Portanto, ao delimitar o território, houve a redução nas atividades de caça, pesca e plantação, diante da redução territorial e conseqüentemente diminuição da diversidade biológica nas áreas de floresta. Dessa maneira, a dinâmica socioambiental refletiu diretamente no aspecto econômico da Etnia. A política reducionista dos seus territórios, implementada às sociedades amazônicas, não tem permitido a construção de uma sociedade justa e ambientalmente sustentável, diante de toda a exploração dos recursos naturais.

Nessa conjuntura, observa-se que a Amazônia apresenta diferentes níveis de problemas de exploração e destruição, ocasionando impactos ambientais diferenciados decorrentes da vasta área territorial, fator que permite que algumas áreas sejam mais exploradas e outras ainda conservem o ambiente natural. Tudo isso influencia diretamente as etnias que habitam a região, como bem coloca Da Cruz, sobre os:

Problemas ambientais difíceis de serem revertidos, oriundos de intervenções predatórias sobre o seu meio ambiente, tais como: invasão de lagos por barcos pesqueiros, destruição da floresta pela ação indiscriminada dos madeireiros, desmatamento promovido por pecuaristas para a criação de bovinos, rios poluídos devido à exploração de minério e outros (DA CRUZ, 2006, p. 25).

A pesca predatória tem ocasionado conflitos entre os pescadores locais das cidades circunvizinhas e os Tikuna. Os pescadores locais utilizam equipamentos e barcos modernos e, conseqüentemente, extraem maior número de pescado, ocasionando a diminuição da população de peixes, principalmente nas águas do Rio Solimões.

Os Tikuna, como descrito por Almeida (2005), costumam pescar de caniço e flecha. Os melhores locais para a pesca são os numerosos lagos que margeiam o rio Solimões. Também utilizam o arpão, a linha comprida e, em menor escala, o espinhel, a poita, a malhadeira e a tarrafa. Porém, a situação de escassez de peixe tem gerado problemas sazonais na obtenção dessa importante fonte de proteína da dieta dos Tikuna.

Os problemas ambientais com os quais os Tikuna têm lutado são extremamente complexos, por envolver concepções e interesses divergentes. O primeiro grande desafio foram as mudanças processadas na forma tradicional de ocupação dos territórios, antes dispersos, e, no decorrer da territorialização, a formação de aldeamentos, o que proporcionou o crescimento populacional dos Tikuna e, conseqüentemente, ocasionou a escassez dos recursos para a sobrevivência, como descrito por Lima e Pozzobon:

A alta densidade populacional nesses “aldeamentos” provocou gradativamente o esgotamento dos recursos naturais ali existentes e, em decorrência desse esgotamento, passaram a enfrentar problemas como: carências alimentares, até mesmo fome crônica; disseminação de epidemias de sarampo, gripe, varíola, tuberculose e outras doenças, trazidas pelos próprios agentes e missionários (LIMA; POZZOBON, 2000, p. 14).

Na atualidade, os problemas ambientais deflagram situações extremas de dependência dos Tikuna de recursos oriundos das cidades circunvizinhas. É comum encontrar Tikuna comercializando os seus produtos de subsistência para a obtenção de alimentos industrializados, os quais aumentam os casos de doenças e a própria geração de resíduos sólidos nas comunidades. Outros problemas decorrentes das intensas mudanças processadas nos padrões

culturais dos Tikuna são: modificações no sistema econômico tradicional, perda dos conhecimentos ecológicos, mudanças nas formas tradicionais de assentamento, entre outras.

Durante décadas, os Tikuna foram eficazes na estruturação de um sistema de organização social centrado na identidade étnica dos diversos grupos distribuídos na região do Alto Solimões. Tais organizações têm permitido aos Tikuna superar alguns desafios, como, por exemplo, a desconstrução da rotulagem que durante toda a história indígena brasileira foi imposta a partir das visões dos colonizadores e não dos próprios índios. Souza categoriza tais desafios:

O primeiro grande desafio dos povos indígenas hoje é desconstruir a imagem do “índio único”, “genérico”, pois essa imagem acaba por apagar suas histórias, sua língua e por esvaziar suas lutas, colocando ainda, povos diferentes sob o mesmo rótulo. Rótulo esse que não traduz a diversidade e riqueza cultural que lhes são peculiares. Eliminar ideias equivocadas, que pregam que as culturas indígenas são atrasadas e seus saberes uma negação da ciência e da objetividade, é outro grande desafio, pois esse tipo de visão impede que seja usufruído um legado cultural acumulado durante milênios, nas mais diversas áreas (SOUZA, 2005, p. 5).

A questão da rotulagem, ideias equivocadas, saberes negados, ainda é, perante a sociedade emergente, cultivada e passada às gerações. Assim, romper essa visão significa reconhecer que as culturas se misturam e podem influenciar, mutuamente, as sociedades na busca de se viver melhor e com mais qualidade de vida. Como descreve Souza, vivemos no mundo da interculturalidade:

Tudo que o homem produz de belo deve ser usufruído por qualquer outro homem em qualquer parte do planeta num empréstimo cultural. Historicamente, no entanto, os índios não escolheram o que tomar emprestado. Os contatos interculturais foram impostos, numa relação assimétrica. É preciso dar para os índios autonomia para mediar as relações interculturais. Fazer isso é um grande desafio” (SOUZA, 2005, p. 2).

3.3 Da etnia Tikuna para a região Amazônica

A construção referencial do estudo partiu primeiramente da apresentação geral do público-alvo, uma escolha proposital para enfatizar os protagonistas do estudo, a etnia Tikuna. A partir dessa construção, realizada nos tópicos anteriores sobre quem são os Tikuna do passado e seus desafios do presente e futuro, desencadeou-se um levantamento teórico sobre a Floresta Amazônica e os desafios de um ecossistema totalmente diversificado.

Uma escrita que resume tudo o que significa a Amazônia foi apresentada por Ianni (1996, p.1): “A Amazônia é principalmente história, história no sentido de atividades sociais, econômicas, políticas e culturais; história no sentido de controvérsias, lutas e realizações”. Uma

história viva dos desafios, que os povos indígenas sabem tão bem colocar em prática, vivendo em harmonia com as diversidades de vida na floresta. Na atualidade, as relações sociais, econômicas e políticas apresentadas aos indígenas põem em xeque as relações da natureza com o ser humano. Esse, portanto, torna-se o grande desafio do século XXI para os povos indígenas brasileiros.

Voltando ao discurso da Revisão de Literatura sobre a floresta Amazônica, buscou-se utilizar, ao máximo, autores da própria Amazônia, não deixando de lado autores importantes que venham a colaborar com a construção textual da tese. Porém, ressalta-se a importância de se dar ênfase aos pesquisadores amazônicos, diante das vivências práticas das teorias escritas em suas obras. Escrever sobre a Amazônia é algo de grande complexidade, pois abrange uma série de condicionantes e aspectos que envolvem abertura para um discurso pluricultural e interdisciplinar.

3.3.1 Bacia hidrográfica da Amazônia: um sujeito das vicissitudes socioambientais

No contexto hidrográfico, a Amazônia é uma floresta de rios, onde a dinâmica socioambiental, econômica e cultural estão atreladas à vida aquática da região. Destarte, considera-se os rios e todas as suas formas de apresentações um sujeito vivo e ativo das transformações na vida das populações residentes na região. Em especial, o rio determina o curso das histórias de vida dos povos indígenas.

Estudos realizados por Morán sobre a Amazônia destacam a inúmera complexidade socioambiental dessa região. O desafio para qualquer pesquisa será o de estudar apenas uma parte e nunca conseguir compreender o todo, pois o TODO na Amazônia nunca será compreendido. Esse é o grande desafio das interações de ambientes tão diversificados de um ecossistema composto por diversas apresentações climáticas. Dessa forma, a dinâmica do SER “Amazônico”, por mais estudos existentes, nunca irá refletir a essência da totalidade de uma dinâmica que envolve a compreensão de diferentes ecossistemas de terra, água e floresta.

Morán (1990, p. 18) descreve:

A Amazônia não é um vazio demográfico ou cultural. Existem populações indígenas e caboclas que conhecem as características de suas localidades (...). O mundo amazônico inclui muitos ecossistemas interrelacionados, cada um com sua própria história natural, suas características geofísicas e químicas, e suas populações humanas com diferentes tecnologias e densidades demográficas. Tais diferenças são resultados, em parte, da adaptação dessas populações à variabilidade dentro da Amazônia e, de outro lado, resultam do efeito dos diferentes traços culturais (MORÁN, 1990, p. 18).

As diferenças culturais e ecossistemas dentro do que Morán chama “mundo amazônico” permitiram a construção de inúmeras formas de adaptabilidade dos povos amazônicos em se relacionarem com a diversidade dos ambientes de terras, rios e florestas. Nesse discurso, abre-se um ponto a ser apresentado nesse estudo, a importância das águas dos rios que compõem a maior bacia hidrográfica do Mundo.

Freitas e Silva (2000, p. 251) destacam esta região como sendo, “quente, úmida, entrecortada em todas as direções por rios, pequenos e grandes: com vegetação, em toda a sua extensão”. “A bacia amazônica é uma região caracterizada pela abundância de água devido ao extenso e complexo sistema de rios que culmina no maior rio do mundo e em grandes áreas terrestres periodicamente inundadas (FREITAS e SILVA, 2000, p. 255).

Com uma dinâmica de curso de oeste para o leste, Araújo (2003, p. 36) apresenta o rio Amazonas e sua formação de calhas que faz comunicação entre inúmeras comunidades. O autor descreve a “extraordinária função humana e social” do rio para as diferentes formas de vida. Tratei em delimitar o foco para a calha do rio Solimões, um agente ativo do processo de territorialização da Etnia Tikuna na Região do Alto Solimões.

3.3.2 Dinâmicas do território da região do Alto Solimões, Amazonas

O conhecimento sobre os aspectos ecossistêmicos da região do Alto Solimões é de extrema importância para a compreensão da territorialização dos Tikuna no curso do rio Solimões durante todas as histórias de formação dos territórios indígenas (Figura 4). A dinâmica da floresta amazônica e o curso das águas determinam as diferentes formas de adaptabilidades dos povos tradicionais aos desafios das mudanças de paisagens e ao regime sazonal de enchentes – cheia – vazante – seca.

O conhecimento da dinâmica territorial das paisagens da região do Alto Solimões teve um ganho positivo através dos estudos realizados pelo grupo de pesquisa coordenado por Sandra Noda et al. Os estudos permitiram uma melhor compreensão de uma região pouco pesquisada e que abarca a maior diversidade socioambiental e cultural da Amazônia Legal.

Nesse processo de estudos voltados para a região do Alto Solimões e com a base teórica voltada para os estudos realizados pelo grupo de pesquisa de Noda et al, e demais autores, evidenciou-se, nesse primeiro momento, a dinâmica do povos Tikuna em construir seus territórios em locais com ampla diversidade e com configurações próximas ao município de Tabatinga.

Figura 4: Delimitação do rio Solimões



Fonte: Coutinho, 2018.

3.3.3 Características gerais da região do Alto Solimões

A calha do rio Solimões encontra-se em terreno sedimentar, cuja espacialidade é delimitada pelo nível máximo nas áreas alagáveis da planície (LAQUES et al, 2013, p. 18). Essa caracterização das paisagens na região torna-se fundamental para entender os desafios apresentados no estudo, o qual possibilitou avaliar as dinâmicas socioambientais enfrentadas pela cidade dos Índios em promover sua sustentabilidade perante o desafio de estar localizada em um território com fortes influências ambientais e antrópicas.

Para a compreensão dessa dinâmica, reportou-se à Figura 5 para apresentar duas importantes paisagens: as áreas de várzea e as áreas de terra firme. Essas duas áreas são determinantes na formação socioambiental e econômica dos povos tradicionais, em especial para os indígenas.

Figura 5: Áreas de várzea e terra firme



Fonte: Noda et al, (2013, p. 18).

De acordo com Laques (2013, p. 18), a influência dessas diferentes áreas está diretamente relacionada à dinâmica do rio Solimões:

Os rios que convergem no Solimões são delimitados pela terra firme, enquanto os rios recentes são de formação sedimentar, com sedimentos deixados pelas inundações anuais, formando assim, a “várzea” ou a planície aluvial amazônica. Essas duas unidades são essencialmente diferentes. Em contraste com a relativa uniformidade da vegetação da terra firme (...), a planície é caracterizada pela multiplicidade de ambientes. Sua dinâmica e suas evoluções estão sujeitas ao ritmo sazonal permanente do rio e seus afluentes nas variações de intensidade e duração (LAQUES, 2013, p. 18).

A dinâmica natural das terras firmes e várzea oferece diferentes possibilidades no transcurso do rio Solimões. Existe uma distribuição não uniforme desses ambientes na calha do rio Solimões, o que possibilita formações sociais diferentes para cada comunidade tradicional e/ou para as cidades estabelecidas no curso do rio. A multiplicidade de ambientes possibilita aos povos da região uma diversidade de atividades voltadas à exploração dos recursos naturais, tais como: a agricultura de várzea, a agricultura de terra firme, coleta de frutas da época e pesca.

3.3.4 Terra firme e várzea

Antes de adentrar a caracterização de terra firme e várzea, ressalta-se o que Witkoski (2007, p. 27), em sua tese, descreve sobre os “povos tradicionais” da Amazônia: índios, seringueiros, quilombolas, caboclos, ribeirinhos, caboclos/ribeirinhos (sociologicamente, camponeses amazônicos). O autor descreve todos como “povos tradicionais” por possuírem

uma “vasta experiência na utilização e conservação da biodiversidade e da ecologia dos ambientes terras, florestas e águas onde trabalham e vivem (WITKOSKI, 2007, p.27)”.

A terra firme caracteriza-se por ser um ambiente de solo pobre, porém estável. É nesse ambiente que a maioria da população estabelece seus espaços e onde estão localizadas as cidades que compõem a região do Alto Solimões. Laques et al, (2013, p. 19) delinearão a formação das comunidades próximas às beiras do rio Solimões, nas partes elevadas estabelecem e cultivam as vertentes.

Uma importante relação estabelecida pelo trabalho realizado pelos autores acima citados refere-se às condições para o cultivo nessas áreas de terra firme. Essa questão torna-se fundamental para entender a dinâmica vivida pelos Tikuna de Umariáçu, localizados próximo ao município de Tabatinga. Como descrito pelos autores:

As condições para o cultivo relativamente mais estáveis, embora os solos sejam mais pobres e exigem um longo período de pousio (entre 10 a 20 anos) para a recomposição da fertilidade. As roças espalham-se ao redor das áreas habitadas, num raio que permita o transporte dos produtos manualmente. O ciclo de floresta seguida de “roça – pousio – roça” concentra-se nesta área. Isso se traduz no espaço por um raio mais ou menos amplo, de acordo com o número de habitantes dos núcleos habitados, rodeado pela floresta, onde é praticado o extrativismo vegetal para alimentação e construção, caça e, esporadicamente, para a comercialização de alguns produtos como o açaí (LAQUES et al, 2013, p. 20).

A construção da tese está, portanto, voltada para entender a dinâmica socioambiental da Terra Indígena de Umariáçu, relatando-se como a territorialidade construída e vivida pelos Tikuna tem sido marcada pelo reducionismo de terra abarcada pelos diferentes atores sociais, em especial pela INFRAERO e Militares em avançar nas áreas de terra firme que compõem o ambiente utilizado pelos indígenas para o desenvolvimento das roças durante os períodos das enchentes. Para Araújo (2003, p. 37):

As terras aluvionais, resultantes de vastos depósitos de lama escorrida que deixou de atolar e que secou um pouco – são as que o povo chama *várzea* -, que por sua grande umidade e ritos vegetais apodrecidos, tornam-se magníficas para a agricultura de seis meses. Essas terras aluvionais são verdadeira dádivas dos rios (ARAÚJO, 2003, p. 37).

A área de várzea, portanto, apresenta uma dinâmica voltada ao ritmo anual das enchentes, que definem a variabilidade das condições do uso do solo. Uma área com solo rico em nutrientes depositado pelo ciclo das águas é a distinção caracterizante das áreas de várzea.

As referências do grupo de pesquisa utilizadas na construção dessa parte se fazem interessante ao adentrar todo o contexto da pesquisa de campo. A delimitação da Terra Indígena de Umariáçu, vivido no processo de demarcação territorial realizado na base legal pela FUNAI, tornou-se incompatível na contemporaneidade vivida pelos Tikuna. O território delimitado

apresenta um pequeno espaço de áreas de várzea que não atende à demanda da população e, por outro lado, tem as áreas de terra firme em constante disputa com os atores sociais apresentados nos demais capítulos.

Portanto, a dualidade vivida entre os Tikuna de Umariáçu tem sido: representa a segunda maior população indígena concentrada no menor território demarcado na década de noventa. A Etnia vivência uma geração de conflitos étnicos e econômicos gerando toda uma situação socioambiental não condizente para a região do Alto Solimões, que ainda é considerada uma das áreas de maior biodiversidade da Floresta Amazônica.

Como apresentado na Figura 5, as áreas de várzea da cidade de Tabatinga compreendem uma espaço que antecede a terra indígena de Umariáçu. Como discutido em outro trecho pelos autores:

Tabatinga, composta principalmente por várzea, é pouco povoada com exceção das partes mais altas, onde está situado o centro urbano. Esta distribuição explica-se pelo fato do lado esquerdo do município ser, em parte zona militar, mas também porque as grandes cheias que ocorrem a cada quatro ou cinco anos superam as faixas de terra e redesenham os cursos d'água e ilhas acarretando problemas para as comunidades (LAQUES, 2013, p. 18).

Witkoski (2007, p. 29) fez uma apresentação sobre a várzea do rio Solimões como uma paisagem natural e humanizada, onde habita, trabalha e vive o camponês amazônico com sua família, o seu território. Para os Tikuna de Umariáçu, a delimitação territorial impôs reduzidos espaços de áreas de várzeas, e que na atualidade também têm sido afetados por ações naturais ocasionadas pelo próprio rio Solimões, que muda constantemente o seu curso durante os períodos de cheias e vazantes.

O autor indica as mudanças no ecossistema de várzea em seu desenvolvimento “natural”, descrevendo:

Gerado por movimentos de oposição entre, por um lado, a sedimentação (formação de terras novas) e, por outro, a erosão (fenômeno das terras caídas), ambos colaborando com a formação de lugares onde os camponeses amazônicos põem em prática suas atividades nas terras, florestas e águas de trabalho – suas unidades de produção. Sem a atividade cíclica das águas do rio Solimões/Amazonas (enchente, cheia, vazante e seca) que possui características singulares não encontradas, por exemplo, nos rios de águas pretas (rios da fome), a vida camponesa na várzea seria irrealizável (WITKOSKI, 2007, p. 29).

Para entender as performances ecossistêmicas da floresta amazônica, descreveu-se sobre as dinâmicas dos rios da Amazônia, destacados na tese como um “sujeito vivo e ativo” determinante das mudanças da Terra Indígena de Umariáçu.

Assim, entender a dinâmica dos rios amazônicos é compreender o modo de vida do “camponês”, especialmente como apresentado por Witkoski (2007, p.111) quando descreve a

várzea do rio Solimões / Amazonas como paisagem natural e humanizada, onde habita, trabalha e vive o camponês amazônico com sua família, o seu território.

O território, no entanto, é e não é o mesmo. Pois, adentram-se às questões cosmológicas do que determina a noção de espaço para os povos indígenas, de ser um sujeito indeterminado, que ao longo das cronologias históricas vão sofrendo transformações acerca da redução de terras, exploração antrópica e ação do próprio ecossistema que está em constantes transformações. As dinâmicas territoriais, portanto, se entrelaçam pelas ações naturais - dinâmicas dos rios - e pelas ações antrópicas. Assim, a vida dos Tikuna sofreu, ao longo da história, vicissitudes que têm impossibilitado a Etnia de viver conectada aos seus conhecimentos com a floresta, com os rios e a mãe natureza.

A partir das inúmeras condições apresentadas aos Tikuna, as maiores imposições foram construídas através das políticas implementadas pelo “Estado” em buscar viabilizar a vida urbana nas cidades interioranas. Dessa forma, o pensamento urbanizador trouxe inúmeras transformações aos povos tradicionais, principalmente aos indígenas, que visualizaram o concreto tomar conta das florestas e, principalmente, a falta de retorno das “melhorias socioeconômicas”, pois a destruição de ambientes da floresta não garantiu aos indígenas uma vida digna ante a devastação crescente das suas reservas naturais.

3.4 Das políticas de desenvolvimento da região Amazônica à urbanização de Tabatinga

O presente tópico tem como escopo apresentar os principais planos de ações governamentais para o desenvolvimento regional (Amazônia), correlacionando as principais obras de infraestrutura dentro do processo de urbanização do município de Tabatinga, os quais possibilitaram mudanças no modo de vida e na história ambiental dos povos Tikuna da Terra Indígena de Umariáçu.

Diferentes autores fazem alusão aos Planos de Ação para o desenvolvimento da Amazônia de maneira emblemática, cujos projetos implementados, na maioria dos casos, eram apenas de interesse político e econômico, visando o crescimento a qualquer custo. Em tais planos, os militares tinham função importante na defesa dos territórios, porém as questões voltadas à prioridade das etnias e às questões ambientais não eram de interesse político.

Apresentado por Franchi (2011, p. 25):

A população urbanizada exerceu pressão cada vez maior sobre o meio ambiente. A relação predatória dos humanos com a natureza e os projetos e políticas governamentais, executados sem avaliação dos impactos ambientais, contribuíram

para o surgimento de novos problemas e conflitos socioambientais (FRANCHI, 2011, p. 25).

No transcurso da realização da pesquisa, questionamentos serão apresentados como pontos norteadores para construir a história dos Tikuna frente ao processo de urbanização. Como se deu essa urbanização? Quais são os impactos dessas obras de urbanização para a etnia Tikuna da Terra Indígena de Umariáçu? Quais são as relações de vantagens e desvantagens entre a cidade dos Índios *versus* a cidade do Governo?

3.4.1 Contexto das políticas de desenvolvimento e urbanização

Tavares (2011) descreve a Pan-Amazônia apresentando seu relevante potencial geopolítico e econômico:

- 85% da região em território brasileiro;
- 61% do território brasileiro;
- 5 milhões de km quadrados;
- 22% da reserva florestal do planeta;
- 20% da água doce disponível na terra;
- 45% do potencial hidrelétrico brasileiro;
- 9 estados brasileiros e oito países da América do Sul (potencial geopolítico).

Diante dessas dimensões ambientais, questiona-se a riqueza dos recursos naturais da Região Amazônica, a qual possibilitou uma corrida para a sua “proteção”. Daí emerge uma série de políticas que tiveram e ainda hoje apresentam como estratégia a ocupação do território e o controle econômico, que visam muito mais o crescimento desordenado das cidades Amazônicas do que o desenvolvimento social das populações locais.

Para o processo de organização do espaço amazônico, Gonçalves (2001) descreve os padrões de espaço: o primeiro padrão Rio – Várzea – Floresta e o segundo padrão Rodovia – Terra firme – Subsolo. O primeiro padrão predomina em diferentes áreas, por exemplo, na Região do Alto Solimões, nas quais a organização econômica se caracteriza nas margens dos rios. Para o segundo padrão, a organização se caracteriza nas margens das rodovias com atividades econômicas voltadas para a agropecuária, pecuária e exploração mineral, o que gera maiores impactos ambientais.

Os padrões de organização são interessantes para pensar como as sociedades, a partir dos processos de urbanização, carregam ações degradantes ao ambiente natural e possibilitam o crescimento desorganizado dos pequenos centros urbanos. Como descrito por Carlos:

A urbanização coloca, hoje, problemas atuais, produz-se em função das exigências em matéria de comunicação, de deslocamentos os mais variados e complexos criando uma hierarquia de lugares. Os problemas atuais postos pela urbanização ocorrem no âmbito do processo de reprodução da sociedade. Por isso mesmo a globalização também produz modelos éticos estéticos, gostos, valores, moda, constituindo-se como elemento fundamental da reprodução das relações sociais, um cotidiano, ainda em formação, onde todas as relações sociais passam a ser mediadas pela mercadoria. Por isso mesmo o processo de mundialização da sociedade urbana não elimina, mas aprofunda o processo de fragmentação contido no espaço, na ciência, na cultura, na vida do homem (CARLOS, 2007, p. 36).

O processo de reprodução da sociedade, com seus modismos, gostos e valores medidos como mercadoria, possibilitou fragmentações do ser humano. Sendo assim, a Amazônia teve seu povoamento e desenvolvimento fundados de acordo com o paradigma da relação sociedade-natureza, e, segundo descrito por Becker (2005, p. 72), “o crescimento econômico é visto como linear e infinito, baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são percebidos como infinitos”.

De maneira geral, o processo de urbanização no final do século XX trouxe impactos negativos no âmbito ambiental. Porém, permitiu mudanças estruturais e novas realidades na dinâmica regional a partir dos inúmeros projetos fundamentados na doutrina de segurança nacional para o desenvolvimento e crescimento das novas cidades Amazônicas, implantados pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal.

Tendo como recorte temporal para a presente pesquisa a década de 1960, reporta-se à década de 1950, por caracterizar um período inicial para o desenvolvimento regional da Amazônia no cenário nacional. Portanto, a ocupação e a distribuição territorial iniciada pelo Governo Federal suscitaram uma série de projetos de integração da Amazônia.

Tais projetos de integração da Amazônia visavam à construção de obras de infraestrutura que permitiram uma maior mobilidade populacional e uma corrida em busca de terras, o que desencadeou construções de vilas, povoados e cidades. Nessa corrida territorial, criou-se a Superintendência para Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1955, (Governo de Getúlio Vargas), que tinha um modelo de desenvolvimento orientado para o crescimento econômico. O que Becker (2005) denominou como uma “floresta urbanizada”.

A política de valorização para a região teve sua força iniciada no ano de 1964, quando editado o Primeiro Plano de Desenvolvimento denominado de Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) para o período 1964-1966. De acordo com Euzébio (2011), o programa possuía políticas territoriais e estratégias regionais de desenvolvimento principalmente voltado para a Amazônia. Porém, apenas em 1966 foram aprovadas leis que definiram a nova estratégia

institucional para a região, sendo proferida pelo Presidente Castelo Branco, quando lançou a “Operação Amazônia”.

Para Kohlhepp:

A “Operação Amazônia”, organizada como tirocínio militar, mobilizou fundos públicos e privados. A intenção era mostrar a habilidade do novo sistema político em levar adiante o desenvolvimento como uma potência líder do “terceiro mundo” por meio de novas estratégias para explorar o seu potencial econômico, mesmo em regiões com condições naturais adversas e sérios problemas logísticos (KOHLHEPP, 2002, p. 37).

As repercussões políticas e econômicas dos militares que estavam no poder em 1964 foram profundas sobre a Amazônia. Para os militares, era preciso ocupar a grande região para que deixasse de ser um “vazio demográfico”. Daí, surgiram dois objetivos básicos indissolúveis: integração e ocupação, seguido do lema “Integrar para não entregar” (EUZÉBIO, 2011, p. 64).

Nesse mesmo período, dois importantes órgãos também foram criados, o primeiro que substituiu a SPVEA, em 1966, denominado de Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e o segundo, em 1967, denominado de Ministério do Interior (MINTER).

A SUDAM, de acordo com Pieranti et al. (2007, p. 3), no contexto de Amazônia Legal, teve como principal projeto a construção da rodovia Belém-Brasília, concluída em 1960 no governo de Juscelino Kubitschek. Porém, os maiores projetos para a região ocorreram durante os governos militares (1964 - 1985) como resultado da percepção de que a Amazônia era um espaço vazio, sendo uma brecha perigosa à violação da soberania nacional.

Nessa alocação de projetos para a soberania nacional desenvolvida pelos militares na região, constata-se que a maior preocupação era geográfica e política, sem nenhuma importância aos danos ambientais e para as espécies da biodiversidade Amazônica, e muito menos para as etnias Indígenas. As consequências foram o crescimento populacional regional e a urbanização das populações amazônicas, como apresentado por Franchi et al.:

Essa população urbanizada exerceu pressão cada vez maior sobre o meio ambiente. A relação predatória dos humanos com a natureza e os projetos e políticas governamentais, executados sem avaliação dos impactos ambientais, contribuíram para o surgimento de novos problemas e conflitos socioambientais (FRANCHI et al., 2011, p. 25).

Almeida (2005, p. 61) descreve que através da explicitação de tais planos, ainda que fiquem meramente no plano do discurso, é possível perceber diferentes visões de frações dos grupos dominantes no poder, a respeito não apenas da melhor estratégia de ação, das prioridades etc., mas também do que pretendem para uma determinada região do país ou setor da economia

e como o corpo burocrático vê uma possível intervenção ali. Adiciona-se a essa citação a questão ambiental que, nesse momento, passava longe dos discursos políticos da década de 1960.

Das políticas pensadas e pouco efetivas para o processo de integração e ocupação da Amazônia Legal, a década de 1960, para a região do Alto Solimões, marcou o início de obras de urbanização que viabilizaram o crescimento de Tabatinga e de outros municípios circunvizinhos. É importante frisar o papel dos militares nesse processo de obras voltadas ao crescimento do município, militarização da fronteira.

Nessa fase, o Estado teve importante papel, por meio das ações realizadas pelos militares, possibilitando a “estruturação” das cidades Amazônicas. Oliveira define as cidades Amazônicas por:

Apresentam baixa articulação com as cidades do entorno, atividades econômicas quase nulas, predomínio do emprego relacionado ao serviço público, pouca capacidade de oferecimentos de serviços básicos e base econômica assegurada pelo repasse de recursos públicos (OLIVEIRA, 2006, p. 27).

Destarte, no processo de nacionalização do território, as Forças Armadas desempenharam importantes papéis na urbanização das cidades. De acordo com Steiman:

A presença institucional representada pelas unidades militares é outra característica fundamental da faixa de fronteira internacional no sistema de estados nacionais. Cumpre não só a função defensiva, mas, no caso do Brasil, constitui uma das Fontes de sobrevivência de várias povoações. A implantação de batalhões e pelotões de fronteira do exército foi responsável não só pela sobrevivência de vilas e povoados da época colonial como também, no Brasil, pela formação de núcleos urbanos que ascenderam à condição formal de cidades (STEIMAN, 2002, p. 36).

Portanto, a urbanização das cidades, a partir da presença das Forças Militares, propiciou, ao longo da história, o contato com bens e serviços, tais como: escolas, geradores de energia, hospitais, postos de saúde, estrutura de lazer, e outros. A estruturação de bens e serviços, inicialmente pensada para o favorecimento dos próprios militares e familiares, foi destacada para a região com o intuito de ocupar e proteger o território amazônico. Desse processo, surgem diversas transformações no ambiente citadino e que diretamente vão ser apresentadas à etnia em estudo.

Das diversas ações das Forças Armadas na década de 1960 no município de Tabatinga, destaca-se a construção do aeroporto. Essa obra foi importantíssima para o desenvolvimento da Região do Alto Solimões, a qual permitiu uma maior aproximação à capital Manaus e aos bens e serviços oferecidos.

Euzébio descreve que o Aeroporto de Tabatinga foi:

Originado de uma pista de pouso construída em 1965 para atender as necessidades e demandas das Forças Aérea Brasileira (FAB) e do Correio Aéreo Nacional (CAN), visava o fortalecimento e a guarnição das fronteiras do País. Atualmente, o Aeroporto Internacional de Tabatinga, apoia a logística das comunidades civis instaladas na região do Alto Solimões e os batalhões militares fundados pelo Exército Brasileiro na vasta extensão fronteiriça do extremo Oeste da Amazônia, com os países vizinhos do Peru e Colômbia (EUZÉBIO, 2011, p. 98).

Além disso, o autor afirma que o aeroporto serviu para a “Instalação da Colônia Militar de Tabatinga, em 1967, que veio a constituir a pedra fundamental da futura cidade de Tabatinga e sua urbanização subsequente” (EUZÉBIO, 2011, p. 98).

Na contemporaneidade, não se discute a questão de uma obra de fundamental importância para a região, pois é sabido que diversos avanços foram decorrentes da construção do aeroporto para ambas as sociedades em estudo. Mas, o que se objetiva é a construção de um estudo que busque ouvir as vozes dos Tikuna como os principais atores da própria história vivida durante as intervenções militares na época da construção do aeroporto e, assim, buscar construir as reflexões vividas pela comunidade dentro dos aspectos ambientais, sociais, econômicos, culturais e políticos.

Das mudanças geradas no decorrer da construção do aeroporto de Tabatinga, nota-se um aumento cada vez maior de migrantes de diferentes regiões do Brasil, o que tem possibilitado vários efeitos no crescimento do município. Esses efeitos são claramente positivos e outros nem tanto, principalmente quando se trata dos problemas ambientais decorrentes do crescimento desestruturado comum às pequenas cidades da Amazônia.

Voltando ao cenário nacional, Tavares (2011, p. 116) descreve que, a partir do governo militar, foram implantados planos nacionais de desenvolvimento, sendo estabelecido, de 1967 a 1971, o Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento, que definiu os rumos da estratégia do governo, baseado no binômio “segurança e colonização”, que destaca a necessidade de preencher o “vazio demográfico”.

Na década de 1970, destaca-se o I Plano de Desenvolvimento Nacional (PND), o qual foi estabelecido para o período de 1972 a 1974, pelo Presidente Médici, que tinha como objetivo desmobilizar a luta pela reforma agrária no Nordeste e promover a colonização para preencher o vazio demográfico da Amazônia.

O destaque na década de 1980 foi dado ao Projeto Calha Norte, que tinha por base a “doutrina de Segurança Nacional e previa a “vivificação das zonas fronteiriças”, ocupação da região considerada pelos militares como um “vazio demográfico”, e a não demarcação das terras indígenas situadas num raio de 150 quilômetros da faixa de fronteira” (PORANTIM, 2002).

Em paralelo, cria-se o Plano de Integração Nacional (PIN), que tinha como lema “integrar para não entregar”. Kohlhepp (2002, p. 39) descreve que o *slogan* do governo era “Há terra para todos na Amazônia”, o que deu impulso à migração em massa para o norte. Porém, como descrito pelo autor, a colonização agrícola, principalmente ao longo da Transamazônica, foi um fracasso, pois as condições ecológicas não foram totalmente compreendidas.

No período de 1974 a 1979 implantou-se II PND e o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), voltados para os projetos de desenvolvimento agropecuários e minerais. E, na década de 1970, especificamente no ano de 1974, o POLAMAZÔNIA, que tinha como finalidade promover o potencial agropecuário, agroindustrial e florestal em áreas prioritárias da Amazônia (TAVARES, 2011, p. 116).

Resumidamente, o II PND foi, segundo Almeida (2005, p. 61), essencial para entender a formação econômico-social da Amazônia nos dias atuais. Além disso, toda a estratégia do II PND está relacionada à tentativa de resolver o problema do ajustamento externo com a continuidade do crescimento. E, o mais interessante, é que no capítulo dedicado à estratégia de desenvolvimento social do II PND, a Amazônia não é sequer citada. Dessa forma, analisa-se que a concepção era mesmo de uma Amazônia como um vazio demográfico, sem ter uma sociedade.

Dentro das estratégias de planejamento regional na Amazônia, Kohlhepp descreve que:

Investidores de capital nacional e internacional foram atraídos por reduções consideráveis de taxas tributárias e também por outros benefícios. Tornou-se vantajoso para bancos, companhias de seguro, mineradoras e empresas estatais, de transporte ou de construção de estradas investir na devastação da floresta tropical para introduzir grandes projetos de criação de gado, com subsídios oficiais, realizando a exploração das terras a preços baixos (KOHLHEPP, 2002, p. 39).

Nessa corrida de estratégias para o desenvolvimento da Amazônia, defrontam-se problemas ambientais gerados pela exploração mineral, danos ocasionados pelas atividades agropecuárias e conflitos entre populações indígenas e fazendeiros. No geral, o tão sonhado Programa POLAMAZÔNIA trouxe resultados de um crescimento centralizado, aumentando as disparidades entre os grandes polos e as periferias da Região Amazônica.

Um fato importante para a década de 1970 é dado ao cenário mundial, que discute os problemas ambientais dentro do contexto de Desenvolvimento Sustentável, a partir da 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, no ano de 1972. Para Almeida (2005, p. 51), foi uma época em que aflorou mais fortemente o debate acerca da existência ou não de uma contradição entre proteção do meio ambiente e o crescimento econômico. Nessa relação de sociedade com a natureza, discutida mundialmente,

a década de 1970, para o Brasil, foi voltada para a questão do crescimento econômico a qualquer custo sem observar as consequências para a população da Região Norte.

É importante ressaltar que, diante das intenções dos inúmeros Planos e Programas pautados para tal desenvolvimento da Amazônia, descreve-se a criação da SEMA (Secretaria Espacial do Meio Ambiente), em 1973. Franchi et al. (2011, p. 26) destacam a preocupação do Estado brasileiro com o meio ambiente. A secretaria, portanto, surgiu no momento em que se iniciava, em escala nacional e global, a institucionalização de práticas voltadas a garantir a qualidade ambiental.

Resta analisar que tais planos, projetos e programas tiveram como prioridades possibilitar grandes investidores da agropecuária e os projetos de infraestrutura. Os impactos ambientais foram sentidos principalmente nos centros urbanos e pouco foram as atribuições nas cidades periféricas, por exemplo, o município de Tabatinga, que teve transformações baseadas nas ações dos militares dentro da proposta de proteção das fronteiras.

Nas décadas de 1960 e 1970, os militares foram os principais atores do processo de ocupação, urbanização e crescimento de Tabatinga. Como descreve Soares:

Esse é o drama que temos de enfrentar o quanto antes e, para enfrentá-lo, é preciso que o governo federal crie, ao longo das fronteiras, estruturas permanentes de colonização; e que os quartéis dos Destacamentos de Fronteiras sejam crisálidas de núcleos populacionais bem organizados, bem providos de resistência orgânica e perfeitamente aparelhados para se transformarem em futuras cidades. Essa é a FRONTEIRA VIVA (SOARES, 1972, p. 170).

De acordo com a citação acima, a criação dos núcleos populacionais, que se tornaram cidades através do crescimento populacional por meio da inserção de projetos de urbanização e da forte presença das ações militares, trouxe consequências principalmente às questões ambientais e sociais das etnias da região Amazônica. Becker faz uma análise da transformação ocorrida, que foi:

O reconhecimento de profundas mudanças estruturais que ocorreram na Amazônia nas últimas décadas do século XX. Todos sabem como o projeto de integração nacional acarretou perversidades em termos ambientais e sociais. Mas, com sangue, suor e lágrimas deve-se reconhecer o que restou de positivo nesse processo, porque são elementos com os quais a região conta hoje para seu desenvolvimento (BECKER, 2005, p. 73).

Na década de 1980, analisam-se ações dos megaprojetos, como descrito por Kohlhepp (2002, p. 41), as informações para a população regional atingida por tais projetos foram insuficientes e tardias. As decisões eram tomadas sem qualquer coordenação com as respectivas autoridades regionais ou locais.

Essa falta de participação gerou, de acordo com Kohlhepp:

Numerosos conflitos de interesse, a falta de respeito pelos limites das reservas indígenas, a insegurança com respeito a direitos legais e a continuada escalada da competição pelo uso da terra levaram a uma situação no qual a coexistência dos grupos sociais e seus objetivos econômicos ressaltaram a falha de objetivos comuns de desenvolvimento para a Região Amazônica (KOHLHEPP, 2002, p. 42).

Das transformações socioeconômicas e políticas na Amazônia oriental, poucas ocorreram na Amazônia ocidental, em especial para a Região do Alto Solimões. Dentro do contexto de urbanização, o Município de Tabatinga, na década de 1990, teve a principal Avenida pavimentada, como apresentado por Euzébio:

Até o ano de 1968, a via era apenas um caminho estreito, sem pavimento e sem nenhum tipo de estabelecimento comercial, existia somente o verde da mata com sua exuberância natural às margens da rua, servindo apenas de acesso para a movimentação de pessoas de um ponto a outro. Nos anos de 1970 começou a se intensificar o comércio entre Tabatinga e Letícia baseado no extrativismo da borracha, exploração de madeira e o tráfico de drogas. Em 1997 o prefeito da época mandou construir um jardim ao longo do canteiro central da avenida o qual hoje embeleza a avenida e lhe concede personalidade particular (EUZÉBIO, 2011, p. 104).

A representatividade da Avenida da Amizade é importante no discurso socioeconômico das transformações ocorridas para o crescimento de Tabatinga. Porém, tal construção, pavimentação de altíssima qualidade realizada pelos militares, ocasionou reflexos ambientais negativos decorrentes da derrubada da mata e do aterro de igarapés. Como apresentado por Euzébio:

A primeira pista pavimentada da Avenida da Amizade foi inaugurada em 30 de novembro de 1990 e a segunda concluída em 1992. Obra do governo federal realizada pela Comissão de Obras Aeroportuárias da Força Aérea Brasileira (COMARA). A via liga a área militar de Tabatinga onde se concentra o aeroporto e as instalações da Aeronáutica e do Exército até a linha de fronteira com Letícia, onde segue a Avenida Internacional. Segundo depoimento do Sr. Luiz Ataíde, um dos mais antigos moradores de Tabatinga, o caminho que originou a via foi iniciada com a abertura de uma picada na floresta em março de 1964, por um grupo de militares composto por um sargento e alguns soldados, sob o comando do ex-sargento Oscar Gomes da Silva, que mais tarde veio a se tornar o primeiro prefeito eleito da Cidade de Tabatinga (EUZÉBIO, 2011, p. 103).

Sendo o principal eixo viário que corta transversalmente Tabatinga (Brasil) até a divisa com Letícia (Colômbia), a Avenida da Amizade constitui-se como principal eixo de estruturação do espaço urbano, na qual encontram-se instaladas as principais casas comerciais e órgãos públicos. No contexto econômico, a etnia Tikuna há anos utiliza a avenida para a venda dos seus produtos de roça, pesca e artesanato.

Do ano 2000 aos dias atuais, diversas mudanças decorreram no cenário político da Amazônia, com destaque para a Política de Defesa Nacional, de 2005, que descreve o papel prioritário da defesa da Região Amazônica, como observado abaixo:

O planejamento da defesa inclui todas as regiões e, em particular, as áreas vitais onde se encontra maior concentração de poder político e econômico. Complementarmente, prioriza a Amazônia e o Atlântico Sul pela riqueza de recursos e vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestres e marítimas (BRASIL, 2005).

A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. (...) O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras, é condição necessária para conquista dos objetivos de estabilização e desenvolvimento integrado da Amazônia (BRASIL, 2005).

Dentro do cenário amazônico, a implantação de políticas públicas tem possibilitado mudanças no desenvolvimento econômico para os povos citadinos e para as diversas etnias. Porém, aumentaram os conflitos ambientais gerados a partir dos processos desestruturados de políticas públicas elaboradas de cima para baixo.

4 PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DOS TIKUNA DE UMARIAÇU NA HISTÓRIA DE CONTATOS INTERÉTNICOS

Seguindo uma construção de diálogos orais, montou-se as conjunturas da prática cotidiana da pesquisa de campo, como sendo uma boa entrada para iniciar as reflexões dos diferentes contextos das relações estabelecidas entre a cidade dos Índios e a cidade do Governo e, assim historiar as transformações pelas quais os Tikuna passaram ao longo dos últimos 70 anos. Nesse estado de relações no decorrer do tempo histórico, construiu-se, em feições básicas, o encontro da pesquisadora com os entrevistados (representantes indígenas da Etnia Tikuna e da Sociedade Civil), como ponto de partida para adentrar no conteúdo pesquisado e direcionar as discussões construídas perante a vivência durante as coletas dos dados.

Nesse território de emergência de estudos voltados ao contexto atual, da construção de uma história viva, foi dado início ao que por mim descrevo como sendo meu grande desafio. Cheguei ao município de Tabatinga, em uma semana atípica da região denominada por friagem, em abril de 2016. Como residente desde de 2009 no município de Tabatinga devido a minha profissão como professora do Instituto de Natureza e Cultura de Benjamin Constant, campus da Universidade Federal do Amazonas, o meu retorno após o período das disciplinas (2014 – 2015) do curso de Doutorado em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande não me ocasionou nenhuma estranheza de adaptação ao município e nem ao convívio com o público alvo a ser estudado.

A dinâmica de conhecimento da região proporcionou melhores resultados perante as coletas, facilitando o acesso burocrático e administrativo dos documentos necessários para a realização da pesquisa, principalmente com os indígenas. De início, o primeiro contato foi minha apresentação a FUNAI. Em seguida, não consegui fazer contato com os representantes da TI de Umariáçu, pois tinha sido um mês de intensas chuvas na região. Logo, me avisaram que a estrada de acesso pelo bairro da COMARA tinha caído e, para chegar a comunidade eu só poderia entrar pela estrada lateral, o qual encontrava-se inacessível devido a muita lama e buracos.

Dessa forma, parti para os contatos locais no município de Tabatinga, onde estive com representantes da Diocese do Alto Solimões, das Forças Armadas, FUNAI, Universidade e populares da Região. Para todos os participantes uma breve apresentação da pesquisa foi realizada. Em seguida, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi exposto para realização da coleta de dados e gravação dos depoimentos orais. Após os consentimentos, o trabalho de campo foi iniciado.

Ao longo dos relatos, os atores sociais dessa construção aparecem citados de maneira confidencial e suas falas apareceram de maneira aleatória, de acordo com as análises dos conteúdos abordados e pelo grau do contexto descrito nos depoimentos. Essa breve apresentação me permite adentrar ao conteúdo propriamente dito da referida pesquisa, apresentando a etnia Tikuna, que sempre me despertou reflexões para estudos voltados as questões observáveis no diálogo construído durante as atividades como professora de inúmeros alunos Tikuna da região.

Portanto, essa fase profissional na região foi o principal fato impulsionador para elaboração de uma proposta maior de pesquisa com a etnia Tikuna, que pudesse contar de maneira clara e objetiva a história socioambiental, sempre bem relatada por meus alunos, como sendo uma excelente temática para a construção de novos estudos de pesquisa. Nesse contexto, início uma viagem ao passado da etnia Tikuna, para compreender o presente e fazer novos diálogos sobre o futuro.

Souza (2015, p. 10) transcreveu a pesquisa de campo na região do Alto Solimões como sendo totalmente desconhecida, trazendo à tona a complexidade da realidade das diversas Amazonas presentes em uma determinada região, com um misto cultural e étnico diverso, que faz o pesquisador se sentir desafiado a todo instante pelas inúmeras relações e configurações que se entrelaçam no dia a dia do campo pesquisado. Diz Souza:

Estive em um lugar de grande complexidade, envolta em um estudo em área de fronteira identitárias, ética, estética, geopolítica e econômica. A Amazônia indígena e a Amazônia não-indígena; a Amazônia rural e a Amazônia urbana; a Amazônia colombiana, brasileira e peruana; cada um destes mundos e um universo próprio. O encontro e o desencontro de culturas, identidades, geografias, projetos de mundo e de ação política. Trazer tudo isso à tona, a partir das narrativas de quem se dispôs a conversar comigo e da minha percepção, em tão curto espaço de tempo, foi um desafio. Falar a respeito do outro e uma intervenção, um risco (SOUZA, 2015, p.10).

Como apresentado, a complexidade em se estudar a Amazônia é desafiadora. Porém, saliento que as percepções construídas a partir dos encontros e diálogos foram alimentadas pelas histórias contadas pelos entrevistados e ouvidas pela pesquisadora. Sempre motivados por minhas indagações, para que os participantes da pesquisa construíssem seus depoimentos orais com conteúdo rico em detalhes. Assim, partiu-se para o entendimento complexo da história construída a partir dos diferentes olhares, índios e não-índios, especificados na metodologia como: primeiro grupo (representações indígenas da etnia Tikuna) e segundo grupo (representações de sociedades civis).

E, como narrado por Schama (1945), em sua obra “Paisagem e Memórias”, é preciso vivenciar um local, usar o “arquivo dos pés”. Essa vivência foi primordial para entender a

dinâmica da(s) identidade(s) da região do Alto Solimões e as particularidades de uma cidade do governo imersa em área de fronteira Internacional, tendo como marcos divisórios uma rua, com a Colômbia, e o rio Solimões, com o Peru. Esses marcos divisórios da fronteira territorial são, portanto, como perquirido por Cardoso de Oliveira (2006, p. 107), locais privilegiados de interação intercultural e interétnica. Portanto, uma região de intensas sociabilidades em constantes transformações.

Na situação inicial, descreve-se como as políticas de desenvolvimento voltadas para a região da Amazônia afetaram diretamente as diferentes etnias da Amazônia, permitindo que configurações ocorridas no passado sejam sentidas na atualidade da etnia, e como tais políticas foram pensadas para o beneficiamento das sociedades civis que excluíram os indígenas a fim de promoverem a tida pacificação, em referência ao desenvolvimento econômico regional e o avanço exploratório dos territórios tradicionais indígenas. Como apresentado pelos autores abaixo, a população indígena é, e sempre será, alvo de cobiça pelos atores sociais tidos como “pacificados” e “civilizados” frente aos interesses de usufruto dos recursos naturais existentes em seus territórios.

Uma vez que as populações indígenas foram extremamente afetadas pelas políticas de desenvolvimento implementadas pelo governo federal. De fato, as terras indígenas foram, e continuam sendo, objeto de cobiça em função dos seus inestimáveis recursos naturais, sendo intensa a pressão das mineradoras, madeireiras, etc. para obter mecanismos legais de penetração nestes territórios (SERRA E FERNÁNDEZ, 2004, p. 117).

Para estabelecer as transformações vivenciadas pelas diversas etnias na região Amazônica frente às cobiças por suas terras, é importante fazer menção de que nos territórios indígenas encontram-se vínculos sociais, simbólicos e rituais que configuram o espaço territorial, não sendo o delimitado pelas fronteiras estabelecidas para a etnia Tikuna, o seu lugar concreto e habitado está fora desse limite demarcatório descrito ao longo do capítulo. Nesse intuito, o que é intitulado legalmente pela Constituição Federal de 1988, artigo 20, sobre as Terras Indígenas (TIs), necessariamente não foi pensado pelos indígenas, mas determinado pelos governantes, deixando a desejar sobre o direito dos índios, como determina a Lei:

São territórios da União, sobre os quais é reconhecido o direito indígena à posse permanente e ao usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, sendo o poder público obrigado, por meio da FUNAI, a promover seu reconhecimento por ato declaratório que faça conhecer seus limites, assegure sua proteção e impeça sua ocupação por terceiros (BRASIL, 1988).

Frisa-se a importância destacada na Constituição Federal à garantia dos índios ao direito e usufruto das riquezas dos recursos naturais dentro das suas terras e a obrigação do poder

público em assegurar mecanismos de proteção desses territórios. Porém, nos diferentes momentos políticos e históricos do Brasil, cenários e estereótipos foram configurados para as diversas Etnias, como forma de atender às necessidades sociais, o que possibilitou perdas e ganhos às Etnias no que tange à conquista dos processos demarcatórios dos Territórios Indígenas.

Perdas e ganhos, tratado nessa pesquisa como mecanismos de delimitação territorial que, na maioria dos projetos, foram realizados com perdas de terras, reduzindo gradativamente as etnias aos “lugares fixos” que, na atualidade, não atendem à demanda do crescimento populacional vivido nas comunidades indígenas. Descrevo o termo “lugares fixos” como sendo o lugar concreto e habitado na atualidade pela etnia estudada após os processos de demarcação territorial que fragmentou a etnia Tikuna em lugares estacionários.

Do outro lado, os ganhos durante a fase histórica dos Governos brasileiros em promover os estudos de demarcação foram vistos como conquistas positivas pelas associações indígenas e internacionais, como marco constitucional que garantiu o direito à posse e delimitação do espaço territorial que vinha sendo invadido e explorado pela sociedade emergente na região amazônica. Assim, a conquista do direito à posse de suas terras, trouxe, por conseguinte, sequências de mudanças e transformações na vida dos Tikuna de Umariáçu.

Nesse contexto de perdas e ganhos das interações entre nacionalidades e etnias, uma volta ao passado da etnia Tikuna se faz necessária para compreensão da formação do território como um lugar social, onde o povo Tikuna tem enfrentado os desafios impetrados nas comunidades Tikuna, tentando garantir a permanência e as vicissitudes dos elementos da identidade étnica aos seus descendentes.

Expõem o trecho da apresentação do livro “Pacificando o Branco”, organizado por Albert e Ramos (2002, p. 15), em que João Pacheco de Oliveira apresenta como os Tikuna, frente à crise seringalista, recorrem à sua mitologia etiológica para a criação da primeira Reserva Indígena do Alto Solimões, na década de 1940.

Na região do Alto Solimões, a Etnia Tikuna se destaca pelo grande crescimento populacional e sua vasta distribuição no território do Amazonas. O crescimento demográfico (Figura 6) dos Tikuna desencadeou em mudanças socioambientais e em disputa pela demarcação dos seus territórios, possibilitando um grau de organização política na luta por suas terras. As lutas travadas foram favoráveis aos Tikuna para a formação de organizações políticas voltadas para conquistas na área de uma educação intercultural e pelos processos de demarcação dos territórios.

Figura 6: Mapa demográfico da população Tikuna



Fonte: Instituto Socioambiental, 2017.

Emerge, portanto, na década de oitenta, a luta pela demarcação das Terras Indígenas Tikuna. Assim, o processo de territorialização surge como meio de garantia para sobrevivência da própria sociedade Tikuna que, por muitas décadas, sofreu e sofre com a exploração dos seus recursos naturais, por diferentes atores sociais (seringalistas, religiosos, comerciantes, militares, madeireiros, pesquisadores, agricultores etc.). A luta, portanto, conduziu ao processo de fragmentação territorial dos Tikuna por toda a calha do Rio Solimões.

Estabelecendo relação com Velden (2010, p.55), os processos de territorialização compreendem de que forma uma comunidade é associada pelos atos emanados pelo poder político aos limites geográficos estabelecidos, marcando o uso do espaço para as mais diversas atividades por parte das “unidades sociais”. O autor faz menção às unidades sociais, como sendo os indivíduos da sociedade indígena que tiveram de se adaptar às questões de delimitação para as atividades de sobrevivência da população ocupante desse território, que tornaram-se “lugares confinados” à reprodução das atividades indígenas.

A discussão teórico-prática desse processo de territorialização será exemplificada com o caso da Terra Indígena de Umariçu, Etnia Tikuna, Alto Solimões, Tabatinga, Amazonas, destacando a construção social do espaço e a formação da primeira Reserva Indígena, um lugar delimitado geograficamente, emanado pelo poder do Estado, e que não absorve as necessidades da etnia, como discutido adiante. O capítulo, portanto, foi dividido em quatro momentos da história da Terra Indígena de Umariçu. No Primeiro momento, descreveu-se a construção do processo de territorialização e a noção do espaço abstrato pelos Tikuna. No segundo momento, o fluxo migratório para ocupação da reserva indígena criado pelo antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). No terceiro momento, a ação messiânica como fator determinante para a

divisão da terra indígena em comunidades. E, por fim, no quarto momento, o processo de demarcação da Terra Indígena de Umariáçu.

Todos os momentos são importantes para a construção da história ambiental desinente dos limites geográficos determinados pela cidade do Governo, para, assim, analisar o presente e o futuro dos Tikuna frente às transformações decorridas pela delimitação do espaço em um “lugar fixo” e do crescimento populacional na atualidade, temáticas apresentadas nos demais capítulos da Tese.

4.1 A história de ocupação territorial na região do Alto Solimões

Como ponto de partida, considero importante historiar as relações estabelecidas no campo da formação do território que constituem a cidade dos Índios e a cidade do Governo. No campo da discussão feita por João Pacheco de Oliveira, considerado um dos principais estudiosos dos Tikuna, o autor descreve a formação do território étnico como sendo resultado do conjunto de iniciativas de um aparato burocrático estatal, que tão somente aplicaria os preceitos legais de garantir direitos e assistência à população indígena (OLIVEIRA, 2006, p. 277).

A discussão sobre a territorialização dos Tikuna de Umariáçu foi importante para descrever o contexto apresentado por Oliveira (2006) no que diz respeito ao campo da natureza dos processos identitários. O autor apresenta em sua obra a relação dialética entre a identidade étnica e a identidade nacional como sendo um dos mais desafiantes cenários de investigação. Nesse cenário, o autor refere-se ao contexto de fronteiras, o de fronteiras entre países, que seria, como já descrito, “um cenário privilegiado” para tratar de temas relevantes sobre os caminhos e descaminhos da identidade. O mesmo tratou da realidade vivenciada pela identidade Tikuna nas fronteiras nacionais (Brasil, Colônia e Peru) ou, como dito por Oliveira (2006), para dar conta do sentido do termo atribuído por Fredrik Barth, reservando a palavra fronteira para expressar o conceito tradicional de “fronteira política”.

As fronteiras construídas ao longo do processo histórico de formação dos territórios indígenas foram impondo novas configurações nas reafirmações da identidade étnica dos Tikuna. Nessa configuração, frisa-se a discussão de Little (2002, p. 4) sobre territorialidade, o qual a define como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente físico, convertendo-se, assim, em “território”. Para estabelecer os elementos necessários à construção de um território, “Terra Indígena de Umariáçu”, utilizou-se da história de ocupação guardada na memória coletiva dos

representantes da etnia Tikuna e representantes da sociedade civil para a compreensão do campo de formação original do território ocupado (Espaço) e não o delimitado pelo órgão tutelar (Lugar), o Estado.

Em estudo realizado por Galoois (2014, p.1), a Territorialidade foi descrita como uma abordagem que não só permite recuperar e valorizar a história de ocupação de uma terra por um grupo indígena, como também propicia uma melhor compreensão dos elementos culturais em jogo nas experiências de ocupação e gestão territorial indígena. Assim, para os Tikuna, o território tem um significado além da posse de suas terras. É onde eles constroem suas histórias familiares e demarcam o lugar de vivência através do cultivo de suas roças. É, o território simbólico, onde enterram o umbigo do filho, plantam uma determinada árvore para os frutos alimentem as gerações futuras.

Nessa abordagem da história de ocupação descrita por Galoois (2014), foi importante frisar a territorialidade e seus reflexos dentro de um planejamento pensado para os termos de densidade populacional e limitações dos recursos naturais para o desenvolvimento sustentável da população ocupante do território¹⁵. Ou seja, a territorialidade pensada no passado deveria ser um planejamento focado nos desafios do futuro, para que os conflitos existentes na atualidade dos territórios indígenas não fossem uma das principais armadilhas para o desenvolvimento de diversas atividades de subsistência, por parte da comunidade ocupante dessa delimitação territorial.

A compreensão da formação da Terra Indígena de Umariáçu teve como principal elemento para a composição da História viva da etnia Tikuna a construção das narrativas que foram frutos de excelentes conversas que puderam esclarecer e traduzir o significado da importância socioambiental dos povos da região para a questão de identidade étnica. Como dito por Evans-Pritchard (2005, p. 244), sobre estudos com a Etnia Azande, “o que se traz de um estudo de campo depende muito daquilo que se levou para ele”.

Nas articulações da pesquisa de campo, uma importante colocação foi a do Entrevistado 4 (não indígena), quando narra: “*Nada melhor de como você aprender, estando com eles... a cultura e tudo mais... e quando a gente vai fazer pesquisa, que vai visitar, eles falam o que a gente quer ouvir. E quando a gente passa a conviver com eles, eles falam o que tem a dizer. A diferença é essa... Na pesquisa não mentem, mas falam só o necessário, o preciso. Mas quando entra na profundidade da convivência, eles se revelam mais, mostram quem eles realmente são, a visão deles, o mundo, a cultura, as relações, tudo! Convivendo é melhor*”. O discurso

¹⁵ Ler Dyson-Hudson e Smith, 1978.

apresentado foi o ponto de partida, parafraseando o que Schama (1945) refere-se sobre o “pisar no chão” para realmente entender a realidade e as problemáticas vivenciadas pelos Tikuna em seus territórios.

Ao conduzir o trabalho de campo, pude entender com mais precisão o significado do verbo aprender, entendendo a dinâmica da pesquisa na Amazônia e, o “banzeiro” de informações guardadas não em arquivos acadêmicos, mas sim, na memória de uma população vivente da realidade da região. “Banzeiro” descrito por mim como sendo uma inconstância das realidades socioambientais. Assim, como as águas dos rios da Amazônia fluem em diferentes velocidades, constituindo momentos de banzeiro (agitação) ou de calmaria, assim é a vida nas fronteiras estabelecidas por diferentes atores sociais no interior do Amazonas. Em especial, o banzeiro e a calmaria da etnia Tikuna que vivem em constante processo de auto afirmação da identidade étnica diante das inúmeras vicissitudes do território indígena.

A vivência da pesquisa de campo permitiu a descoberta de valores que a bagagem teórica não comporta. Pois o campo das relações vivenciadas foi maior para formular e reformular as indagações para a construção da tese. Como dito pelo Entrevistado 4, a convivência é a melhor forma de encontrar as respostas que se quer obter dentro de um estudo com as comunidades indígenas do Amazonas. Inúmeros trabalhos apresentados na revisão bibliográfica foram importantes nas contribuições dos estudos no campo mitológico da Etnia Tikuna e em outras análises cosmológicas. Assim, partiu-se do campo mitológico para a história das relações estabelecidas. Porém, sair da área de conforto dos estudos sobre os Tikuna foi ideal para entender o presente e os anseios vivenciados pela etnia com relação ao futuro do seu povo e dos seus territórios.

Não distanciando do campo mitológico, pois o berço identitário étnico é constituído pelo poder do mito na composição do Eu, enquanto membro de uma sociedade. Como descrito por Simon Schama (1945), não levar em conta o mito e seu poder de sedução é empobrecer a compreensão que temos de uma cultura. Assim, me propus a fazer um recorte dos mitos descritos pelos entrevistados como mecanismo para entender as transformações socioambientais vivenciadas pelos Tikuna de Umariçu, que carregam na memória a origem do povo Magüta¹⁶ e os elos entre o passado e o contemporâneo.

¹⁶ Definido pelos próprios Tikuna no Jornal Magüta N° 21: é o nome do povo pescado pelo Yó'i na Eware. Magüta é o povo Ticuna, Yó'i disse que este povo irá cultivar a terra e ser dono dela até o fim do mundo. Mesmo que termine o século este pessoal Yó'i forma outra gente. Magüta tem que viver para sempre. Se o povo Magüta morrer acabar o mundo (Anexo 7).

Como definido por Little (2001), são os saberes ambientais, ideologias e identidades coletivamente criados e historicamente situados que um grupo social (Tikuna) utiliza para estabelecer e manter seu território, assim denominando a sua Cosmografia. Utilizando-se da definição descrita por Little sobre o estudo da cosmografia de um grupo social, partiu-se para a construção da história de ocupação guardada na memória coletiva dos Tikuna de Umariáçu como sendo um dos pontos para a formação do território Tikuna de Umariáçu.

Sobre o histórico da etnia Tikuna, diferentes autores fazem referências sobre distribuição territorial e presença na região do Alto Solimões. Como descrito por Salzano et al. (1979, p. 517):

A primeira menção histórica aos Tikuna parece ter sido feita por Cristóbal d'Acuña em 1641. Os contatos com espanhóis e portugueses iniciaram-se no século 17 e foram cheios de episódios de violência. Sua expansão geográfica e consequentes encontros com pioneiros não-índios durante os séculos 18, 19 e início do 20 levaram, de acordo com Oliveira (1964), a duas situações polares: a) os índios dos igarapés (tributários dos grandes rios), controlados em suas relações com o mundo exterior pelos negociantes de borracha; b) os índios dos rios, isto é, os que habitavam o posto indígena de Umariáçu e algumas outras comunidades néo-brasileiras, como Santa Rita do Weil, ao longo dos cursos d'água maiores (SALZANO, 1979, p. 517).

De maneira geral, Serra e Fernández (2004, p. 109) descrevem a população ocupante da região amazônica, a qual era formada por aproximadamente mil nações indígenas, que estavam concentradas principalmente nas várzeas. Ao longo dos séculos, essa população foi acumulando conhecimentos da floresta e desenvolveu seu modo específico de lidar com ela. Essa integração harmônica capacitou os índios a explorá-la sem fins destrutivos.

No âmbito mais delineado, a narrativa da história de formação do território para a etnia Tikuna pode ser contada a partir do que podemos chamar da primeira exploração ambiental nas terras amazônicas, que compreende o período da atividade extrativista de coleta do látex das seringueiras, período de um novo ciclo social e econômico na Amazônia Continental. Tal produto foi visto nas expedições realizadas por La Condamine, sendo utilizado pelos índios da Etnia Omágua, na atual Cidade de São Paulo de Olivença, o qual Hemming (2007, p. 626 - 627) assim descreve:

La Condamine ficou também bastante impressionado com um produto à base de água, notavelmente elástico, usado pelos Omáguas. Eles o empregavam para fazer garrafas inquebráveis, botas e bolas ocas, que arremessavam; em suas festas cada convidado recebia uma seringa em forma de pêra, feita desse material, para beber. Os índios determinavam a resina de caucho, Era, é claro, a borracha, produto que haveria de transformar essa região da Amazônia ao findar o seguinte século (HEMMING, 2007, p. 626 - 627).

A exploração do látex, tão cobiçado pelos colonizadores durante os ciclos da borracha, mudou gradativamente o modo de vida estabelecido nas margens do rio Solimões e nos igarapés

das áreas de terra firme. Darcy Ribeiro (1979, p. 24) descreveu que a exploração dos seringais permitiu o aliciamento daquela população “indígena” para a produção de borracha e para os trabalhos ligados à navegação fluvial. O índio-remo, o índio-piloto, o índio-bússola que descobriram os seringais. Souza (2015, p. 16) faz referência à formação dos seringais na região do Alto Solimões nas duas últimas décadas do século XIX, a qual impôs aos indígenas Tikuna uma situação de submissão durante cerca de 90 anos (de fins do século XIX até a década de 1970).

Batista (2007), relata que das seringas encontradas por La Condamine surgiram as designações em português: (seringueira: a árvore), (seringal, a área em que as árvores se encontram), (seringueiro: o coletor do látex) e, (seringalista: o dono da terra).

Como descrito por Serra e Fernández (2004, p. 110), o período áureo da borracha nesta região foi entre 1870 e 1912, sendo a riqueza e prosperidade tão abundantes que as suas duas principais cidades na época, Belém e Manaus, eram importadoras de moda, comportamento social e cultura. A corrida pela borracha produziu o primeiro grande decisivo desequilíbrio ecológico assinalado na Amazônia, como descrito por Chevalier (1935), os seringais, onde se recolhia o leite branco, se tornavam negros ao contato da ambição humana.

As transformações do ambiente iniciadas pelos colonizadores eram silenciosas. Pois a Amazônia era, para os colonizadores europeus, florestas e rios, e apenas minúsculos arranhões eram ocasionados nas extensas florestas. Porém, como bem descreve Schama (1945) no resumo do livro: Uma árvore nunca é apenas uma árvore. A natureza não é algo anterior à cultura e independente da história de cada povo. Em cada árvore, cada rio, cada pedra, estão depositados séculos de memória. Por isso, se analisa a importância da história ambiental dos Tikuna como um cenário de estudo das relações entre homem e natureza, considerando o meio ambiente enquanto agente social e presente na história da humanidade (CIPRIANO e MACHADO, 2009).

A exposição acima torna-se importante ao pensar sobre a Amazônia e suas transformações, que ao longo do tempo tem desencadeado conflitos socioambientais entre atores sociais diversos, sempre com o discurso desenvolvimentista de que é preciso o crescimento urbano do Amazonas, principalmente das cidades interioranas. Questiona-se, portanto, o crescimento urbano foi pensado pelos índios? Não.

Esse pensamento projetado para as cidades do Governo aboliu dos seus objetivos desenvolvimentistas questões mais complexas para a vida socioambiental dos povos indígenas. Por conseguinte, planos políticos e econômicos foram elaborados e colocados em prática com

o discurso inicial da década de 1960, que foi o de ocupar o dito “vazio demográfico” apresentado pelos governos militares sobre a Amazônia.

O “vazio demográfico”, na visão colonialista, era ocupado pelos inúmeros povos amazônicos que apresentavam uma vasta riqueza cultural e natural. E, destarte, tal riqueza natural é considerada como sujeito ativo que tem sofrido transformações ao longo do tempo em face de todas as consequências das ações humanas e também de cunho natural, o rio Solimões, como sendo um sujeito delineador do espaço ocupado por suas águas, a cada regime de cheias e vazantes.

A descrição do rio Solimões será iniciada nesse capítulo e sua relação com as transformações serão descritas no Capítulo V, chama-se atenção para a dinâmica cronológica apresentada posteriormente sobre as transformações ambientais derivadas da abertura da pista de pouso na década de sessenta. Porém, antes das questões da história ambiental foi escrito o processo de territorialização até a demarcação de Umariáçu.

A bacia hidrográfica da região amazônica apresenta dinâmicas diferentes. O Rio Solimões é dito como jovem, ou seja, um rio em formação. Suas margens não estão estabelecidas e, anualmente, passam por mudanças a partir da subida das águas (cheias) e pela descida das águas (vazantes). Tal fenômeno desencadeia na fertilização dos solos das várzeas do rio, ambiente considerado propício ao desenvolvimento da agricultura temporária, período denominado pelos moradores da região como sendo o período de fartura.

Como apresentado por Witkoski (2007), a várzea do rio Solimões é uma composição complexa de terra, floresta, água e homens. Apresenta uma dinâmica descrita pelo autor como uma paisagem humanizada. Tal importância dada ao rio Solimões é apresentada diante da sua rica extensão no território indígena Tikuna, o qual determina mudanças constantes nos territórios ocupados pelos povos ribeirinhos a cada ciclo de cheia e vazante.

O ciclo de cheia e vazante é uma dinâmica que possibilita a nutrição das águas brancas do rio Solimões tornando-as de coloração barrenta. Processo biológico de deposição de sedimentos ricos em nutrientes que irá compor as áreas de várzeas durante o período da seca na região. Esse processo, portanto, confere ao solo das várzeas a fertilidade propícia à plantação de alimentos de subsistências.

Witkoski (2007, p. 115) refere-se aos rios nascidos nos Andes como os que transportam apreciáveis quantidades de sedimentos em suspensão, resultantes, principalmente da erosão que exercem esses rios, a exemplo, o Solimões, no trecho montanhoso dos seus cursos. Como exposto na Figura 7, um trecho de terra alta em frente ao território de Umariáçu. Portanto, o regime de inundação determina e delimita novos lugares que, ao mesmo tempo, fertilizam as

áreas para cultivo e também diminuem os espaços de terras altas, como as terras localizadas em frente ao território de Umariáçu.

Em tais áreas altas de terra firme do rio Solimões, o processo físico de derrubada das terras é conhecido como “fenômeno das terras caídas”. Tal fenômeno desencadeia a derrubada das áreas dos territórios que são banhados pelo rio Solimões, conseqüentemente, gera redução das terras firmes (terras caídas) e, em alguns casos, gera a formação de terras novas. Witkoski aponta como terras novas e a sua antítese (terras caídas).

Figura 7: Fenômeno de terras caídas, em frente à TI de Umariáçu



Fonte: Coutinho, 2016.

Conseqüentemente, o rio Solimões é um elemento fundamental para a compreensão do contato e das relações que o povo Tikuna estabelece entre si e a sociedade envolvente, além da fundamental e perceptível influência que o rio exerceu (e exerce) sobre os processos de ocupação territorial e de migração vivenciada pelos Tikuna durante toda a história de formação dos territórios da região do Alto Solimões.

No transcurso dos seus leitos, o rio Solimões, de maneira única, transforma as paisagens do Alto Solimões trazendo diferentes significados dessas mudanças no cotidiano ambiental, social, cultural e econômico pelos elementos simbólicos do que é viver na proximidade do rio, ou como melhor dito pelos populares ribeirinhos da região, como é “viver o rio”. Portanto, dentro do contexto da história ambiental, o rio Solimões é um sujeito da história das transformações vivenciadas pelos Tikuna.

Tal explicação sobre o rio Solimões foi importante para relacionar o destaque sempre dado pelos entrevistados na pesquisa a duas árvores que foram o marco simbólico das transformações ocorridas no território Tikuna, como descrito pelo Entrevistado 5 (não indígena): *“Em frente ao rio tinha uma castanheira bem grande sabe, que era tipo um ponto de referência, o pessoal dizia ‘ah, é ali depois da castanheira’ sabe... mas o tempo já levou, só que eu tenho fotografia delas ainda sabe, que era uma castanheira e uma seringueira”* (Figura 8).

E, como sujeito das transformações ambientais, o rio Solimões, com sua grandiosidade, marcou (e marca) a vivência de muitos moradores da região pela imponência dessas duas árvores no “beiradão” de terra firme, símbolo da delimitação territorial dos Tikuna de Umariáçu no processo burocrático realizado pelo Estado. Para inúmeros viajantes e ocupantes da cidade dos Índios e da cidade do Governo, essas duas árvores foram símbolo de saída e chegada à região do Alto Solimões.

Não se tem o registro da data das imagens recuperadas no arquivo do Entrevistado 5. Porém, como observado na figura 8A, a castanheira e parte da seringueira foi marco simbólico da divisa entre a cidade dos Índios e a cidade do Governo. Na figura 8B pode-se detectar apenas a presença da castanheira, e não mais a presença da seringueira, sendo a mesma levada pelas águas do rio Solimões após a queda das terras do “beiradão”. É importante frisar que as fotos mostram as transformações do ambiente em uma faixa de tempo, o qual não foi possível estabelecer, mas é válida a reflexão sobre essas duas árvores no empoderamento simbólico de que uma árvore é uma árvore, e ela traz consigo uma riqueza de memórias vivenciadas por diferentes atores sociais.

Partindo-se da figura 8 e da importância simbólica da seringueira e castanheira no contexto das transformações ao longo do tempo nesse ambiente habitado por grupos indígenas que traziam consigo a herança de como sobreviver aos desafios de uma região totalmente diferenciada para os ditos “brancos”, descreve-se o processo histórico da corrida exploratória da floresta pelos colonizadores e como a atividade extrativista iniciou as transformações no ambiente das florestas. Por conseguinte, a corrida pelo ouro branco (látex) foi apresentada de maneira escravista aos índios na sua própria floresta, ocasionando tanto o trabalho forçado, como também a dispersão de muitas etnias como mecanismo de fuga contra o trabalho imposto pelos colonialistas, os conhecidos senhores dos barracões.

Figura 8: A - Árvores na entrada do território Tikuna. B - Castanheira



Fonte: Entrevistado, 2017.

Portanto, dois fatores do processo de colonização foram impostos aos Tikuna: a exploração extrativista da borracha e o seu condicionamento ao regime de barracão, fazendo com que a população indígena ficasse dependente das condições impostas pelos patrões, a partir da troca do látex por alimentos e utensílios domésticos, criando um sistema de endividamento dos índios com os donos dos seringais. Nesse processo de exploração, a região do Alto Solimões passou por transformações de interesse econômico devido à existência de reservatórios de seringueiras. A corrida pela exploração trouxe, assim, modificações no modo de vida dos Tikuna e demais etnias, como descrito por Ferrarini:

Não há nenhuma dúvida de que a chegada dos europeus foi um desastre para os povos autóctones. Com a sua cultura, com suas leis, com seu Deus, provocaram os maiores horrores, os maiores genocídios de toda a história da humanidade. Com títulos ou sem títulos, as terras são dos nativos. Quem compreendeu logo isso sofreu as mais duras violências para defendê-los contra a usurpação ibérica (FERRARINI, 2013, p.25).

Os diferentes contatos interétnicos estabelecidos entre os colonizadores e os Tikuna abriram frentes intersocietárias envolvendo diferentes agentes sociais que são contados na história da formação da terra indígena de Umariçu e do município de Tabatinga. E, como apresentado por Oliveira (2006), essa região configurou-se em um interessante cenário para pesquisa por ser formada por contextos fronteiriços compostos de diferentes culturas e por socializações heterogêneas:

É assim que em ambos os lados da fronteira se pode constatar a existência de contingentes populacionais não necessariamente homogêneos, mas diferenciados pela presença de indivíduos ou grupos pertencentes a diferentes etnias, sejam elas autóctones ou indígenas, sejam provenientes de outros países pelo processo de imigração. Ora, isso confere à população inserida no contexto de fronteira um grau de diversificação étnica que, somado à nacionalidade natural ou conquistada do conjunto populacional de um ou de outro lado da fronteira, cria uma situação sociocultural extremamente complexa. [...], no caso de uma situação de fronteira, aquilo que surge como poderoso determinante social, político e cultural – provavelmente mais do que a etnicidade – passa a ser a nacionalidade dos agentes sócias. É quando nacionalidade e etnicidade se interseccionam tal qual identidades que passam a ocupar um mesmo espaço (OLIVEIRA, 2006, p. 107-108).

Entre as temporalidades do passado, presente e futuro, parte-se para o contexto de formação do território Tikuna na história de ocupação, apresentando a transcrição dos entrevistados e os relatos históricos de ocupação e povoamento nos territórios da região do Alto Solimões. Nesse processo histórico, o Entrevistado 2 reportou-se ao século XVIII, narrando sobre a história da região: *“durante as constantes invasões a região do Alto Solimões, o Governo Português instalou uma missão dos Jesuítas ao Javari. Nas mais remotas histórias do Estado do Amazonas, a exemplo dos anais do Pará, um Padre Jesuíta veio para essa região, dando cumprimento ao tratado de Madrid, firmado por Portugal e Espanha no dia 13 de Maio de 1750. O governador do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado foi ao seminário dos padres jesuítas pedir pro diretor destacar um padre para fundar a missão de Portugal e fixar o limite territorialmente e estabelecer um povoado”*.

Dando sequência às ideias, o Entrevistado 2 expõe que a missão tinha o intuito de estabelecer os limites territoriais na região de fronteira: *“a missão “veio pra cá, fez uns levantamentos, uns mapas de quantos brancos tinham, quantos civilizados, quantas aldeias, ali pelas vilas de Tabatinga, Benjamin..., E aqui na região de Tabatinga, naquela época só tinham dois brancos e cento e tantos índios. Isso de acordo com o relatório que ele fez. Pois, não*

contou direito porque quando tinha expedição que chegava, muito índio corria com medo e se escondia”.

As temporalidades são inseridas no contexto da tese como mecanismo de construção das ideias pautadas sobre a história indígena de ocupação existente antes do “falso descobrimento do Brasil” pelos colonizadores. Pois, toda a história vem pautada nos escritos dos descobridores. Assim sendo, iniciaram-se os primeiros contatos pelas frentes missionárias dos jesuítas com os povos da etnia Tikuna na região do Alto Solimões. Como descrito por Hüttner (2007), a partir de 1709, a região do Solimões passou a pertencer aos limites da Coroa Portuguesa, exigindo dos Jesuítas que instalassem uma missão no Javari (1752).

Nessa disputa da divisão do território entre Portugal e Espanha, um “*Padre jesuíta se ofereceu como voluntário para a missão. Ele era um jovem afoito, que gostava de aventura, chamado Manoel dos Santos*” (Entrevistado 2). Hüttner (2007) descreve que, devido à constante invasão dos portugueses rumo ao norte, a partir de 1709, a região do Solimões passou a pertencer aos limites da Coroa Portuguesa. Para garantir essas terras, o governo português exigiu que os jesuítas instalassem uma missão no Javari que passou a ser chamada São Francisco Xavier do Javari. Como dito: “*Durante a missão o padre fundou Benjamin Constant na foz do Javari, denominando o primeiro nome de São Francisco Xavier do Javari. Depois de dois anos estabelecidos no Javari, o padre subiu o Rio Napo onde tinham lá as missões dos jesuítas espanhóis. Então os jesuítas espanhóis cederam, pediram para os índios que eles acompanhassem o padre para a nova missão de Portugal*” (Entrevistado 2).

A missão dada aos Padres Jesuítas caracterizou-se como ponto de contato entre etnias e religião, estabelecendo relações dos missionários com as etnias. Como descrito, “*Os índios confiavam muito no padre. Pois, eles odiavam os portugueses que andavam pra cá a caça do índio para levar como escravo, para os engenhos de cana de açúcar de São Luiz, de Pernambuco e em Belém. Os padres vieram para cá onde participaram desta primeira missão de Portugal que deu origem a Benjamin Constant. Porém, em 1760 os padres jesuítas foram expulsos de todas as colônias de Portugal, tanto do Brasil, como da África. E, o padre Manoel dos Santos foi preso. E, os índios não se adaptando com os militares foram fugindo. (Entrevistado 2)*”

Com a presença de militares e as missões portuguesas Jesuítas estabelecidas na região com a função de fixar os limites territoriais, iniciou-se os entraves entre militares e indígenas fazendo com que ocorresse a dispersão de um grupo de índios para o outro lado do rio, lado esquerdo do Solimões. A fuga desses índios para o lado esquerdo do Solimões que era um lugar

de terra alta, o qual não se tem oficialmente um nome determinado, mas tudo indica que era o atual bairro da COMARA. (Entrevistado 2).

Indagando, o entrevistado 2 descreve: *“E, o que sabemos sobre a Comunidade Umariáçu?” “Nesse local de terra alta, denominada como COMARA foi que eles “Índios” se estabeleceram. Quando pegamos a escrita da história de Tabatinga feita pelos militares, o governador que era Ataíde Davis”, diz: “O destacamento estabelecido no Rio Javari para ter uma melhor fiscalização das canoas que passavam para o povoado espanhol de Loreto avançou para o outro lado do rio no lugar de Terra Alta chamada Tabatinga e, ali estabeleceu a povoação de São Francisco de Xavier de Tabatinga ao lado de uma aldeia abandonada pelos jesuítas, que é justamente a COMARA onde morava os índios Tikuna”.*

Em outros relatos, a *“exemplos dos presidentes das províncias do estado do Amazonas e também do ouvidor Sampaio que esteve aqui em Tabatinga, ele veio de Belém onde relata que em Tabatinga existem 16 praças e ao lado do forte tem um povoado composto de 40 Tikuna. Então quer dizer que ele já estavam estabelecido no atual bairro da COMARA” (Entrevistado 2).*

O bairro da COMARA, no município de Tabatinga, na trajetória de ocupação do território, é descrito pelos moradores da região como sendo inicialmente ocupado por Tikuna, antes mesmo do estabelecimento dos militares para a defesa dos limites territoriais da fronteira. Como dito: *“Então, quer dizer que eles (Os Tikuna) já estavam estabelecidos no atual bairro da COMARA. E aí o que aconteceu que eles foram se dispersando mais para lá? Foi quando apareceu por aqui um velho Coronel de Barranco, chamado José Mendes. Ele teve um pouco de sorte, ganhou muito dinheiro com o ciclo da borracha e apareceu como dono e começou a fazer plantação de açúcar para fazer rapadura onde hoje é o bairro da COMARA” (Entrevistado 2).*

Uma mudança cronológica temporal foi apresentada pela entrevistado que passa do século XVIII, para a década de trinta (século XX), o *“Coronel trocou o nome, não se conhecia como Umariáçu, mas chamava-se Sítio Bom Destino: esse foi o nome que ele deu. E, ele foi e registrou essas terras em Manaus. Ele era o proprietário. E, os índios que eram aldeados ali ficaram todos subordinados a ele. Porque, colocou-se o título de coronel? Lógico que coronel era quem tinha um dinheirinho na época, tinha um engenho de cana de açúcar e, o governador até por apoio político, dava o título de coronel” (Entrevistado 2).*

O território então ocupado pelos Tikuna foi comprado e tornou-se o sítio Bom Destino, como escrito por Oliveira (1988), essa foi uma fase de incorporação das atividades extrativistas,

os seringalistas demonstraram toda violência e superioridade militar e impuseram aos índios modificações em seu modo de vida e organização social.

Um período marcado pela intensa exploração por parte dos senhores seringalistas, que afetou não somente a vida dos Tikuna de Umariáçu, com suas terras no domínio do coronel, mas de toda a Etnia Tikuna da região do Alto Solimões, que teve seus costumes, crenças, organização espacial, economia, relações sociais e familiares profundamente afetadas.

Sobre a abertura dos grandes seringais nativos, Oliveira (1998, p. 281) refere-se às atividades desempenhadas pelos índios Tikuna para a produção gomífera, relatando que “como a formação do seringal, a limpeza das “estradas”, o transporte da borracha, a edificação da sede (com o barracão, a casa do patrão e a engenhoca para preparar o aguardente), bem como a própria atividade rotineira de coleta e “fabrico” do látex” eram atividades dos Tikuna, fortalecendo o sistema de exploração das seringueiras e produzindo o crescimento econômico dos padrões da região”.

O cenário era de sujeição dos índios ao patrão seringalista. Tal fato gerou violência e medo aos Tikuna perante toda essa fase de exploração dos seringais. Durante a fase do Coronel, no sítio Bom Destino, os Tikuna vivenciavam o processo de encapsulamento em seu próprio território, ainda não delimitado geograficamente. Porém, um importante fato dessa história da territorialidade da Etnia Tikuna foi a visita do Coronel Cândido Rondon, tido como um intrépido explorador e grande humanitário.

Hemming (2011) o descreve como um brilhante engenheiro do Exército e devoto seguidor do positivismo, que dirigiu sua reputação à causa dos povos indígenas. Pregava o progresso humano em direção à perfeição social. O Coronel Cândido Rondon ficou conhecido como o criador do Serviço de Proteção ao Índio – SPI.

A visita do Coronel Rondon à região de fronteira do Alto Solimões mudaria o rumo das questões territoriais dos Tikuna. “*Em sua visita que teve como missão de apaziguar a paz entre colombianos e peruanos por causa de Letícia. O General Rondon como diplomata mandado pelo presidente Getúlio Vargas veio analisar a situação. Porém, os peruanos dando cumprimento que já tinham acertado perante a liga das nações, devolveram novamente Letícia para a Colômbia*” (Entrevistado 2). Durante a sua estada na região, “*Rondon observou a confusão toda com os Tikuna. E, nesse mesmo período, o mesmo mandou para Manaus decidir e comprar o terreno do sítio para dar aos Tikuna*” (Entrevistado 5).

Como citado por Oliveira (2006 p. 283):

No início da década de 1940, começa a ser debatida dentro do SPI a necessidade de uma atuação indigenista mais direta na região de fronteira, especialmente em áreas

onde havia problemas e redefinições territoriais. Alguns anos antes, a chamada “Questão de Leticia” envolvera a Colômbia e o Peru em confrontos armados, acarretando modificações na divisão territorial dos países vizinhos, sendo resolvida com a mediação brasileira, exercida pelo general Rondon.

Após a estada na região, o General Rondon voltou ao Rio de Janeiro e sugeriu que fosse criada a reserva indígena de Umariáçu. Um importante fato descrito nos depoimentos sobre a presença dos Tikuna no território do bairro da COMARA foi a descrição do cemitério abandonado existente na época (Figura 9). “*Nos anos de 1957, 1958, 1960, dia de finados você ia ao cemitério (Figura 9) e via nas sepulturas que a grande maioria era indígena. Pois, se via frutas, como: melancia, abacaxi, cultivando a tradição aos mortos. Pois, eles acreditavam que os mortos vinham ali se alimentar*” (Entrevistado 2). Tal relato é uma marca da presença dos Tikuna em uma área que atualmente não está dentro do espaço demarcado como Terra Indígena de Umariáçu.

Figura 9: Cemitério no Bairro da COMARA, limite com a TI



Fonte: Coutinho, 2017; Google Earth, imagem 3D, 2017.

Nesse mesmo local foi estabelecido o primeiro escritório do Posto Indígena de Umariáçu pelo Serviço de Proteção ao Índio. “*O General Rondon fez um longo relatório para o governo. E em 1943, segundo informações, foi estabelecido a Reserva Indígena Tikuna dentro do Umariáçu*” (Entrevistado 2). Como mencionado:

O inspetor Carlos Eugênio Chauvin (...) propôs a criação de uma Ajudância para atender aos Ticuna e Miranha. A recomendação de Chauvin era de instalar, ainda no ano de 1942, um posto de fronteira para os Ticuna no igarapé de Belém (...). Todavia, por medida de economia, a criação da Ajudância foi postergada, os postos de alfabetização adiados e o posto de fronteira construído em locais mais acessível, em Tabatinga, contando com a vizinhança e a colaboração da Guarnição Militar da Fronteira (OLIVEIRA, 2002, p. 283).

Uma circunstância sobre essa fase de criação da reserva foram as intervenções militares, como sendo um dos atores sociais das transformações vivenciadas pela Etnia Tikuna. Na época, *“houve um desentendimento dos índios com o comandante e houve aquele racha. O exército não quis mais que os índios ficassem próximo a guarnição. O exército queria que os índios ficassem lá da margem esquerda do Tacana pra baixo, porque eles não queriam próximo daqui, já que dava muita confusão com exército e tal. E aí esse conflito gerou a vinda do nada mais, nada menos do que o Curt Nimuendaju, que veio resolver esse conflito”* (Entrevistado 2).

Antes de adentrar nos trabalhos realizados por Curt Nimuendaju, resalto o trabalho referido por Souza (2015, p. 19), o qual apresenta que no alto Solimões as duas primeiras agências de contato relatadas foram a Prefeitura Apostólica do Alto Solimões e, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Adiciona-se a esses agentes a presença dos militares como uma instituição que adentrou a região e impactou o modo de vida dos Tikuna e o espaçamento dos territórios das Etnias do Alto Solimões, em especial os Tikuna que tiveram seus territórios fragmentados em inúmeras comunidades.

João Pacheco de Oliveira filho (1988, p. 215) expôs, a partir dos dados obtidos na relatoria anual da 1ª Inspeção Regional do SPI, que o primeiro interesse manifestado pelo SPI sobre os Tikuna ocorreu em 1929, quando foi confiado a Curt Nimuendaju a missão de *“fazer uma visita à aldeia dos Tikuna, no Solimões, e fornecer a esta Inspeção minuciosos informes sobre aqueles aborígenes”*.

Curt Unkel, nome de batismo Alemão, ficou conhecido por Curt Nimuendaju (aquele que reside entre nós) em cerimônia realizada pelos Guaranis, adotando esse nome quando tornou-se cidadão brasileiro. Em 1915, começou a trabalhar com os povos amazônicos. Aos 62 anos, vivia entre os Tikuna do Amazonas-Solimões. Estudioso da história dos índios, realizou estudos antropológicos de nada menos que 45 povos indígenas (HEMMING, 2011, p. 318-320, 329).

No âmbito apresentado entre o pertencimento das terras dos Tikuna e o Exército, *“Curt Nimuendajú foi designado por Rondon para resolver oficialmente esse impasse”*. Tendo como missão ver a *“situação dos índios, fazer contato, fazer trabalho, fazer o mapa das terras dos índios. Foi tudo ele, ... , foi tudo ele quem fez”* (Entrevistado 5). Curt Nimuendajú, fez um mapa:

Datado de 15.11.1945 consolidava esse acordo, cabendo ao SPI todo o trecho ribeirinho que, saindo da sede do PIT, ia até os limites do lote Bom Destino. Um topógrafo do SPI foi enviado no final de novembro de 1945 para regularizar as posses indígenas de Tabatinga. A resistência encontrada não permitiu que o trabalho fosse realizado. O acordo com o Exército não foi formalizado e a única prova de sua existência, o mapa original de Nimuendajú, está guardado, afirma-se, nos arquivos secretos do CMA (OLIVEIRA, 2002, p. 287).

A negociação entre Tikuna e o Exército teve como mediador esse pesquisador. O mesmo questionava *“para que colocar os índios lá debaixo do Tacana, tão longe? Os Tikuna já estavam aqui ao lado do Umariçu, aqui na COMARA. E, aí ele disse: vamos fazer um acordo? Que tal deixar os índios da esquerda do Umariçu pra lá? E, então ficou acertado que os índios tinham que morar na esquerda do Umariçu para lá.”* (Entrevistado 2), o que atualmente é a comunidade Umariçu I.

Dessa forma, data-se que em 1945, o SPI conseguiu adquirir a Fazenda Bom Destino, de propriedade do falecido Coronel J. Mendes, por meio de uma transação com sua filha (e única herdeira) residente em Manaus (OLIVEIRA, 2002). Sendo o território dos Tikuna confinado ao que foi descrito:

Por volta de 1/3 da população Ticuna como um todo, que passou a ficar assim reunida em uma faixa de terra ribeirinha ao Solimões, com 12 km de comprimento, confrontando em seus extremos com a COMARA em Tabatinga e para o centro com um afluente do rio Tacana. A largura desse terreno era menor (5 km), uma grande parte deste sendo constituído por áreas alagadiças e chavascais. Tal acordo celebrado com o Exército, no entanto, não foi devidamente implementado, a reserva indígena tendo ficado reduzida à antiga área ocupada pela fazenda Bom Destino, com apenas 3,32 km à beira do Solimões, confinando com a Fazenda Praia Grossa (OLIVEIRA, 1988, p. 195).

Um ponto interessante após todo esse processo de deslocamento dos Tikuna para a área da antiga fazenda, o consenso ficou no dito pelo não dito. Como citado:

O consenso obtido foi transformado em letra morta e os terrenos ocupados pela antiga sede do PIT forma sendo tomados por regionais. A área passou a ser vista como destinada a expansão urbana de Tabatinga, nela tendo sido construído inclusive o aeroporto da Cidade. Entretanto, o lote Bom Destino – único terreno ainda relativamente em poder dos índios – tem atualmente os seus limites questionados pela prefeitura do recém criado município de Tabatinga (OLIVEIRA, 2002, p. 287).

A expansão do território de Tabatinga pela área militar foi, ao longo do tempo, empurrando a comunidade cada vez mais para a margem esquerda do Solimões, confinando os Tikuna de Umariçu a uma imobilização dentro do seu próprio território. Nos depoimentos, frisa-se a criação do aeroporto de Tabatinga e a criação da vila militar como fatores determinantes do encapsulamento dos Tikuna em um território limitado, e a destruição dos seus recursos naturais existentes dentro da reserva, a exemplo, cita-se a derrubada das castanheiras para não atrapalhar a visibilidade dos aviões em processo de aterrisagem.

“Então hoje se você observar, a reserva está para lá, muitos mais pra lá onde tem aquela cerca (Figura 10.A), aquele posto... (Figura 10.B). E, assim a reserva indígena de Umariçu vive hoje confinada a sua primitiva área que foi estabelecida pelo governo federal” (Entrevistado 2). Nota-se que o processo de criação do território de Umariçu surge das

pressões estabelecidas entre os diferentes atores sociais e com a emergência de atuação dos principais encarregados do recém-criado Serviço de Proteção ao Índio – (SPI).

Figura 10: A - Entrada da TI ao lado da cerca dos militares. B - Antigo posto indígena.



Fonte: Coutinho, 2017.

A delimitação dos Tikuna de Umariacu ao território da fazenda Bom Destino e o encapsulamento da comunidade aos limites territoriais de proximidade com o município de Tabatinga delinearão amplas transformações no universo social, cosmológico e nas relações econômicas com os setores da sociedade local.

Como descrito pelo entrevistado 6 (indígena): "*Seguinte, falando primeiro da história. Na época em que o Marechal Rondon passou aqui na comunidade, Tabatinga não existia aqui, mas os indígenas da comunidades já estavam aqui. Por causa de nós que a cidade foi construída. Porque Benjamin Constant já existia. Tabatinga nasceu e aí foi homenageada, foi um padre que passou aqui por aquela época, ele foi homenageado por ser o descobridor dessa região aqui, o nome dele era Francisco Xavier, o descobridor dessa área. Então, como nós moramos, até hoje, os governantes hoje, quase não nos reconhece porque eles nos ignoram*".

Na fala descrita, o posicionamento dos Tikuna com relação aos primeiros ocupantes do território do atual município de Tabatinga, especificamente o espaço hoje ocupado pelo bairro da COMARA, não mais dos Tikuna, mas de populares não indígenas que avançaram sobre o território de Umariacu. Com o passar do tempo, os índios foram perdendo espaço devido às instalações militares e avanços dos “brancos” para a exploração da madeira.

O que ficou de território da comunidade do passado para a comunidade do presente? Para abranger esse processo foi considerada a etapa de implantação de políticas do SPI para

desenvolvimento da Terra Indígena, através das políticas estabelecidas por Manuelão e, por conseguinte, o favorecimento desse território para o fluxo migratório de Tikuna de outras comunidades para Umariáçu.

4.2 Migração Tikuna para o Posto Indígena de Umariáçu

Sendo criado em 1910, o Serviço de proteção ao Índio tem sua efetiva atuação iniciada no Alto Solimões em 1942. Como apresentado por Almeida (2013, p. 48 – 49):

O estado brasileiro de maneira tardia percebeu que as relações existentes no Alto Solimões entre os Ticuna e os patrões seringalistas se constituíam de forma altamente negativa aos Ticuna (pois os patrões seringalistas faziam uso da força física para manterem os índios presos no seu seringal). Castigos físicos, pressões psicológicas praticadas por parte dos patrões foram os fatores que condicionaram a instalação do SPI entre os Ticuna (ALMEIDA, 2013, p. 48 – 49).

No contexto mais amplo de violência, Silva (2017) discorreu sobre as relações de poder estabelecidos por empresários/políticos que representavam o Estado numa região rica em fonte de exploração de recursos naturais. Portanto, os deslocamentos forçados dos povos indígenas eram constitutivos de uma economia extrativista local marcada por intensa exploração da força de trabalho configurado pela situação de seringal, sistema de aviamento e patronagem. Um dos exemplos de violência dos povos indígenas da Amazônia, a Casa Arana no Rio Putumayo foi um caso que retratou a violência vivida por crianças indígenas que foram servir aos interesses dos patrões da borracha.

Voltando as ações do SPI na região, com o intuito de incorporar os índios à sociedade nacional, o SPI partiu para a instalação de estruturas perenes na comunidade, tais como: o posto indígena, escola, construção de casas etc. Esse processo de imobilização dos Tikuna nesse território teve um importante encarregado, o Senhor Manuel Pereira Lima, chamado pelos Tikuna por Manuelão, encarregado pelo posto de 1943 a 1946 (OLIVEIRA, 1988, p. 162). Na atualidade, em todos os depoimentos é nítido o papel exercido por Manuelão no PIT, este foi um ator social decisivo na mudança de postura de muitos indígenas na região, até mesmo para que os indígenas tomassem conhecimento da existência do SPI.

Oliveira (1988, p. 162) refere-se à atuação de Manuelão como tendo sido decisiva para a consolidação do SPI na área, discorrendo que é a partir dele (e em função de sua proposta de ação) que os Tikuna tomam conhecimento da existência desse órgão na região.

As relações estabelecidas entre os Tikuna e Manuelão eram controversas, pois para alguns, Manuelão incentivava os Tikuna ao trabalho para fins financeiro. Porém, Manuelão é

tido pelos Tikuna de Umariáçu como um excelente líder. No relato do entrevistado 5, o papel de Manuelão era: *“O Manuelão foi muito bom... Lá no Umariáçu se fala muito desse Manuelão, só que depois houve um próprio complô contra o Manuelão lá do pessoal dos próprios comerciantes da borracha, da seringa... Porque o Manuelão tinha um pensamento parecido com Frei Arsênio¹⁷. Ele recebia as coisas que o SPI mandava pra subsidiar os índios, para dar aos índios e, mas só que ele nunca dava. E ele trocava as coisas, não por besteira, mas ele trocava”*.

Nessa época existia uma política de circulação monetária baseada na troca exercida pelos barracões dos seringalistas. Manuelão, com suas atividades no PIT, desenvolveu um papel econômico de compra e venda dos produtos produzidos pelos Tikuna. Como demonstrado na fala do Entrevistado 5: *“Então vamos dizer que tinha um grande aviamento¹⁸ dessas coisas necessárias, tipo querosene, açúcar, café, essas coisas que era pra dar pros índios, mas ele vendia e, aí ele meio que estava fazendo uma concorrência desleal com os comércio de lá que vendia explorando, o olho da cara... E aí não tinha como o comércio ganhar dinheiro? Mas aí houve esse complô e expulsaram Manuelão”*.

A dinâmica de trabalho estabelecida por Manuelão aos índios despertou uma crise na política com os comerciantes. Os Tikuna faziam suas roças e trocavam a farinha por produtos no Posto Indígena com Manuelão. Os donos dos barracões, descontentes com a política do SPI, iniciaram um complô contra Manuelão, que incentivava tanto os indígenas à produção nas roças como também a migração de inúmeras famílias para o novo posto indígena, fator inicial do povoamento nas terras do PIT. Como apresentado, o autor faz menção à migração de inúmeros Tikuna vindos de diferentes comunidades:

Com a instalação do Posto de Umariáçu, colocando os índios em território ‘sem patrão’, os seringalistas reagiram, lançando mão de várias formas de protesto possíveis naquela nova situação. (...) O seringalista Antonio Roberto Ayres de Almeida, ‘patrão’ dos igarapés Takana e Belém, procurou o apoio das autoridades militares de Tabatinga, denunciando (...) as ‘atividades criminosas de Manuelão’, pedindo a sua imediata destituição e sugerindo a transferência do Posto para outro local, longe da fronteira e de suas propriedades. Isso tudo, naturalmente, para que Antônio pudesse mais tranquilamente usar de mão de obra indígena, e os Tikuna não fugissem de seus domínios para o Posto Indígena (FERRARINI, 2013, p. 34).

¹⁷ Frei Arsênio Sampalmieri, recortes do Jornal Porantim (outubro de 1984). “Vindo da Itália, em 1965, para a prelazia do Alto Solimões, no oeste do Amazonas, frei Arsênio trabalhou três anos em Benjamin Constant. Depois, foi para a área Tikuna, como diz ele “provisoriamente”, para substituir um padre que viajara. Este “temporário” durou até hoje. Antes era um trabalho “quase de desobrigas”, mas, desde 1969, compreendeu que “para fazer um trabalho mais sistemático era melhor morar com os índios e participar da vida deles” (PORANTIM, 1984).

¹⁸ O **aviamento**, termo cunhado na **Amazônia**, é um sistema de adiantamento de mercadorias a crédito. Começou a ser usado na região na época colonial, mas foi no ciclo da borracha que se consolidou como sistema de comercialização e se constituiu em senha de identidade da sociedade **amazônica** (ARAMBURU, 2018).

Sempre benquisto pelos índios, Manuelão despertou o conflito entre índios e brancos, tornando insustentável a situação dentro do eixo político e econômico da região, bem como com os comerciantes locais. Manuelão era para os índios um patrão justo, que não explorava e fazia as roças prosperarem. *“Os comerciantes ficavam dizendo que Manuelão era pra dar as coisas pros índios e não vender e que estava enganando os outros. Mas era uma política de Manuelão”* (Entrevistado 5).

De acordo com Oliveira (1988, p. 164):

A preocupação produtivista correspondia a uma diretriz básica do SPI, de promover a educação e integração dos índios mediante o incentivo às atividades reputadas como economicamente produtivas. No caso específico era uma maneira de demonstrar aos regionais a utilidade do Serviço, fazendo-o aparecer como muito mais eficaz do que os patrões no controle da mão de obra indígena (OLIVEIRA, 1988, p. 164).

A política estabelecida por Manuelão desempenhou um papel importante na comunidade de Umariáçu. Porém, a sua atuação refletia a dinâmica de funcionamento do próprio SPI, no que diz respeito à introdução de um padrão de trabalho para provar à sociedade da cidade do Governo a eficiência de funcionamento do recém-instalado órgão indigenista. A ideia central de Manuelão era apresentar a capacidade do órgão indigenista em desenvolver mecanismos de trabalho com a etnia. Por um lado, suas atividades foram benéficas aos índios, que relatam a passagem de Manuelão pelo PIT com grande entusiasmo.

Souza (2015, p. 20) aponta essa relação estabelecida e como toda a política de Manuelão muda o cenário das relações sociais e políticas:

O surgimento do PIT e seu posicionamento a favor dos indígenas, a partir das ações indigenistas e assistencialistas, reconfigurou a cena do poder local. O SPI, por meio do PIT (em especial, na pessoa do Manuelão, que atuou como chefe de Posto de 1943 a 1946) se impôs como um ente do Governo Federal, e os seringalistas tentaram, a todo o custo, inclusive com tentativas de extorsão e intimidação de funcionários, neutralizar a ação do SPI na região, mas o cenário já havia mudado de forma permanente (SOUZA, 2015, p. 20).

O entrevistado 7 (indígena) faz essa relação ao local de origem das terras de Umariáçu e Manuelão, discorrendo: *“É verdade, era ali. É assim, primeiro chegou Manuelão, o chefe antigo. Nesse tempo ele mandou plantar muita cana grande. Fazer rapadura... Ali morava Chico de Toinho com os pais deles... Naquele tempo tinha 10 casa só aqui no Umariáçu, só 10. Ai Manuelão chegou com muito material, muita coisa. Motor, machado, mas ele pensou que ia quebrar nós. Mas nós somos Tikuna mesmo. Avião que chegava de carga, até agora nunca esqueci dele. PANAIR, primeiro antigo PANAIR que cai em água né... Avião grande que chega muito, dali pra cá, traz carga. Ai vinha pro capitão que tinha aqui, que cuidava das terra. E aqui tem antigo de Coronel que morava aqui, um altão que criava muito gado. Ai General*

Rondon comprou esse terreno e mandou ele sair, ai Coronel saiu que morava ai (...). Nesse tempo, só tinha 10 casas, eu nasci aqui em casa de um vovô Páscoa. Trabalhava desde os 7 anos e meus pais foi pro Peru porque papai não ganha quase nada. Não tinha nem roupa, ai foi pra lá”.

O entrevistado 7 fornece elementos das atividades realizadas por Manuelão e quantifica a população na comunidade que vai de encontro com os trabalhos de João Pacheco de Oliveira. Descreve com orgulho as atividades que foram introduzidas por Manuelão, mesmo que este achasse que os Tikuna não iriam dar conta do serviço. E diz: “*Nós somos Tikuna mesmo*”, ou seja, somos fortes. Reporta-se ao Capitão dono da antiga fazenda Bom Destino, das cargas que chegavam e da passagem de Rondon, que na memória dele e da maioria dos Tikuna de Umariáçu foi o Coronel Rondon que comprou as terras para os Tikuna.

Tanto Rondon como Manuelão sempre são lembrados por suas atuações durante o período de atuação do SPI. Pois, a partir do trabalho iniciado por Manuelão e da regularização da fazenda Bom Destino houve um incentivo ao deslocamento dos índios para as terras do PIT e posterior independência dos indígenas das imposições sofridas pelos donos dos barracões. Essa é uma fase inicial do crescimento populacional e ponto importante para as pressões socioambientais da Terra Indígena de Umariáçu. Oliveira, sobre a migração Tikuna, diz:

Informantes de diversas localidades ribeirinhas (como Oriente, Guanabara, Teresina) contam quem *Manuelão* lhes teria feito *convite* de se mudarem para Tabatinga e descrito as vantagens desse lugar. Através de outros índios, com que costumava realizar trocas quando esses chegavam até a sede do Posto, a notícia chegou a outros seringais, principalmente ao rio Tacana, local de permanentes conflitos entre índios e seringueiros. Mais índios chegavam para ocupar aquela área e no início de 1956 houve uma migração coletiva de várias famílias procedentes das propriedades de Antonio Roberto Ayres de Almeida, no rio Tacana. (OLIVEIRA, 1988, p. 169).

A migração e ocupação territorial de Tikuna vindos de diferentes áreas da região do Alto Solimões para a comunidade Umariáçu, próxima a cidade do Governo, desencadeou um aumento populacional progressivo da etnia dentro do território do Posto Indígena. Porém, os planos de desenvolvimento do PIT por Manuelão foram impedidos, como explicado por Oliveira (2002). Com essa inviabilidade criada por conflitos entre sociedade dita branca e os índios, o indigenista foi transferido do PIT, sendo substituído por um novo encarregado, que teve como missão recompor o relacionamento do SPI com os militares e seringalistas, promovendo a transferência do posto e dos índios de Tabatinga para as terras do igarapé Umariáçu, em 1946.

Assim, Almeida (2013, p. 50) aponta essa atuação de Manuelão no campo das relações estabelecidas:

Quando o SPI estabelecia uma atuação mais constante nesse campo de relações interétnicas, as suas atividades eram vistas pelos comerciantes, patrões e entre outros regionais, como uma afronta ao desenvolvimento regional e nacional do país, e por vezes ele era classificado da mesma forma que os índios, como um “empecilho ao desenvolvimento regional”, como se esse órgão federal estivesse contra a integridade nacional (ALMEIDA, 2013, p. 50).

Nesse entrelaçamento das relações estabelecidas entre o SPI e os Tikuna, o território foi empurrada para o Igarapé de Umariçu, após a saída de Manuelão. Essa fase marcou novas dinâmicas sociais para os Tikuna de Umariçu, face ao novo líder do Posto Indígena, que tinha como objetivo voltar a estabelecer o diálogo perdido com os comerciantes locais e com os militares, deixando de lado as atividades realizadas por Manuelão na Terra de Umariçu.

Antes de adentrar ao próximo tópico do capítulo, se faz necessário explicar o porquê do nome Umariçu, pelo entrevistado 6: *“Esse nome vem, como vou dizer, vem da palavra Tikuna mesmo, meus ancestrais dizem que alguns anos, teve uma mulher chamada Maria que morreu ali no igarapé afogada... Ela era branca. Mas, o parente dela era Tikuna, porque lá é que surgiu o tradição do nome da comunidade...”*.

Complementando a explicação, o entrevistado 5 refere-se da seguinte maneira: *“E o igarapé depois de um tempo passou a se chamar de Maria Açu. Porque na década de 1940, em 1943 por aí, naquela época das guerras ainda eles andavam regimentando o pessoal pra levar pra guerra né... Aí o pessoal aqui, os índios tudo corria para os igarapés, para as cabeceiras dos rios pra se esconder pra não ir pra canto nenhum. E tinha uma dona, que ela era paraense, e ela era muito grande, mulher de um comerciante daqui... O nome dela era Maria. Então, ela também foi se esconder e, ela acabou morrendo dentro do igarapé, morreu afogada. E as terras ficaram conhecida como a terra do igarapé que Maria morreu. E eles “índios” começaram a fazer essa relação ‘A Maria igarapé do Açu, a Maria Açu’... E aí foi passando o tempo e o pessoal foi juntando os nomes ‘Maria Açu’ depois ‘A Maria Açu’ e acabou ficando o Umariçu, até pra tirar aquela conotação do nome dela, de Maria, que morreu no igarapé e tudo mais, era algo ruim... E aí acabou ficando Umariçu. Não ‘Maria-Açu’, porque eu já vi um monte de texto, de estudo que ainda tá escrito ‘Maria-Açu’ e tá errado. O correto é Umariçu. E essa Maria morreu afogada lá e aí acabou sendo isso aí...”*.

Os depoimentos apresentados na comunidade reproduzem sempre a morte dessa Maria no igarapé, configurando o que hoje é a denominação dada ao território indígena de Umariçu. Nessa caracterização, parte-se para o contexto do Messianismo, no qual o igarapé foi o marco divisório do espaço da Terra Indígena de Umariçu em duas comunidades, ocasionando uma subdivisão do território e de lideranças internas.

4.3 Messianismo¹⁹ e a divisão espacial do Posto Indígena de Umariçu

Com a transferência de Manuelão, o SPI iniciou uma nova fase de negociação voltada aos interesses comerciais e militares, fazendo com que, na linha cronológica de ocupação do território, os Tikuna perdessem espaço para o interesse de expansão urbana do município de Tabatinga. O capítulo apresentado teve como foco de discussão historiar essa formação do campo territorial de Umariçu até a sua legalização como Terra Indígena. Ressaltasse que nessa linha cronológica de lutas estabelecidas pelos Tikuna, o marco de maior impacto sobre as questões ambientais foi a abertura da pista de pouso ocorrida na década de 1960, discutida no capítulo seguinte.

Porém, o que é legalizado no futuro como Terra Indígena de Umariçu, em 1997, passou por transformações do seu espaço a partir do ano de 1972. Do seio das mudanças sociopolíticas vivida pelos Tikuna com fixação do território da antiga fazenda Bom Destino, a reserva teve seu espaço territorial dividido por questões religiosas que, conseqüentemente, produziram conflitos socioculturais. Pois os Tikuna, levados pelos movimentos messiânicos, acreditavam que a esperança do povo era a vinda de um Messias que os libertasse da situação de submissão de todo histórico vivido no passado.

O ano de 1972 foi o marco da chegada do Irmão José da Cruz à região do Alto Solimões. Como citado por Hüttner (2007), o Irmão José implantou a Ordem Cruzada Católica, Apostólica e Evangélica (OCCA) nas comunidades ribeirinhas e nas aldeias Tikuna do Alto Solimões e era considerado como profeta e messias entre os índios e a população do Alto Solimões.

O impacto da OCCA sobre brancos e índios deve-se à pregação e às exigências feitas nas comunidades. A maior parte dos Tikuna do Solimões decidiu seguir o movimento do irmão José dentro dos pressupostos de todas as suas normas, doutrinas, bem como a exigência de um novo estilo de comunidade orientada pelo signo da cruz (HÜTTNER, 2007).

Recortes do Jornal PORANTIM (1978) descreveu denúncia realizada pelo CIME: “No Alto Solimões, atuando entre os Tikuna, há uma seita chamada de “Irmandade da Cruz”, fundada por José da Cruz hoje tido como profeta miraculoso. A irmandade chegou e tomou

¹⁹ Messianismo: esperança do povo na vinda de um Messias que os libertasse da situação de submissão a que estavam sujeitos à sociedade regional (FERRARINI, 2013, p.199). Movimentos messiânicos e revoltas sociais (Cabanagem) sempre são – como consequência de um conflito social – resultados de uma efervescência religiosa (PORANTIM, 1979).

conta da área habitada pelos Tikuna e, com ela uma série de proibições: ir a festas, jogar futebol, tomar bebidas alcoólicas, ouvir rádio. A adesão da tribo é maciça”.

Sobre as influências o entrevistado 8 (não indígena) descreveu essa fase de transições da cultura Tikuna a partir das relações estabelecidas com o movimento da Cruz: *“José Francisco da Cruz teve alguma importância na mudança comportamental deles (Tikuna) porque eles nas tradições religiosas, aguardam uma espécie de Messias, que quando lidam com essa figura de homem magro, barbado, vestido de batina de cor cinzenta, cabeça torta, bíblia em espanhol na mão... Aí os que foram aderindo, falavam ‘esse é o missionário que estávamos esperando...’ e em peso foram botando cruz por tudo que era aldeia Tikuna. São pequenos fatos que levaram a essa cara que hoje tem essa apresentação Tikuna hoje. Estava na metade do caminho entre o passado e o futuro... Não é bem índio, quero dizer, é índio, mas perdeu muita coisa, conservaram mesmo a língua.”*

O entrevistado 8 expôs as mudanças vivenciadas pelos Tikuna com a presença da irmandade da Cruz levando uma relativa quantidade de indivíduos Tikuna a viver sobre a influência dos regimentos impostos pelo Irmão José, o que permitiu, ao longo do tempo, influências diretas na identidade étnica de boa parte da população Tikuna de Umariagu *versus* a influência católica da outra parte da população indígena. O Irmão José encontrou nos Tikuna um solo fértil para o acolhimento das suas palavras, sendo logo reconhecido pelos Tikuna como um enviado para dar continuidade aos trabalhos de *Yó’i* e *Ipi*, os Deuses mitológicos dos Tikuna.

O Entrevistado 8 narrou sobre um dos elementos da identidade dos Tikuna, a língua, ainda muito presente e falada nas comunidades na atualidade. Destarte, a questão religiosa marcou os Tikuna de maneira severa, impondo condicionamentos religiosos que proibiam os Tikuna de utilizarem suas crenças e conhecimentos indígenas em seu próprio território.

A Igreja Católica descreveu que nunca houve envolvimento com o movimento da Santa Cruz, visto que em seus estatutos não admitem que seus membros participem de outra religião. A ruptura que se estabeleceu com a Igreja foi pelo fato de que os missionários capuchinhos negaram o sacramento do batismo aos Tikuna da OCCAE, o que levou o fundador a institucionalizar a figura do sacerdote. Outro aspecto é que os Tikuna da Cruz não reconheceram os Tikuna católicos, pois não se consideravam como índios (HÜTTNER, 2007).

Nesse aspecto, a Irmandade da Cruz gerou conflitos internos nos Tikuna por conta de suas convicções sobre a identidade indígena dos Tikuna. O passado e o futuro descrito pelo entrevistado faz referência a essa construção instituída dentro das comunidades seguidoras do Irmão José que disseminava a segregação da etnia e não reconhecia os Tikuna da Cruz como

índios. Esse processo determinou mudanças comportamentais e culturais graves dentro das comunidades, como será descrito adiante. Tais mudanças, portanto, geraram consequências observáveis ao longo do tempo, tal como a separação do território em comunidades por religião adotada.

Em recortes analisados no Jornal PORANTIM (1981) verificou-se ações realizadas em diferentes comunidades: “Em aldeias como Feijoal e Belém fica bem marcada a divisão. Num canto, a Igreja dos “Crentes” no centro a Católica e depois a grande maioria congregados sob a Igreja da Cruz” e, “Por estarem mais organizados, os da Cruz detêm a hegemonia política em quase todas as aldeias. Via de regra, o “Capitão” geralmente é um membro da Cruz e mantém uma posição de destaque na hierarquia religiosa do movimento.”

O não reconhecimento entre católicos e cruzados gerou a segregação dos Tikuna, que reconhecem sua identidade étnica, porém não vivenciam a sua cultura, ocasionando transformações no cotidiano da TI de Umariáçu, tais como:

Primeiro, a divisão da TI em duas áreas: comunidade Umariáçu I e comunidade Umariáçu II (Figura 11).

Figura 11: A - Divisão da TI de Umariáçu. B - Marco divisório



Fonte: A. Google Earth, imagem 3D, 2017. B. Arquivo pessoal, Coutinho, 2016.

Segundo, mudança da população do território conforme a religião adotada: Umariáçu I: Religião Católica e, Umariáçu II: Ordem Cruzada (Figura 12). Excluiu-se as demais religiões nesse contexto que, com o passar do tempo, adentraram em ambas as comunidades, trazendo também mudanças comportamentais aos fiéis adeptos ao seguimento religioso.

Terceiro, a comunidade Umariáçu I ficou localizada ao lado direito do igarapé, próxima ao município de Tabatinga. A comunidade Umariáçu II ficou localizada ao lado esquerdo do igarapé.

Sobre esse contexto de separação de católicos e cruzados recortou-se trecho da publicação feita no Jornal PORANTIM (1979) registrando as atividades de proibições e a divisão das comunidades Umariáçu em lado direito e esquerdo, assim denunciou o documento: “O chefe da base de Atalaia do Norte (FUNAI) prometeu dar um motor de luz e uma geladeira em troca de uma encenação da festa de Moça-Nova. Prometeu e não deu.” Outro trecho da denúncia: “O chefe da Base de Atalaia do Norte falou com Divino, chefe do Posto de Mariaçu, para encomendar a festa de Moça Nova na margem esquerda. Era em agosto de 1978. Eles, convertidos à Cruz, não quiseram fazer a festa. Então o Sr. Divino falou com o chefe da margem direita, Leopoldo, pedindo para fazer a festa em 16 de agosto; em troca prometeu dar um motor de luz e uma geladeira para o nosso povoado”.

Nos trechos acima citado analisa-se que o representante da própria comunidade do lado esquerdo do território vai pedir ao representante do lado direito para que a festa seja realizada na comunidade não cruzada. As inter-relações estabelecidas entre os líderes indígenas são colocadas a prova em troca de bens para o território indígena.

A figura 12 representa o símbolo da presença da Irmandade da Santa Cruz na comunidade Umariáçu II, o registro foi realizado durante a conversa com um dos entrevistados. O interessante dessa imagem são as posições colocadas pelo entrevistado quando fala sobre as mudanças ocasionadas pela Ordem Cruzada e a dinâmica, na atualidade, dos mesmos seguidores do Irmão José, que trabalham nas escolas a identidade Tikuna para as crianças indígenas como mecanismo de trazer para o presente as relações perdidas da própria identidade Tikuna.

O registrado a partir das conversas no terraço do entrevistado 1 despertou interesse ao perceber que as imposições da Ordem Cruzada, cujos adeptos se autodenominam cruzadores, estão em processo de transformação, por conta do retrocesso ocasionado aos Tikuna cruzadores em negar sua identidade étnica. Na atualidade, portanto, encontram-se uma diversidade de religiões espalhada nas terras indígenas, cada uma impondo suas diretrizes e objeções perante a população Tikuna. Como descreveu o Entrevistado 14, representante indígena: *e nós temos a igreja aqui e já conhecemos a palavra do senhor, nós acreditamos nessas igreja, temos aqui 6 igrejas. Uma da Santa Cruz, da Assembleia de Deus, da metodista, da igreja ideal, enfim...*

Figura 12: Sede da Associação Missão Ordem Cruzada Católica Apostólica Evangélica



Fonte: Coutinho, 2016.

Quarto, a divisão territorial ao longo do tempo influenciou a faixa etária de ambas as comunidades. Em Umariáçu I, encontra-se a população indígena mais jovem, libertos das imposições da Ordem Cruzada. Em Umariáçu II, a população indígena mais velha, mantendo os princípios estabelecidos pelo irmão José da Ordem Cruzada. Estes, com o passar do tempo, lutam para modificar as imposições introduzidas na comunidade, a partir da valorização da cultura Tikuna trabalhada nas escolas. Principalmente, com os alunos da educação infantil, uma maneira de resgate e transmissão dos conhecimentos tradicionais para a permanência da identidade étnica Tikuna.

Conseqüentemente, no processo de territorialização da TI de Umariáçu, houve essa divergência religiosa e a separação em comunidades, ao longo do tempo, configurou cenários diferentes entre Tikuna de Umariáçu I e Tikuna de Umariáçu II. Na atualidade, as comunidades são administradas por caciques diferentes, onde se mantem uma convivência pacífica, manifestam condutas pessoais diferentes, sobretudo aquelas relativas: às festas e à música, ao consumo de álcool e tabaco, ao modo de se trajar e ao comportamento quando na cidade ou na presença de brancos.

Como analisado por Ferrarini (2013), sobre a questão messiânica e sua interferência na reserva indígena:

A chegada do dirigente da Irmandade alvoroçou a região fronteira. Em abril de 1978, na localidade de Umariçu, pouco abaixo de Tabatinga, houve uma reunião para tentar acalmar os ânimos. Estão ocorrendo sérios atritos na comunidade indígena, motivados pelo fanatismo intolerante e agressivo da seita da CRUZ (...) Foram feitas palestras na escola da aldeia. Outras entidades também estiveram presentes a fim de ajudar na reflexão: o 8.º BIS e o chefe da FUNAI. Nessa localidade foi inaugurada uma capela no dia 4 de junho de 1978. Incentivou-se o diálogo e distensão entre católicos e seguidores da Cruz (FERRARINI, 2013, p.201).

Essas transformações no território indígena permitiram que, ao longo dos anos, as duas comunidades apresentassem aspectos socioambientais diferentes, adotando políticas de comando voltadas às características da população de cada área. A exemplo, cita-se a diferença de idade dos caciques líderes de cada lado do território de Umariçu, como estratégia para resolução dos problemas enfrentados no dia a dia das comunidades.

A comunidade Umariçu I tem como líder um cacique de 22 anos de idade (durante o ano de 2016), que assumiu o desafio de dirigir a comunidade Umariçu I diante dos conflitos estabelecidos entre os jovens Tikuna envolvidos com o vício do álcool e das drogas. O comportamento dos jovens tem gerado uma ociosidade na comunidade, pois os mesmos preferem estudar no município de Tabatinga, inserindo na comunidade elementos que descaracterizam o seu modo de vida, e que muitas vezes levam os jovens Tikuna ao suicídio, como estudado na tese de Regina Maria de Carvalho Erthal, intitulada “O suicídio Tikuna na Região do Alto Solimões em 1998”. Erthal apresenta:

As notícias sobre o suicídio entre os Tikuna divulgavam que jovens adolescentes, preponderantemente numa faixa etária de 10 a 15 anos, estariam se suicidando por causa de suas regras de casamento tradicionais, já defasadas da realidade “moderna” do jovens índios. As regras tradicionais teriam se tornado obsoletas e limitavam as escolhas dos jovens que, em contraposição à proibição da realização de seu desejo amoroso encaminhavam-se para a morte, enforcando-se ou tomando veneno. O “surto epidêmico” foi localizado nas comunidades do igarapé do Belém e no aldeamento de Belém do Solimões, situado na foz do mesmo igarapé. Em Umariçu, um outro grande aldeamento Tikuna próximo à cidade de Tabatinga, os suicídios também estariam ocorrendo de maneira significativa (ERTHAL, 1998, p. 5 – 6).

A proximidade com a vida da cidade e a incorporação de novos elementos à cultura dos mais jovens têm diretamente influenciando as relações com os mais velhos dentro da comunidade, ocasionando conflitos de gerações. Esse fato tem gerado conflitos internos. E muitos jovens, não sabendo lidar com a incorporação desses elementos à sua vida na comunidade, acabam cometendo o suicídio.

Durante a coleta de dados do presente estudo, um recente caso de suicídio tinha ocorrido, de um jovem Tikuna. Porém, ninguém quis tocar no assunto. Em respeito ao silêncio dos próprios Tikuna não fiz nenhum questionamento sobre o caso. Mas é nítido a preocupação

existente entre os líderes Tikuna sobre o modo de vida dos jovens frente as relações estabelecidas na cidade do Governo e trazidas para dentro da Comunidade.

Nas discussões realizadas com o atual Cacique da Comunidade Umariçu I, que apresenta a mesma faixa etária dos jovens da comunidade que passam por inúmeros conflitos internos e externos, o mesmo demonstrou o grau de responsabilidade adquirida para gerenciar a comunidade. O Entrevistado 6, descreve que: *"temos muitos problemas com os jovens. Tem a bebida, alguns usam aquelas drogas... E a maioria usa droga aqui na comunidade, mas aqui não acontece muito de pessoas vender bebida alcoólica aqui, mas como nós moramos perto da cidade, no bairro da COMARA, eles vão lá comprar e traz bebida aqui pra comunidade. Alguns caciques antigos já denunciaram, mas não resolveu nada. Uma vez nós fomos lá no Ministério Público, até o juiz não querer saber mais de nós. Nós somos esquecidos, mas nós somos verdadeiros homens do Brasil"*.

As aflições explicadas pelo entrevistado 6 sobre o que passa a Comunidade Umariçu I têm despertado a liderança em procurar alternativas, buscando ajuda dos órgãos competentes. Mas pouco é feito para combater as questões presentes na fronteira da cidade dos Índios e da cidade do Governo perante as dificuldades em se viver numa região de difícil acesso e com recursos financeiros distribuídos em projetos sem nenhuma efetividade para as comunidades indígenas da região. Um dos grandes conflitos observado em campo foi a preocupação crescente da SESAI em promover ações de combate ao alcoolismo.

É nítido o problema ao adentrar nos fins de semana no território indígena, no percurso até o centro da TI encontra-se inúmeros Tikuna embriagados, dormindo pelas estradas de acesso as comunidades. Nesse contexto, os líderes reclamam da falta de assistência da FUNAI e que a mesma não tem tido nenhuma serventia para auxiliar os líderes para a resolução dos problemas indígenas. No município de Tabatinga tem bares proibindo a entrada dos índios nos estabelecimentos, gerando ainda mais conflitos.

No Umariçu I, a estratégia adotada pela comunidade em escolher um Cacique da mesma faixa etária pode se configurar em mediações através da realização de diálogos com a população mais jovem, para compreender os problemas enfrentados, possibilitando trilhar soluções e diálogos com os Tikuna de Umariçu I. Tal resposta a essa estratégia é um campo aberto para novas pesquisas a serem realizadas em outros estudos. Porém, fica o registro para que novos estudos possam descrever sobre a realidade enfrentada pelos jovens Tikuna do Umariçu I.

O Entrevistado 6 retrata a atual situação dos Jovens da comunidade Umariçu I em diferentes momentos do seu depoimento:

“Olha só, é praqueles lados ali que ficam nossos jovens assim... meio... ociosos”.

“É, tem o alcoolismo e as drogas... Sabe, é triste pra mim ver isso”.

“Eu sou jovem como eles. Então eu tenho que acompanhar a trajetória junto com eles e o que eles fazem, eu tenho que acompanhar, orientar, onde eles fazem erro eu dizer o que é certo, pra um dia no futuro eles ter o direito a educação, como eu tive direito de estudar, essas coisas. Eu to do lado deles pra eles saírem desse vício”.

A conjuntura de separação territorial das comunidades e os problemas enfrentados pelos atuais caciques perpassam por procedimentos que ocorreram no passado e são sentidos na atualidade, pela forte presença da cidade do Governo no cotidiano da população da cidade dos Índios. E como citado por Howard (2002), sobre os estudos realizados com os Waiwai, podendo-se considerar como também enfrentada pelos Tikuna, tais problemas enfrentados pelo entrevistado 6 são decorrentes das transformações vivenciadas por diferentes agentes, e que, no curso da história da etnia Tikuna, configurou situações adversas dentro e fora do território indígena. Assim, Howard descreveu:

(...) o impacto histórico de fatores exógenos advindos da expansão colonial (doenças, pressões territoriais, escravidão, missionização etc.), fatores esses que foram filtrados pela dinâmica dos sistemas sociopolíticos indígenas. [...]. Como resultado, a composição dos grupos sofria constantes transferências, misturas, cisões, recombinações e busca de novas alianças com outros grupos. Essa dinâmica permitiu aos Waiwai elaborar uma orientação cultural dirigida ao exterior e, (...), influenciou sua atitude perante os brancos, representantes de novos recursos vindos de longe (HOWARD, 2002, p. 31).

Tal dinâmica apresentada para a etnia Waiwai desperta a atenção aos problemas enfrentados pela etnia Tikuna, que passa por elaborações e reelaborações em face das mudanças advindas de diferentes fatores. Porém, destacou-se o messianismo como um divisor de águas, realizado pelo próprio igarapé, como mecanismo que introduziu uma cultura advinda dos brancos para a sociedade dos índios.

Sobre essa influência religiosa, a entrevistada 9 (indígena) relata que *“Na época que o Francisco da Cruz esteve aqui na região, critico até hoje. Porque na época que ele entra aqui na comunidade e proibia tudo que as pessoas faziam na cultura, a dança, e tudo mais... Eles proibiram tudo! Porque pra mim, eu nunca vi um, como vou dizer, um missionário que proibisse tudo...”* Mas hoje a nossa identidade continua permanecendo, as pessoas que na época que frequentaram a igreja do Francisco da Cruz, esquecem tudo. De lá pra cá, existem comunidades, o pessoal do Umariçu II não quiseram participar porque o pessoal do Umariçu I frequentou a igreja do pessoal do Francisco Xavier. Na época não tinha mais o

padre aqui, apenas eles fazem a nomeação da comunidade e depois voltam pra fazer, como vou dizer, os cultos...”.

Depoimento oral apresentado na própria língua Tikuna, a entrevistada 9 reproduz seus anseios vivenciados pela proibição instalada por Francisco da Cruz, manifestando como a religião influenciou a cultura dos próprios Tikuna e a separação entre os Tikuna de Umariáçu I e Umariáçu II. Presente no estatuto criado por Francisco da Cruz, citado por Ferrarini (2013), ninguém pode beber bebida alcoólica, nem fumar, usar saias curtas, não pode usar joias, nem pinturas, nem penteados etc.

Sendo a comunidade Umariáçu II formada, em sua maioria, por fiéis da Irmandade da Cruz, a comunidade apresenta um complexo dilema, o qual descrevo como sendo uma dualidade entre o conhecimento tradicional da identidade Tikuna presente nos anciões e a imposição criada pela irmandade que proíbe aos Tikuna a vivência de suas tradições. Porém, com o enfraquecimento da religião cruzada, a comunidade Umariáçu II passa por significativas mudanças no âmbito da retomada de suas atividades culturais. Na atualidade, a comunidade tem um cacique com mais de 60 anos. Antes de caracterizar os pontos de transformações da comunidade, relatarei a minha experiência em campo para ter contato com o Cacique da Comunidade Umariáçu II.

Sua idade não foi relatada, pois o Cacique foi positivo em permitir a minha presença na comunidade. Porém, não se dispôs ao depoimento oral. Um líder muito respeitado na comunidade em geral e nas organizações civis da região. Com toda a sua seriedade eu percebi todo o receio do representante do Umariáçu II em disponibilizar seu depoimento, até mesmo o cansaço expresso no seu olhar e de muitos Tikuna, os quais conversei e relatavam sobre não quererem participar da pesquisa, pois muitos Tikuna descreveram a falta de retorno dos pesquisadores em apresentar seus resultados para o grupo.

Como mecanismo de resposta à Etnia Tikuna da Terra Indígena de Umariáçu, meu comprometimento foi de retornar em 2017 para apresentar os dados orais na forma de transcrição e realizar as correções dos depoimentos construídos na primeira etapa, em 2016. Meu retorno em 2017 foi recheado de novas sensações de contato com os Tikuna. Os mesmos ficaram surpresos com meu retorno para mostrar e ler tudo, como expresso na fala dos próprios Tikuna, *“muitos são os brancos que aparecem, coletam as nossas informações e não retornam para compartilhar a história do nosso povo”* (Entrevistado 1, 6, 10, 12 e 14).

Esse comportamento foi para mim um alerta importante da falta de respeito que nós “ditos pesquisadores” conduzimos os nossos trabalhos com base nos conhecimentos dos indígenas. Uma lição que mais chamou minha atenção quando estava em campo no ano de 2017

foi a receptividade que os Tikuna tiveram comigo, enriquecida por alianças de amizades dentro da terra indígena. A partir do momento em que fiz o meu retorno ao território, não mais para realizar coletas e, sim para apresentar tudo o que eu tinha escrito, os Tikuna me receberam com outros olhares. Essa relação para alguns pesquisadores pode não ser interessante, mas para mim foi o elo de fortalecimento entre o meu estudo e o dia a dia com os Tikuna, que tiveram a comprovação do meu respeito para com Eles, em apresentar primeiramente a Eles o trabalho de tese.

Voltando aos caciques, a experiência vivenciada com os dois líderes da mesma Terra Indígena, mas de comunidades separadas, e não obtendo nenhum depoimento oral gravado do líder da comunidade Umariçu II, o mesmo me recebeu em sua casa e conversou sobre a comunidade. Um fato interessante é que ele sempre dizia nas conversas, “antes de fazer isso vou conversar com o cacique da comunidade Umariçu I”. A percepção é que todas as decisões tomadas nas comunidades estão entrelaçadas na atualidade, o cacique jovem e o mais velho se comunicam com o objetivo de resolver os problemas enfrentados pelas comunidades e que dizem respeito ao mesmo território indígena Tikuna.

Voltando às transformações, na comunidade Umariçu II residem a maioria dos praticantes da Ordem Cruzada, parte da comunidade sendo constituída por indivíduos mais velhos. Muitas famílias dentro da comunidade veem os filhos casando e indo morar no município de Tabatinga. Assim, permanecendo uma população mais experiente, com amplo conhecimento tradicional que está sendo perdido e não passado aos mais jovens de maneira efetiva para a permanência da identidade Tikuna na atualidade.

Assim, ao longo do tempo, as relações estabelecidas pela divisão do território em comunidades separadas possibilitou configurações de faixa etária em dois ambientes, Tikuna mais jovens e Tikuna mais velhos. A proximidade de Umariçu I com o município de Tabatinga permitiu aos jovens Tikuna experimentarem novas relações com os bens materiais que possibilitaram novos significados ao convívio no território indígena. Porém, configurações acerca do conhecimento tradicional têm sido perdidas ao longo dos anos pela ausência dos filhos que buscam a cidade do Governo e não voltam para aprender com seus familiares sobre como viver em seu território indígena.

Essa preocupação ficou expressa na voz do entrevistado 10 (indígena). Quando questionei sobre as influências da cidade do Governo na comunidade, ele expôs: *“Eu acho que tem sim influência. A influência da cidade com a nossa comunidade nessa década do século XXI tem mudado muitas coisas. Influência religiosa, como nós vivemos... Essas pessoas trazem benefícios sim, mas quebram a tradição. Então, outra coisa... a entrada de pessoas não*

autorizadas na comunidade, é outra influência que nós temos e muitas vezes a mudança da pessoa pra cidade, por exemplo, algumas pessoas casam com não indígenas e já vão morar por lá. Minha irmã mesmo, se casou com um branco e já foi morar lá pela cidade. Então, os filhos dela não sabe falar Tikuna. Já perdeu a língua, a tradição, a mãe não incentiva...”

As questões vivenciadas ficam expressas na fala do entrevistado, que explica como os elementos da identidade vão se perdendo ao longo das gerações, principalmente, o que para os Tikuna é considerado como o maior elemento da sua identidade étnica, a língua materna Tikuna. As influências vivenciadas pela proximidade com a cidade do Governo despertam em alguns indivíduos a saída do seu território em busca de melhores condições de vida. Porém, na cidade, terminam sendo marginalizados como preguiçosos, aproveitadores e demais estereótipos não aceitáveis pelos cientistas sociais, mas comum no dia a dia das ruas do Município de Tabatinga.

Como apresentado pelo Entrevistado 10, a religião influenciou diretamente no modo de vida dos Tikuna de Umariçu. Como descrito por Oliveira (2002), a linguagem salvacionista implica mobilizações políticas e religiosas de espectro mais amplo e com finalidades reformadoras mais acentuadas.

Portanto, a divisão religiosa gerou, ao longo da história da Terra Indígena Tikuna, uma separação. Segundo o depoimento, constatou-se que a implantação de qualquer aspecto pode ocasionar transformações que serão contínuas por gerações, como dito pelo Entrevistado 2: *“Lamentavelmente são as políticas públicas não apenas públicas, mas religiosas também afetaram profundamente a comunidade Umariçu. Veja bem, a comunidade Umariçu hoje é dividida em duas partes: a Umariçu I e a Umariçu II. O Umariçu era apenas uma, mas a divisão começou em 1972 quando chegou aqui o irmão José da Cruz. E, começou o cisma entre eles”*.

O depoimento contribui para entender como todo esse processo de separação afetou a Terra Indígena Umariçu nas suas atividades, como conclui o Entrevistado 2: *“Começou aquela briga dos católicos contra o pessoal da Santa Cruz. Então do lado aqui ficaram os católicos com a Igreja Cristo Salvador, eu fui um dos que comecei a ajudar os padres a construir. E daquele lado de lá ficou apenas os cruzados, o pessoal de Umariçu II. Se você ver hoje em dia, lá tem igreja da Madureira, Assembleia de Deus, Testemunha de Jeová... Tudo lá do lado de Umariçu II. Isso aí veio o que? A principal tradição deles, que é a dança, a festa da moça nova e hoje já não é mais original. As crianças tem certas professoras que não deixam mais as crianças cantar cantiga de roda, porque acham que é coisa do diabo. Já não deixam arrancar o cabelo da moça, tem que ser cortado no máximo com tesoura e isso aí afetou a vida deles, sua cultura, sua vida, em termos de cultura e tradição, na produção”*.

A respeito da questão territorial e religiosa, o entrevistado 1 despertou a atenção para o aspecto religioso como um fator decisivo para a migração dos Tikuna residentes em Tabatinga para área de Umariáçu II.

“Tabatinga era terra dos povos indígena, dos Tikuna, a partir do século XVI, antes da chegada do francês chamado Alexandre, o povo Tikuna já existia aqui pelos lados de Tabatinga. É por isso que eu nasci no Brilhante, fluvial de Tabatinga, no igarapé do Brilhante, eu vim em 1972 pra cá na missão do Dom José. Meu pai era católico, a igreja católica chegou lá manipulando povos indígenas para conhecer Deus, mas eles estão enganados porque povo Tikuna já tem seu próprio Deus. Que é YÓ’I, YÓ’I que nos fez tudo. Na língua Tikuna Deus é quem fez tudo, no caso o nosso é YÓ’I. Então tudo por causa dessas coisas que a gente chegou na comunidade Umariáçu em 1972, tinha poucas casas, feitas de palha, era bonito. Eu me encanto pelo passado, não pelo futuro. Mas sim pelos ancestrais que passaram conhecimento”.

Segundo a narração do entrevistado 1, pode-se destacar três importantes elementos a serem apresentados e discutidos: (1) A sua origem no bairro do brilhante, na atualidade o melhor bairro do município de Tabatinga. Ocupado inicialmente por famílias de militares, localizado ao lado direito das instalações do Exército; (2) A saída do bairro do brilhante para a comunidade Umariáçu II devido à missão cruzada e, (3) A questão religiosa, verificou-se que, apesar de os Tikuna da Ordem Cruzada reconhecerem Dom José como o messias, os mesmos vivem um dilema com a origem do Deus deles, que pela cosmovisão dos Tikuna é o Deus *Yó’i*. Essa confusão religiosa por alguns é trabalhada de maneira coerente (pertencem à ordem cruzada, mas mantêm os costumes mitológicos do Deus dos Tikuna, *Yó’i*). Porém, os mais religiosos, mais fervorosos, colocam em pauta todo o misticismo da etnia, gerando conflitos culturais.

Uma importante preocupação apresentada no discurso do entrevistado 1 faz referência ao futuro, com uma expressão de medo e angústia. Little (1994, p. 13) descreve o ‘sentido’ de futuro como o representado na memória, na sensação de distância, contingência e movimento que separam as pessoas do lugar onde estão do lugar onde podem estar mais tarde. Essa sensação apresentada no depoimento é condizente com a vivenciada na comunidade, a qual aflige os mais tradicionais da comunidade quando se faz referência ao futuro da cultura Tikuna.

Dessa forma, a separação da comunidade dentro do aspecto religioso teve e tem grande papel nas transformações sociais que foram se configurando na TI de Umariáçu. Almeida (2013) também faz menção a outro segmento religioso, os Batistas ou “crentes”, descrevendo:

Os Batistas ou “crentes” tendo se engajado de uma maneira sistemática nos princípios religiosos protestantes batistas, vai relegar o elemento cultural Tikuna em prol dos dogmas religiosos, e isso se tornava mais visível nas visitas (...) realizava nas

comunidades de tradição batista (Campo Alegre, Betânia e Umariçu, ouvindo sempre que “o único ser capaz de dar a terra era Deus”) (ALMEIDA, 2013, p. 53).

Por fim, tive o retorno esperado, apresentei a pré-tese ao Cacique do Umariçu II, o qual foi contrário à me ceder um depoimento no ano de 2016. Porém, o meu retorno a TI em 2017, me possibilitou não só adentrar a sua casa, mas me possibilitou o consentimento de um depoimento na forma de vídeo para a composição do trabalho audiovisual incluso no final da tese, em anexo. Portanto, acima de tudo, os elos de respeito foram estabelecidos, garantindo uma melhor sociabilidade entre a pesquisadora e o Cacique do Umariçu II.

Dessa concepção do território e a sua dissociação em duas comunidades divididas pelo campo religioso, partiu-se para o processo de demarcação da TI de Umariçu, pensado dentro do aparato burocrático determinado pelo Estado sobre delimitação do território. Uma temática polêmica na visão dos não índios e dos próprios índios de Umariçu que tiverem suas terras demarcadas, porém de maneira não muito contundente para a sobrevivência socioambiental da população indígena do futuro. Pois, com a demarcação, os limites do território diminuíram, reduzindo o campo de desenvolvimento das atividades de subsistência da própria comunidade e deflagrando inúmeros conflitos de infraestrutura dentro do território.

4.4 A demarcação da Terra Indígena e os limites geográficos estabelecendo as diferentes formas de sociabilidades

Na recuperação histórica e política das ações indigenistas, o Estado manteve diferentes contextos de políticas voltadas aos índios, como respaldado por Oliveira e Iglesias quando se referem aos momentos da história política do Brasil, no que tange ao regime militar e suas ações nos territórios indígenas e, ao regime republicano, com os mecanismos de diálogos para a construção de uma nova política indigenista voltada para os processos de demarcação territorial dos povos indígenas. Assim, apresentam esses momentos:

É perigoso inverter a lógica das ações, tornando os fins caudatários dos meios, subordinando o presente ao passado e ignorando as mudanças trazidas pela Constituição de 1988 e pelos novos mecanismos de cooperação internacional. Em suma, trata-se da diferença (radical!) entre assimilacionismo e pluralismo na montagem das estruturas do Estado, entre o velho indigenismo, prática autoritária e salvacionista, e os esforços atuais de construção de um indigenismo de participação e co-responsabilidade, que se não for concebido como parte de um diálogo intercultural, corresponderá apenas a uma troca de rótulos, em mero exercício de retórica ou engenharia institucional (OLIVEIRA e IGLESIAS, 2002, p. 67).

No transcurso da História Indígena Brasileira frente aos avanços de diferentes sociabilidades nos Territórios Indígenas, tornou-se uma ação necessária o processo de

Demarcação dos TIs como mecanismo de assegurar aos povos indígenas o usufruto e o direito garantido pela Constituição de 1988. Portanto, o indianismo oficial e sua história política foi delineado como apresentado por Oliveira (2016, p. 65):

As raízes institucionais para a implantação dessa primeira concepção sobre o problema indígena provem da formação de um órgão indigenista específico, o Serviço de Proteção aos Índios/SPI, criado em 1910, e substituído em 1967 pela Fundação Nacional do Índio/FUNAI. O positivismo, corrente filosófico-política a que estiveram filiados os militares e intelectuais que levaram a Proclamação da República, idealizou o lugar do índio na Nação Brasileira e definiu as normas administrativas pelas quais esse deveria ser tratado. Foi a chamada doutrina da proteção fraternal ao silvícola, sistematizada, divulgada e colocada em prática pelo engenheiro-militar Cândido Mariano da Silva Rondon, primeiro dirigente do SPI (OLIVEIRA, 2016, p. 65).

A discussão, portanto, não é o ato de demarcar como garantia ao território, mas como essa demarcação realizada no passado tem gerado novos conflitos socioambientais:

- (1) pela falta de gestão, manejo e proteção dos território por parte do órgão competente, a FUNAI;
- (2) por novas reorganizações sociais diante da escassez de recursos naturais;
- (3) aumento populacional;
- (4) ausência de projetos que visam o desenvolvimento socioeconômico das TIs perante os avanços tecnológicos a garantirem a sua permanência cultural; e,
- (5) a reprodução das atividades tradicionais em seus espaços delimitados pelo Estado e em consonância com os próprios indígenas, que viam a iminente perda de seus territórios frente à expansão das políticas de crescimento do Estado.

De tal modo, demarcar era uma garantia de resguardar os seus territórios perante tais avanços da economia brasileira, mas, ao mesmo tempo, a demarcação foi realizada de maneira a não atender à demanda dos próprios indígenas.

Diante de toda a pressão política, demarcar foi uma alternativa viável para os grupos indígenas, uma vez que, segundo Lima (2011), elas vinham sofrendo inúmeras perdas ante outros autores sociais:

Além das pressões históricas, como a migração, a ocupação desorganizada, a grilagem de terras e o desmatamento, é preciso considerar a especificidade do momento atual, marcado pela construção de projetos de grande porte previstos no Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC). As novas estradas, portos, hidrelétricas, mineradoras, entre outros empreendimentos, trarão novos impactos e intensificarão ainda mais as pressões já existentes sobre os povos indígenas da região (LIMA, 2011, p.53).

Como descrito por Oliveira e Iglesias, a demarcação é:

Mais que atividade topográfica, cartográfica ou jurídica, demarcar é *criar condições sociais* para que surja, dentro de um *grupo étnico territorializado*, uma forma de

organização política capaz não só de promover a adequada administração dos recursos fundiários e ambientais, mas também de atualizar a própria cultura, enriquecendo-a com novas experiências, sem prejuízo da reprodução de seu patrimônio cognitivo e da manutenção de valores tidos por seus membros atuais como centrais (OLIVEIRA e IGLESIAS, 2002, *Grifos próprios*).

Seguindo os grifos na citação acima, analisa-se que grande parte dos Territórios Indígenas passou por conflitos contrários aos que deveriam ser essa atividade demarcatória dos limites territoriais indígenas. Na atualidade, as condições sociais, os recursos fundiários e ambientais são os grandes desafios a serem administrados pelos representantes indígenas dentro das suas comunidades, a fim de assegurar as atualizações culturais, mantendo os valores centrais da identidade étnica.

Assim, diante de todo processo burocrático de demarcação dos TIs, as condições sociais desse processo pensadas no passado não estão sendo condizentes com as vivências do presente. Inúmeros fatores estagnaram (e estagnam) o desenvolvimento sustentável das inúmeras comunidades parceladas em territórios indígenas e que resultam em conflitos socioambientais que impossibilitam a reprodução das identidades étnicas nos territórios indígenas.

Tal reprodução da identidade étnica pode ser analisada pela própria noção que os Tikuna fazem com referência a importância da marcação do seu território individual para a constituição territorial dos seus filhos. No caso, as roças distribuídas em um território indígena será de pertencimento a família que teve aquele local demarcado por alguma árvore ou plantação. Outro elo importante de pertencimento ao lugar é enterrar o umbigo dos filhos em determinado local, como fator hereditário de que aquele lugar pertence ao filho para a reprodução da sua vida na fase adulta.

A tradição vivida pelos Tikuna em constituir seus lugares não tem sido possibilitada diante de todo o contexto histórico do processo de demarcação do Território Indígena de Umariçu, um processo marcado por inúmeros conflitos com o Estado, por se tratar de uma área de fronteira internacional e com os demais atores sociais da região do Alto Solimões, o qual tem conduzido os Tikuna a perderem território diante dos avanços naturais e dos ditos “brancos”.

4.4.1 O cenário das demarcações dos territórios indígenas

No contexto do direito à Terra, a Constituição de 1988 assegurou aos índios o direito de terem suas terras reconhecidas e demarcadas pelo aparato do Estado. Porém, no cenário político, esse direito sempre foi alvo de políticas refratárias voltadas ao crescimento econômico da

agricultura do país, visando fortalecer as monoculturas e o agronegócio. Assim, a conjuntura dos processos de demarcação territorial indígena sempre foi e será marcada por conturbadas discussões que inviabilizam os direitos indígenas de possuírem seu real território de direito histórico, dentro do conceito de tradicionalidade como referência.

Little (2002, p. 13) descreve “Terras Indígenas” como uma categoria jurídica que originalmente foi estabelecida pelo Estado brasileiro para lidar com povos indígenas dentro do marco da tutela. Nesse contexto, o autor discorre sobre os povos indígenas como os primeiros a obterem o reconhecimento de suas diferenças étnicas e territoriais, mesmo que tal reconhecimento tenha sido efetivado por meio de processos que prejudicam seus direitos.

As limitações dessa política reportam-se à vivência, na atualidade, das etnias nacionais sobre os impactos em seus territórios. A demarcação foi e é necessária dentro do campo socioambiental para a sobrevivência dos indígenas, porém a fragmentação²⁰ territorial tornou-se um problema chave nas comunidades Tikuna frente ao aumento populacional e o reduzido espaço delimitado pelas demarcações, principalmente a Terra Indígena de Umariçu, que tem amplo contingente populacional e um reduzido espaço territorial.

A exemplo, o processo demarcatório, levando-se em consideração o tamanho populacional de décadas passadas, deixou um espectro de carência de recursos naturais para a população do futuro. Os dados censitários sobre os Tikuna da região do Alto Solimões dificilmente conseguirão apresentar uma contagem efetiva da população parcelada em inúmeros territórios, tendo em vista diversos aspectos que envolvem a situação de localização desses Tikuna na região das cidades, das áreas de várzeas, das terras firmes e demais localidades.

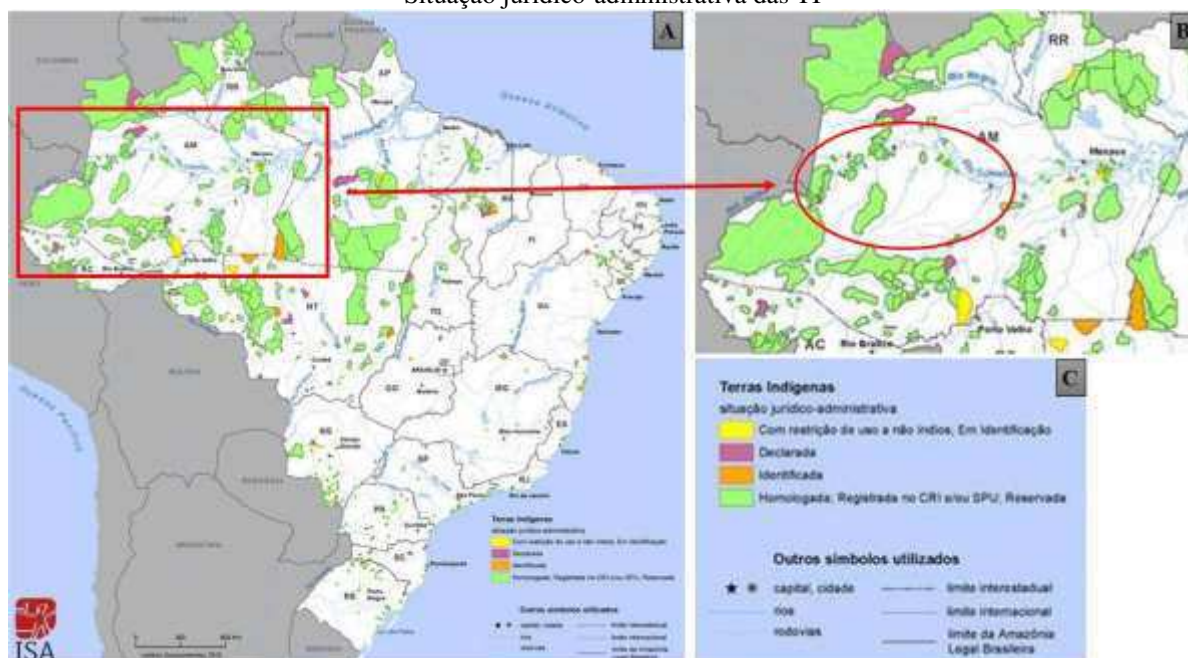
A figura 13A apresenta um panorama da situação das Terras indígenas no âmbito da situação jurídico-administrativa. A atual conjuntura demonstrada nos dados extraídos do Instituto Socioambiental é de que há 704 terras indígenas ocupando uma extensão total de 117.380.673 hectares, das 851.196.500 hectares da extensão territorial do Brasil. Ou seja, 13,8% das terras do país são reservadas aos povos indígenas (ISA, 2017).

Para a Amazônia Legal, existe um total de 419 TIs, das quais 330 já foram Reservadas / Homologadas, o equivalente a 105.594.150 hectares de território dos mais de 500 milhões de hectares existentes na região (Figuras 13 B e C), ou seja, apenas 23% do território amazônico. A relação estabelecida é de que, pela visão geral das áreas apresentadas em verde na Figura 13,

²⁰ O termo fragmentação territorial foi apresentada dentro do contexto da formação de inúmeras terras indígenas criadas com diferentes tamanhos.

houve uma dinâmica de parcelamento dos territórios pelo processo demarcatório, confluindo em questões socioambientais futuras para sobrevivência dos descendentes indígenas.

Figura 13: A - Distribuição Territorial indígena no Brasil. B - Distribuição territorial das comunidades Tikuna. C - Situação jurídico-administrativa das TI



Fonte: Instituto Socioambiental, 2017.

Na Figura 13B, o círculo vermelho posiciona a relação dos territórios homologados na região do Alto Solimões. Porém, a extensão demarcada ainda compreende pouco território diante da alta densidade indígena presente na atualidade. Como retrata o entrevistado 6: *"Eu acho até que tem mais. No último censo da FUNAI que eu olhei esses dias, parece que tem quase 62 mil Tikuna pelo Brasil. Existem comunidades ainda desconhecidas aqui, não foi contada no sistema da FUNAI não..."*.

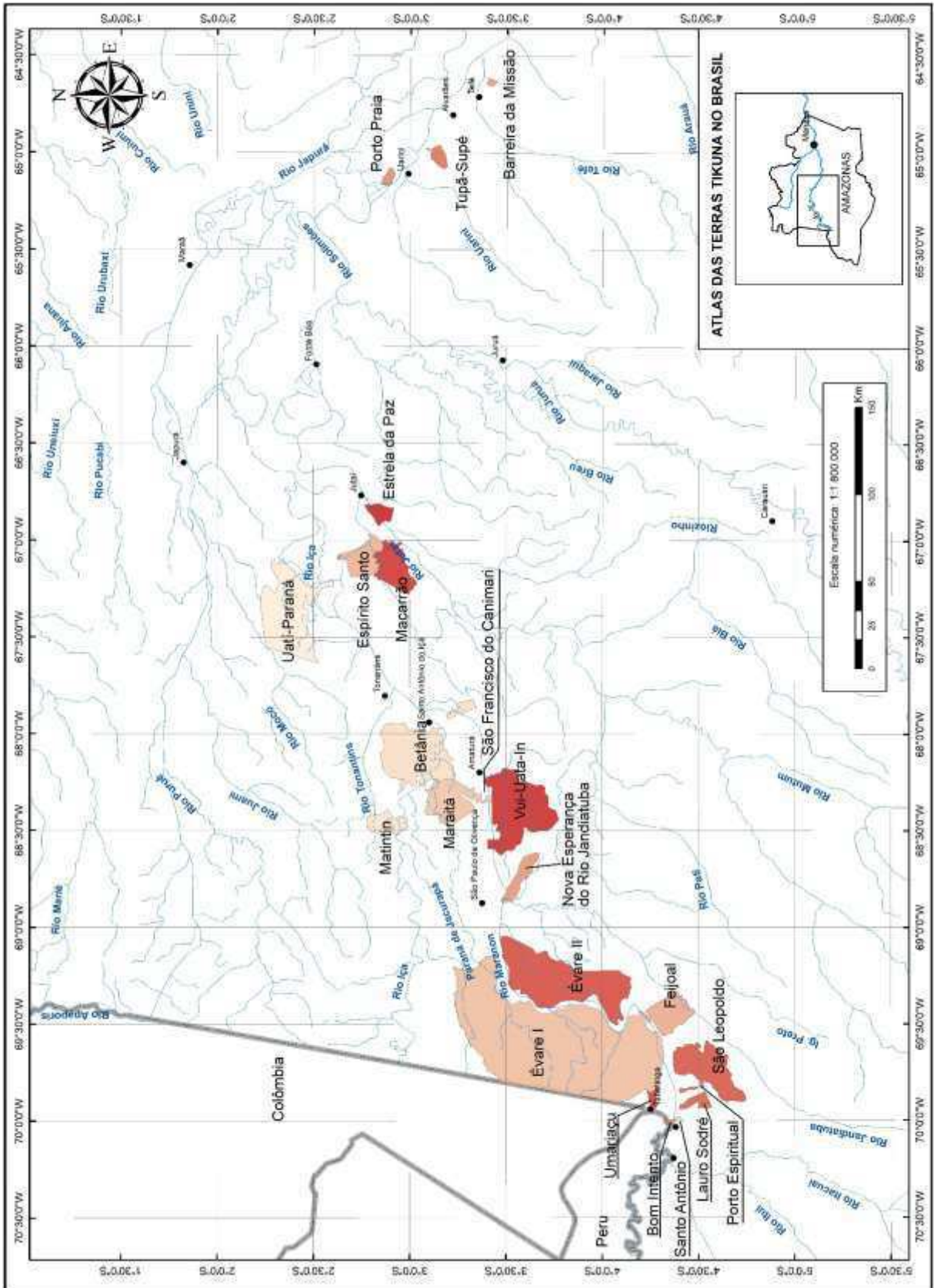
Mesmo apresentando um saldo positivo nos processos de demarcação territorial, os Tikuna projetam suas tensões para o parcelamento dos territórios e escassez dos recursos naturais para o desenvolvimento sustentável das próximas gerações. Ao longo de todo histórico das demarcações, iniciadas principalmente na década de oitenta para noventa, a Amazônia Legal foi beneficiada com projetos que viabilizaram a burocracia pensada pela luta social de corrigir erros decorrentes do passado político do Brasil no tocante à exploração e ao usufruto da região. Porém, essa parcela de território quantificado representa, como já descrito, apenas 23% de área "disponível" para as inúmeras etnias da região.

Este subtítulo tratou sobre os Tikuna e a demarcação das suas terras, em destaque a Terra Indígena de Umariáçu. Assim, tal processo de construção do território das comunidades

é anterior ao próprio processo de definição do território que forma a Terra Indígena. Little (2002) descreve o processo de criação de conceitos territoriais de um lado, como sendo uma atividade acadêmica centrada na descrição das territorialidades existentes e, por outro, uma atividade política para o reconhecimento legal.

Para o reconhecimento legal, no processo demarcatório, os territórios Tikuna encontram-se, na atualidade, subdivididos em comunidades (Aldeias Indígenas, como descrito por Soares, 2014). As terras Tikuna no Brasil encontram-se parceladas em 22 Terras Indígenas, compondo 116 comunidades (Figura 14). Portanto, muitas comunidades foram dispersadas em territórios ao longo do Rio Solimões, estabelecendo dinâmicas que vão divergindo de comunidade para comunidade de uma mesma Etnia.

Figura 14: Atlas das Terras Tikuna do Brasil



Fonte: Soares (2014), Reprocessado por Coutinho (2017).

O marco desse processo sociopolítico de demarcação territorial para a Etnia Tikuna tem como âmbito de discussão a própria organização dos principais representantes Tikuna pela luta dos seus territórios. A unificação das comunidades marcou a fase de organização do Conselho Geral da Tribo Tikuna (CGTT), instituído em 1982, e bem caracterizado nos trabalhos realizados por João Oliveira Pacheco. De acordo com Cruz (2004), a urgência em demarcar se deu em virtude das constantes ameaças de invasão e exploração predatória dos recursos naturais.

“Além de representar o povo Tükuna nas “relações exteriores”, o CGTT pretende visitar as comunidades, a fim de estimular o entrosamento entre elas e ajuda-las a solucionar os problemas existentes. Para organizar essas visitas e outras atividades, o conselho vai se reunir regularmente” (PORANTIM, 1984). Como descrito na reportagem a assembleia geral foi “fruto de uma caminhada de longos anos na busca de uma organização própria, capaz de responder aos seus anseios mais profundos” (PORANTIM, 1984).

No caso dos Tikuna do Alto Solimões os anseios mais importante na década da organização do Conselho Geral era agilizar os processos de demarcação dos territórios indígenas das comunidades. O fortalecimento dos capitães das comunidades Tikuna permitiu a continuidade dos Tikuna a serem reconhecidos juridicamente suas terras perante os incessantes conflitos gerados na década de oitenta.

Oliveira e Iglesias (2002) descrevem o processo de demarcações participativas e o fortalecimento das organizações indígenas como um aparato de suma importância no conjunto de práticas e rotinas instituídas pelo indigenismo e ações realizadas exclusivamente pelo Estado. Os mesmos autores descrevem o importante papel de João Pacheco de Oliveira no processo de demarcação dos territórios indígenas Tikuna e demais pesquisadores, como apresentado na Portaria nº 1692 de 23/8/84.

Em setembro de 1984 a FUNAI criou um Grupo de Estudos que teria como finalidade analisar as diferentes propostas existentes e definir uma proposta de identificação e delimitação das áreas Ticuna. (...) Para cumprir essas duas finalidades, a FUNAI instituiu um Grupo de Estudo, a ser reunido em sua sede, de 10 a 16 de setembro, em Brasília, composto por funcionários do órgão (Maria Auxiliadora C. Leão, Silvia Tafuri e André Villas-Bôas), por integrantes da Pastoral Indigenista do Alto Solimões (Frei Arsenio Sanpalmieri e Silvio Cavuscens), pelo Dr. Roberto Cardoso de Oliveira e pela equipe de pesquisa em antropologia do Museu Nacional (Maria Jussara C. Gruper, Vera M. N. Paoliello e João Pacheco de Oliveira (ACONTECEU, 1984).

Um passo importante para o andamento demarcatório foi a entrada de recursos internacionais, a figura política de Pedro Inácio Pinheiro (representante do Conselho Tikuna),

e a formação do Centro Magüta consolidaram apoio financeiro internacional para viabilizar as demarcações das Terras Indígenas Tikuna na região do Alto Solimões:

Nas décadas de 1980-1990 o movimento indígena do alto Solimões foi capaz de mobilizar a mídia nacional e internacional para denunciar as violências que ocorriam em território Tikuna (...). Nessa fase de denúncias, lideranças foram recebidos em Brasília para uma agenda política com (...). Nessa época, Pedro Inácio Pinheiro, apoiado pelo Centro Magüta, conseguiu levantar recursos internacionais – cerca de meio milhão de dólares – para viabilizar os processos demarcatórios da terra Tikuna com o Governo da Áustria, já que a FUNAI não dispunha de recursos para a demarcação (ALMEIDA, 2005, p. 4; 22). Talvez por isso vigore a ideia de que, antigamente, quando os Tikuna não sabiam ler e escrever, conseguiam mais coisa do que hoje (SOUZA, 2015, p. 55).

O CGTT ganhou a participação efetiva dos Capitães (Caciques) das demais comunidades indígenas da Etnia Tikuna, nas suas atividades por conta da grande necessidade de processos de estudos voltados à demarcação dos territórios do Alto Solimões. Essa evolução, iniciada na década de oitenta, ganhou força na conquista de várias Terras Indígenas. Como registrado, “Em 1980, houve, também na aldeia Vendaval, uma primeira reunião Tükuna, que refletiu a preocupação de todos de terem suas terras reconhecidas juridicamente”. E, “em novembro do ano seguinte, foi feita a primeira grande assembleia na aldeia de Campo Alegre, com representação de 33 comunidades. Nesse encontro nasceu o Jornal Magüta, mimeografado” (PORANTIM, 1984).

Partindo da premissa de garantia territorial, de acordo com o que está definido no Artigo 231 da Constituição Federal, tal território deve assegurar a reprodução física e cultural das comunidades indígenas, porém a demarcação dos territórios da etnia Tikuna em diferentes espaços permitiu, ao longo do tempo, configurações espaciais que levaram algumas comunidades a processos de perdas ocasionadas por fatores ambientais e ações antrópicas (Figura 14), como analisado na Terra Indígena de Umariáçu.

Diferentes organizações Tikuna foram sendo estabelecidas e garantindo a etnia uma maior visibilidade do Eu Tikuna, emanando, dessa maneira, um sistema de organização social pautado em ganhos, principalmente na área de saúde e educação. A luta Tikuna pode ser entendida, como descrito por Oliveira (2006, p. 55), como sendo uma condição para lutar pelo reconhecimento de sua identidade étnica e, com ela, situar a luta rumo à busca pela cidadania, sem ter de abdicar da própria identidade indígena.

Desse modo, a luta pela sobrevivência na atualidade vai de encontro aos limites geográficos impetrados no passado, dificultando às comunidades uma apropriação sustentável dos recursos essenciais à reprodução física e cultural dos seus povos. Contudo, ao longo da história, esses processos foram de cunho fundamental para que houvesse a segurança de se ter

esse “lugar” para que os povos indígenas garantissem um território ocupado, habitado e dentro dos preceitos legais da Constituição, apesar do reduzido território demarcado para os Tikuna de Umariáçu. Esse viés de garantia de um território bem menor do que as demais Terras Indígenas Tikuna, tem sido, no presente, uma problemática frente à situação agravada pela grande pressão sobre o uso de recursos naturais, e por uma população cada vez maior.

No âmbito geral da demarcação das Terras Tikuna da região do Alto Solimões foi verificado um saldo positivo dos Tikuna quanto aos processos emitidos para a consolidação da demarcação territorial, sendo um fator decisivo para a conservação da biodiversidade da região. Porém, quando se discute a demarcação da Terra Indígena de Umariáçu no ano de 1997, delinea-se o território que sofreu inúmeros fatores reducionistas de espaço físico, e que teve ao longo das décadas um crescimento populacional elevadíssimo, gerando um aglomerado de problemas e conflitos socioambientais com a cidade do Governo (município de Tabatinga).

Desse modo, pergunta-se inicialmente: A Terra Indígena de Umariáçu ocupa seu território tradicional? Ao longo da construção textual e dos depoimentos foi verificando-se que não. Existe todo um contexto de empurrar os Tikuna de Umariáçu mais para lá, lá para o lado esquerdo, e assim os Tikuna hoje estão confinados em um território que ao longo do tempo foi sempre invadido pelos diferentes atores sociais. Nesse intuito, esse deslocamento do local de origem, “dito por alguns participantes da pesquisa como sendo o bairro da COMARA, o bairro BRILHANTE”, para o atual local, fruto da demarcação dentro de todo processo legal coordenado pelo Estado, tem contribuído para a limitação da Terra Indígena no tocante a seu desenvolvimento sustentável, tendo como principais fatores:

1. A Terra Indígena teve seu território diminuído devido à área de fronteira;
2. Instalação das bases militares na área antes ocupada pelos Tikuna;
3. A Terra indígena localiza-se na margem esquerda do Rio Solimões, tendo o leito em erosão (fenômeno das Terras Caídas, descrito no capítulo V), o que ocasionou o desaparecimento das áreas de várzeas, muito utilizadas para fazer as roças de verão;
4. A Terra indígena teve seu território cortado pela pista de pouso e pelas instalações da INFRAERO;
5. Para acessar as áreas de roça da comunidade, os Tikuna têm que passar pela pista de pouso do aeroporto, colocando em risco a vida dos moradores da comunidade indígena;
6. Com a proximidade da Terra Indígena de Umariáçu ao município de Tabatinga, o território sofreu inúmeras invasões por madeireiros, o que diminuiu a diversidade de árvores para a coleta de frutas da região;
7. A reserva faz divisa com as terras do INCRA e com a Terra Indígena Éware I;

8. A Terra Indígena apresenta uma área de chavascal, terra alagada que não serve para o plantio de roça;
9. A cidade de Tabatinga não tem limites territoriais para o seu crescimento, a pressão por terras vai aumentando para a área da COMARA, bairro de Tabatinga localizado na divisa com a Terra Indígena de Umariáçu.

Portanto, quando a demarcação foi realizada pelos órgãos competentes não levou em consideração questões de extrema importância dentro dos diferentes aspectos socioambientais, econômicos, políticos e étnicos para o desenvolvimento de uma Terra Indígena que está confinada em um território pequeno e com os seus recursos naturais limitados e que sempre foi bem-vista pelos demais Tikuna de outras comunidades como sendo uma área de migração, pois oferece a estes uma maior proximidade com a cidade, principalmente para resolver problemas em diferentes órgãos municipais, estaduais e federais.

Descreve-se, nos depoimentos, o processo de demarcação da Terra Indígena de Umariáçu e nas falas entra em discursão o espaço do bairro da COMARA como sendo de pertencimento aos Tikuna. Como descreve o entrevistado 8: *“A demarcação é muito controverso. Inclusive a Comara... A Comara, hoje o governo federal adianta como posse, não tá nada definido. Ai vem a grande controvérsia da demarcação das terras. Não foi demarcado nem feito um estudo sério, nem aqui e nem em canto nenhum. Me lembro quando eu estava em Belém e tinha uma turma demarcando as terras do outro lado do rio... E eu falava pros índios ‘Porque vocês não vão acompanhar? Afinal é terra de vocês, dos Tikuna... É grande aquela terra’”*.

A construção desse processo da Terra Indígena de Umariáçu apresentou historicamente diferentes facetas e muitas interpretações e, como descrito por Almeida (2010), as identidades, como construções fluidas e cambiáveis, se estabelecem por meio de complexos processos de apropriações e ressignificações entre grupos e indivíduos que interagem. Portanto, analisar o direito dos grupos étnicos a suas memórias coletivas sobre a ocupação iniciada nos “espaços” transformados em “lugares” estáticos tem sido uma dinâmica positiva para entender o presente dos povos tradicionais, especificamente, os Tikuna de Umariáçu.

São indígenas, militares, comerciantes, seringueiros, missionários, pesquisadores, madeireiros, todos contando histórias que condizem com a realidade e outros fatos se perdem na ordem cronológica dos acontecimentos, o que ocasiona constantes confusões. Ademais, a invasão da terra dos Tikuna por muitos atores sociais, delimita ainda mais a escassez dos recursos naturais para os próprios Tikuna, que se veem dependentes, na atualidade, de

programas sociais do Governo Federal diante dos problemas socioambientais desencadeados em seu território.

O Entrevistado 10 refere-se ao tema: “... o governo federal né, através da corporação indígena tem ajuda, com o bolsa família, outros programas do governo como aposentadoria. Então tudo isso chamou a atenção de pessoas de fora pra vir pra cá. E além disso, a própria FUNAI aceitou né também, depois, que não deveria aceitar, já que a área indígena aqui é bem reduzida, é difícil tomar as posses da terra daqui de pessoas de fora. Nós da própria comunidade precisamos das terra, estamos tendo filhos e estamos crescendo e daqui pra gente, se a gente continuar aceitando pessoas de fora assim, sem, um”.

Nas conversas durante as reuniões existentes entre os representantes indígenas, há uma preocupação crescente dentro do Território sobre as necessidades de limites de lugar impostas aos índios como meio de “proteger” parte do seu território, símbolo de permanência do vínculo com a natureza. No diálogo acima, sublinhou-se o descrito pelo entrevistado sobre a entrada de pessoas de fora. A Terra Indígena de Umariáçu tornou-se propícia para a entrada de inúmeros regionais e Tikuna de outras comunidades, o que tem ocasionado mais conflitos por terra para o desenvolvimento familiar nas áreas de Umariáçu.

A frase mais escutada por quem se atreve a estudar um pouco da cultura indígena é: “Para que índio quer tanta terra?”. Ou, como descrito por Lima (2013), toda essa discussão vem permeada de falas portadoras de velada ironia de que as terras indígenas são extensas demais para a pouca quantidade de índios. Mas, como visto na Figura 13, apenas condiz com 23% de área disponível, sendo, em grande parte, áreas alagadas que não servem para o desenvolvimento da agricultura tradicional.

Portanto, muitas terras dos índios da Amazônia não servem para desenvolver a agricultura familiar. A terra é a essência, é a vida. Para os Tikuna, a terra (*Nhá-tôï*) faz parte da floresta, espaço onde habita o conjunto de árvores (*Nainecü*), onde se faz a plantação no pequeno roçado nas proximidades da aldeia, ou na vazante do rio, quando surgem as praias férteis (HÜTTNER, 2007, p. 168).

A necessidade indígena por terra para fluir o ciclo natural da vida nas comunidades fez, então, surgir a necessidade de se discutir sobre a demarcação do território de Umariáçu. O Entrevistado 8 coloca o motivo dessa necessidade da seguinte maneira: “*Por que era preciso iniciar esse processo? “Bom, vamos pegar a premissa: Porque demarcaram as terras? Eles nunca avançaram, nem hoje, as comunidade deles ai pra baixo é uma Tikuna, duas não, três sim, quatro não. Porque na cabeça deles, eles são de beira de rio sabe... Interior de mata nada... E ai quando eu perguntava ‘Porque vocês não vão acompanhar?’ e eles respondiam*

‘Pra que? Nós não somos índio de mato...’ Tanto é verdade que nunca ocuparam, porque o que interessa pra eles é o rio e os igarapés, principalmente os igarapés... Por causa da água...’.

A discussão aflorada pelos índios era que seus “espaços” simbólicos estavam sendo perdidos e era importante a tomada de decisão para a delimitação burocrática do “lugar” ocupado pelo povo Tikuna. Assim, mesmo não sendo uma premissa dentro dos conhecimentos tradicionais indígenas, as fronteiras construídas foram dividindo o espaço em lugares concretos, iniciando todo o desenrolar do aparato do Governo sobre os Territórios Indígenas dos Tikuna.

Porém, a luta por todo processo de demarcação teve força devido a organização dos Tikuna em cobrar do Estado, como analisa-se nos trechos abaixo recortados da Carta dirigida à Presidência da Funai, com cópias para o Ministro do Interior e dos Assuntos Fundiários e para o Governador do Estado do Amazonas, cobrando a promessa feita pela demarcação das Terras dos Tikuna:

“Nós, capitães Tükuna, reunidos na comunidade de Vendaval no dia 25 a 30 de abril de 1984, representamos este povo que conta com mais de 18 mil habitantes” (PORANTIM, 1984);

“Tratamos de vários de nossos problemas e a preocupação maior do nosso povo é a terra que não está demarcada” (PORANTIM, 1984);

“Infelizmente nós só temos recebido promessas da Funai que desde 1975 nossa terra deveria ter sido demarcada e até agora isto não aconteceu” (PORANTIM, 1984);

“Como foi o caso das portarias da Delimitação, entregue pelo próprio Presidente da Funai”. “No ano de 1983, é que esta Portaria foi entregue, sem número e sem assinatura, e isso foi feito só para enganar o povo Tükuna” (Vendaval, 30 de abril de 1984) (PORANTIM, 1984).

No contexto geral do processo de demarcação das Terras Indígenas dos Tikuna, a luta e a força do Conselho Geral foi fundamental para pressionar o Estado perante as necessidades dos Tikuna em demarcar suas terras. Nesse eixo de importância, verificou-se que a demarcação foi uma necessidade para os Tikuna, que estavam perdendo espaço dentro do seu próprio território.

Ressalta-se o estudo realizado por Lima (2013) quando reporta-se às falas portadoras de velada ironia sobre as terras indígenas, que são extensas demais para pouca quantidade de índios. De que as terras são empecilhos para o desenvolvimento do país. E, que as terras indígenas em região de fronteira são um perigo à segurança nacional. Portanto, um discurso retrógrado para o século XXI, porém muito visto pelos cidadãos.

Na perspectiva de demarcação do Território Indígena de Umariáçu, avaliou-se dentro do processo administrativo do reconhecimento formal feito por diferentes etapas, de acordo com procedimentos administrativos estabelecidos pelo Estatuto do Índio, de 1973, e alterados

por diversos decretos em 1976, 1983, 1987 e 1991, hoje dispostos no Decreto nº 1.775/1996 (RICARDO, 2011).

O processo burocrático de demarcação do Território Indígena de Umariáçu foi exposto pelo Entrevistado 5, na seguinte ordem dos fatos:

“A relação, sempre foi conflituosa. Tanto é que, não tem aquele campo de futebol da COMARA? Tem uma escola nova depois do campo? Logo em seguida tem um beco assim que entra pra esquerda? Ali que começava o Umariáçu. Tinha até uma placa do Ministério da Aeronáutica, porque pra cá era área da aeronáutica e pra lá era o Umariáçu, era tudo índio. Só com o passar dos anos é que, a FUNAI tentou demarcar isso e havia muitos conflitos dos índios com os brancos e dos brancos com os índios que invadia e tirava as coisas e tinha aquela confusão. E, tentavam demarcar, mas tinha muito branco e era mais conflituoso”. Grifos próprios.

Os conflitos pela terra dos Tikuna de Umariáçu sempre foram descritos pela ótica da população da cidade do Governo que busca avançar sobre o território dos Tikuna. A exploração madeireira por muitos “brancos” vindos das diferentes áreas das cidades do Peru, da Colômbia e da cidade de Tabatinga abalou significativamente inúmeros territórios dos Tikuna para abastecer o mercado consumidor, para a produção de casas, móveis e demais itens de madeiras. Esses atores sociais, os madeireiros, impuseram diferentes impactos com suas explorações nos territórios Tikuna, reduzindo ainda mais os recursos florestais para o futuro da população indígena.

Na conjuntura de exploração da floresta, analisou-se a abertura do território na região para a implantação das instalações militares (Figura 15) como mecanismo resultante da fase de urbanização da cidade do Governo, ou seja, a urbanização da floresta para servir de base para as atividades de “proteção da região”, dentro do discurso militar.

Com a abertura da floresta da região do Alto Solimões para servir de base aos militares, os Tikuna foram perdendo espaço territorial. Portanto, demarcar foi um procedimento que, possivelmente, diminuiria os avanços exploratórios realizados no decorrer das décadas de 60, 70, 80 pelos militares instalados ao lado das terras de Umariáçu. Continuando sua descrição, o entrevistado 5, argumentou:

“Até que em 1997, 1998 foram feitas reuniões com os índios e, foi falado ‘olha... a cidade tá avançando e tá avançando e vocês tão perdendo terra. Existe um plano pra demarcar o Umariáçu e se vocês concordarem, em menos de um ano, tudo estará demarcado direitinho, homologado, registrado. Aí, iniciou-se o processo, tinha a castanheira ali onde é o posto da FUNAI hoje. Assim, em frente ao rio tinha uma castanheira bem grande, que era um ponto de

*referência, o pessoal dizia ‘ah, é ali depois da castanheira’ sabe... mas o tempo já levou, só que eu tenho fotografia era uma castanheira e uma seringueira. Da castanheira pra lá não tinha um branco... Aí vamos lá, o que eu ia mostrar, a gente pega esse **ferro de engomar**²¹ aqui, esse pedacinho, deixa aqui enrolada na castanheira e vamos até ali na cerca da INFRAERO, a gente pega e vamos até lá. Então esse ferro de engomar que fica, deixa todos os brancos de fora. Então pra demarcar a terra não vai ter problema nenhum porque não tem ninguém que vai recorrer”. Grifos próprios.*

Figura 15: Desmatamento da área do quartel ao lado das terras dos Tikuna, processo demarcatório ainda não delimitado, arquivo datado de 1964



Fonte: Arquivo Militar, 2016.

Dos elementos importantes das questões despertadas para o processo de demarcação do território de Umariáçu, o entrevistado insere a perda de território por parte dos indígenas com o avanço do município de Tabatinga, delimitando ainda mais os recursos explorados pelos Tikuna e disputados pelos “ditos brancos”. Nessa conjuntura, as relações estabelecidas entre o que demarcar como sendo território dos Tikuna, cita-se o marco das árvores da castanheira e seringueira (Figura 16) como elemento delineador do espaço a ser incluso no território Tikuna de Umariáçu.

²¹ Ferro de engomar foi a expressão utilizada pelo entrevistado para poder explicar a delimitação da área em forma geométrica como um triângulo.

Figura 16: Castanheira, símbolo da história de delimitação territorial de Umariáçu



Fonte: Entrevistado, 2017.

“Falei para os índios ‘Olha, em menos de um ano demarca tudo isso. Porque se não fizer agora, quando passar os anos, vai ficar mais difícil e vocês vão perdendo terra e cada vez mais os brancos vão avançando.’ Aí eles aceitaram e então foi, com 6 meses. Porque, veio camarada de fora, fez levantamento tudo direitinho, fez o limite... Aí manda para Brasília, para aprovar os limites, aí aprovaram”. (Entrevistado 5) Grifos próprios.

“Emitiram uma portaria, publicam a portaria, e enviaram a portaria para cá para o prefeito tomar ciência, para ter o contraditório, o Art. 755. Eu lembro que quando chegou aqui, eu que fui lá na prefeitura deixar, já que o mais interessado em demarcar essa terra era os Tikuna. Aí eu fui, eu tirei uma cópia e fui lá... e eu disse ‘Fulaninho, aqui é uma portaria, a FUNAI vai demarcar o Umariáçu, e isso é pra o senhor dar ciência aqui, para colocar no quadro de aviso para o pessoal ver e saber se vai aparecer alguém que vai ser contra, se vai dizer que não concorda porque tem terra lá ainda”. (Entrevistado 5) Grifos próprios.

“Eu botei no quadro de aviso. Quando deu 90 dias, ninguém se manifestou contra nem falou nada, daí foi enviado para Brasília avisando que transcorreu os 90 dias de acordo com o decreto e ninguém tinha falado nada e que podia começar o processo de demarcação. Aí saiu o decreto de demarcação, que são várias etapas...” (Entrevistado 5) Grifos próprios.

“E, começou a demarcação, só que teve uma outra confusão com um coronel da época. Porque no decreto, quando foi demarcar, o pessoal lá foi reclamar dizendo que a terra era

deles, mas não era... Não era, e aí o comandante apareceu pra resolver a situação e ficou muito bravo. Eu falei ‘Mas Coronel, eu acho que no exército com certeza deve ter alguém, algum soldado ou assim, só responsável pra ler o diário oficial, pra saber de tudo que estava acontecendo. Até porque toda repartição pública tem alguém só pra olhar o diário oficial e saber das coisas. Então acho que o exército deve ter alguém pra isso’. E o decreto não mandava dar ciência não para o exército, mas sim dar conhecimento só pra o município.” (Entrevistado 5) Grifos próprios.

“Mas então, houve a demarcação e correu tudo bem. O coronel ficou bravo, mas ficou por isso mesmo. E aí na hora que foi colocar os piquete, o marco, o pessoal do exército foi lá dar uma chorada dizendo ‘mas rapaz, você não pode recuar pelo menos mais 100 metros? Porque tá muito próximo aqui do paiol de munição. Ficam fazendo roça aí, e se pega fogo aqui no paiol e explode, Tabatinga vai pelos ares. Essa área todinha aqui vai pelos ares, o quartel, as aldeias.’ Ai apareceram os índios e começaram a falar ‘Não, tu que bota teu paiol lá do outro lado. Aqui ninguém vai puxar nem mais Im porque vocês é que já tomaram nossa terra’.” (Entrevistado 5) Grifos próprios.

“Então foi assim, e isso aí deu um conflito. ‘Olha Major, aqui onde tá teu pista, aqui onde tá isso, era tudo roça de cana do meu pai.’ Porque assim, antigamente a pista era mais ou menos pra cá e eles estavam botando pra avançar mais pra dentro da terra indígena.” (Entrevistado 5) Grifos próprios.

Diante do exposto pelo entrevistado 5 analisa-se que o processo demarcatório foi realizado frente a vários conflitos entre o que os índios determinavam como espaço territorial deles e o espaço na época ocupado pelos militares para o desenvolvimento e expansão da faixa urbana do município de Tabatinga.

As duas últimas fases do processo demarcatório fazem referência a Terras Declaradas e Terras homologadas. Assim, o Território Indígena de Umariçu foi instituído através do documento de reconhecimento formal pela Portaria MJ nº 1.112, de 12 de novembro de 1997 (Anexo 08), o qual: “Declara de posse permanente dos índios Tukuna a Terra Indígena Tukuna Umariçu, no município de Tabatinga/AM, com superfície aproximada de 4.900 há e perímetro também aproximado de 38 km e determina que a FUNAI promova a demarcação administrativa. Declara que a Terra, situada na faixa de fronteira submete-se ao art. 20 §2º da CF” (ATLAS DAS TERRAS TIKUNAS, 1998).

Analisando o conteúdo do relato apresentado pelo participante do processo de demarcação da Terra Indígena de Umariçu, apresentam-se elementos de negociação e delimitação do espaço hoje ocupado pelos Tikuna de Umariçu. As pretensões estabelecidas no

depoimento apresentam condicionantes de um processo burocrático que foi pensado e desenvolvido de maneira a atender às emergências momentâneas para efetivar a demarcação do território. O interesse era o de fluir com a demarcação para conter os avanços já ocorridos pelos diferentes autores, de maneira a solucionar o problema de demarcação já colocado em execução por diversas vezes e sem resultados satisfatórios.

Inúmeros reflexos são sentidos na Terra Indígena de Umariáçu, não pelo processo de demarcação do seu território, mas pela degradação desse território com o passar do tempo. Pensar na frase “Para que tanta terra, para pouco índio?” já descrita acima, traz a discussão apresentada pelo Entrevistado 11 (não indígena):

“Os Tikuna tinham um território muito amplo. Que era utilizado por eles, não existiam restrições, digamos, fora dos limites com outros povos, dentro do território Tikuna, é muito grande, muito grande mesmo! Muito amplo... E um dos grandes problemas dos Tikuna é que o território que foi delimitado, foi um território muito parcelado. Não foi só um território Tikuna, uma terra indígena Tikuna, foram vários e vários territórios e isso gerou uma situação complexa porque eles ficaram reduzidos a comunidade e isso diminuiu muito a mobilidade dos Tikuna”.

Na atualidade, os Tikuna de Umariáçu têm um território incapaz de suprir a necessidade da população residente. Espaço delimitado gera roças constantes, causando o empobrecimento do solo (com características peculiares para o desenvolvimento agrícola). A terra, que parece ser muita na visão dos grandes produtores, torna-se escassa, pois não é fértil quando se realizam monoculturas. Inúmeros outros limites que também foram descrito ao longo do capítulo fazem concluir que: o princípio de tudo não foi a questão da demarcação, mas como se desencadeou todo o processo histórico de ocupação e definições para a área atualmente delimitada para a Etnia Tikuna de Umariáçu.

O entrevistado 11 completa seu pensamento discorrendo sobre *“a ausência de mobilidade, todo o conhecimento dos povos indígenas está baseado sobre o conhecimento do território. A ausência de mobilidade diminui o conhecimento do território, isso é evidente...”* e conclui *“Durante muito tempo que eu observo que há uma maior mobilidade com relação aos territórios de roça para se distanciar para manter um pouco o fluxo, e aí existe uma nova acomodação e aí existe uma nova acomodação do conhecimento do território”.*

Nesse processo de delimitação do território, a população indígena aglomerou-se próxima à cidade. Como exposto por Steiman:

O eixo Tabatinga-Apoporis, a população indígena assimilada e destituída depois de séculos de evangelização, hostilidade local e invasão de suas terras tradicionais, se

localiza bem próxima aos órgãos assistencialistas do Estado e da Igreja. É nas cidades, e nas mais importantes, que estão as sedes das administrações regionais da FUNAI, das Dioceses católicas e das ONG's – a primeira, responsável oficial pela tutela dos índios, as duas últimas, por terem tomado para si a tarefa de defender seus direitos (STEIMAN, 2002, p. 59).

Como apresentado pelo Entrevistado 10, *“Eu lembro que o limite era onde era a COMARA. Da COMARA para dentro e depois botaram mais pra trás, ali onde está o posto da FUNAI. Ali é o limite... Mas entre indígena e não indígena, são, acho que... pra mim não tem problema, porque se dá certo, cada um se respeitando uns aos outros...”*.

Nesse universo das relações sociais, políticas, culturais, econômicas e religiosas dos Tikuna de Umariáçu, o capítulo abordou sobre a importância do passado para enxergar o presente das reconfigurações vivenciadas pela Etnia. O estudo sobre a territorialização Tikuna de Umariáçu foi fundamental para entender a formação desse lugar territorial construído pelos limites decorrentes das diversas sociabilidades existentes na região, que foram primordiais para as transformações e novas configurações socioambientais da Terra Indígena de Umariáçu.

Tal delimitação territorial não tem permitido ao povo Tikuna de Umariáçu ver colocado em ação pelo órgão indigenista o que está pressuposto na Constituição sobre assegurar as condições necessárias para a reprodução social, física e cultural da etnia Tikuna. Desta maneira, o pouco território demarcado na cidade do Índios vem criando sérios impasses para a convivência da população aglomerada na comunidade, agravando os problemas socioambientais, políticos e econômicos na atualidade.

Finaliza-se analisando que a demarcação das terras indígenas é uma ação complexa e que os resultados desse processo podem ser atingidos pela própria mobilização e participação dos indígenas. Porém, uma das crescentes preocupações perpassa pela geração de alternativas para o desenvolvimento de atividades para a enorme população residente nesse lugar delimitado dentro dos preceitos legais, pois embora legalizada, não tem sido uma área com garantias efetivas à uma boa parcela da população vivente da Terra Indígena de Umariáçu.

Dessa maneira, apresenta-se o Capítulo V uma volta cronológica a década de sessenta descrevendo as transformações ambientais ocorridas na Terra Indígena de Umariáçu perante instalações de obras voltadas à urbanização da cidade do Governo e que foram altamente impactantes no modo de vida da cidade dos Índios.

5 TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS NO TERRITÓRIO INDÍGENA A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA PISTA DO AEROPORTO DE TABATINGA – AM

Os Seres humanos se sentem intimidados pela Amazônia.
Ficamos diminuídos pelo tamanho de tudo –
O volume dos rios, a extensão das florestas,
A exuberância da natureza mais diversificado do mundo.
(HEMMING, 2002, p. 413).

O capítulo delineou as transformações ocorridas no território da cidade dos Índios a partir da construção da pista de pouso, no ano de 1965, atualmente Aeroporto Internacional de Tabatinga (Decreto 74924/1974), em uma conjuntura pensada para a urbanização da cidade do Governo. A construção de obras infraestruturantes, como o aeroporto, configurou em mudanças espaciais do território indígena, como uma das consequências da expansão urbana do município de Tabatinga. Em suma, o capítulo apresentou uma discussão sobre a delimitação da primeira cronologia estabelecida na metodologia da tese, como importante fator das mudanças no campo socioambiental do Território Indígena de Umariçu.

O referido decreto determinava que o Aeroporto de Tabatinga pertenceria à categoria internacional, uma ação dos governos militares presentes na região para as tomadas de decisões frente ao avanço pretendido para a ocupação territorial da Amazônia. O Decreto entrou em vigor no Governo de Ernesto Geisel, o quarto Presidente nomeado dentro do Regime Militar vivido pelo Brasil, que presidiu o país de 15 de março de 1974 a 15 de março de 1979, sendo sucedido por João Figueiredo (ARAÚJO, 1997).

Nessa cronologia política de governos militares no cenário nacional houve o estabelecimento da Colônia Militar de Tabatinga como uma área base da região do Alto Solimões, a qual consolidou diferentes transformações espaciais no decorrer da formação da área de segurança nacional da fronteira brasileira. Uma das principais mudanças foi o deslocamento da etnia Tikuna para uma área delimitada pelo processo de demarcação dos territórios indígenas, propiciado pelos instrumentos do Estado Nacional, discutido no Capítulo IV. Processos ocorridos no século XX permitiram a imobilização de diferentes grupos étnicos e sociais, constituindo novas configurações interétnicas durante os diferentes padrões históricos pelos quais passou a Amazônia em seu desenvolvimento.

No tocante às frentes de expansão do Brasil na região da Amazônia, Nogueira (2008) descreve os aparatos institucionais voltados à incorporação econômica do território, com criação da infraestrutura necessária para a viabilidade de empreendimentos corporativos. Porém, para Tabatinga ou qualquer outra cidade da fronteira política da Amazônia brasileira, Nogueira (2008) destaca que o aparato institucional é distinto, representado, em primeiro lugar,

pela implantação das Forças Armadas (Exército, Aeronáutica e Marinha), reforçando o conceito de fronteira como o “órgão” mais sensível do corpo do Estado, numa visão organicista.

Essa visão “organicista²²” foi sendo construída na região de fronteira e, conseqüentemente, desencadeando inúmeros conflitos socioambientais. Pois, a partir do momento em que o Estado é o centralizador da organização do modo de vida de uma região rica em diversidades culturais, o mesmo tornou-se homogeneizador das ideias de resolução dos problemas desencadeados pelas forças emanadas pelos militares, as quais seriam a única maneira de “Proteção” da diversidade ambiental, social, cultural, étnica, econômica e política da região.

Como discutido por Raffestin (2008, p. 17), o ambiente constitui a matéria-prima sobre a qual o homem trabalha socialmente para produzir o território, que resulta, mais tarde, por intermédio da observação, “em uma paisagem”, o que o autor descreve como sendo uma representação ideal da construção. Destacou-se, assim, a construção desse território como foco para adentrar as transformações vivenciadas pelos Tikuna em suas paisagens de florestas, um reduzido espaço de recursos naturais para a sobrevivência socioambiental da cidade dos Índios, frente aos marcos históricos de exploração e contaminação dos elementos físicos, bióticos e abióticos que compõem o ambiente.

Nesse Capítulo, analisou-se como a paisagem e as relações ambientais do povo Tikuna na região do Alto Solimões foram sendo afetadas por diferentes sujeitos (atores sociais) para redução do espaço territorial da cidade dos Índios perante uma urbanização pensada para o crescimento da cidade do Governo. Assim, delimitou-se a construção do aeroporto de Tabatinga como o principal marco do processo de transformações ambientais, contribuindo diretamente para os desequilíbrios socioambientais da etnia Tikuna.

5.1 Abertura da pista de pouso: consolidação do Aeroporto Internacional de Tabatinga

No discurso desenvolvimentista, o ambiente natural é o principal sujeito vivo a sofrer os impactos das pressões impostas pela humanidade, centrada no TER, como relatou Enrique Leff (2000) sobre uma série de discussões acerca das problemáticas ambientais contemporâneas decorrentes de uma crise de civilização, do fracionamento do conhecimento e da degradação ambiental. Essa discussão emergiu a partir da década de 1960, quando começou a se questionar sobre os limites que a natureza impõe à racionalidade econômica para as construções de

²² Visão organicista: organização pautada pela urbanização a partir da implantação das três forças armadas, para depois estruturar as demais instituições.

infraestruturas voltadas para o dito “progresso da humanidade”, colocando em pauta o crescimento das cidades e as transformações significativas do espaço natural.

A recorrência ao passado para entender a testilha dos espaços antes ocupados e fragmentados em territórios aptos ao desenvolvimento da área de fronteira refletiu diretamente na delimitação do ambiente e das fontes de recursos naturais para os Tikuna do Território Indígena de Umariáçu. Essa dicotomia entre cidade dos Índios e cidade do Governo para colocar em prática a abertura da pista de pouso do aeroporto de Tabatinga, ocorrida em 1964, não chamou atenção, na época, para os futuros problemas configurados a partir de tal construção que visou suprir os interesses da sociedade local. A evolução da cidade do Governo, portanto, coincide com as transformações significativas do espaço natural, principalmente da floresta, para humanizar o ambiente para o progresso da civilização.

As ações de abertura da pista de pouso iniciaram o que pode ser chamado de primeiras mudanças no ecossistema das “terras firmes” do território dos Tikuna de Umariáçu. Áreas de terra firme na região amazônica são fundamentais para a consolidação de recursos naturais extraídos da grande variedade de árvores que compõem a diversidade de frutos, raízes, folhas e tubérculos utilizados pelos indígenas, que estão em constante simbiose com as relações estabelecidas entre o conhecimento apreendido e a vivência com a natureza.

É importante frisar as singularidades descritas por Witkoski (2007) quanto à distinção dos dois ambientes, terra firme e várzea. Nesse contexto, a discussão acerca desses dois ambientes, então intimamente relacionados em termos de estabilizar a biodiversidade amazônica, é de grande importância, uma vez que tanto as áreas de terra firme como as áreas de várzea são fundamentais para consolidar o equilíbrio natural e econômico das sociedades indígenas da região do Alto Solimões.

Para esse equilíbrio, os regimes fluviais têm papel primordial nessa caracterização da fertilidade dos solos durante as cheias e vazantes do Rio Solimões, proporcionando a formação de novos nichos, os quais Witkoski (2007) destaca como restingas, lagos de várzea e igapós, criados pela dinâmica hidrográfica. Para as áreas de terra firme, destaca-se: florestas pluviais, florestas decíduas, savanas bem drenadas, savanas mal drenadas, florestas antropogênicas e montanhosas.

A ampla discussão sobre o ecossistema amazônico tem sido documentada, descrevendo, principalmente, as características gerais das florestas úmidas, composição dos solos, a biodiversidade, o pequeno número de espécies em dada área, a floração, dentre outros fatores que põem a Floresta Amazônica em destaque diante da importância mundial dos interesses despertados ao longo da história de exploração e modificação da região. Cabe ressaltar que há

muito tempo já era ocupada pelas etnias, que foram perdendo seus espaços para o fluxo crescente de abertura das cidades e urbanização, sem que fosse dada a mínima importância aos donos da floresta.

No âmbito da vasta experiência dos indígenas na utilização e conservação da biodiversidade e da ecologia dos ambientes de “terra firme”, florestas densas, rios, “várzeas” e demais ecossistemas de onde vivem e trabalham, as mudanças, ao longo das fases históricas, desencadearam transformações dos espaços, criando territórios delimitados, abrindo portas à “civilização”, impetrada pelos governos militares com o objetivo único e exclusivo de desenvolver a região do Alto Solimões, dentro dos padrões de desenvolvimento e crescimento econômico que a sociedade da cidade do Governo pensava para a região.

Desenvolvimento e crescimento econômico que foram impostos no intuito destrutivo de abertura de grandes áreas florestais para aprimorar a dita e famosa frase do regime militar de “ocupação demográfica”. Nesse pensamento, a abertura da pista de pouso, como mostrado na figura 17, representou o primeiro elo impactante nas áreas de terra firme do espaço disputado entre indígenas da etnia Tikuna (cidade dos Índios) e militares, missionários, agricultores, madeireiros (cidade do Governo), configurando uma área de interesse de ambas as sociedades que estão tendo os seus territórios de terras firmes gradativamente reduzidos pelo “fenômeno das terras caídas”, como será apresentado ao longo do capítulo.

Figura 17: Abertura da pista de pouso do Aeroporto de Tabatinga



Fonte: Entrevistado, 2016.

No preâmbulo da discussão acerca das alterações visualizadas no ambiente do futuro aeroporto da cidade do Governo (Figura 17), ficou a reflexão das heranças reservadas à

população Tikuna de Umariáçu com a perda dos espaços registrados na memória coletiva dos representantes Tikuna, que foram e são carregados de significados socioambientais sobre como é viver numa região rica em diversidade de espécies. Ao longo das conquistas pela demarcação da Terra Indígena de Umariáçu (ocorrida apenas na década de noventa), os Tikuna testemunharam situações críticas de destruição e dilapidação dos recursos naturais diante do avanço e expansão urbana do município de Tabatinga (a partir da década de sessenta).

Para urbanizar a cidade do Governo era preciso destruir. Nessa conjuntura, atores sociais presentes nesse processo de abertura da pista, como visto na Figura 17.B, traduziram o significado de como afetar o ecossistema amazônico de maneira complexa, destruindo suas especificidades e produzindo ambientes de solo pobre, diante da retirada da matéria-prima, a floresta. Serra e Fernández (2004) relatam sobre a evolução do desmatamento a partir do golpe militar de 1964. Os autores apresentam um condizente apontamento para a destruição de espécies de valor inestimável, como a possibilidade de redução permanente do potencial produtivo da região amazônica.

Um questionamento advindo das hipóteses levantadas diz respeito às políticas públicas pensadas para a região amazônica como sendo uma área “frágil” do setor político do Brasil. Então, questiona-se, “O que é fazer a coisa certa, numa região predominantemente indígena e rica em diversidade?” Para as políticas pensadas pelos governos militares (1964 – 1985), era desenvolver e ocupar a região amazônica, para ocupar o dito popular do “vazio demográfico”. De acordo com Euzébio (2011, p. 67), essa ocupação pensada pelos governos militares era a ocupação da Amazônia como um avanço da fronteira como recurso, ou seja, recursos econômicos. Essa dita ocupação resultou em consequências vivenciadas na atualidade pela região e, mais ainda pelas inúmeras Etnias que se fragmentaram diante da expansão urbana na floresta.

Após os anos do governo militar, veio a corrida do governo brasileiro para recuperar parte do que foi retirado dos indígenas pela ditadura militar a partir das ações demarcatórias dos seus territórios, no fim da década de 80 e início da década de 90. Porém, a demarcação levou o povo Tikuna a um território fragmentado frente as suas próprias condutas de lutas pelos seus territórios e organizações, o qual permitia uma exploração de suas áreas de florestas sem que houvesse impacto ambiental visível, pois a rotatividade de uso do solo proporcionava sua regeneração e fertilidade.

Assim, o impacto ambiental sentido na década de 60 começou a emergir a partir das políticas públicas voltadas ao “desenvolvimento destrutivo da floresta”, espaço que era utilizado pelos indígenas para realizar suas plantações rotativas de exploração sem

consequências ambientais. O sistema de exploração realizado pelos indígenas trazia enormes vantagens ao próprio mecanismo de aumento da biodiversidade da região, pois, a partir do momento que a roça era abandonada, sementes eram deixadas naquela área e assim havia uma regeneração do ambiente com a introdução de novas variedades levadas de um local para o outro, mecanismo básico da biodiversidade presente nos ecossistemas amazônicos.

Enfim, as perdas da diversidade de fauna e flora decorrentes das ações dos programas governamentais afetaram a TI de Umariáçu, uma parcela do espaço de terra foi absorvida para a construção da pista do aeroporto, trazendo alterações sentidas ao longo da história do crescimento populacional da terra Indígena. Essa construção, na década de sessenta, marcou um posicionamento apresentado pelo Governo Federal, dentro da política de crescimento e expansão da fronteira militar na região. Como apresentado por Serra e Fernández (2004), é importante ter em mente que a cobertura florestal da Amazônia permaneceu praticamente intocada até o golpe militar na década de sessenta.

No estudo realizado por Steiman (2002) sobre a geografia das cidades de fronteira, foi exposta uma discussão a respeito da delimitação das fronteiras do Brasil, o qual discorre sobre a criação da “Faixa de Fronteira”. Fazendo conhecer:

Em maio de 1985, a Secretaria propõe a formação de um Grupo de Trabalho Interministerial que deveria, mediante a realização de estudos, propor medidas para atender as carências mais sérias da região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, garantindo a sua integridade territorial e a soberania brasileira. Dos estudos então realizados, três zonas distintas foram identificadas: a) a "faixa de fronteira", com 150 Km de largura, entre as cidades de Tabatinga (AM) e Oiapoque (AP); b) a "orla ribeirinha" dos rios Solimões e Amazonas e seus principais afluentes; c) a "hinterlândia", constituída dos espaços interiores limitados pelos dois primeiros. A reduzida presença brasileira nas áreas limítrofes, tanto institucional, quanto populacional, e todos os problemas daí decorrentes pesaram na escolha da faixa como área prioritária e preferencial para ação imediata do governo. Foi criado, então, o Programa Calha Norte (PCN), sob o controle do Exército, com várias outras vertentes de atuação de caráter sócio-econômico (STEIMAN, 2002, p. 25. Grifos próprios).

As ações governamentais na Amazônia, após o golpe militar, geraram vários impactos adversos, pois o objetivo sobre o controle do Exército era o de modernização através das reformas institucionais, para estimular a economia, o povoamento e a integração da Amazônia através da soberania dos poderes que compõem a nação brasileira. A corrida estabelecida pelos governos militares desencadeou a criação de inúmeros projetos para o desenvolvimento da região, que contribuíram consideravelmente para agravar o desmatamento e a degradação ambiental com os avanços das obras infraestruturantes.

Tais ações de destruição, vistas de maneira geral, desencadearam para as diferentes Etnias da Amazônia gradativas perdas dos ecossistemas que garantiam a economia de caça-pesca-coleta, como apontado por Tommasino e Almeida (2014) nos seus estudos realizados sobre territórios e territorialidades com a etnia Kaingang, que foram, com o passar do tempo, buscando novas formas de sobrevivências frente à escassez e dos recursos naturais que garantiam a sobrevivência do seu povo.

Voltando à questão “O que é fazer a coisa certa?”, busquei respaldo no trabalho realizado por Steiman (2002) para o confronto de datas sobre o delineamento dentro da política de área de segurança nacional para a faixa de fronteira, uma discussão iniciada na Lei nº 601, 18 de setembro de 1890. Porém, a discussão para o estabelecimento dos estudos realizou-se em 1985, quando foram identificadas as três zonas distintas como descrito por Steiman (2002), colocando a cidade de Tabatinga dentro dos limites estabelecidos como área prioritária e preferencial para a ação imediata do governo.

Nessa conjuntura, segundo as memórias da presença dos Tikuna, o território utilizado para abertura da pista de pouso foi incorporado à área de segurança nacional bem antes dos estudos realizados para a criação da “faixa de fronteira”. Essa discussão põe em pauta um conflito antigo entre os Tikuna e o setor administrativo do aeroporto de Tabatinga por direito ao uso do território. No decorrer da década de 1960, a pista de pouso foi aberta para atender principalmente às forças militares que ali se estabeleceram, desencadeando o primeiro grande impacto, pois a abertura da pista de pouso dividiu o território da comunidade em dois lados. Essa ação trouxe impactos ambientais não inerentes ao momento, porém sentidos na atualidade. Como observado na figura 17, houve uma intensa derrubada da vegetação predominante da floresta de terra firme, abrindo uma barreira física entre as áreas Tikuna – Aeroporto – Tikuna.

Sendo a floresta de terra firme uma área de inúmeros recursos naturais, conforme descrito por Miller et al (1989): é uma zona utilizada pelos indígenas para a retirada de produtos florestais para alimentação e como matéria-prima para diversas atividades, tais como artesanato, utensílios domésticos, remédios etc. Porém, na década de 1960, pouca importância foi dada ao impacto que a derrubada de milhares de árvores causaria para a população Tikuna da área, pois o contingente populacional não era tão visível para a sociedade local, e as prioridades eram a construção da pista de pouso e o desenvolvimento urbano da cidade do Governo.

Portanto, fazer a coisa certa, naquela época, para o Governo, era colocar em prática o chamado “desenvolvimento da região”, com diferentes frentes de projetos de infraestrutura para as cidades do Governo, pensando principalmente na “melhoria local” para os familiares dos

militares que chegavam à região. O pensamento, portanto, era urbanizar a floresta. Na figura 17, observa-se as inúmeras transformações do ambiente de floresta com a participação de diferentes atores sociais, os próprios Tikuna também participaram da derrubada da floresta na expectativa da reciprocidade entre os outros da sociedade urbana. Tal reciprocidade, esperada até hoje, nunca foi cumprida pelas instituições que transformaram o espaço dos Tikuna.

Abro parágrafo para expressar a participação dos Tikuna na abertura da pista de pouso. Inúmeros Tikuna foram mão de obra para a derrubada de árvores. A esses trabalhadores foram prometidos benefícios para a Terra Indígena. Como dito, pelos próprios Tikuna que trabalharam na obra, nada foi dado de vantagem. Como não houve nenhum registro em papel das propostas ofertadas aos tikuna, nada foi cumprido pelo aeroporto sobre os benefícios à população indígena com a construção da pista de pouso. *“Teve uma criança que foi esmagada pela máquina que abriu pista e nada foi feito”* (Entrevistado 7).

De encontro com as ideias descritas por Serra e Fernández, as políticas públicas desenhadas para a região amazônica aceleraram:

O processo de ocupação espacial, resultando numa exploração predatória dos recursos naturais e no agravamento das disparidades sociais. De fato, estas políticas de desenvolvimento, devido ao fato de atrair um imenso fluxo migratório, foram responsáveis por gerar consideráveis impactos sociais e ambientais adversos nas áreas urbanas e rurais (SERRA e FERNÁNDEZ, 2004, p. 115).

Nessa década, a construção da pista de pouso do Aeroporto de Tabatinga reduziu uma área do território utilizado pelos Tikuna para realização de inúmeras atividades econômicas de caça-pesca-coleta. A exemplo da diversidade biológica das árvores, cita-se parte do texto escrito por Hemming sobre alguns frutos encontrados nas áreas de coleta das terras indígenas que possibilitam um modo de sustento da própria terra indígena como mecanismo de exploração familiar para complementar a renda necessária para muitos Tikuna da região:

As palmeiras são admiravelmente úteis aos forrageiros. Elas são fáceis de derrubar. O alto e importante buriti “fornece material de construção para casas, alimento rico em carboidratos, rolha para garrafas, fibras para tecelagem, bebida fermentada, [toras para jangadas] e diversos outros produtos importantes para as economias dos grupos”. A tucumã (*Astrocaryum*) tem terríveis espinhos, semelhantes aos dos ouriços, por todo o tronco, para repelir animais escaladores, mas é grande amiga dos índios. De seus folíolos se produz uma resistente fibra com a qual eles fabricam as melhores redes e cordas, os espinhos têm inúmeros usos, sua fruta alaranjada serve como isca de peixe, e a madeira é boa para fazer barcos e construir casas. [...] o açáí (*Euterpe oleracea*), que gera cachos de frutos roxos, esféricos, de cerca de 2 centímetros de diâmetro em média. Os habitantes da Amazônia sempre foram vorazes bebedores do suco de açáí: perdendo apenas para a mandioca e o peixe, o açáí é o sustentáculo da vida na região (...). E há ainda a versátil pupunheira (*Bactris gasipaes*), tão útil que recebeu uma série de nomes, incluindo pupunha, chontaduro e tembé. Alta e reta, com várias hastes, sua madeira é ideal para fabricar vigas de cabanas, e forte o bastante para a produção de arcos, bordunas e, até mesmo, serras. Seus cachos de frutas vermelho-alaranjadas

são também uma importante Fonte de calorias, óleo, vitamina C e proteínas. Dos frutos secos, pode-se produzir farinha para o pão ázimo; dos frutos cozidos e fermentados, se produz cerveja. Anéis de espinhos protetores ao redor do tronco desestimulam a escalada de animais em busca de alimento, mas esses espinhos têm emprego abundante entre os índios – incluindo os “bigodes felinos” que adornam as faces das mulheres ianomâmis (HEMMING, 2011, p. 357) (grifos próprios).

A riqueza das diversas fontes encontradas nas florestas pouco importou para as frentes de avanço conduzidas pelos militares, que derrubaram inúmeras árvores e demais ecossistemas em uma faixa aberta para a construção do aeroporto da cidade. A derrubada da área analisada na figura 17B gradativamente reduziu o ambiente de coleta e de plantação da cidade dos Índios. No texto, Hemming (2011) expõe a importância social, ambiental e econômica da diversidade biológica dessas áreas de terra firme para as populações indígenas, que encontravam nesses espaços recursos ambientais necessários para a realização de inúmeras atividades.

Segundo Salati et al. (2006), na mata de terra firme, a diversidade de árvores, por hectare, varia entre 40 e 300 espécies diferentes. Ou seja, não se tem ideia da quantidade de diversidade biológica perdida no contexto de ocupar e desenvolver a região dentro dos padrões introduzidos pelos militares e não pensado nos padrões indígenas.

Na época, essas transformações não foram sentidas de imediato. Mas, com o passar do tempo, a partir do crescimento do número de indivíduos na terra indígena e, conseqüentemente, a fixação dos territórios, na década de 90, pela nova política de proteção das áreas da Amazônia, tais modificações tiveram um sentido negativo no dia a dia dos povos indígenas.

Na atualidade, a extração de milhares de árvores no território da pista de pouso pôs em xeque a escassez dos recursos naturais destruídos na década de 60, com o único e exclusivo objetivo de desenvolvimento da região. Nesse contexto, volta-se, um pouco, à história da construção do aeroporto e toda a discussão acerca das transformações ambientais no Território Indígena de Umariçu, a partir desse primeiro marco da história ambiental da cidade dos Índios perante a política desenvolvimentista da cidade do Governo.

5.1.1 Histórico da Aeronáutica e Aeroporto Internacional de Tabatinga - AM

Das diversas ações das Forças Armadas na década de 60 no município de Tabatinga, destaca-se a construção do aeroporto. Essa obra foi importantíssima para o desenvolvimento da região do Alto Solimões, a qual permitiu uma maior aproximação à capital Manaus e aos bens e serviços oferecidos.

Porém, tal desenvolvimento pensado para a cidade do Governo foi altamente impactante no modo de vida dos Tikuna, os quais estavam excluídos da discussão acerca dos interesses

desse desenvolvimento, pensado apenas para a elite militar que ocupava a região, excluindo qualquer tipo de discussão acerca das futuras transformações a serem impetradas no território indígena. Portanto, o desenvolvimento foi pensado pelos militares para os militares, excluindo-se os conflitos ambientais eminentes de ocorrência no futuro para o Território Indígena Tikuna, que estão sendo vivenciados na atualidade.

Os procedimentos praticados para a chamada proteção da área de fronteira foram estabelecidos visando à abertura de diferentes pistas de pouso em diversas regiões da Amazônia, no intuito de atender ao progresso sonhado pelo governo. Assim, Euzébio apresentou a abertura da pista de pouso em Tabatinga, pertencente, até então, à cidade de Benjamin Constant:

Originado de uma pista de pouso construída em 1965 para atender as necessidades e demandas das Forças Aérea Brasileira (FAB) e do Correio Aéreo Nacional (CAN), visava o fortalecimento e a guarnição das fronteiras do País. Atualmente, o Aeroporto Internacional de Tabatinga, apoia a logística das comunidades civis instaladas na região do Alto Solimões e os batalhões militares fundada pelo Exército Brasileiro na vasta extensão fronteira do extremo Oeste da Amazônia, com os países vizinhos do Peru e Colômbia (EUZÉBIO, 2011, p. 98).

O Aeroporto Internacional de Tabatinga foi inicialmente pensado para atender as necessidades e demandas da Força Aérea Brasileira – FAB e do Correio Aéreo Nacional – CAN, no tocante ao fortalecimento e guarnição das fronteiras do País, apoiando logisticamente as comunidades civis instaladas na região do alto Solimões e os batalhões militares fundado pelo Exército Brasileiro na vasta extensão fronteira do extremo oeste da Amazônia, com os países vizinhos do Peru e Colômbia. Teve sua homologação no dia 10/02/1965. Posteriormente, o aeroporto foi absorvido pela INFRAERO, em 30/03/1980, em solenidade realizada no próprio aeroporto (Informações documentais, 2016).

De acordo com Ferrarini (2013):

Foi assumido pela INFRAERO em 31 de março de 1980 em uma área de 6.503.350 m², sendo que o pátio das aeronaves ocupa uma área de 18.000 m². A pista mede 2.150 x 32 metros. Possui dez posições para estabelecimento das aeronaves. Atende à aviação nacional e regional.

Em 14 de novembro de 1973 foi criado o Destacamento de Proteção ao Voo de Tabatinga. No ano de 2003 passou a ser *Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Tabatinga* (DTCEA-TT). Esse destacamento é subordinado ao *Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea de Controle de Tráfego Aéreo* (Cindacta – IV). A missão desses organismos é a de assegurar a vigilância do tráfego aéreo na delicada tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru. Disponibiliza importantes informações oriundas dos radares de tráfego aéreo e meteorológico; disponibiliza informações aeronáuticas, serviços de informações de voos, códigos meteorológicos, radiossondagens meteorológicas e *briefings** meteorológicos. Possui radar de tráfego aéreo, radar meteorológico, estações meteorológicas de superfície remota, estação meteorológica de altitude, estação de comunicação radioaerovia.

Sua área de ação em Tabatinga se expande pelo aeroporto de Tabatinga, hotel de trânsito, vila militar e o sítio técnico-administrativo (radares, estações meteorológicas, NDB).

No dia 4 de agosto de 1976, os aviões brasileiros começaram a descer no aeroporto militar de Tabatinga, aumentando em mais de mil metros, tendo agora 3.000 metros. Esse serviço era feito até então no aeroporto de Letícia, onde eram cobradas taxas muito salgadas das empresas e dos passageiros.

A aeronáutica possui grande entrosamento com as demais forças armadas, outras instituições de Tabatinga e contatos amigáveis com a congênere colombiana. Desenvolve o importante serviço do *Correio Aéreo Nacional* (CAN) (FERRARINI, 2013, p. 226).

No decorrer dos anos, reformas foram realizadas na estrutura do Aeroporto, com objetivo de melhorar a infraestrutura para atender a demanda do movimento de passageiros. Essa demanda no aumento de passageiros decorre da instalação de inúmeros outros órgãos estaduais e federais na cidade do Governo, principalmente com as instalações militares. Na citação acima apresentada, destaca-se a construção da pista de pouso e sua ampliação para receber voos comerciais, consequência do crescimento urbano apresentado no município de Tabatinga. A figura 18 representa as diferentes fases de transformações da infraestrutura do aeroporto de Tabatinga após a abertura da pista de pouso.

Figura 18: As diferentes fases do Aeroporto de Tabatinga a partir de 1965



Fonte: Arquivos da INFRAERO, 2016.

A figura 18A marca o registro inicial das transformações da infraestrutura do Aeroporto de Tabatinga, a imagem representa a primeira instalação da base aérea que recebia praticamente o antigo sistema dos correios e aeronaves militares. A figura 18B representa a fase de implementação da administração do aeroporto pela INFRAERO, dia da inauguração dessa fase

administrativa na década de 80, quando a pista já tinha sido ampliada para sua atual metragem. As figuras 18C e 18D representam os avanços nas estruturas de salão e estacionamento realizados no aeroporto, respectivamente na décadas de 90 e nos dias atuais.

Nesse contexto de expansão urbana e do crescimento da infraestrutura do aeroporto, analisamos as diferentes fases da estrutura física do aeroporto de Tabatinga dentro do contexto da proposta da tese. Essas fases foram marcadas por diferentes avanços na estrutura do aeroporto, visando atender a demanda do crescimento horizontal do município de Tabatinga, e também nas intervenções realizadas no território de Umariáçu, avançando os limites estabelecidos burocraticamente pelo Estado. Porém, os avanços territoriais foram desencadeadores de diferentes conflitos socioambientais na história dos Tikuna de Umariáçu. A principal dessas transformações do ambiente natural de floresta foi a própria construção da pista de pouso, como descrito no próximo item.

5.1.2 O Aeroporto e a Terra Indígena dentro do contexto político da região Amazônica

Tendo como recorte temporal para o estudo a década de 60, reporta-se à década de 50 como sendo um período inicial para o desenvolvimento regional da Amazônia no cenário nacional. Portanto, a ocupação e distribuição territorial iniciadas pelo Governo Federal suscitaram uma série de projetos de integração da Amazônia, uma “integração” pensada pela cidade do Governo, que excluía diretamente os direitos aos espaços da cidade dos Índios. O discurso, portanto, era o de desenvolvimento, crescimento e urbanização das cidades da Amazônia.

Tais projetos de integração da Amazônia, como já descrito na revisão de literatura, permitiram uma maior mobilidade populacional e uma corrida em busca de terras, o que desencadeou a construção de vilas, povoados e cidades. A política era voltada para implantar o perfil de destruição da floresta em nome do crescimento econômico. Um pensamento totalmente distorcido quando relacionado à realidade de riquezas da região, que conta com inúmeras etnias e populações tradicionais que há tempos ocupam os vastos territórios da floresta amazônica.

Porém, para o governo militarista, a época era de criar órgãos que voltassem os olhares para a região, o que possibilitaria fazer a tal integração pensada pelo regime militar. Nesse perfil, as forças Armadas desempenharam suas funções na urbanização das cidades da Região Amazônica.

A importância dada ao crescimento da cidade do Governo não configurou em mecanismos positivos para os indígenas das Comunidades de Umariáçu I e II, pois toda a população indígena estava refém das vicissitudes pensadas e colocadas em prática pelo Estado ao expandir suas atividades militares na região. Nesse projeto militar, Euzébio (2011, p. 98) afirma que o aeroporto serviu para a “Instalação da Colônia Militar de Tabatinga em 1967, que veio a constituir a pedra fundamental da futura cidade de Tabatinga e sua urbanização subsequente”. A instalação da Colônia Militar e seu impacto no modo de vida dos Tikuna serão discutidos no capítulo VI.

A discussão acerca da construção do aeroporto girou em torno das inúmeras questões socioambientais que deflagraram em problemas à etnia Tikuna. Parte do território Tikuna foi cortado pela pista do aeroporto, o que obrigou os Tikuna a atravessarem a pista para chegar às suas áreas de roças, proporcionando uma dinâmica conflituosa e que pode a qualquer momento ocasionar um acidente aéreo devido a passagem constante de adultos, crianças e animais pela área aeroportuária, espaço guardado na memória dos Tikuna como sendo de pertencimento da etnia.

Essa discussão do espaço dos Tikuna, ainda não delimitado pelo Estado na década de 1990, foi um argumento dos militares para apresentarem uma nova delimitação do espaço das instalações do aeroporto, como manobra ocupacional das áreas de terra firme que cortam o espaço ocupado pelos Tikuna. Analisando os dados do Atlas das Terras Tikuna, descreve-se que em 1982, a partir da nova proposta de delimitação, foi retirada a parte ocupada pelo aeroporto do espaço dos Tikuna de Umariáçu.

Para discutir essa retirada de terras dos Tikuna, observou-se que a barreira criada pela instalação do aeroporto foi, ao longo das décadas, sendo utilizada pelos Tikuna, que veem esse espaço como sendo deles, principalmente diante da redução dos espaços aptos para a realização das roças de subsistências e do alto crescimento vivido nas comunidades Umariáçu I e II.

Portanto, a barreira física do aeroporto não constitui como um espaço reservado apenas para as ações pensadas pela cidade do Governo. Ao longo do tempo, os Tikuna necessitaram adentrar os espaços do aeroporto ao realizarem a travessia para o outro lado do território. Pois, a partir do processo demarcatório, a barreira física do aeroporto ficou dividindo o território indígena de Umariáçu praticamente ao meio. Tal questionamento será um dos pontos apresentados durante o decorrer das discussões apresentadas na tese.

Como apresentado no Capítulo IV, a Terra Indígena de Umariáçu foi declarada em 12 de novembro de 1997, ficando com uma extensão de 4.900 ha. Porém, os Tikuna reivindicam a ampliação da terra. É importante frisar que, no ano de 1997, especificamente no dia 16 do

mês de outubro, uma Comissão Especial de Acompanhamento da Ampliação da Pista de pouso de Tabatinga foi instituída pelo Plenário da Câmara Municipal de Tabatinga, a qual apresentou a seguinte conclusão:

No relatório final da Comissão Especial datado de 23.10.1997 (uma semana após ter sido criada), é explicado que o objetivo era acompanhar o “impasse comunicado pela Superintendência local da Infraero, entre a comunidade Indígena Tikuna de Umariáçu e uma equipe da Comara que mantinham na área laboratoristas e topógrafos desencadeando serviços de sondagem de solos, pesquisas de jazidas e levantamento de topografia, com vistas à elaboração do Projeto de Ampliação do citado aeródromo”. Ao final vota favoravelmente à ampliação da pista de pouso e pede “agilidade por parte da FUNAI e do Ministério da Aeronáutica para a questão” (OLIVEIRA, 1998, p. 20).

Destarte, o discurso desenvolvimentista para a região sempre foi marcado por inúmeros conflitos na área do território da cidade dos Índios e da cidade do Governo. A fase de construção da pista de pouso, que tornou-se o atual Aeroporto Internacional de Tabatinga (Figura 18D), é marcada por inúmeras histórias de transformações no modo de vida dos principais protagonistas da tese: os Tikuna de Umariáçu e o ambiente. Nessa conjuntura, apresenta-se o ambiente como sujeito ativo das transformações do território dos Tikuna de Umariáçu.

As transformações do ambiente foram decorrentes do projeto de urbanizar a cidade do Governo, aumentando e modernizando o Aeroporto Internacional de Tabatinga. Partindo-se da análise de Figura 19, destaca-se a área utilizada para a construção da pista de pouso e o impacto dos recursos naturais extraídos da floresta, de uma área territorial disputada por índios, militares, agricultores, madeireiros e ribeirinhos da região, que, no final, ficou destinada como área de segurança nacional.

As diferentes fases da construção do aeroporto possibilitam compreender como foi o processo de urbanização do município de Tabatinga, processo este imposto pelos militares como sendo primordial para a proteção da fronteira e para o abastecimento de suprimentos alimentares e demais produtos para os militares e seus familiares, a partir do que era trazido nos voos para abastecer a Colônia Militar. Assim, a construção do aeroporto destinou-se ao crescimento da cidade, sem a mínima análise prévia das consequências desencadeadas no futuro para a comunidade Umariáçu, como o extermínio de diferentes espécies de árvores que servem como recursos no dia a dia das populações indígenas e que, como visto na figura 19, foram eliminadas em prol da “civilização” da cidade do Governo.

Figura 19: Abertura da pista de Pouso



Fonte: Entrevistado, 2016.

A figura 19 reflete as transformações do meio envolvente decorrentes da abertura da pista de pouso, determinando esse ambiente como um marco divisor da Terra Indígena para o tido “progresso da civilização”. A figura retrata o que Hemming (2011) descreveu sobre as condições de tranquilidade que pairavam na Amazônia após diversas fases de exploração que foram arruinadas a partir de três invenções: o avião, a motosserra e o trator. Invenções que permitiram, na década de sessenta, aliadas à política militarista, transformações socioambientais vivenciadas na atualidade, como no caso em estudo, o marco histórico do aeroporto como um elo reducionista das atividades vividas no passado e sentidas no presente pelos Tikuna.

Nessa abordagem delineada no processo das mudanças, faz-se uma releitura do prefácio do livro “Entre Árvores e Esquecimentos”, de Leonardi (1996), escrito por Francisco Foot Hardman, o qual apresenta a figura de linguagem criada por Euclides da Cunha “Construtores de ruínas”, servindo como imagem significativa de todo o processo histórico brasileiro. Tendo como base a composição dessa ideia, aplica-se a figura de linguagem à destruição ocorrida na selva adentro, para possibilitar as instalações para as diversas sociabilidades do ocidente que ocuparam um espaço presente na memória dos Tikuna como sendo de pertencimento deles e que foi reduzido a um território delimitado por uma decisão do Estado.

Desta maneira, “Construtores de ruínas”, como analisado na figura 19 foi uma obra pensada para o desenvolvimento propício aos diferentes atores sociais, excluindo a Terra Indígena de Umariçu e sua população diante do pensamento produzido para o crescimento urbano da fronteira brasileira. A violência feita de pólvora, motosserras e palavras resultou no apagamento completo de rastros de outras culturas (a exemplo, os Omáguas) e de outras histórias, como apresentado por Leonardi (1996), um período sentido desde a colônia aos dias atuais. A violência vivenciada no território disputado entre Tikuna e outras sociabilidades expõe o lado mais sensível das transformações, o da Natureza em lugares construídos.

Sendo, portanto, a década de sessenta o marco histórico das transformações geopolíticas produzidas historicamente no território indígena de Umariçu, apresenta-se a destruição da diversidade biológica para a abertura da pista de pouso no território de conflitos entre as sociabilidades da região do Alto Solimões. Frisa-se, nessa fase, a reflexão realizada por Schama (1945, p. 18) e que traduz a relação das mudanças ambientais no cotidiano em busca do progresso do crescimento econômico, a partir da destruição da biodiversidade da floresta amazônica: “A natureza não faz isso. Nós fazemos”.

O homem, como sujeito transformador, executa, de maneira objetiva, a destruição dos recursos naturais para a abertura do que é descrito como “Progresso para região”. A análise da Figura 19 (década de sessenta) ressalta a imagem destrutiva em prol do discurso histórico da fase do Regime Militar de ocupação do território da Fronteira Nacional.

De acordo com Serra e Fernández (2004), as transformações ambientais tiveram seu discurso de desmatamento iniciado a partir dessa fase histórica, assim, os autores discorrem sobre a evolução do desmatamento, a partir do golpe militar, para a destruição de espécies de valor inestimável e sobre a possibilidade de redução permanente do potencial produtivo desta região ao causar erosão do solo e instabilidade climática. Frisa-se, nesse contexto, a grande dualidade ambiental da floresta amazônica: sua riqueza em biodiversidade só tem valor à nutrição do solo se a floresta estiver em pé. Floresta morta significa solo pobre.

Nesse progresso pensado para as fronteiras amazônicas, deixando de fora os povos indígenas da região, que já ocupavam o espaço disputado por outros atores sociais, o território nacional do município de Tabatinga foi alcançando suas principais transformações com o objetivo de atender às demandas de uma cidade de Fronteira, desnudando o solo com a derrubada das árvores. Nogueira (2002) descreve que tal demanda era a instalação dos diferentes órgãos militares para fazer progredir a região:

Por ser limite do território nacional, o distrito de Tabatinga recebe, na década de 60, uma Colônia Militar, um pelotão para vigiar a fronteira, e, posteriormente, uma rádio

e outros equipamentos urbanos – energia, escolas para os filhos dos militares, hospital para os militares, etc., o que gradativamente vai alterando sua relação de polarização com Benjamin Constant. Na década de 80, são implantados um porto, um aeroporto, uma agência bancária. Finalmente é elevado à condição de município, consolidando sua nova posição na rede de cidades na Amazônia (NOGUEIRA, 2002, p. 171).

Diante dessas instalações, as transformações desencadearam inúmeros conflitos com os Tikuna de Umariáçu, que ocupava esse espaço de terras altas para o cultivo da agricultura de subsistência e extração dos recursos naturais. As mudanças no ambiente natural, reportadas na figura 19, configuraram-se como sendo um dos maiores impactos à biodiversidade da área de terras firmes do Território Indígena de Umariáçu.

De maneira geral, inúmeras árvores de importância econômica para os Tikuna foram derrubadas com a abertura da obra governamental para o desenvolvimento urbano, sem adentrar nos aspectos relevantes da importância desse espaço para as atividades desenvolvidas pela etnia. A figura 20 representa uma visão geral do atual Aeroporto Internacional de Tabatinga e seu posicionamento dividindo a Terra Indígena de Umariáçu. O aeroporto faz a divisão do território indígena em lado esquerdo e lado direito da pista de pouso, as cabeceiras da pista têm como limites o rio Solimões, de um lado, e a terra indígena onde se localiza um igarapé que desemboca no rio Solimões, do outro.

Figura 20: Visão geral da divisão ocasionada pelo Aeroporto na TI de Umariáçu



Fonte: Entrevistado, 2017.

Esse espaçamento do aeroporto, estruturado a partir da década de sessenta e ampliado no decorrer das fases de crescimento urbano da cidade do Governo, desencadeou inúmeros complicadores ambientais à Terra Indígena de Umariáçu. Um processo ocasionado, principalmente, pela falta de visão governamental dos militares para a importância fundamental das memórias construídas pelos indígenas com relação a seus espaços ocupados durante a história territorial indígena.

A discussão sobre a construção do aeroporto foi fruto de debates do processo voltado aos interesses para o planejamento urbano de Tabatinga, sem a presença dos Tikuna, alheios às tomadas de decisão da sociedade militar, prevalecendo o discurso de que era preciso modernizar. Porém, não se pode deixar passar em branco toda a conjuntura de ocupação territorial do município de Tabatinga, principalmente o bairro da COMARA, hoje área da aeronáutica. O atual bairro da COMARA, área de expansão de Tabatinga, que no passado foi ocupado pelos Tikuna, é, hoje, área de expansão do município sobre as terras indígenas.

Em geral, a construção do aeroporto de Tabatinga, a partir da abertura da pista de pouso, configurou transformações socioambientais aos Tikuna de Umariáçu. Essa separação ocasionou o deslocamento dos Tikuna para o lado esquerdo do rio Solimões, possibilitando seu encapsulamento à área delimitada no processo de demarcação do território na década de noventa. Assim, descreve-se a separação ocasionada pela construção da pista de pouso no território dos Tikuna, apresentando os reflexos dessa separação nomeada como lado esquerdo e lado direito da Terra Indígena de Umariáçu (Figura 21, discussão apresentada no próximo item).

5.1.3 Divisão da Terra Indígena de Umariáçu e a Barreira física do Aeroporto: as relações conflituosas desse processo

Como discutido no capítulo IV, a Terra Indígena de Umariáçu sofreu uma separação territorial religiosa na década de setenta, dividindo a Comunidade em Umariáçu I e Umariáçu II, antes do processo de demarcação ocorrido na década de noventa. Porém, uma divisão na década de sessenta antecedeu todo esse processo discutido no capítulo IV, que foi a separação do espaço em lados, a partir da abertura da pista de pouso. O confronto de dados cronológicos põe em pauta, por todos os atores sociais, a discussão acerca de quem tem o direito ao uso desse espaço. Recapitulando o Direito à Memória, expresso no Caput do Artigo 216 da Constituição Federal de 1988, o espaço configura-se, portanto, como um ambiente ocupado pelos verdadeiros donos da região, a Etnia em estudo.

Direito à memória, que pela Constituição Federal de 1988:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (1998)

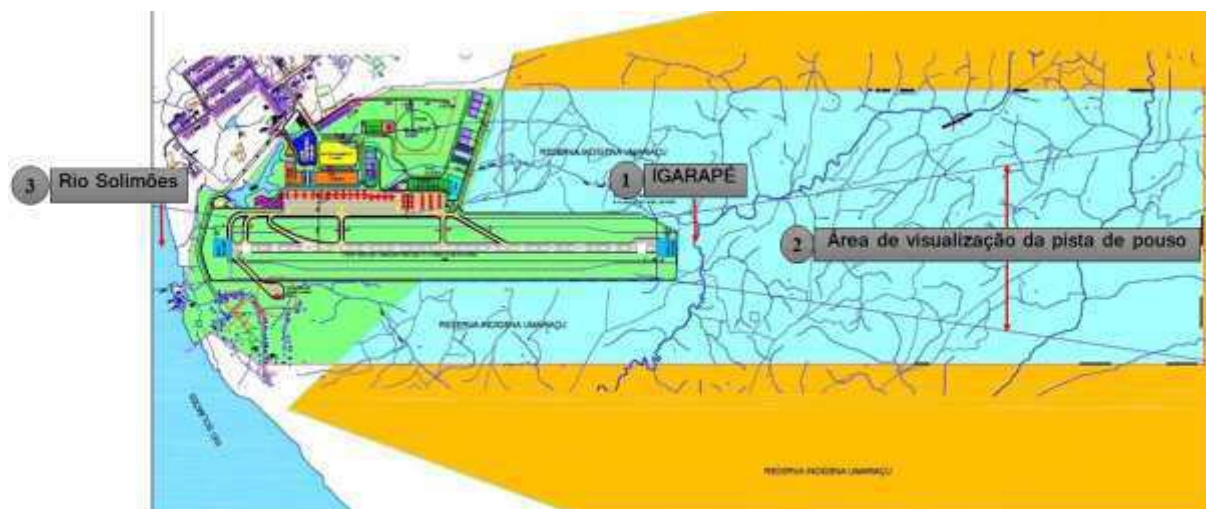
O porquê dessa contextualização? Diante da complexidade de disputas, há uma dualidade antiga e atual da população Tikuna de Umariáçu com a administração do Aeroporto. Os indígenas utilizam da memória de ocupação para adentrar no espaço do aeroporto para realizarem suas plantações nas áreas de terra firme, e, por outro lado, o aeroporto desenvolve estratégias para barrar o contingente de indivíduos Tikuna que adentram os limites estabelecidos pela INFRAERO. Portanto, o questionamento inicial foi o porquê de o aeroporto desenvolver estratégias à entrada e passagem dos Tikuna em uma área considerada de risco de acidentes?

O posicionamento faz menção ao conflito existente e que não tem sido exposto em nenhum estudo já realizado na Terra Indígena de Umariáçu, pois a grande maioria dos estudos fazem apenas breves citações da construção do aeroporto na terra indígena, sem expor a realidade vivenciada entre as dualidades: índios e aeroporto. Nesse segmento de condutas apresentadas pelo aeroporto em minimizar os conflitos, faz-se conhecer o atual levantamento sobre a situação patrimonial do aeroporto, destacando-se as áreas inclusas na demarcação do território indígena e de interesse de uso do aeroporto.

Para focalizar a discussão, utilizou-se como parâmetro os problemas ocorridos e em eminência de ocorrerem, por meio da análise realizada a partir da figura 21, presente no Plano Diretor da INFRAERO de 2012. A leitura da figura foi fundamental para entender os anseios e conflitos vivenciados na Terra Indígena de Umariáçu sobre os possíveis avanços da estrutura do aeroporto no espaço dos Tikuna. Primeiramente, a figura 21, elaborada pela INFRAERO, delimitou três áreas em diferentes cores: verde: área remanescente do sítio aeroportuário; azul: área do sítio aeroportuário em conflito com a área da reserva indígena, e; laranja: reserva indígena.

No processo de demarcação do território Indígena, as áreas azul e laranja foram consideradas como território dos Tikuna do Umariáçu. Porém, no Plano Diretor da INFRAERO, de 2012, destaca-se a área azul como sendo uma extensão de conflitos entre os Tikuna e o aeroporto. Essa sobreposição de interesses despertou processos que configuram no presente e no futuro novos rumos na redução do território indígena para possíveis ampliações da pista de pouso do aeroporto.

Figura 21: Situação Patrimonial do Aeroporto de Tabatinga



Fonte: Entrevistado, 2017.

Para a discussão da subdivisão da área apresentada na figura 21 em três cores diferentes, destacaram-se alguns pontos importantes dentro do contexto ambiental que põem em xeque as atividades dos Tikuna de Umariáçu e do aeroporto, no futuro. Assim, destacou-se na área em azul do plano diretor (área do sítio aeroportuário em conflito com a área da reserva indígena) três pontos iniciais desencadeadores de conflitos entre índios e aeroporto: (1) Igarapé; (2) Área de visualização da pista de pouso e (3) rio Solimões.

Os pontos foram abordados separadamente para, em seguida, fazer uma análise final dos conflitos eminentes de ocorrências entre a cidade dos Índios e a cidade do Governo. Destaca-se:

(1) Igarapé:

Para a primeira abordagem ambiental, destacou-se o igarapé principal e a rede de igarapés de pequeno porte, que cortam todo o território Indígena de Umariáçu, caracterizando a área como uma terra de chavascal, com a presença de árvores de grande porte, ideal para a coleta de frutas da região. Qual, portanto, seria a problemática determinante de mudança ambiental para os Tikuna, diante da questão do igarapé?

Primeiramente, o igarapé de maior volume de água está na proximidade da cabeceira da pista de pouso do aeroporto. Desse modo, caso haja a necessidade do aumento da pista de pouso (muito provável, diante da problemática discutida no item 3 da figura 21), o mesmo só poderá ocorrer na direção do igarapé, pois a outra cabeceira da pista volta-se para o rio Solimões. O possível aumento da pista entraria no limite em azul, área destacada como de conflito entre indígenas e aeroporto.

Sendo uma área de difícil acesso, configura-se como uma região utilizada pelos Tikuna para a realização da coleta de frutas para alimentação, pesca e caça, complementando a renda. Porém, a utilização dessa área para um possível aumento da pista, consecutivamente irá aterrar e/ou barrar a passagem das águas do igarapé Umariçu, o mesmo é o divisor físico entre a comunidade Umariçu I e Umariçu II (discutido no capítulo IV) na sua desembocadura com o Rio Solimões.

A figura 22 representa um delineamento dos problemas eminentes de ocorrência caso seja necessário o aumento da pista de pouso, haja vista a intensa erosão da frente da cabeceira voltada para o lado do rio Solimões. A figura 22.A, de maneira geral, apresenta o posicionamento das cabeceiras da Pista de Pouso e Decolagem (PPD), ambas as cabeceiras estão em pontos não estratégicos. A reta traçada para o lado do Igarapé apresenta um precipício e, abaixo, o igarapé, que transcurso toda a Terra Indígena de Umariçu e desagua no rio Solimões (Figuras 22.B; 22C; 22D).

Sendo o igarapé de maior volume de água a cortar o território indígena, o mesmo tem grande importância econômica vivenciada a muitos anos pelos Tikuna das comunidades. Como relatado pelo Entrevistado 1, sobre o igarapé que transcurso as comunidades: *“Aquele igarapé era bem claro, bem limpo, você via as profundezas dele. Tinha traíra, tucunaré, tinha surubim deitado lá no fundo da água... Era peixe de qualidade... E hoje o igarapé tá acabado”*.

O entrevistado 7, quando expõe sobre a problemática do igarapé Umariçu, aponta a questão da poluição e contaminação da água nos dois períodos, tanto de cheia quanto de vazante. Descrevendo que, no período de seca, o igarapé é tomado por resíduos sólidos. Uma questão a ser levantada e discutida, pois o grande aumento dos resíduos sólidos que são lançados nos igarapés da região tem contaminado as águas, que não mais servem para as atividades básicas da população residente na Terra Indígena de Umariçu.

Portanto, outro ponto ambiental diz respeito à coleta de resíduos sólidos dentro do território indígena. Duas posições podem ser levantadas, a questão dos resíduos do próprio território indígena estarem sendo lançados no igarapé pela falta de coleta realizada pela prefeitura de Tabatinga, e, os resíduos sólidos também serem resultado da contaminação existente nas águas próximas do aeroporto.

Em seu depoimento, o entrevistado 6 destacou:

Pesquisadora: “E o igarapé? Ele está poluído?” Entrevistado: “Sim, tá bastante. Se um dia tu passar aqui quando tá baixando a água, só vê lixo.

Pesquisadora: “Esse é o que passa na cabeceira do aeroporto?” Entrevistado: “É, no cabeceira do aeroporto, da pista...”

Pesquisadora: "Esse é o rio que vocês utilizavam?" Entrevistado: "É, algumas pessoa até entra de barco nele ainda. Antigamente o igarapé era quase transparente. Mas hoje, o resultado..., Até hoje nós estamos com problema de água..., É, ele sabe a realidade. Nossa água tá suja, ninguém pode beber..."

Questões pertinentes devem ser consideradas sobre o abastecimento de água do território de Umariçu. Os Tikuna são índios de beira de rio, de beira de igarapés. A população Tikuna, com todo o crescimento vivenciado ao longo da história de formação das TIs, teve suas comunidades estabelecidas ao longo do rio Solimões. Portanto, as comunidades tiveram um abastecimento de água que era dependente dos igarapés que alimentam o Solimões. Com a contaminação dos igarapés, a necessidade de água potável para o consumo humano voltou-se para a dependência da construção de um sistema de abastecimento que não tem sido capaz de suprir as necessidades da população residente nas comunidades.

Na atualidade, a questão tem sido “disfarçadamente” resolvida com o abastecimento da companhia de água do município de Tabatinga (COSAMA). Porém, o abastecimento é insuficiente para suprir as necessidades crescentes do território de Umariçu, que cada dia mais apresenta um elevado crescimento populacional. Como descrito pelo entrevistado 6: *"Agora a única água que nós temos é essa aqui do COSAMA. Ela que tá abastecendo nossa comunidade, mas não tá sendo suficiente. Porque na época que construíram esse caixa d'água era pra umas 800 pessoas, mas hoje em dia a comunidade tem umas 2 mil pessoas. Aqui na comunidade existem quase 900 famílias e casa era 500 e poucas casas"*.

O discurso apresentado depara-se com questões impossíveis de serem aceitas. Por quê? Um dos maiores problemas ambientais que as populações indígenas e não indígenas enfrentam na atualidade é o direito à água potável para suprir as necessidades fisiológicas. Paradoxalmente, o presente estudo foi desenvolvido na maior bacia hidrográfica do mundo, que tem uma carência enorme em fornecer água potável. Hemming (2011) faz uma analogia do maior rio, da maior floresta, demonstrando a riqueza do que denominou o rio como sendo uma árvore gigantesca. Assim sendo, refere-se ao rio da seguinte maneira:

Observe o rio Amazonas em uma imagem de satélite e verá que ele lembra uma árvore gigantesca, cujos galhos se ligam a ramos que engrossam ao se aproximarem do enorme tronco central, que por sua vez, se alarga perto do caule. O tronco é, obviamente, o grande rio Amazonas. Ele corre para o leste, atravessando a América do Sul dos Andes ao Atlântico, acompanhando, de modo geral, a linha do Equador. Os ramos são os poderosos afluentes, dos quais uma dúzia é maior do que qualquer rio da Europa; e os galhos são as centenas de milhares de quilômetros de rios menores, os capilares que alimentam o sistema (HEMMING, 2011, p. 413).

O discurso apresentado sobre o igarapé demonstra a incapacidade do Estado em oferecer serviços de saneamento básico às populações residentes na maior Bacia hidrográfica do mundo. Um problema ambiental que não atinge só os indígenas, mas também as demais sociedades civis da cidade do Governo. O agravamento dos igarapés poluídos torna-se um estudo futuro, pois problemas de saúde são cada vez maiores na região.

Abro aspas para expor uma das minhas observações em campo e que deve ser alvo de estudos: durante meus dias na Terra Indígena pude acompanhar alunos do ensino infantil em suas aulas, com o objetivo de conhecer a dinâmica sobre como é trabalhado a cultura e a língua materna no contexto da educação intercultural por professores Tikuna. Durante as atividades observei que grande maioria dos alunos com idade de 5 à 7 anos tinham dificuldades em visualizar o que estava escrito no quadro, tendo que levantar e ir até o quadro para enxergar o que o professor tinha escrito. Os mesmos também tinham dificuldade de enxergar de perto, mantendo uma inclinação entre a cabeça e o caderno de uma distância menor que 5 dedos. Esse ponto chamou minha atenção, pois crianças com faixa etária baixa e com problemas de visão para perto como para longe é algo a ser investigado. Uma hipótese a ser avaliada será o nível de contaminação dos igarapés que banham a comunidade? Ou, O nível de metais pesados decorrentes da mineração que ocorrem nos Países vizinhos que podem está contaminando as águas do rio Solimões. Enfim, as águas do Solimões e dos igarapés constituem um ser ativo na vida da população indígena, onde crianças a todo momento estão a tomar banho e brincar nas águas contaminadas.

Figura 22: Delineação dos problemas ambientais decorrentes da cabeceira da pista voltada para o Igarapé Umariçu

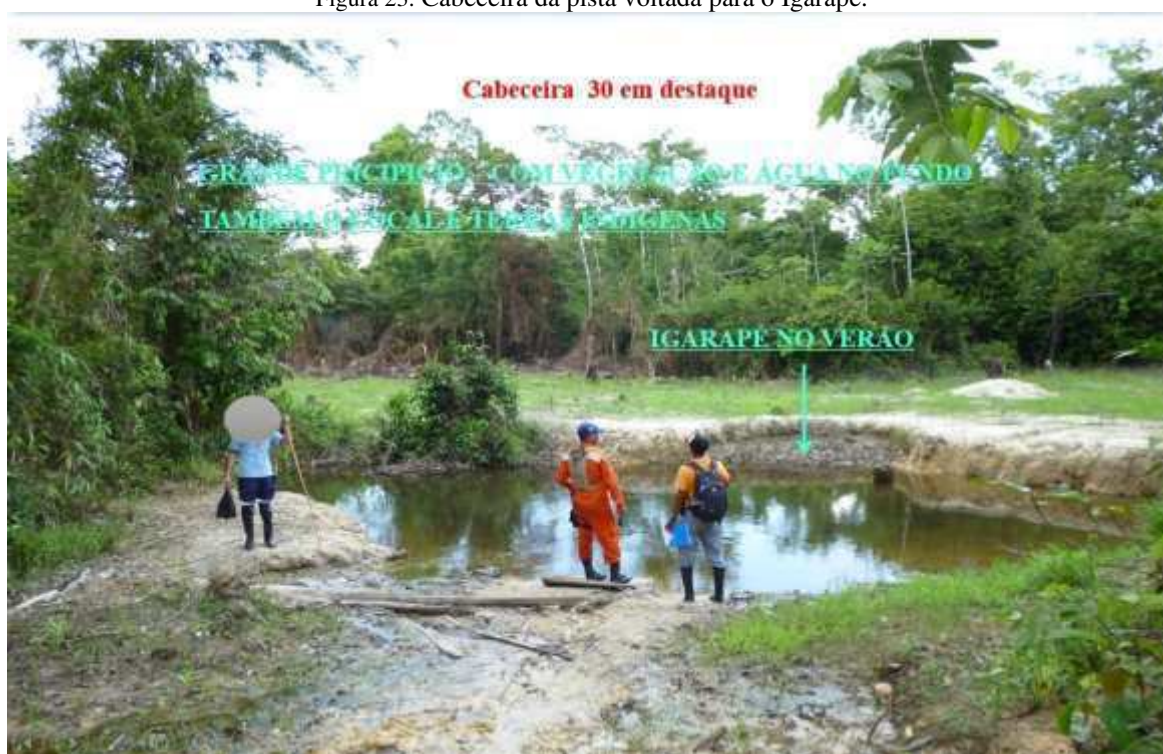


Fonte: Coutinho, 2016.

(2) Área de visualização da Pista de Pouso:

O segundo ponto abordado no contexto do Plano Diretor da INFRAERO foi a área delimitada para as aeronaves entrarem na rota de descida e decolagem (Figura 21). O ponto 2 refere-se a uma área de conflito entre o aeroporto e os indígenas. Tais conflitos decorrem principalmente do aumento do fluxo de aeronaves na região e pela necessidade da eliminação de árvores dessa área para a facilitação do processo de visualização da pista de pouso (Figura 23). Sendo a entrada na área indígena autorizada pela FUNAI, o órgão intervém nas situações conflitantes e, na maioria das vezes, é um ator social que não se expõe diante das relações estabelecidas entre cidade dos Índios e a cidade do Governo.

Figura 23: Cabeceira da pista voltada para o Igarapé.



Fonte: Entrevistado, 2017.

Esse ponto de entrada para a derrubada de árvores no território indígena consequentemente tem ocasionado a diminuição de áreas propícias para a realização das atividades econômicas dos Tikuna, tais como já citado no texto de Hemming (2011), para o consumo nas comunidades, bem como para a venda nos mercados do município de Tabatinga.

O Entrevistado 6 faz a relação dessa abordagem em seu depoimento: *"É, tem... Já faz 10 anos que derrubaram o castanheiro aqui ao redor da pista porque até hoje nenhum benefício o pessoal da INFRAERO não deu, nenhum benefício pra nossa comunidade. Eles derrubaram*

os castanheiro sem autorização da justiça. Também conhece a lei que fala da castanheira, mas hoje não tem providência, não tem nada...”.

A castanha é um dos recursos utilizados pelos Tikuna para comercialização nos principais pontos urbanos de Tabatinga. A derrubada dessa espécie afeta diretamente a economia dos Tikuna de Umariáçu, que têm seus limites territoriais delimitados pelo processo de crescimento da população urbana. Assim, o entrevistado coloca a situação dos moradores e das promessas de benefícios para a comunidade que terminam resultando em nada, apenas em danos ambientais. Para se ter uma ideia comparativa, a castanha do Amazonas, tão consumida mundialmente, é vendida pelos Tikuna há muitos anos por R\$ 2 (dois reais) o saquinho, valor insignificante quando comparado aos praticados por grandes supermercados do Brasil.

Essa relação com a natureza e a propriedade em suas falas é muito condizente com os princípios biológicos estudados pela comunidade científica. Porém, o científico termina industrializando os recursos produzidos pela natureza como mecanismo da vantagem do lucro, categorizando o conhecimento tradicional.

Por que entrar nessa discussão das castanheiras dos Tikuna? Analisando as duas óticas, dos Tikuna e da INFRAERO, primeiramente, as castanheiras estão dentro do território Tikuna. Aspectos a serem analisados: ambientalmente, as castanheiras servem de recurso natural para os Tikuna, enquanto, para a INFRAERO, são barreiras físicas que atrapalham os pilotos no processo de aterrissagem na pista de pouso do aeroporto. Economicamente, as castanheiras rendem um dinheiro para os Tikuna complementarem suas atividades, ao passo que, para a INFRAERO, é um grande problema econômico dentro do pensamento de acidentes aéreos. Nesse conflito geram-se problemas socioeconômicos entre Tikuna e INFRAERO, pois, como dito pelo entrevistado, a derrubada tem sido realizada de maneira ilegal, não gerando nenhum benefício aos Tikuna.

No diálogo realizado com o Entrevistado 10, foram detectados inúmeros fatores decorrentes dos problemas enfrentado pela etnia em seu território em relação ao espaço efetivo para a realização das atividades de roça, caça e pesca. A abordagem da importância do território para os indígenas, historicamente, é uma crítica política aos problemas de espaço entre o Estado e seu discurso de que índio não necessita de muita terra. Resumindo, essa concepção de redução do espaço transformado em lugares fixos põe em xeque a sobrevivência dos Tikuna de Umariáçu, que têm suas atividades reduzidas com o passar do tempo. Assim, o entrevistado 10 apresentou seu discurso:

Pesquisadora: Sobre o território deles o entrevistado 10 descreveu: “nós temos mais ou menos 548 hectares só de terra. Nós temos uma faixa enorme de chavascal... que não serve

pra habitar e nem plantar. E esse chavascal aqui, a própria comunidade está acabando com o chavascal. Eles tão derrubando buritizal pra criar larvas. Aquelas larvas de Turu. E eles vendem ali pela Letícia né, porque lá pela Colômbia parece que o pessoal compra muito...”.

Pesquisadora: Essa área não serve para o cultivo de roça? Entrevistado 10: “Também não porque tá tudo encharcado. A várzea, muito bem. Essa várzea já término, o chavascal que já tá caindo... Porque as pessoas que estão sendo atingidas nessa caída de terra, a terra... como se diz, que era deles, estavam ocupados já por outras pessoas que não seriam daqui e isso é outra problemática também. A gente precisa de terra porque muitas das vezes, porque não temos isso, tem essa consequência, isso existia quando a gente não percebia quando pensava que terra não valesse nada e posteriormente depois, nós ficamos cientes quando algumas pessoas, professores, da área da saúde fizeram várias reuniões incentivando o uso da terra, a terra daqui a alguns tempos nós vamos precisar. E agora todo mundo, eu sempre participo dessas conferências, onde a gente debate também a valorização do território, a gestão ambiental no território dos indígena e a gente traz aquilo pra comunidade pra ter conhecimento, levar pros alunos, pra eles ficarem cientes, porque eles são o futuro da comunidade né...”.

Outra situação conflitante verificou-se entre os próprios Tikuna, que se veem sem mecanismos para o desenvolvimento das suas roças de subsistências e para a produção de alimentos vendidos nos mercados da cidade do Governo. Uma alternativa viabilizada por alguns para suprir suas necessidades é a retirada das larvas, chamada na terra indígena por turu, muito apreciada nos restaurantes de Letícia, na Colômbia. Mas, para a retirada das larvas, derrubam-se as árvores de buriti, configurando uma ação degradante dos recursos naturais do território, que tendem a diminuir com o passar dos anos, diante do aumento das necessidades de sobrevivência da população de Umariáçu. A venda de larvas (turu) se tornou uma alternativa, porém não constitui uma atividade sustentável para a terra indígena, pois se tem visto gradativamente os buritizais sendo derrubados.

Outra relação importante se faz com as áreas de chavascal, que são caracterizadas por uma área encharcada que não possibilita o desenvolvimento de culturas de subsistências. Entre as temporalidades históricas, a várzea – composta por terra, floresta, água e homens – transformou-se na sua geomorfologia, nos seus aspectos florestais, na sua hidrologia e foi alvo de significativas modificações demográficas. Nessa perspectiva, a várzea é uma composição complexa e importante na vida dos índios Tikuna (WITKOSKI, 2007).

O discurso apresentado pelo Entrevistado 10 foi tema de entrada para a discussão do ponto 3, sobre o papel ativo do rio Solimões como agente modificador das cabeceiras dos seus leitos, popularmente chamadas de “beiradões”. No discurso do entrevistado 10, elementos fundamentais foram adicionados à discussão, tal como a diminuição da faixa de várzea e a queda das áreas de terra firme na frente do território indígena. O problema avançou sobre a terra, tendo iniciado a redução com a queda da área de chavascal, localizada na frente do Território Indígena ao lado do rio Solimões. Na área do interior das comunidades de Umariáçu I e II, destacam-se muitas regiões de chavascal, com predominância de buritizal, caracterizando áreas alagáveis e não propícias à realização de plantio das roças dos povos Tikuna.

A área descrita pelo entrevistado foi analisada a partir da Figura 23. A frente do território Indígena de Umariáçu encontra-se voltada para o leito do Rio Solimões, o qual tem uma dinâmica muito instável, de acordo com todo o seu histórico de formação, “rio jovem e, em formação”. Diante disso, o rio impõe aos “beiradões” de terra firme transformações ao longo do tempo, a cada cheia e vazante.

No território de Umariáçu, tem sido verificado que essa instabilidade da formação dos leitos do rio Solimões ocasiona a queda das áreas de terras firme, atingindo parte das áreas de chavascal. A intensa erosão ocorrida em frente ao território tem feito inúmeros indígenas migrarem para as áreas mais firmes, pois a cada ano a frente do território tem sido diminuída. Porém, no território de Umariáçu, existe pouca área de terra firme e muita área de chavascal, como já apresentado, ocasionando a redução territorial pelo sujeito vivo e ativo, o rio Solimões.

O Solimões é um rio que nasce nos Andes e transporta grande quantidade de sedimentos em suspensão, resultantes, principalmente, da erosão das terras firmes no trecho montanhoso do seu curso. Exemplo desse trecho montanhoso são algumas áreas da cidade dos Índios e da cidade do Governo.

É importante ressaltar a grande imponência do sistema fluvial na dinâmica dos povos da região da Amazônia e como todas as formas de sociabilidades estão diretamente entrelaçadas pela dinâmica dos rios que formam o grande Ucayali – Solimões – Amazonas. Sua dimensão reporta-se ao seu grau de variações de atividades desenvolvidas pelos diferentes atores sociais nos mais diferentes aspectos: ambiental, social, cultural, econômico e político. Sobre sua grande imponência, Hüttner (2007) afirma:

O sistema fluvial Ucayali-Solimões-Amazonas forma o maior rio do mundo, com 6.671 km. Nasce no Peru, das águas formadas pelo degelo andino, desde o Pico Huagro localizado a 120 km do Oceano Pacífico e leva o nome de Ucayali. Ao passar pelo território colombiano é Marañon; no encontro das terras brasileiras, na cidade de

Tabatinga, é batizado de Solimões; na cidade de Manaus, no “encontro das águas” com o Rio Negro, recebe o nome de Amazonas (HÜTTNER, 2007, p. 13).

Ao longo da construção do referido estudo, colocou-se o rio Solimões como um sujeito vivo e ativo das transformações ambientais da Terra Indígena estudada. Donald Worster (1991, p. 198-199) afirma que, no início do século XX, a história se restringia à "política do passado". No decorrer do século, os historiadores duvidaram que tão poucos homens ocupados com o poder do Estado poderiam ter tal controle sobre o passado e passaram a fazer de toda a sociedade objeto da história. O campo dos historiadores ambientais insiste em um novo discurso, assimilado nessa pesquisa, de que a terra e os elementos constituintes da Natureza podem ser entendidos como um agente e uma presença na história.

O rio Solimões, com toda a sua imponente, tem se configurado como um dos elementos da paisagem, conceituado por Fonseca como sendo “o espaço perceptível onde as interações, visíveis ou não, entre os componentes naturais e antrópicos, configuram uma unidade orgânica que pode ser descrita e tipificada a partir da sua abrangência total ou sob o prisma dos elementos que a compõe” (FONSECA, 2011, p. 132).

Nesse discurso, as transformações que o Solimões vem impondo durante o seu trajeto tem sido analisadas dentro da dinâmica de um rio em constante “banzeiro de inquietações”, ou seja, é um agente nunca conformado com suas vicissitudes, assumindo diferentes formas de acomodações e de projeções em frente à cidade dos Índios e na cidade do Governo. Essa colocação foi evidenciada pelo Entrevistado 8, que, de maneira clara, descreve as mudanças ao longo da beira do rio, nesse discurso foram incluídas pela pesquisadora algumas informações que o entrevistado calmamente relembra em suas memórias:

“Aqui não existia essa ilha (Hoje, a Cidade de Santa Rosa, Peru. Cidade totalmente flutuante). Ali mais abaixo, a terra baixa também, mas existia um povoado chamado Ramón Castilha, que o rio levou. E, em seguida surgiu essa praia, isso era uma praia e depois foram levantando, levantando... (Parte da frente da cidade de Tabatinga). Dizem os especialistas que nessa última alagação que teve, o peso da água foi tão grande na bacia amazônica que a bacia baixou 25m. Então como não existe pedra, baixando aqui, elevou as margens. Então as ilhas subiram devido ao peso da água nos canais... formando novas áreas” (Entrevistado 8).

As colocações do entrevistado condizem com as inúmeras transformações no curso do rio Solimões, que acarretam o surgimento de áreas de ilhas e o desaparecimento de outras. Assim como a abertura ou o fechamento de canais, o que vai diretamente influenciando na dinâmica dos beiradões. Essa influência vivenciada por muitos populares da cidade dos Índios e da cidade do Governo resulta no alargamento do rio, um fator que impõe a muitos moradores

uma dinâmica constante de adaptação a uma rotina imposta a cada cheia e vazante do Rio Solimões.

Uma área muito utilizada pelos indígenas e ribeirinhos são as várzeas do Solimões, parafraseando Witkoski (2007, p. 117), são formações instáveis, que têm a sua formação proporcionada pela movimentação e sedimentação recentes dos rios, como os populares denominam de rios jovens, ou seja, “em formação”. Essa movimentação é provocada pelo solapamento ocasionado pelas águas e pela pouca resistência do solo em relação à força da correnteza.

A escavação do solo determina a formação de novas áreas de várzeas a partir do processo conhecido pelos moradores como “Fenômeno das Terras Caídas”. A dinâmica cíclica das águas, defendida por Sternberg (1998), em seu livro *A água e o homem na Várzea do Careiro*. Na referida obra, Sternberg delineou o papel das águas nos processos de formação dos terrenos aluviais que afetam a qualidade do solo de várzea, como as condições para a vida das plantas e animais em seu ecossistema.

A dinâmica das águas do rio Solimões à procura de formação dos leitos (geologicamente jovem e instável) determina a formação das áreas de várzea decorrentes também do processo de erosão das “terras caídas” e que vão ser depositadas mais à frente, formando novas várzeas aptas para o plantio, durante o período de seca (vazante do rio).

Como colocado pelo entrevistado 2: *“porque dizem, né, que até hoje o Rio Solimões ainda não encontrou seu leito natural e até hoje está procurando. Por isso tem essas caídas de terra e também a violência das águas aqui né, que são muito diferentes por exemplo do Rio Negro. O Rio Negro tem uma água muito parada, quero dizer, tem corrente mas é mínima, você quase não nota. É muito diferente do Solimões”*.

Com o passar dos anos, observa-se que o trecho em estudo das áreas da cidade dos Índios e cidade do Governo tem sido constantemente modificado pela ação turbulenta da margem esquerda do rio Solimões, sendo um agente ativo da diminuição do território ocupado pelos Tikuna, como observado na Figura 24. A erosão das terras caídas em frente ao território indígena de Umariáçu tem gradativamente diminuído o espaço, pois a deposição das “terras caídas” tem ocorrido fora do território de Umariáçu. Esse processo diminui a área de terra firme, como também delimita o espaço de várzea a uma reduzida porção devido o alargamento de uma margem à outra do rio Solimões.

Figura 24: Dinâmica do Rio Solimões. A. Vazante em 2016. B. Vazante em 2017



Fonte: Coutinho, 2016 e Marinho, 2017.

A dinâmica apresentada na Figura 24 ressalta uma característica específica do rio Solimões durante as cheias e vazantes. O registro realizado na figura 24.A caracteriza o início da vazante do rio, que encontra-se em faixa de terras altas, atingindo as áreas de chavascal em frente de Umariáçu. A figura 24.B expõe a área de várzea aparente, quando o rio atingiu seu pico de vazante. O rio Solimões tem sido, ao longo de anos, um agente transformador do “beiradão” do território indígena.

O Entrevistado 2 descreve, em síntese, o espaçamento do território indígena e suas fronteiras com o aeroporto e a base militar. O entrevistado responde: *"Pois é, pra onde eles vão? Até porque a terra firme aqui em Tabatinga ela é pequena. Se você observar, a única ponta de terra firme que você vai observar é nesse pedaço entre Letícia e Tabatinga que termina ali no bairro de Umariáçu e você só vai encontrar terra firme em Belém do Solimões. Só, o resto é tudo área de várzea se você observar no mapa talvez uns 5 ou 6km andando por dentro de lá por chavascal é que você vai encontrar terra firme"*.

Ressalta-se nesse discurso a importância da dinâmica do rio no aspecto econômico. As áreas de várzeas são fundamentais durante o período de vazante/seca para as plantações de alimentos de subsistência, caracterizando uma agricultura depende do ciclo das águas. As áreas de terra firme, se utilizadas com grande continuidade, são esgotadas rapidamente, portanto, devem ser utilizadas de maneira gradativa, para que não haja o empobrecimento do solo, sendo a rotatividade um mecanismo fundamental para a recuperação dos solos. Assim, poucas são as áreas de terra firme existentes no território de Umariáçu para desenvolver a agricultura, ademais, a pouca área disponível torna-se pobre para suprir as necessidades das comunidades de Umariáçu I e II.

A diminuição da faixa de terra firme do território indígena a cada ano tem modificado e configurado um novo “beiradão”. Esse processo único de rios jovens que ainda não determinaram seu curso vem impondo modificações ambientais e o desaparecimento de áreas antes utilizadas pelos Tikuna, fazendo com que a cada ano o espaço territorial seja gradativamente menor em relação ao ano anterior.

Iniciei apresentando o “Fenômeno das Terras Caídas” e sua ocorrência em frente ao território de Umariáçu. Porém, para interligar esse fenômeno ao que pode ser um conflito iminente, descreveu-se a erosão em frente à cabeceira da pista de pouso do aeroporto. Portanto, qual a preocupação inicial para interligar tudo? A resposta, por mais evidente que seja, poderá pôr em xeque a retirada de mais terra dos indígenas de Umariáçu. A figura 25 apresenta a erosão que vem ocorrendo na última década nas terras firmes em frente à cabeceira da pista de pouso, voltada para o lado esquerdo do Rio Solimões.

Figura 25: Fenômeno das terras caídas



Fonte: Coutinho, 2016.

O fenômeno das terras caídas próximo à cabeceira da pista tem despertado estudos por parte da INFRAERO para futuros problemas com a redução da própria pista de pouso, se o fenômeno continuar ocorrendo. E, inevitavelmente vai continuar acontecendo. Tal fenômeno é acentuado pelo peso aplicado sobre a pista de pouso na medida em que aeronaves pousam. Tal processo físico, juntamente com o ponto de erosão ocasionado pelo rio, poderá ocasionar a redução gradativa da pista do aeroporto.

O fator físico, descrito como uma possibilidade aceleradora de queda da cabeceira, e o fator ambiental contínuo nos leitos do rio Solimões desencadeiam um problema futuro. E, qual seria, portanto, a preocupação com a queda da cabeceira da pista voltada para o rio Solimões? Seria a ampliação para outro lado da cabeceira da pista, voltada para o igarapé, item 1, já descrito.

A expansão da pista, no futuro, para o outro lado da cabeceira, põe em xeque o uso de mais território indígena para o avanço de obras de interesse da cidade do Governo, demandando obras de contenção do igarapé e desencadeando uma série de consequências ambientais para o território, tais como, o barramento das águas que desembocam no rio Solimões e atravessam as duas comunidades; mais poluição depositada nos recursos hídricos; diminuição dos recursos pesqueiros; diminuição das áreas alagáveis durante o verão diante da escassez das palmeiras existentes e que formam um sistema de drenagem da água no solo.

Com possibilidades de ocorrer no futuro da população Tikuna de Umariçu, observou-se, durante a coleta dos dados, em um período de menos de um mês, o aumento das fissuras que

foram apresentadas na figura 25 e novas aberturas, como mostrado na figura 26, confirmando as evidências de que a cada ano a subida e descida do rio Solimões vai desencadeando a redução do espaço em frente à cabeceira do aeroporto e também do território indígena.

A figura 26 (A, B e C) delinea todo o processo erosivo ocorrido em menos de 30 dias (intervalo de tempo entre os registros fotográficos da figura 25 para a 26), durante as coletas dos dados. Ou seja, em 2016, após a vazante do rio, toda essa área fissurada foi levada pelo Solimões, reduzindo ainda mais o espaço entre a cabeceira da pista de pouso e o rio Solimões.

Figura 26: Fendas abertas na parte alta, próximas à cabeceira da pista do aeroporto



Fonte: Coutinho, 2016.

Diante da problemática de ocorrência natural da queda das terras em frente à cabeceira da pista de pouso, um estudo ambiental estratégico foi realizado pela INFRAERO para avaliar até que ponto esse fenômeno poderá atingir a funcionalidade do Aeroporto de Tabatinga, escamoteando o real interesse da empresa em aumentar sua pista caso essa previsão de quedas constantes continuem ocorrendo em frente à área da aeronáutica.

Em abril de 2015, a INFRAERO realizou, portanto, o estudo sobre as áreas em constante queda em frente à pista de pouso. Como demonstrado na figura 27, os dados descritos em vermelho foram introduzidos no croqui pelo próprio analista ambiental. Os dados destacados em azul foram pontos demarcados por mim para explicar o processo que gera o fenômeno de Terras Caídas destacado através das duas setas em vermelho. O triângulo azul também foi inserido pelo referente estudo para melhor entendimento das hipóteses descritas, de que a tendência é uma contínua queda dessa frente de terra firme da área estudada.

Figura 27: Croqui ambiental dos pontos do fenômeno das terras caídas



Fonte: Entrevistado, 2017.

Iniciando essa descrição, o rio Solimões apresenta conformações ao longo do seu trajeto que ora é um curso reto, ora se bifurca, ora tem curvas, assim, seu caminho é todo feito por desencontros e encontros que possibilitam velocidades diferentes das suas águas. Essa evidência fica bem nítida na figura 27, pois antes de passar em frente ao município de Tabatinga, o rio Solimões tem suas águas divididas por uma ilha, que possibilita a bifurcação do mesmo, representado pelo triângulo em azul na figura 27.

A bifurcação antes do município de Tabatinga tem seu encontro em frente ao bairro da COMARA, onde está localizada a cabeceira da pista de pouso do aeroporto. Esse fator natural de bifurcação, ocasionado por uma barreira geográfica, impõe um choque quando as águas de um lado se encontram com as do outro lado, ocasionando uma turbulência com o aumento da

velocidade da correnteza que vai de encontro com as áreas destacadas em vermelho na figura 27. Essas áreas, portanto, sofrem um maior impacto da pressão das águas do rio Solimões, possibilitando a erosão das terras altas que formam o “beiradão” de terra firme em frente ao aeroporto e à Terra Indígena de Umariáçu.

A velocidade da correnteza imposta pelo encontro ocasionado em frente aos territórios da cidade dos Índios e da cidade do Governo tem constantemente modificado a paisagem das margens do rio Solimões, tornando-o a cada ano mais largo, durante a influência do regime de inundação: da enchente / cheia e vazante / seca. A dinâmica natural do rio Solimões em modificar seus leitos tem ocasionado gradativamente o aumento da distância do trecho de um lado a outro das suas margens, nessa área de confluência em frente aos pontos do fenômeno de Terras Caídas.

Destarte, a figura 27 tem pontos (A, B e C) delimitados como sendo fundamentais para entender a dinâmica da contínua ocorrência do “fenômeno das terras caídas” em frente às linhas vermelhas da figura 27, evidenciando que esse fenômeno vai continuar ocorrendo durante os períodos anuais do regime de cheias e vazantes do rio. Destaca-se que o ponto C configura-se como um local de encontro das águas, com forte turbulência, que pode ser sentida por todas as embarcações quando passam por esse trecho.

Para uma confirmação histórica sobre o alargamento do rio Solimões nesse trecho e que o mesmo, ao longo dos anos, tem passado por inúmeras conformações em seu leito esquerdo, foi citada pelos populares a construção do antigo Forte São Francisco Xavier de Tabatinga, que ficava localizado em frente ao território da atual cidade de Tabatinga. O forte há muitos anos não existe mais. Na atualidade, quando há uma seca grande do rio Solimões vê-se o tombamento das estruturas do forte no leito em frente à cidade, figura 28. A própria figura 28 nos permite a concepção do alargamento de um leito a outro do rio Solimões durante o passar dos anos.

É precípuo que o fenômeno das Terras Caídas seja entendido como uma dinâmica natural e que mecanismos para conter o avanço erosivo nas terras em frente ao território dos Tikuna são incertos diante da dinâmica que o rio desencadeia nessa área. A exemplo, cita-se a instabilidade do rio Solimões em frente à cidade de São Paulo de Olivença, que desde 2010 vem sofrendo com o fenômeno das terras caídas e já deixou 295 famílias desabrigadas (Portal Tabatinga, 2017). Essa inconstância do rio em definir sua direção tem ocasionado mudanças em inúmeras áreas do Alto Solimões, determinando que as populações se estabeleçam em outras áreas. Mas fica claro que a falta de terra firme é um dos grandes problemas da região, que tem um amplo território composto por áreas alagáveis.

Figura 28: Estruturas do Forte São Francisco Xavier de Tabatinga



Fonte: Arquivos Militares, 2016.

Nos registros realizados durante as atividades de campo, no ano de 2016, dois pontos específicos afetados pelo “fenômeno das terras caídas” tiveram uma intensa derrubada, a já citada área em frente à cabeceira da pista de pouso do aeroporto e outro na estrada de acesso ao Território Indígena de Umariçu. No território indígena, a queda das terras ocorrida em 2016 afetou os Tikuna com a derrubada da estrada que liga o bairro da COMARA ao Território Indígena, tendo modificado o acesso de entrada, que passou a ser feito por estradas paralelas. A queda de terras também afetou a estrutura do espaço utilizado pelos Tikuna para realização

das suas atividades festivas e de reuniões. Portanto, a dinâmica do rio impõe novos mecanismos de adaptação de vivências na região e determina a migração para o interior da terra indígena.

Tais mecanismos de adaptação de vivências possibilitam que os Tikuna estejam a todo momento buscando soluções para superar a redução evidente do seu território. Nesse exemplo, constatou-se em campo a mobilização dos Tikuna por conta da queda das terras em frente à comunidade, levando à organização de outro espaço, bem mais distante do rio, para a realização de suas atividades de reuniões e festas tradicionais da cultura Tikuna. Como registrado na figura 29, o novo espaço construído atende à comunidade Umariáçu I.

Figura 29: Comunidade Umariáçu I, espaço para as reuniões (*Ngutaquee pata*)



Fonte: Coutinho, 2016.

Diante do apresentado, as transformações ao longo do tempo vão inserindo os Tikuna num processo de mudanças em um território delimitado e encapsulado diante das problemáticas vivenciadas pelo avanço no território indígena, seja tal avanço ocasionado pela própria sociedade do Governo e/ou pelos fenômenos naturais que acarretam a diminuição do território, como é o caso do fenômeno das terras caídas.

5.2 Conflitos pelo direito ao uso do Território Indígena de Umariáçu versus Aeroporto de Tabatinga

A questão territorial é a base inicial para entender os comportamentos conflitivos desencadeados entre a cidade dos Índios e a cidade do Governo pelo direito ao uso dentro da dinâmica de redução das terras de ambos os interessados: Índios e Aeroporto. Antes de adentrar nas disputas por lugares possíveis para a dinâmica de atividades dos interessados, apresenta-se uma breve conceituação sobre o termo conflito.

De acordo com Pignatelli (2000), conflito é um conceito fluído e ambíguo, visto, geralmente, como negativo e oposto à cooperação, à harmonia ou à paz. O mesmo autor apresenta o conflito como um tipo de relacionamento, no qual as relações sociais traduzem um determinado tipo de interdependências que ultrapassam as vontades individuais e que estruturam as construções identitárias dos indivíduos.

Portanto, o conflito é um processo social multidimensional que pode servir de catalisador para a transformação pessoal, social e política dos interesses colocados em pauta. Pignatelli (2000, p. 21) descreve que, se “a energia conflitiva for negativa, o conflito será expresso de forma destrutiva, se for construtiva, dará lugar a mudanças para melhor”. Assim, apresenta o conflito como uma luta entre pares por objetivos incompatíveis, que podem ser alcançados através de resoluções para ambos os disputantes.

De acordo com Cap-Net (2008), o conflito é parte de um processo que pode surgir de uma variedade de condições objetivas e subjetivas que exigem resolução sobre bases sustentáveis. Nesse estudo, o conflito está baseado na noção de escassez de recursos naturais, pelo processo de redução territorial e aumento da população na Terra Indígena de Umariáçu. Ou seja, os conflitos têm suas raízes no desequilíbrio entre a exploração e a reposição dos recursos naturais. Esse contexto, portanto, se aplica consideravelmente aos problemas emergidos dentro do ambiente das comunidades de Umariáçu, diante do crescimento populacional e escassez dos seus recursos naturais.

Neste contexto, ocorrem disputas que envolvem participantes com perspectivas distintas em relação à natureza, aparecendo as zonas de tensão que dão origem aos conflitos socioambientais. Estes passaram a ser ponderados como uma questão importante e se configuraram como elementos que permitem disputas, argumentações e negociações entre os envolvidos.

Dessa maneira, baseado no desequilíbrio ocasionado pelas ações predadoras das atividades humanas, Tuner (2004) defende que o estresse ambiental associado a competições por recursos naturais escassos tem capacidade de provocar, inclusive, conflitos armados. O autor considera que os conflitos socioambientais têm suas origens, não somente a partir da escassez dos recursos, mas também pelo uso destes.

O discurso sobre conflito ambiental, acima apresentado faz parte para uma outra análise colocada em vias de resultados sobre as alternativas de manejo das terras para a plantação das roças dos Tikuna dentro das áreas ditas como sendo do aeroporto e para as relações estabelecidas entre o aeroporto como mecanismo de proteger o espaço ocupado.

Destarte, a construção do aeroporto de Tabatinga foi discutida política e estrategicamente, como dito popularmente, por “debaixo dos panos”, para não aflorar e nem despertar o interesse dos indígenas pela reterritorialização do lugar ocupado pelo Aeroporto desde a década de 60.

O lugar ocupado atualmente, dentro do que foi assegurado aos militares pela ação de viabilizar a ocupação da região, é visto pelos Tikuna como um espaço de pertencimento deles. O direito à memória revisitada pelos Tikuna, frequente em seus depoimentos orais dentro do território Umariçu, põe em pauta a discussão sobre o pertencimento dos Tikuna as áreas ocupadas pela INFRAERO. Ações que foram implementadas no passado pelos governos militares e sentidas pela população indígena na atualidade pela redução territorial que afeta o modo de vida da atualidade.

Como defendido por Little (1994), em seu artigo sobre espaço, memória e migração com o caso dos índios Lakota, o autor descreve sobre territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade. Nesses conceitos, apresenta uma discussão teórica e etnográfica a partir da ótica da memória, descrevendo: “A memória coletiva é, sem dúvida, uma das maneiras mais importantes pelas quais os povos se localizam num espaço geográfico” (LITTLE, 1994, p. 5-25).

Focando o descrito acima, analisa-se o contexto das memórias apresentadas pelos entrevistados sobre a construção do aeroporto. O entrevistado 7 reporta-se a essa questão descrevendo o que o seu avô tinha passado para a sua geração sobre essa construção: *“Porque na época do construção da pista, meu avô disse pra mim, que na época ele é o principal, mas o resultado que os funcionários, os empresários que construiu a pista, disse a ele assim ‘Quando essa pista vai construir, nós tem o direito de beneficiar a comunidade’, mas eu até hoje não vi nenhum resultado da construção do pista pra comunidade, não melhorou nada. Até a última vez que o pessoal da INFRAERO passou aqui, uma semana atrás, nós faz reunião mas que não resolvem nada”* (grifos próprios).

Nesse mesmo discurso, o entrevistado 1 relatou sobre a mesma reunião: *O próprio presidente lá da INFRAERO, semana passada tivemos uma reunião que eles queriam impedir o povo Tikuna de entrar numa área que não é deles da INFRAERO. Agora veja ele pensar que o aeroporto tá dentro de uma área indígena. Deviam pensar em fazer algo de bom pela*

comunidade aqui, porque a comunidade indígena tá precisando de apoio, de ajuda. Mas não querem ajudar!”.

Os elementos inicialmente trazidos na memória do entrevistado 7 foram as conversas descritas pelo seu avô sobre as vantagens oferecida aos Tikuna com a construção da pista de pouso para beneficiar a comunidade, talvez com atividades que pudessem suprir as futuras problemáticas com relação à escassez de território de terra firme para a plantação das roças dos Tikuna. Nesse ponto, como pesquisadora, trabalho com possibilidades. Ao mesmo tempo, na fala do Tikuna entrevistado, verifica-se a frustração desencadeada pela construção que não trouxe nenhum retorno para a comunidade como meio de garantir a subsistência da área ocupada pelo aeroporto e não utilizada pelos Tikuna para a plantação das suas roças. O grande problema é a falta de compromisso firmado pela INFRAERO em papel. Tudo foi dito oralmente aos Tikuna do passado.

É interessante refletir que o valor capitalista vigente na sociedade é a competitividade, ou seja, nesse contexto, o aeroporto para a cidade do Governo significaria entrar na rota das cidades aptas ao crescimento econômico. Para a cidade dos Índios, o valor é o da reciprocidade. Uma relação estabelecida há milhares de anos, pois, os Tikuna têm uma convivência harmônica com outras culturas, aprendem com as demais formas de sociabilidades, mas não deixam de ser Tikuna.

Aonde se quer chegar com essa escrita? A construção foi realizada dentro dessa lógica de reciprocidade, onde a própria mão de obra para a abertura da pista de pouso foi feita pelo povo Tikuna, com propostas condicionantes para os possíveis benefícios dessa obra para a terra indígena. Porém, a competitividade estabelecida pelo Estado não trouxe melhorias para os Tikuna, apenas para a população da cidade, apagando da memória da população da cidade do Governo as relações de reciprocidade não colocadas em prática no decorrer do surgimento dos problemas ambientais, como a redução do território indígena.

A reunião a que o Entrevistado 6 faz referência durante o seu depoimento está diretamente voltada às questões dos pontos de roças dos indígenas dentro do espaço interno e a derrubada das árvores localizadas na posição da cabeceira do aeroporto. Para facilitar o pouso e decolagem, a INFRAERO realizou a derrubada das árvores próximas à cabeceira oposta ao rio Solimões. Os Tikuna têm feito denúncias, ao Ministério Público, contra a INFRAERO por conta da entrada da equipe do aeroporto para a derrubada das árvores de grande porte e que servem para a coleta de frutas para a população da Terra Indígena de Umariáçu.

Os territórios aptos para as roças Tikuna e de áreas de recursos naturais ao longo dos anos têm diminuído. O Entrevistado 1 discorre sobre a distribuição das áreas no território

indígena: *"Tem alagada. Mais pra cá, pro lado esquerdo, margem esquerda do Rio Solimões, nós temos pouca terra. Pelo mapa hidrográfico, você vê que o povo aqui tem pouca terra por essas áreas, daqui de Tabatinga. Não estou contando nem do Evari I, que existe uma terra imensa. Mas a comunidade mais próxima do município, como o Umariáçu, ela tem uma quantidade de terra bem pequena".*

A descrição aponta para o fato de o solo do território de Umariáçu ser alagado, caracterizado como uma área de recursos naturais de palmeiras, principalmente, buritis, formando imensos buritizais, que dão uma fruta muito consumida por todos os populares da região. Onde existe buriti, existe solo encharcado, não sendo ideal para plantio de outras culturas. Como relata o Entrevistado 1: *"É área chamada de Chavascal, né. Só mesmo Chavascal. Mas tá tudo limitado as terra. Além disso, o aeroporto querendo ultrapassar pra nossas áreas indígenas"*.

A dinâmica da vida dos Tikuna de Umariáçu em seu território tem apresentado configurações que levaram os mesmos a realizarem suas roças ao lado da pista do aeroporto. Essa atividade tem gerado, ao longo dos anos, conflitos por conta do direito de uso de um lugar ocupado pelo aeroporto, mas registrado na memória dos Tikuna como sendo um espaço indígena Tikuna. Portanto, uma área de uso para as suas roças de subsistência, principalmente durante o período em que as várzeas estão cobertas de água e não há opção de local para o plantio na estação chuvosa.

Para compreender a dinâmica das atividades conflituosas existentes no Território Indígena de Umariáçu, apresenta-se a delimitação da figura 30. Em azul, destaca-se a divisão construída pela INFRAERO, denominada de CERCA / MURO OPERACIONAL, que separa os dois lados do território indígena do aeroporto. Em vermelho, os retângulos representam as roças dos Tikuna dentro do espaço delimitado pela INFRAERO.

No território antes ocupado pelos Tikuna e vivo na memória dos mesmos, o Estado, com o discurso de desenvolvimento da região, realizou a construção dessa obra de infraestrutura urbana, na década de sessenta. Uma história de interesses sociopolíticos internos da sociedade do governo, com objetivo de proteção da área de fronteira. Desse processo, o primeiro grande problema gerado foi a separação do território, lado esquerdo e lado direito, impactando o modo de vida dos Tikuna no acesso ao seu próprio território. A versão a seguir concorda, no seu teor, com outras contadas pelos demais entrevistados da comunidade Umariáçu I:

"Agora na pista foi construída um muro, mas nós como Tikuna, continua passando por lá mesmo, atravessando a pista, porque nos temo direito de passar. Porque antes de ter construção de pista, já tinha esse caminho pra chegar na outra comunidade lá pra dentro. Era

6h de caminhada até chegar na outra comunidade, lá no limite da área com o pessoal do limeira” (grifos próprios) (Figura 30).

Figura 30: Croqui delimitando o espaço interno do aeroporto e as roças dos Tikuna



Fonte: Entrevistado, 2017.

De maneira geral, o trecho da história contada descreve: 1 A separação do território Indígena de Umariáçu em dois lados, direito e esquerdo. 2 Uso da pista para chegar ao outro lado da comunidade, desencadeando problemas de segurança ao atravessar a pista de pouso para chegar ao outro lado do território indígena. 3 A memória do direito ao território ocupado pelo aeroporto, pois o caminho já existia antes da construção da pista.

Descrevendo todos esses elementos e suas essências ante os impactos ocasionados à Terra Indígena de Umariáçu, parte-se para a polêmica construção da pista de pouso. A divisão do território com a construção da pista de pouso desencadeou novas configurações na plantação das roças dos Tikuna de Umariáçu, como demonstrado na figura 30. Sendo uma área de Terra firme não alagável, constitui um ambiente ideal para o desenvolvimento de roças de subsistência para os indígenas durante os períodos de cheia. No decorrer dos anos e com o aumento populacional dos Tikuna de Umariáçu, as terras ocupadas pelo aeroporto foram sendo utilizadas pelos indígenas para a plantação dos seus roçados, já que a agricultura na terra firme é permanente, face à agricultura temporária da várzea.

A relação de terras aptas para o plantio das roças expõe os Tikuna a uma rotina diária de passagem pela pista de pouso. Essa dinâmica configurou em riscos iminentes de acidentes decorrentes do tráfego de pessoas e animais. A relação descrita sobre a passagem foi confirmada nos depoimentos orais de ambas as sociabilidades pesquisadas. Como visto no depoimento abaixo:

Entrevistado 1: "E é um dilema mesmo. Porque você vê, dentro de uma área, que já é tão pequena e você vê uma área bem pequena mesmo da comunidade do Umariáçu e aí o ministério da aeronáutica quer pedir um apelo ainda pra ceder mais espaço pra eles, poxa... o povo Tikuna já não tem mais terra e todo dia tem que passar pela pista pra o outro lado".

O depoimento oral do entrevistado 1 e a figura 30 confirmam os riscos à população indígena que pode ser acometida ao realizar a travessia diária para ter acesso às suas roças pela pista de pouso. Inúmeras medidas foram realizadas pela INFRAERO para minimizar os riscos, a última foi a construção de portões nos espaços abertos pelos Tikuna na cerca / muro para acessarem o espaço interno do aeroporto (Figura 31). Os portões têm a função de evitar a passagem de animais para a área interna do aeroporto, principalmente durante a chegada e saída de aeronaves na região.

De acordo com o Relatório de inspeção aeroportuária Nº 004/SAI – GFIS/2015, os antigos portões com dobradiças foram substituídos por uma nova modalidade de abertura e fechamento através da inserção de estruturas inclinadas que, quando abertos, fecham sozinhos, pelo próprio peso do portão. A inserção desse tipo de portão, segundo a INFRAERO, busca diminuir a passagem de animais para a pista de pouso. As alternativas apresentadas pela empresa aeroportuária possibilitam limitações aos Tikuna que devem caminhar até os locais determinados pela INFRAERO para terem acesso ao território indígena localizado do outro lado.

A figura 31. (A e B) expõe a utilização do portão de acesso construído pela INFRAERO por um Tikuna que, para chegar ao outro lado do território, tem que fazer a caminhada até o ponto de localização dos portões, que são dois de cada lado da pista de pouso. Na figura 32 A, a linha em vermelho representa toda a área do aeroporto, nota-se que os locais de passagens, onde foram construídos os portões, delimitados na área do retângulo em preto, estão localizados bem acima da área do Território Indígena Tikuna.

Figura 31: Portão de acesso construído na cerca / muro para a passagem dos Tikuna pela área do aeroporto



Fonte: Entrevistado, 2016.

Na figura 32, verifica-se que a localização dos portões está na área de chavascal dos Tikuna. Uma distância considerável entre os portões e o centro da comunidade Tikuna, ou seja, mesmo com os portões, os Tikuna continuam abrindo espaços na cerca/muro para facilitar o seu percurso para alcançar as roças, sejam as roças próximas da pista ou do outro lado do território. O transcurso entre um portão e outro na cerca/muro da INFRAERO não constitui um mecanismo voltado para preservar a vida e o bem-estar dos Tikuna.

O Entrevistado 12 delinea: *“os portões normalmente estavam abertos para a passagem dos Tilkuna, recentemente estão colocando cadeados nos portões de acesso, dificultando a passagem do Tikuna ao outro lado do território. Imagine voltar da roça com o panelo carregado de macaxeira e ter que caminha toda cerca do aeroporto, é isso que está acontecendo. Ai, decorre em brigas e quebra da cerca pelos Tikuna”*.

A INFRAERO tem seus objetivos voltados aos interesses da cidade do Governo, que busca ao longo dos tempos melhorar as condições de segurança e funcionamento do aeroporto. A empresa, em apresentação sobre as normas de segurança, descreveu o seguinte:

- (1) Violação do perímetro operacional / patrimonial pelos índios para a travessia da pista;
- (2) Patrulhamento motorizado antes do pouso e decolagem no Aeroporto; “15 minutos antes do pouso / decolagem de aeronaves em estreita coordenação com o deslocamento de controle do Espaço Aéreo de Tabatinga – DTCEX/TT é deslocado para áreas de cruzamento dos índios Tikuna uma patrulha móvel para dar segurança ao voo”.

Figura 32: A - Delimitação das áreas de passagens dos Tikuna pela pista de pouso. B - Portão de passagem. C - Percurso entre os portões de passagem



Fonte: Entrevistado, 2017.

O discurso sempre voltado à proteção da cidade do Governo, cujas estratégias põem em pauta questões culturais de uso do território dividido pela construção de barreira física que delimita a passagem dos Tikuna e impõe condições de deslocamentos dos Tikuna para adentrar em áreas mais propícias ao plantio das roças, principalmente durante a cheia, que cobre as várzeas e não permite as roças de várzeas. Nesse processo, a INFRAERO, com seus planos de

contingência e “segurança”, descreve que um grande número de Tikuna atravessa diariamente a pista de pouso, como observado na figura 33.

Figura 33: Passagem pela pista de pouso do aeroporto



Fonte: Entrevistado, 2017.

O Entrevistado 13 (não indígena) relata sobre o fluxo de passagem pela pista de pouso diariamente: *“Ah, É todo dia! Todos os dias eu tenho quase em média, umas 200 pessoas que passam por ai. Entre crianças, jovens e adultos... E se não fizerem isso, vai ser 2.500 metros a mais pra eles andarem...”*. O que descrevo sobre o percurso, o entrevistado 13 coloca em pauta em seu depoimento. Sem os portões, os Tikuna teriam que percorrer mais de 2.500 metros para chegar ao outro lado da terra indígena. Quando questionado sobre o que tem do outro lado, o entrevistado responde:

“Porque a aldeia fica desse lado, só que do outro lado é que tão as roças deles. Tem açai, cupuaçu, ingá...”. *“Só roça... E também as frutas tradicionais que eles usam de coleta, porque eles não plantam muito, fazem mais coleta”*. No discurso apresentado pelo entrevistado, fica evidente a importância do outro lado do território que foi dividido pelo aeroporto para a economia das comunidades de Umariáçu I e II, seja para as plantações ou para as coletas.

Quando descrevo sobre a tomada de decisão do aeroporto em construir os portões de acesso, o entrevistado 12 narrou o seguinte: *“Isso. Assim, não 100% da nossa vontade, mas devido à própria imposição deles, porque eles quebravam muro, cortavam as cercas, os arames... Foi o único a gente deixar a entrada aqui e a saída do outro lado ali. Eles têm passagem de um lado para o outro e infelizmente a gente acaba tendo que prover a segurança aqui na pista por causa das aeronaves. Seja de dia, seja de noite...”*.

Essa tomada de decisão é uma válvula de escape para a INFRAERO que tinha sua cerca/muro destruída para que os indígenas pudessem alcançar suas terras. Porém, uma política errada foi executada pelo Estado em implementar uma obra que divide a terra indígena praticamente ao meio, pois do outro lado da cabeceira localiza-se uma área de igarapé com presença de uma vegetação de chavascal, que dificulta a passagem dos Tikuna e aumenta ainda mais o percurso, como o próprio entrevistado descreveu, *“teria que andar 2,500 metros”*.

Outro aspecto questionado foi sobre conflitos existentes, ao ter que parar os indígenas na hora do pouso e decolagem das aeronaves. O entrevistado pauta uma questão que foge um pouco da temática aqui discutida, mas que tem sido um dos problemas enfrentados pelos líderes Tikuna dentro das Comunidades Umariáçu I e II. Citado pelo entrevistado 13, o argumento da implantação dos portões tem sido respeitado por alguns, exceto nos casos quando há indígenas alcoolizados.

O Entrevistado 13 discorreu: *“O grande problema é que muitos aceitam nossa ideia de ter que pará-lo por conta das aeronaves que estão chegando aqui ou decolando. Eles entendem a ideia da segurança, mas assim... Quando eles estão embriagados, com algum animal, isso se torna perigoso tanto para nossa atividade fim, aeroporto, como pra eles próprios. A pessoa*

quando tá de consciência sem bebida é uma coisa, e com bebida fica outra totalmente diferente...”.

Nesse discurso, o entrevistado abre o foco para a questão da segurança tanto das atividades do aeroporto como também dos índios. A fala repercute uma série de conflitos criados ao longo do processo histórico que pauta-se no contexto do desenvolvimento da cidade do Governo a partir do uso do território ocupado pelos Tikuna e guardados na memória coletiva da Terra Indígena de Umariáçu, sendo a área do aeroporto espaço antes ocupado pelos indígenas do passado.

Essa crise se estende pela falta de conhecimentos acerca dos direitos memoriais indígenas por seu território, a pista de pouso hoje é uma realidade. Porém, sua construção não pode ser analisada dentro do contexto que foi iniciado antes da demarcação do território de Umariáçu. A história dos direitos indígenas, como os primeiros ocupantes da área das terras firmes do lado esquerdo do Rio Solimões, deve ser sempre colocada em pauta, possibilitando resoluções do conflito de maneira que garanta o direito de ir e vir dos índios em seu território.

O discurso de que a demarcação só ocorreu depois (década de noventa) e a construção da pista bem antes (década de sessenta) foi e é um discurso político para aquisição das terras viáveis para a reprodução da identidade étnica dos Tikuna de Umariáçu. Os Tikuna se veem reféns do encapsulamento dos seus espaços em lugares fixos e sem possibilidades de rotatividade para as culturas de subsistência. Tal fala desenvolvimentista foi apresentada pelo entrevistado 13:

“Na verdade, a história nos conta e nós passamos por isso. A demarcação das terras indígenas foi na década de noventa e o aeroporto foi construído na década de sessenta. É o que temos de histórico, inclusive o Sr. Ataíde disse que começou mesmo na década de cinquenta com a construção da primeira pista mesmo...”.

Nesse ponto, é interessante descrever a importância do contexto do processo dentro do eixo de territorialização e o significado que o território ganha, de acordo com a sua utilização ou apreensão pelos Tikuna do passado e vivo na memória presente. Para a INFRAERO, a abertura da pista de pouso se deu antes do processo de demarcação, sendo, portanto, essa área de uso exclusivo do aeroporto. Porém, ressalta-se que, mesmo a demarcação só tendo ocorrido na década de noventa, os Tikuna de Umariáçu já ocupavam esse território e desenvolviam suas atividades para a reprodução étnica voltada para o uso da floresta, dos igarapés e do solo para suas plantações bem antes, a partir da criação do SPI e das ações de Manuelão.

Um eixo conflitante que vem sendo, ao longo dos anos, objeto de várias especulações e que põe em pauta a delimitação do território dos índios perante o crescimento da própria cidade

do Governo, que tem sido alvo de projetos que buscam garantir o crescimento de Tabatinga e ainda mais delimitação da cidade dos Índios, o que desencadeia maiores problemas sociais e ambientais.

No decorrer do crescimento da cidade dos Índios e da cidade do Governo, inúmeros problemas ambientais configuram questões que levam os indígenas cada dia mais à dependência das políticas alienadas do Governo. Na atualidade, um dos maiores problemas enfrentados pelos Tikuna de Umariáçu tem sido o abastecimento de água potável, problema acentuado pela poluição dos igarapés e pelo aumento populacional crescente, fazendo com que as comunidades se deparem com questões antes nunca vivenciadas sobre os seus recursos hídricos para a realização das suas necessidades básicas.

Durante as inúmeras reformas executadas em prol da melhoria do Aeroporto de Tabatinga, ações degradadoras do ambiente, impostas pela cidade do Governo, foram aparecendo nos limites territoriais, tais como o lançamento de resíduos sólidos da vila militar do aeroporto nos igarapés que irrigam o grande curso das águas que cortam as duas comunidades Umariáçu I e II. Uma brecha da incapacidade de se pensar em uma resolução para os limites impostos à cidade dos Índios foram as alternativas apresentadas pela cidade do Governo em amenizar as problemáticas ambientais decorrentes desse processo de urbanização, que foram meras promessas realizadas e nunca implementadas em benefício da população indígena.

Conforme descrito por Brand (2001, p. 59):

Esses povos vivem hoje em reservas de terra que, em sua maior parte, são demarcadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Todas são, porém, superpovoadas, considerando-se o modo específico de vida e as relações que tradicionalmente esses indígenas mantêm com a natureza. Os recursos naturais estão profundamente comprometidos, não oferecendo mais as mínimas condições para a sobrevivência dessas coletividades.

Na história política da Amazônia, de acordo com Serra e Fernández (2004), o desenvolvimento da Amazônia brasileira envolveu dois períodos distintos, o fim da ditadura militar (1985) e uma nova fase, no ano de 1990, com a retomada da democracia.

Serra e Fernández (2004) descrevem o impacto da fase da ditadura nas transformações ocorridas na Amazônia:

Durante o regime militar, a Amazônia testemunhou uma profunda transformação na medida em que esta região, com seu imenso estoque de recursos naturais e seus vastos “espaços vazios”, foi considerada pelos governos militares um meio para se resolver rapidamente problemas de toda a ordem, ou seja, econômicos, sociais e geopolíticos. Neste contexto, políticas de desenvolvimento foram formuladas e implementadas com o objetivo precípuo de maximizar as imediatas vantagens econômicas. Estas

estratégias de desenvolvimento geraram impactos sociais e ambientais adversos nas áreas rurais e urbanas da Amazônia (SERRA e FERNÁNDEZ, 2004, p. 108).

Sobre a economia Tikuna, Oliveira (2005, p. 79) apresenta uma discussão teórica do autor Meillassoux descrevendo o perfil de produção praticada pelos Tikuna que vai ser totalmente contra as atividades realizadas no ano de 2013 na terra indígena de Umariáçu. Oliveira apresenta a teoria exposta pelo autor citado:

Tudo considerado necessário é produzido e imediatamente consumido. Não há acumulação do produto. A agricultura de estaquia, produzindo mandioca e outros tubérculos, tem rendimento e produtividade elevados. Por outro lado, esses produtos têm curta duração e são estocados normalmente nos campos, onde se preservam melhor, e necessitam de uma parte relativamente importante da energia social. Atividades não-agrícolas como a caça, a pesca e a coleta são indispensáveis para cobrir o déficit que pode derivar de qualquer acidente climático (MEILLASSOUX, 1995, apud OLIVEIRA, 2005, p. 79), (grifos próprios).

No ano de 2013, em uma ação realizada pelo Exército, INFRAERO e FUNAI, foi solicitado aos Tikuna de Umariáçu a retirada das roças localizadas no espaço interno da pista de pouso. Como podemos verificar nas figuras 34 e 35, a retirada ocorreu de maneira contrária ao exposto na teoria, “o necessário é produzido e imediatamente consumido”. Nas próprias imagens, fica evidente o excedente retirado das roças e o trabalho realizado pelas famílias para não perderem sua produção de macaxeira.

A sequência de imagens, apresentadas na Figura 34 A, B, C, D, E e F, enumera toda uma ação contrária ao desenvolvimento sustentável para a Terra Indígena de Umariáçu. Uma maneira complexa de retirada de toda a produção, indo na contramão dos princípios econômicos vivenciados pelos Tikuna, que plantam e coletam dos seus roçados a macaxeira necessária para o dia a dia.

A entrada dos Tikuna na área do aeroporto para a plantação dos seus roçados tem, ao longo dos anos, desencadeado conflitos com a administração da INFRAERO. Na memória do povo Tikuna, aquele espaço é deles, portanto, o uso do solo para o plantio de subsistência pode acontecer normalmente na área em volta da pista de pouso.

O entrevistado 1 discorre sobre a questão econômica da população Tikuna, quando questionado sobre a roça, a pesca e a caça: *"Ah, essas coisas desapareceram. Eu estou contando pra senhora que quando eu cheguei aqui em 1972, observei que isso aqui, você veja hoje como isso tá aqui. Não tem mais mato, não tem mais floresta, você só vê coisa que as pessoas plantaram, você olha aqui por essa selva, não tem nada. É só capoeira, os mato desmatado e dentro desse mato desmatado, o solo tá pobre. Quantas vezes o pessoal ai cultiva as coisas e deixa o solo pobre? Macaxeira mesmo, eu não sei dizer, acho que falta alguma técnica e*

também com adubação, a terra fica mais pobre. Eu acho que sim, né... A temperatura do nosso Alto Solimões tá muito quente. Você veja aí outras comunidades em Belém de Solimões, Feijoa, que são comunidades de agricultores que dá o sustento para o nosso município e vê que já não dá mais pra produzir o que a gente pensava”.

A retirada das roças dos Tikuna da beira da pista do Aeroporto constituiu-se em uma ação pouco aproveitada para a etnia, pois os mesmos viram suas roças sendo destruídas em um único dia, com uma política voltada para a retirada imediata da sua produção para sanar exclusivamente a problemática da própria INFRAERO. Os órgãos envolvidos, FUNAI e Exército, não pensaram momento algum sobre como os Tikuna iriam armazenar tanta macaxeira (Figura 34) e realizar as atividades de produção de farinha.

Na figura 35, observou-se toda a movimentação diante de tanta macaxeira coletada e depositada na terra indígena, gerando um “ajuri” forçado para dar conta da fabricação de farinha e derivados da macaxeira. Infelizmente, essa foi uma ação benéfica para o aeroporto e totalmente ineficiente em termos de geração de produtos para os Tikuna, que tiveram grande prejuízo nessa coleta forçada em suas roças. Interessante a fala do Entrevistado 12 descrevendo essa ação conjunta dos Órgãos envolvidos e os Tikuna.

“Lembro bem desse dia, mandaram os soldados com os caminhões para realizarem a coleta junto com os Tikuna. Era tanta macaxeira para arrancar e os Tikuna lentamente faziam a retirada, forçando os militares a trabalharem ao máximo. Nós não estávamos com pressa, mas eles tinham a ordem dos grandes para retirar mais rápido possível as nossas roças. Teve hora de muita chuva, era militar tudo molhado atolando nas roças e arrancando macaxeira. Nós só ria, por que tinham que atender às ordens dos grandes”.

Nessa fala, os Tikuna demonstram que, apesar das ordens recebidas para retirada das suas roças ao lado da pista do aeroporto, os mesmos participaram do trabalho coletivo. Porém, suas atividades foram realizadas no tempo dos mesmos, colocando os militares para fazerem o trabalho duro de retirada de praticamente toda a macaxeira das roças. Pois os mesmos tinham em mente o grande trabalho que teriam pela frente, em descascar, ralar, lavar, torar etc., toda a matéria-prima retirada das suas roças.

Nesse contexto de lutas de interesses, mesmo que a luta de classes foi sistematicamente distorcida em favor do Estado com a retirada de toda a roça dos Tikuna. Ressalta-se o que Scott et al (2002) descreveram sobre as formas cotidianas da resistência camponesa nas suas lutas por espaços de expressão política. Os autores destacaram sobre a memória de resistência e de coragem que pode servir para o futuro.

Uma importante ressalva desse presente capítulo é dada aos problemas enfrentados pelos Tikuna na atualidade em relação ao aeroporto de Tabatinga. Esse é o discurso que falta na maioria dos autores que escrevem sobre os Tikuna de Umariáçu, não existe uma análise crítica da construção do aeroporto de Tabatinga e os impactos sobre a população Tikuna. Sempre há um discurso voltado para os benefícios proporcionados à população local para o rápido acesso de outras áreas à região do alto Solimões.

Figura 34: A - Operação de retirada das roças; B - Tikuna na roça; C - Roça de macaxeira; D - Família Tikuna reunida; E - Tikuna reunidos para produção; F - Caminhão do Exército descarregando na TI



Fonte: Entrevistados, 2016/2017.

Figura 35: A - Operação de retirada das roças; B - Tikuna na roça; C - Roça de macaxeira; D - Quantidade de macaxeira retirada; E - Expressões do Tikuna; F - Caminhão do Exército para retirar a macaxeira da área interna do aeroporto



Fonte: Entrevistados, 2016/2017..

Diferentes autores fazem alusão aos Planos de Ação para o desenvolvimento da Amazônia de maneira emblemática, cujos projetos implementados, na maioria dos casos, eram apenas de interesse político e econômico, visando o crescimento a qualquer custo. Em tais planos, os militares tinham função importante na defesa dos territórios, porém as questões

voltadas à prioridade dos povos indígenas e às questões ambientais não eram de interesse político.

João Pacheco de Oliveira descreve sobre a relação da área destinada aos Tikuna, fazendo uma breve citação sobre a construção do aeroporto, destacando o desaparecimento da escritura de compra e venda do lote Bom Destino, como destacado a seguir:

Nos anos seguintes, o consenso obtido foi transformado em letra morta e os terrenos ocupados pela antiga sede do PIT foram sendo tomados por regionais. A área passou a ser vista como destinada à expansão urbana de Tabatinga, nela tendo sido construído inclusive o aeroporto da cidade. Entretanto, o lote Bom Destino – único terreno ainda relativamente em poder dos índios – tem atualmente os seus limites questionados pela prefeitura do recém criado município de Tabatinga. Além disso, o documento habitual de comprovação de domínio – a escritura de compra e venda do lote Bom Destino – desapareceu durante o incêndio dos arquivos do SPI em Brasília, no fim dos anos 60. E, como não houve demarcação anterior da área, a FUNAI alega não dispor dos elementos necessários para regularizar sequer a situação atual (OLIVEIRA, 2002, p. 287) (grifos próprios).

Na esfera política de discussões acerca do crescimento do município de Tabatinga, as políticas implementadas utilizaram-se desse problema organizacional para descrever o espaço destinado à instalação do aeroporto como área não pertencente aos Tikuna. Na esfera de desenvolvimento da região, muitos utilizam da frase o “aeroporto foi construído antes da demarcação das terras indígenas, ocorrida na década de noventa”.

Uma análise mais crítica pode ser realizada dentro desse contexto. Na década de sessenta, inicia-se a construção do aeroporto de Tabatinga. Na década de quarenta, Curt Nimuendaju realizou uma avaliação para a criação do Posto Indígena Tikuna, decorrente da visita do Coronel Rondon. Na década de quarenta, o antigo SPI determina a criação da Reserva Indígena. Diante desse contexto, já abordado no capítulo IV, ficam os questionamentos sobre o pertencimento do território indígena Tikuna de Umariáçu, delimitado pelo processo burocrático do Estado e reduzido a um espaço territorial cortado pela construção do aeroporto.

As divergências existentes entre o território dos Tikuna põem em xeque conflitos atuais que tendem a viabilizar a sociedade da cidade do Governo com ações que garantam o crescimento econômico. Uma das vitórias vivenciada pelos Tikuna de Umariáçu foi a de não permitir ao aeroporto realizar a instalação de um equipamento em suas terras, o que iria modernizar o aeroporto, garantindo a segurança dos voos ao chegarem à cidade do Governo.

Porém, a instalação do equipamento iria ocupar mais um pedaço do território indígena. Inúmeros testes com o equipamento foram realizados dentro da área ocupada pelo aeroporto, ou seja, dentro do retângulo cercado, mas, para a frustração da INFRAERO, o equipamento só funcionou do lado de fora da cerca que separa o aeroporto da Terra Indígena Tikuna. Os testes

ocorreram dentro do que é considerado como sendo território da cidade do Governo, ou seja, dentro da área em azul, os quais foram todos negativos, pois o equipamento não funcionou dentro dos limites do próprio aeroporto. Sendo assim, outros testes foram realizados fora da Cerca / Muro operacional, que compreende o território indígena, desencadeando conflitos e intervenção da FUNAI. A instalação foi negada e o aeroporto perdeu o equipamento.

O discurso apresentado, o avanço de mais um pouco no território dos Tikuna, sempre é motivado por questões de interesse da sociedade do governo, expondo a cidade dos Índios ao processo de cederem seus espaços como garantia do desenvolvimento pensado para a cidade. Nesse caso, a organização dos representantes Tikuna foi fundamental para que seu território não fosse novamente diminuído por interesse da INFRAERO. Porém, esse conflito Tikuna *versus* Aeroporto constitui um estudo em aberto, pois novas reuniões são constantemente realizadas, colocando sempre em pauta promessas aos Tikuna que nunca são cumpridas.

Por fim, considero de extrema importância esse marco histórico das transformações vivenciadas pelos Tikuna em seu território. Na atualidade, os Tikuna de Umariáçu lutam por sua Terra para o crescimento da geração futura, que irá herdar uma terra rica em problemas, uma natureza escrita com “n” minúsculo. A partir desse ponto, parte-se para as transformações vivenciadas a partir da construção da colônia militar de Tabatinga e da Avenida da Amizade, que foram marcos importantes da urbanização da cidade de Tabatinga e que trouxeram mudanças ambientais significativas à Natureza, escrita com “N”, ou seja, uma Natureza rica em diversidade socioambiental.

6 O AVANÇO DA URBANIZAÇÃO DA CIDADE DO GOVERNO A PARTIR DA COLÔNIA MILITAR E DA AVENIDA DA AMIZADE

A fixação dos territórios em ambientes demarcados pelo aparato do Estado permitiu, ao longo da história dos territórios indígenas, um grau de imobilização dentro dos limites do seu próprio ambiente de produção. Tal fixação ocasionou, conseqüentemente, o aumento populacional das comunidades, desencadeando um “inchaço” nas comunidades e despertando o Estado para a elaboração de políticas públicas que “viabilizam” a sobrevivência dos indígenas em seus territórios.

A incapacidade do Estado em viabilizar medidas que garantissem uma vida digna em seus territórios tem aumentado os problemas em diferentes aspectos, principalmente os de infraestrutura dentro do Território Indígena. Sendo o Umariçu um território localizado em região de fronteira, sua história de formação sofreu influências diretas do município de Tabatinga, assim como vem sofrendo pela falta de ingerência das instituições governamentais, em especial a FUNAI. A cidade dos Índios, portanto, tem sido ora denominada como bairro da cidade do Governo, devido especificamente aos limites territoriais estabelecidos no processo de demarcação da Terra Indígena.

Assim, a construção dos territórios foi influenciada pelas políticas, pelas transformações das cidades e pelas mudanças dos hábitos de consumo. A cidade do Governo apresenta características peculiares das cidades de Fronteira, como explicado por Nogueira (2008):

É uma cidade na fronteira política, o que *a priori* já suscita problemas associados a diversos fluxos; é uma cidade gêmea, o que implica relações políticas bilaterais constantes; é uma cidade localizada numa região de floresta onde o acesso a determinados recursos naturais ainda é relativamente livre; é uma cidade ribeirinha, o que significa que o transporte fluvial é uma das formas fundamentais da circulação de pessoas e mercadorias – há um “ar de parentesco” entre diversas cidades nessa condição na Amazônia; é considerada uma cidade de porte médio para os padrões regionais (NOGUEIRA, 2008, p. 167).

Portanto, as transformações vivenciadas na cidade do Governo são diretamente sentidas pela cidade dos Índios. Nesse processo de crescimento urbano do Município de Tabatinga, diante das três cronologias estabelecidas – O Aeroporto, A Colônia Militar e a Avenida da Amizade –, as conseqüências positivas e negativas estão sendo sentidas no presente e serão, em longo prazo, fontes de inúmeras discussões e conflitos para estudos futuros. O delineamento desses três marcos foi fundamental para entender as transformações vivenciadas pelos Tikuna, os quais produziram, ao longo da história, mecanismos de afirmações e reafirmações da sua identidade étnica para a permanência da essência cultural dos povos Tikuna da região do Alto

Solimões. Relembrando e situando cronologicamente: 1965, Aeroporto de Tabatinga; 1967, Colônia Militar; e, 1990, Avenida da Amizade.

Esse capítulo, portanto, reportou-se aos dois últimos marcos cronológicos estabelecidos (Colônia Militar e Avenida da Amizade) para a construção da história ambiental das transformações vivenciadas ao longo dos principais fatos históricos ocorridos na cidade dos Índios e na cidade do Governo, analisando, nessa trajetória histórica, as mudanças nas relações sociais dos homens com a natureza, que diretamente confluem para desestabilizar os aspectos ambientais, sociais, econômicos, culturais e políticos.

6.1 As vicissitudes ambientais da urbanização

A partir do primeiro marco estabelecido para o estudo das transformações ambientais da Terra Indígena de Umariáçu, a abertura da pista de pouso do atual Aeroporto de Tabatinga, em 1965, dois outros marcos foram delimitados como importantes fatos históricos nas transformações ambientais tanto para a cidade dos Índios como para a cidade do Governo, durante a realização desse estudo.

O presente título, sobre as vicissitudes da urbanização da cidade do Governo, delineou uma discussão acerca dos objetivos pensados e colocados em prática por militares para a melhoria da vida pensada para os militares, excluindo-se desse contexto de transformações os impactos socioambientais para a vida e a sociedade indígena da região.

Para compreender essa fase política da história das civilizações interioranas da Região Amazônica, Donald Worster, em seu trabalho intitulado *Para fazer história ambiental*, o qual descreveu: “é hora de comprarmos um par de sapatos resistentes para caminhadas, e não poderemos evitar sujá-los com a lama dos caminhos” (WORSTER, 1991, p. 7).

Entender esse contexto escrito pelo autor nos posiciona a escrever uma história ambiental que passou por uma das piores fases governistas da nação Brasileira, uma fase em que prevaleceu o discurso de que era preciso urbanizar para desenvolver, a partir da destruição das florestas e de seus ecossistemas. Uma fase que foi escrita pelos próprios militares, excluindo-se o pensamento e as escritas dos indígenas sobre a importância dos habitats para a sobrevivência étnica e cultural dos povos da região Amazônica.

Destarte, para escrever a história ambiental das transformações ocorridas no passado e refletidas no presente e futuro dos indígenas, foi preciso, em especial, abstrair os militares e ouvir os Tikuna. Assim, a pesquisa foi norteadada pelos principais atores sociais, para entender

as dinâmicas das influências dos marcos descritos na tese. No entanto, reportou-se a uma síntese da fase militar instaurada na região.

No projeto militar, como já descrito no capítulo V, o aeroporto serviu para a “Instalação da Colônia Militar de Tabatinga em 1967, constituindo-se na pedra fundamental do futuro município de Tabatinga e da sua urbanização”. A instalação da Colônia Militar ocorreu em substituição ao “5º Pelotão de Fronteira que ocupava, mais recuado, desde 1949, a posição do antigo Forte destruído pelas águas em 1932” (EUZÉBIO, 2011, p.65). Essa fase marcou o primeiro ponto de partida para a urbanização da cidade do Governo e caracterizou por mudanças significativas disfarçadas no modo de vida dos Tikuna, na cidade dos Índios.

O projeto urbanizador, pensado pelos militares para os militares, partia do princípio de que era preciso fazer a defesa da Região de Fronteira e, para isso, era necessário transformar a cidade em um lugar apto para receber o público advindo de outras regiões. E, pensar na melhoria das condições básicas para que esse público permanecesse nessa região, estrategicamente não se pensou nas Etnias que há muitos séculos viviam em harmonia com o seu ambiente de florestas e rios.

Nesse contexto, apresentou-se uma série de fotos das transformações e construções pensadas para a urbanização da cidade de Tabatinga. O intuito foi, portanto, organizar o perfil de como a cidade foi planejada para atender à demanda externa e não da população interna da região do Alto Solimões, o que, por consequência, gerou inúmeras interferências no modo de vida da população Tikuna, como também da população local.

6.2 Histórico da presença dos Militares na urbanização da cidade do Governo

A urbanização e o crescimento do município de Tabatinga reporta-se a toda uma ocupação dos militares a partir da segunda metade do século XX. Franchi et al. (2011) descreveram sobre os próprios militares como atores da ocupação e urbanização, desde a década de 1970, ao criarem e transferirem grandes unidades militares para a região. Salienta-se que o destaque dado aos militares sempre será o de que tiveram o papel de ocupar a floresta Amazônica para formação de novos núcleos urbanos. Esse diálogo camufla os principais ocupantes e residentes da floresta, os Índios.

Nesse transcurso histórico, os índios ocupantes dos seus territórios foram e continuam sendo negligenciados perante sua imponente presença na floresta Amazônica, sempre com o velho discurso dos governos da pequena existência demográfica. Assim, aos militares foi dado

o papel de lançarem as bases dos novos núcleos urbanos, a partir dos destacamentos de fronteira com vilas militares (FRANCHI et al., 2011).

Esse ponto de partida, as ações militares de formação dos núcleos urbanos, deu início a uma série de vicissitudes ao ambiente dos povos tradicionais da floresta. Para se ter uma base quantitativa da presença militar, Franchi et al (2011) delimitaram em seus estudos que na década de cinquenta o contingente militar fixo na área que formaria a Amazônia Legal era cerca de 1000 pessoas e, em 2004, o contingente do Exército Brasileiro passou a contar com um efetivo de aproximadamente 22 mil homens na Amazônia Legal.

Os autores acima citados apresentam uma excelente discussão acerca do real interesse dos militares na Amazônia Legal, segundo eles: “a preocupação real dos militares brasileiros não era com o meio ambiente em si, mas sim com o acesso aos recursos naturais e ao poder de decisão sobre eles” (FRANCHI et al., 2011, p. 29). Nessa conjuntura, uma série de transformações pontuais em determinadas localidades da Amazônia Legal foram emergindo, com o objetivo de defesa dos recursos naturais, excluindo-se e destruindo-se locais tradicionais da cultura indígena que configuravam um ambiente vivo de reprodução da vida na floresta.

Com o objetivo de analisar a história militar na Região, citou-se trechos da página do Comando de Fronteira Solimões / 8º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS):

Para evitar as constantes invasões castelhanas ao território luso, foram erguidos diversos fortes, entre eles o de São Francisco Xavier de Tabatinga, fundado pelo Sargento-Mor Domingos Franco em 1776, ao lado de uma aldeia construída por jesuítas, provavelmente, em 1710, segundo registrou Antônio Porro em “As Crônicas do Rio Amazonas”. O Forte foi desocupado em 1889. Após breve intervalo de tempo, voltou a ser ocupado por tropa no ano de 1910.

Em 1932, a fúria das águas do rio Solimões destruiu o Forte, e só mais tarde, com uma severa seca, foi possível recuperar seus canhões. Em 1933, ocorreu uma grande concentração de tropa, com a presença do 21º Batalhão de Caçadores (BC), do 23º BC, do 27º BC e, ainda, de tropas de Artilharia de Natal e do Cruzador São Paulo, motivada pela “Questão Letícia”, em que o Brasil foi mediador. Tratava-se da disputa entre Colômbia e Peru pela posse do atual território do estado colombiano cuja capital é Letícia.

Em 1949, o Forte foi transformado em 5º Pelotão de Fronteira. Em 1967, foi criada a Colônia Militar de Tabatinga; em 1969, foi criado o Comando de Fronteira Solimões / 1º Batalhão Especial de Fronteira e, em 1992, foi criado o atual Comando de Fronteira Solimões / 8º Batalhão de Infantaria de Selva - CFSol/8ºBIS.

Em 27 de julho de 1983, de acordo com a Lei Complementar Nr 284/85, aprovada pelo Congresso Nacional, foi criado o Município de Tabatinga, extinguido-se a Colônia Militar²³.

²³ Comando de Fronteira Solimões / 8º Batalhão de Infantaria de Selva. **Histórico do CFSol / 8º BIS**. Disponível em: <<http://www.8bis.eb.mil.br/>>. Acesso: 04 dez. 2017.

A partir do histórico acima citado, o atual município de Tabatinga, durante 16 anos (1967 – 1983), esteve sobre o Comando Militar. Portanto, analisou-se, dentro dessa conjuntura, as transformações ambientais decorrente das ações militares, especificamente em implantar um sistema de urbanização voltado para estruturar a Colônia Militar, garantindo o fluxo de militares e suas famílias na Região do Alto Solimões.

As vicissitudes cronologicamente iniciam-se em 1949 com as transformações do forte para o 5º Pelotão de Fronteira; em seguida, o ano de 1965 caracterizou o início da abertura da pista de pouso do Aeroporto de Tabatinga; em 1967 foi criada a colônia militar de Tabatinga; em 1983 extinguiu-se a colônia militar. Nessa nova fase de independência, a urbanização do município foi marcada pela abertura da principal avenida: a Avenida da Amizade, em 1990, a qual constituiu uma fase importante para o crescimento urbano.

A tese ingeriu-se nas principais datas cronológicas: 1965 (já descrito no capítulo V), 1967 e 1990, não se excluindo outros dados também considerados importantes na construção da história ambiental da cidade dos Índios e da cidade do Governo. A seguir, apresentou-se a discursão voltada a esses dois marcos: A Colônia Militar e a Avenida da Amizade, marcos que permitiram aprofundar a escrita dentro do entendimento de como os militares foram, através do tempo, afetando o ambiente dos Tikuna da Terra Indígena de Umariáçu.

6.2.1 Colônia Militar

A Colônia Militar, criada em 1967, decorreu de diferentes ações militares para a estruturação de um futuro município voltado para atender às demandas dos militares e, em seguida, do público externo. Nesse percurso histórico, fez-se um levantamento fotográfico das edificações militares realizadas que tiveram como objetivo fortalecer e ocupar a área de Fronteira na Região do Alto Solimões, o qual segue as ordens gerais do Comando Militar da Amazônia (CMA – Manaus).

Após a criação da Colônia Militar, era preciso estruturar a política militar. Em resposta a essa fase, criou-se, em 1969, o Comando de Fronteira do Solimões. Para garantir a presença dos militares e seus familiares, a estruturação dessa política militar voltou-se a uma área de limite com as terras indígenas já ocupadas pelos Tikuna, a partir da negociação realizada por Manuelão na década de quarenta. E, como bem descrito no arquivo militar sobre o forte construído ao lado de uma aldeia, o forte de “São Francisco Xavier de Tabatinga, fundado pelo Sargento-Mor Domingos Franco em 1776, ao lado de uma aldeia construída por jesuítas, provavelmente, em 1710”.

Porém, como nada está documentado, aos poucos as áreas foram ocupadas pelos militares e pela força aérea. Nesse espaço, inúmeras transformações na floresta foram realizadas para estruturar a Colônia Militar (Figura 36). Porém, como apresentado por Nogueira (2008, p. 171) a “espessa vegetação era um desafio a ser vencido, era o limite, a fronteira da civilização”.

Figura 36: Desmatamento da área do quartel, 1973



Fonte: Entrevistado, 2016.

Como tratamos de um estudo na área de história ambiental, a figura 36, por si só, descreve as inúmeras transformações ocorridas no ambiente de floresta de terra firme para a construção do quartel militar. Ressalto os estudos realizados por Regina Horta Duarte, em seu artigo, intitulado “Entre Ipês e Eucaliptos”. O estudo apresenta uma importante reflexão sobre a data de comemoração do dia da árvore, que em seu primeiro ponto descreve “Entre o elogio e a destruição” de uma data implementada durante o período republicano. A contradição é nítida dentro do contexto: comemorar o dia da árvore e destruir a floresta em prol da urbanização das cidades brasileiras.

Esse contexto também foi vivido na floresta Amazônica, onde era preciso destruir para construir. A eliminação de inúmeras árvores gerou a abertura das áreas de um rico ecossistema

para implantação das construções de concreto para atender à política militar estabelecida na região de fronteira. Duarte descreveu:

Ao longo da história da República brasileira no século XX, esse marco comemorativo acabaria por se tornar uma data repleta de conteúdos políticos, culturais e econômicos. A festa apresenta-se como momento privilegiado para o estudo das relações entre as cidades –em pleno processo de urbanização– e suas árvores, pois nela se evidenciam diversos discursos e concepções do que elas representavam para os cidadãos, além do surgimento de práticas claramente intencionais de estímulo a novas atitudes em relação à vegetação urbana (DUARTE, 2005, p. 75).

A destruição de inúmeras árvores fundamentais no estabelecimento ecossistêmico das terras da floresta amazônica é repleta de significados para as transformações no modo de vida dos Tikuna residentes na áreas circunvizinhas das instalações militares. A abertura das terras firmes de Tabatinga trouxe aos cidadãos uma inversão dos valores alimentados pelos tradicionais povos da região. Na atualidade, a cidade do Governo “urbanizou-se” pelo concreto e a ausência das árvores no espaço urbano descaracteriza a localização do município, imerso na maior floresta do Mundo.

A Colônia Militar, ponto de partida para a estruturação militar na região de fronteira, materializou-se pelo aparato institucional. Como descrito por Nogueira (2008), surgiram conjuntos residenciais, vilas militares, quartéis, hotel de trânsito para militares, clubes, galpões para depósito, hospital, aeroporto, caracterizando o município atual de Tabatinga com ares de cidade fronteira.

Para Berta Becker (1997), houve uma modernização conservadora das periferias; Andrade (2001, 2007) registram esta fase do Brasil como o milagre econômico e, Cataia (2001) descreveu que os militares sedimentaram uma camada técnica sobre o território brasileiro. Porém, como bem apresentado por Euzébio (2011), para Tabatinga, a ocupação foi mais política do que econômica.

Tratando desse discurso apontado por Euzébio em seu trabalho de dissertação, a ocupação política no futuro município de Tabatinga desencadeou uma série de transformações no ambiente de natureza, em ambas as localidades: cidades dos Índios e na cidade do Governo, refletindo principalmente na natureza de ambas as cidades.

Com divisas territoriais não delimitadas, o avanço em construir uma estrutura militar sólida foi adentrando a floresta nas áreas de terra firme. A abertura da floresta foi possibilitando a construção das Vilas Militares (Figura 37) e demais estruturas que foram crescendo e derrubando mais e mais os recursos naturais das áreas de coletas dos povos indígenas da região. Mas o discurso oferecido era o de ocupar e proteger a Fronteira e os limites territoriais do Brasil dos países vizinhos.

Figura 37: Vila Militar dos Cabos e Soldados em fase de construção, 1975



Fonte: Entrevistado.

Nessa descrição, ressalta-se o texto de Ferrarini (2013, p. 40): “Antes de o Alto Solimões ser estabelecido como fronteiras, delimitações, posses e outras marcas da civilização ocidental para dividir, a região era cenário de áreas comunais, deslocamento de diversos povos e mínima interferência na natureza.” Porém, o discurso de proteção das fronteiras venceu, interferindo no ambiente natural dos povos indígenas de região. O natural foi substituído pelo concreto e, hoje, o município de Tabatinga, que tem seus limites estabelecidos, apresenta um reduzido potencial natural em seu meio urbano.

No tocante às transformações para a implantação da infraestrutura da colônia militar, a figura 38 foi apresentada como comparativo à figura 36 (fase da derrubada da floresta) e, em seguida, toda a construção realizada na área em torno do quartel na época, caracterizando uma urbanização pensada para os militares.

Ressalta-se que, estrategicamente, a urbanização da cidade do Governo ocorreu em decorrência das necessidades dos militares que se estabeleceram nas terras altas do antigo Forte, ao lado da aldeia indígena que, na década de noventa, tornou-se Terra Indígena de Umariáçu. O povoado aglomerado na Vila do Marco não tinha quase contato com os militares, pois ainda não existia a Avenida da Amizade interligando a Colônia Militar até a Vila do Marco.

Figura 38: Estruturação da Colônia Militar



Fonte: Entrevistado, 2016.

A figura 38 representa a fase da Colônia Militar. (A) Comando de Fronteira do Solimões, em 1969. (B) Vista panorâmica das casas dos militares. (C) e (E) Vista área da Colônia Militar e, (D) Central elétrica de Palmeira. Todo esse histórico, documentado em fotos nos arquivos militares, expressa o desenvolvimento pensando para realizar a segurança da fronteira nacional com os países vizinhos.

Sobre as relações estabelecidas ao longo das cronologias das transformações vivenciadas pela cidade dos Índios, com a urbanização da cidade do Governo, destaca-se a fala do Entrevistado 2, sobre o tratamento estabelecido entre os Militares para com os Tikuna: “*Lá em Tabatinga, onde é a vila militar onde é a CEAM sempre teve problema, atrito com os militares tanto Tikuna quanto civilizado*”. Em 2008, a CEAM foi assumida pela Eletrobrás Amazonas Energia. Um ponto interessante a ser apresentado é que a energia produzida para o município de Tabatinga é gerada por uma usina termoelétrica movida a óleo diesel, próxima às instalações da vila militar (Figura 38.D).

Por que o entrevistado reportou-se à vila militar nesse primeiro trecho? Porque para os Tikuna da Terra Indígena de Umariáçu e para os demais indígenas de outras localidades passarem para o centro comercial de Tabatinga, “Vila do Marco”, o único caminho possível era o rio Solimões. O trajeto, portanto, era sair das terras indígenas de barco, passar em frente à vila militar e chegar ao centro comercial de Tabatinga, pois ainda não existia a Avenida da Amizade ligando a colônia militar ao outro lado de Tabatinga, onde viviam os não índios e não militares.

Dando continuidade ao discurso do entrevistado: “*Quem morava lá no Paraná do Aramá, assim, Teresina, Cristo Rei, aqui pra baixo, vinha vender seus produtos aqui no Marco, na Vila do Marco ou ia pra Letícia porque o mercado era melhor por causa do peso, a troca do peso. Vendia sua banana, sua macaxeira, sua galinha e aproveitava e comprava seu açúcar, seu café, etc...*”.

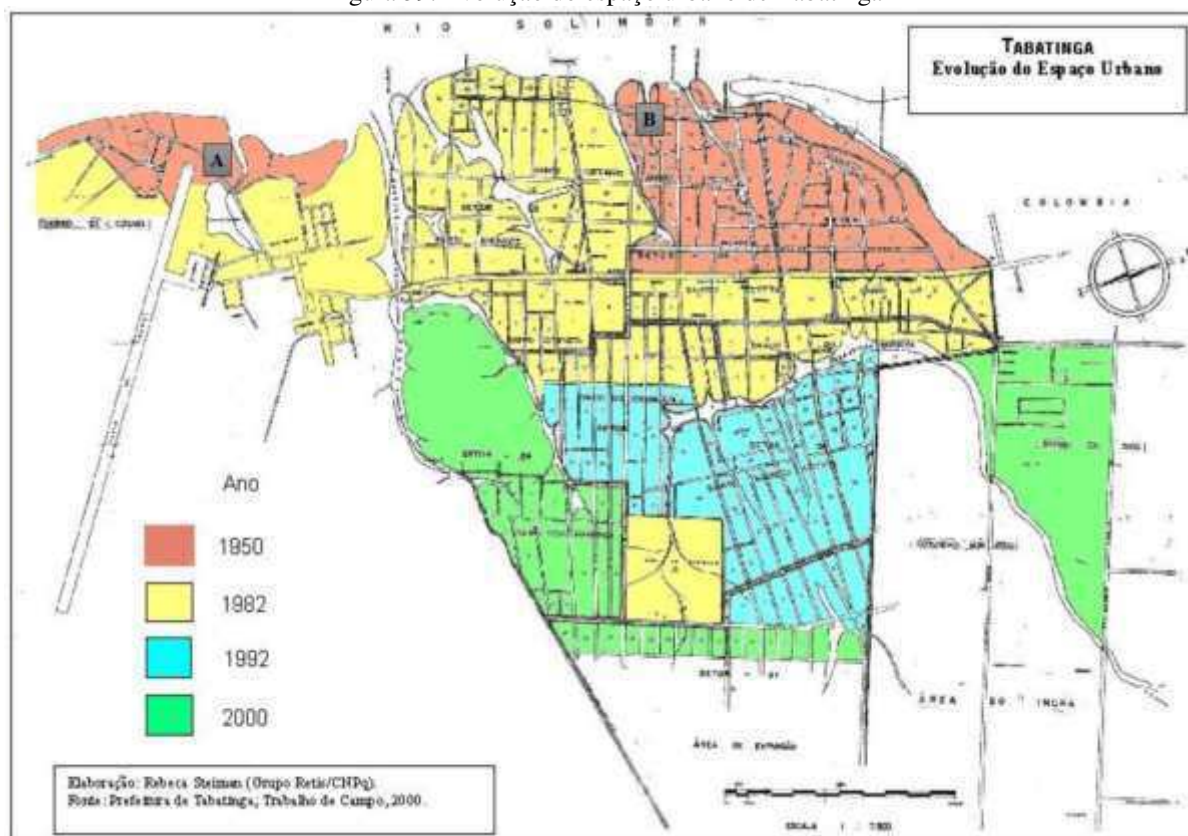
O discurso, portanto, refere-se à divisão existente na Colônia Militar, uma área do Pelotão de Fronteira onde foram estabelecidas as condições urbanas para as instalações dos militares na região e a Vila do Marco. Excluindo-se esses dois espaços, a atual cidade do Governo era tomada por floresta e igarapés que compunham a dinâmica da região na época. Portanto, existiam três ocupações na fronteira, os Tikuna, os militares e a população da Vila do Marco.

Para entender a dinâmica de ocupação da atual cidade do Governo, utilizou-se da pesquisa realizada por Rebeca Steiman sobre a geografia das cidades de fronteira. O estudo descreveu a evolução do espaço urbano da cidade de Tabatinga, caracterizando-se a parte mais antiga da cidade, a própria linha de fronteira (Vila do Marco), na confluência do igarapé de Santo Antônio com o rio Solimões/Amazonas (STEIMAN, 2002). Com o avanço da urbanização, as áreas de ocupação mais recentes são as mais distantes do eixo do rio Solimões, avançando no sentido contrário, do rio para o interior do continente.

Observando a Figura 39, elaborada por Steiman (2002), destaca-se o crescimento urbano da colônia militar a partir da década de cinquenta até a década de oitenta, a qual representa dois

pontos ocupados: o ponto A, ocupado pelos militares e o ponto B, a Vila do Marco, ambos em laranja na figura. As marcações A e B foram inseridas na figura 39, elaborada por Steiman (2012), para que ficassem claros os pontos de surgimento do processo de urbanização da cidade do Governo.

Figura 39: Evolução do espaço urbano de Tabatinga



Fonte: STEIMAN, Rebeca, 2002.

Essa separação existente na década de cinquenta até meados de oitenta, entre esses dois pontos apresentados na figura 39 foi interessante para descrever as condições estabelecidas aos Tikuna que viviam nas terras ao lado da Colônia Militar. Para chegarem até à Vila do Marco, os Tikuna passavam em suas canoas em frente à Colônia Militar, e os mesmos deveriam atender as ordens estabelecidas pelos militares. O Entrevistado 2 discorre: *“Mas tinha um porém: quando passava lá na vila militar, lá tinha uma patrulha e todo mundo que passava lá de canoa ou com barco a motorzinho, tinha que parar lá. Aí quando não parava, a patrulha ia atrás, dava uns tiro pra cima até o cara voltar. Porque eles achavam que tinha primeiro que abastecer a família dos militares lá. Mas o pessoal quase não comprava porque era pouca gente e além do mais, eles sofriam aquela humilhação”*.

“Por exemplo, se eles passassem 08h da manhã ou até mais cedo, 05h da manhã, tinha que esperar a boa vontade do cabo pra dizer que estava liberado. Às vezes, esperava até meio dia, 11h da manhã porque tinha mulher de soldado lavando roupa lá no igarapé e o pessoal falava 'Olha, tem barco lá pra liberar' e as mulheres diziam 'espera um pouquinho que eu tô aqui enxaguando minha roupa'”.

“E olha, tinha que esperar boa vontade da mulher dos soldados e todo mundo esperando lá na beira do rio com seus produtos esperando, os Tikuna chorando, mulher com filho Tikuna nos braços chorando por causa do sol quente... Aí é que falavam que podia passar todo mundo, e aí é que eles vinham pra cá ou pra Letícia vender seus produtos. Isso aí gerou um certo conflito, inclusive prisão de gente que foi reclamar abertamente pro comandante que aquilo era uma humilhação muito grande e pegavam alguns dias de xadrez e não foram poucos não”.

Nesse período do estabelecimento da Colônia Militar, os Tikuna, além de sofrerem humilhações por parte da sociedade militar estabelecida nas fronteiras das terras indígenas, também visualizaram a derrubada dos diferentes ecossistemas para a construção da infraestrutura militar. De acordo com Hüttner (2007), a cultura e a crença da nação Tikuna só é compreendida a partir da vivência na aldeia e sua relação com o mundo da floresta (*Manikatê*). Mas, aldeias e cidades são situações, seus habitantes sempre passageiros e identidades situacionalmente invocadas independentes dos lugares que queiram ocupar.

6.2.2 Avenida da Amizade: o eixo estruturante entre militares e populares

As cidades de Tabatinga e Letícia (Colômbia) possuem um eixo estruturante contínuo de duas vias que faz a divisa entre os dois países. O marco divisório das avenidas separa uma diversidade de situações e problemas fronteiriços de uma região “politicamente” de estratégia militar. Defender o território e delimitar as fronteiras sempre foi o discurso político vivenciado pelos moradores das cidades.

De acordo com os estudos realizados por Euzébio (2011), a via atravessa Tabatinga e Letícia no sentido norte-sul, com extensão de aproximadamente 6 km. No lado colombiano, a via foi denominada de Avenida Internacional, construída na década de oitenta. No lado brasileiro, a via foi nomeada de Avenida da Amizade, tendo sua construção finalizada na década de noventa.

Para diversos populares, a construção da Avenida da Amizade não constituiu uma interferência no modo de vida da Etnia Tikuna. Porém, ao se pensar nas questões de recursos

naturais, a área ocupada na atualidade pela avenida constituía-se em uma barreira que dividia a Colônia Militar em dois pontos. Como descreveu o Entrevistado 3: *“Olhe, sobre a Avenida Amizade... Os soldados do quartel... Porque Tabatinga inicialmente era dividida em duas aglomerações urbanas: tinha o pessoal civil, os moradores dessa rua que se chamava a Vila do Marco Divisório; e tinha os militares, onde é a usina da CEAM, aquela parte de lá, grande parte de lá o barranco já levou, e lá moravam apenas os militares e suas famílias. Dificilmente vinha algum militar pra cá, só veio uma patrulha pra cá ficar permanente onde ali é a casa do bispo em 1932 quando as tropas peruanas invadiram Letícia, mas ficaram acampados aqui no Brasil de madrugada, ali onde é a casa do bispo, ali eles ficaram acampados”* (Figura 40).

“Aí de madrugada bem cedo, assim umas 05h da manhã eles invadiram Letícia, atravessaram o Igarapé e houve a tomada de Letícia. Aí o governo brasileiro 'que diabo tá fazendo o quartel lá que não tem uma patrulha lá no marco onde mora o pessoal civil? Porque os peruanos ficaram acampados dentro do Brasil pra invadir outro território...' Foi aí que veio uma pequena patrulha pra cá ficar permanente aqui no marco sob o comando de um Cabo. Então, eles vinham de canoa pra cá pro marco render, por exemplo... 06h da manhã, 07h chegava quem ia ficar aqui e os que estava aqui ia pra lá. Em 1952, incorporou o Oscar Gomes da Silva. Ele nasceu aqui onde é a casa Gregório, onde era a casa dos pais dele. Ele ficou como soldado e ele também vinha de canoa de manhã pra cá e voltava e ele achava aquilo demais, era demais vir de canoa porque em 1956, Letícia já abriu a estrada Letícia pro marco, que hoje é a avenida Internacional” (Figura 40).

“E aí o pessoal ficou aquela de qual governo tinha feito a estrada e na verdade não tinha sido governo nenhum, foi tudo iniciativa do cabo Oscar Gomes da Silva que meteu a cara e que fez o que é hoje a Avenida Amizade. E ela permaneceu por muito tempo apenas o pique porque o mato foi invadindo, mas mesmo assim muitas pessoas iam e voltavam pra Tabatinga pela estrada. Muitos e muitos anos, né... Só em 1974 que foi expandindo a energia elétrica pra cá pro povoado, porque se você observar a companhia de energia fica lá na Vila Militar. Porque? Inicialmente lá era apenas uma pequena casa, pequena casa apenas para fornecer energia para a Vila Militar. Aqui, a gente continuava na lamparina. Então, só quando teve, quando a estrada estava mais ou menos é que expandiram um pouquinho pra cá” (Figura 40).

Figura 40: Militares trabalhando na abertura da Avenida da Amizade



Fonte: Arquivo Militar.

Sobre Oscar Gomes da Silva, Ataíde (2015) discorre:

Seu Oscar nasceu no Marco-Divisório, em 14 de agosto de 1929; era o segundo filho do soldado do exército Pedro Gomes da Silva... e, Maria Gomes de Lima. Incorporou ao exército em 1952, quando Tabatinga era o 5º Pelotão de Fronteira. Gostava de desafios, o que levou em maio de 1965 já como Cabo, propor ao seu comandante a abertura de uma estrada, que ligasse a Vila Militar com o povoado do Marco (Rua Marechal Rondon), o que facilitaria a ida e vinda para aquela comunidade da patrulha que guarnecia a fronteira, trajeto que era feito de canoa, a estrada também daria acesso à Letícia. Inicialmente sua ideia não foi aceita, pois o comando não dispunha de máquinas para tamanho serviço (ATAÍDE, 2015, p. 12-13).

O interessante sobre a história da construção da Avenida da Amizade é que, após o grande trabalho de derrubada das áreas de floresta e o aterramento dos igarapés que alimentavam o *habitat* desse dinâmico ecossistema de mata, uma forte estrutura de concreto foi

consolidada pelo Exército Brasileiro nos Governos de José Sarney e Fernando Collor de Melo para a urbanização do município. Como descreveu o entrevistado 2:

“E em 1973, veio uma companhia chamada Vasconcelos, uma construtora fazer o raqueamento da pista de pouso e amplia-la. Com poucos meses de trabalho, essa firma faliu. Aí já iam levar as máquinas, os trator, motor niveladora, uma grande quantidade de asfalto que tinha, caçambas e aí foi quando o comandante prendeu tudo, entrou em contato com o exército e prenderam tudo aqui em Tabatinga. E foi com esse material que o exército fez a primeira camada de asfalto até aqui. A primeira camada... Aí já pegaram o pessoal cá companhia que veio de Manaus e eles deram um treinamento pros soldados como operar as máquinas e tudo mais e foi aí que eles fizeram esse primeiro asfalto que sobrou ou que não conseguiram efetuar o primeiro serviço de pista de pouso. Isso, a avenida da amizade, só de um lado. Eu tenho até uma foto”.

“Depois, já em 1989, foi que estive aqui o presidente José Sarney e ele mandou fazer a primeira camada em concreto até a avenida e em 1992 teve aqui o Collor de Melo e fez a segunda parte da avenida, que foi a duplicidade da avenida da amizade, que inicialmente se chamava estrada do Marco. Aí o Coronel Berg, que era comandante quando fez o capeamento da avenida, ele determinou que se chamaria estrada da amizade, que é o nome que tem até hoje”.

A partir da finalização da construção da Avenida da Amizade, no Governo de Fernando Henrique, houve um avanço no processo de urbanização da Cidade do Governo. Sendo, portanto, a coluna vertebral para que o município de Tabatinga passasse pelo processo de crescimento, atraindo inúmeros órgãos federais, estaduais e comerciais para o principal eixo estruturante do município. A Avenida da Amizade interligou a área da extinta Colônia Militar ao marco divisório da Avenida Internacional, na cidade de Letícia, Colômbia (Figura 41).

Figura 41: Marco divisório entre Tabatinga e a cidade de Letícia na Colômbia



Fonte: Arquivos Militares.

Como apresentado por Steiman (2002):

A avenida da Amizade, que hoje atravessa sem descontinuidade o território colombiano e brasileiro, era apenas uma "picada" até anos recentes. Hoje a avenida é chamada pelos colombianos de Avenida Internacional e é o principal eixo de ligação viária, cortando transversalmente as duas cidades. A avenida e o rio constituem os principais eixos de estruturação do espaço urbano (STEIMAN, 2002, p. 8).

E os Tikuna dentro desse contexto? Os Tikuna, que muito utilizam suas canoas para chegar ao município de Tabatinga, também tiveram acesso ao município pela Avenida da Amizade. Na avenida, os Tikuna puderam vender seus produtos, tais como: artesanato, peixes, frutas, verduras etc. A partir do crescimento do município, a estruturação urbana foi concentrada na Avenida da Amizade, e os Tikuna, que antes vendiam seus produtos na área

portuária, próximo dos mercados públicos, passaram a se deslocar pela Avenida tentando buscar a atenção da população citadina para as mercadorias trazidas da Terra Indígena.

Por que os Tikuna buscaram esse novo ponto para comercializar seus produtos? Uma resposta bem clara para toda a dinâmica comercial do município de Tabatinga foi pautada pela migração peruana. O comércio de frutas e verduras passou a ser comandado por Peruanos advindos das cidades localizadas na fronteira com o Brasil. Nas últimas décadas, o mercado público e as lojas comerciais localizadas no “beiradão” de Tabatinga sofreram uma invasão dos produtos Peruanos, que adentram a cidade sem nenhum controle de vigilância.

Como descrito por Nogueira (2008), Tabatinga tornou-se ponto de encontro de nacionalidades. A população é compreendida, principalmente, por um contingente de peruanos, oriundos de todas as partes da Amazônia peruana, Iquitos, Pucallpa etc., que veem em Tabatinga uma possibilidade de melhorar suas condições de vida. Portanto, a grande migração para Tabatinga possibilitou a presença dessas nacionalidades nas escolas, no comércio formal e informal, além de solicitarem serviços públicos diversos.

E onde ficaram os Tikuna? Os Tikuna tiveram que vender seus produtos no próprio “beiradão” do rio, em suas canoas, nas calçadas do mercado público, nas calçadas das ruas e/ou no canteiro central da Avenida da Amizade. Porém, uma discussão a ser descrita é que a sociedade indígena tem um perfil comercial diferente dos imigrantes peruanos instalados nos mercados e lojas da área do “beiradão”. O Tikuna planta, colhe, pesca e vende somente o necessário para poder ter dinheiro para comprar o que falta de complemento na sua alimentação. É comum visualizar os Tikuna vendendo seus produtos e depois indo ao mercado comprar leite, açúcar, café etc.

A dimensão comercial dos Tikuna é totalmente diferente para os padrões estabelecidos pelo sistema comercial das cidades. Nesse contexto, quando chegam à cidade do Governo para vender seus produtos, os Tikuna são estereotipados como preguiçosos, porque o pensamento Tikuna é o de sustentabilidade, leva-se para a cidade apenas a quantidade necessária para obter o dinheiro suficiente para suprir as necessidades imediatas dos Tikuna.

Portanto, a dinâmica de mercado da sociedade ocidental, que consiste em vender o máximo possível, não condiz com a dinâmica dos povos indígenas. Assim, os Tikuna são vistos pela população citadina pelos estereótipos negativos atribuídos aos índios. Enquanto os Peruanos chegam com seus carregamentos lotados de mercadorias, os Tikuna chegam com seus cestos na cabeça e saem pelas ruas ou sentam nos canteiros da Avenida para vender seus produtos. Um papel desenvolvido pelas mulheres Tikuna, que além do cesto, com os produtos, levam os filhos para essa atividade realizada na cidade do Governo.

Após a construção da Avenida da Amizade, a mesma foi utilizada por inúmeras famílias Tikuna para venderem seus produtos. Porém, aos olhos de muitos, aquele aglomerado de pessoas nos canteiros da Avenida despertava incômodo e estranheza, pois os Tikuna se distribuíam pela Avenida com seus cestos de diferentes produtos trazidos da Terra Indígena e com seus inúmeros filhos. Como dito pelo entrevistado 12, *“nós Tikuna gostamos de ter muitos filhos”*, e os filhos, quando não estão na escola, acompanham a mãe nas atividades de venda na cidade do Governo.

Essa dinâmica, muito comum na cidade do Governo, tomou conta da Avenida, trazendo certo grau de conflito entre a população citadina e os povos indígenas. Muitos acreditavam que os Tikuna não deveriam vender seus produtos na principal avenida da cidade, muitos diziam que era desumano, pois os Tikuna passam horas expostos ao sol e chuva sentados no canteiro da avenida. Assim, inúmeras discussões eram levantadas. Porém, tudo era um discurso disfarçado da população citadina em não aceitar os Tikuna transitando e vendendo os seus produtos. Em pleno século XXI, o discurso de muitos da cidade é de que os índios devem ocupar o seu território e não estar na cidade.

Com ênfase nos diferentes discursos, durante a Gestão do Prefeito Calango, de 2012 a 2016, a Prefeitura alugou um prédio localizado na Avenida da Amizade para que os Tikuna, que vendiam seus produtos pela avenida, pudessem ter um local para a comercialização. Assim, em 2013, foi inaugurada a “Feira Provisória dos Ticunas” ou “Taepataü Paãatchiruü Tikunagüarü” (Figura 42).

Ao visitar a feira dos Tikuna, deparei-me com problemas impostos pela sociedade citadina. A feira foi arquitetada para atender à demanda da sociedade citadina, não se encontra a diversidade dos produtos Tikuna, sobre esse ponto de observações realizadas durante a pesquisa, o Entrevistado 11 comentou: *“Mas se tu analisar isso de uma forma diferente, tu vai no mercado Tikuna aqui e tu vai ver um espelho da sociedade dos brancos porque o que eles vendem é o que o branco quer comprar. O mercado Tikuna não representa a diversidade dos produtos Tikuna. Ela tem a expressão agrícola Tikuna, mas fundamentalmente ela é um mercado para vender o que o branco quer. Atende uma demanda, assim como o turismo. O índio representado para o turismo é o índio que o branco quer ver. Não é, o índio verdadeiro, ele tem um imaginário e ele quer constatar isso... As organizações mediadoras do turismo, que é que eles fazem, oferecem um índio que o turista quer ver”*.

Na atualidade, a feira provisória, que retirou os Tikuna distribuídos pela Avenida da Amizade, não constituiu uma ação totalmente benéfica para os Tikuna na venda de seus produtos com o perfil voltado a transmitir os conhecimentos sobre o uso e sobre como consumir

determinados frutos. A feira tornou-se um local de disputa em uma área que propicia “certo” conforto para os Tikuna, uma vez que não estão expostos ao sol e à chuva. Porém, muitos cidadãos, principalmente pessoas que são de outras regiões, não frequentam a feira dos Tikuna, pois é muito evidente o preconceito e a falta de conhecimento dos populares em relação à qualidade dos produtos Tikuna.

Figura 42: Feira provisória dos Tikuna, na cidade do Governo



Fonte: Coutinho, 2017.

Infelizmente, a feira provisória ou mercado Tikuna, como muitos a chamam, não representa a diversidade da floresta e da agricultura dos Tikuna. A falta de procura dos populares no mercado tem ocasionado a volta de algumas famílias Tikuna às áreas do canteiro central da Avenida da Amizade, pois com a exposição dos produtos nos canteiros a prática de venda é mais efetiva para os Tikuna (Figura 43), uma vez que a população local costuma comprar os produtos com mais frequência na avenida, ao invés de ir à feira provisória.

Outro ponto questionado foi o espaço disponível dentro do mercado, que se tornou pequeno para absorver a quantidade de famílias Tikuna. Lembrando-se que as mulheres Tikuna não vão sozinhas vender os seus produtos na cidade, com elas vão as crianças, seus familiares, andam, na maioria das vezes, em grupo. Na figura 43, registrada no ano de 2016, observa-se a

acomodação de algumas mulheres Tikuna vendendo os seus produtos coletados e produzidos na Terra Indígena.

Figura 43: Tikuna vendendo seus produtos no canteiro central da Avenida da Amizade



Fonte: Coutinho, 2016.

Nos perfis do processo de urbanização, a Avenida da Amizade (Figura 44), área das principais transformações vividas e sentidas por ambas as cidades (dos Índios e do Governo), teve sua organização pautada para atender à demanda do crescimento do município e interligar o que outrora era floresta à cidade de Letícia, na Colômbia. O concreto foi sendo depositado no que antes era uma “picada de abertura”, consolidando a Avenida que carrega inúmeras histórias de como era a vida na Colônia Militar e na Vila do Marco.

A figura 44.A possibilitou a leitura visual do eixo estrutural que teve a Avenida da Amizade na interligação do município em direção à cidade de Letícia. A coluna vertebral da cidade do Governo foi determinante para o estabelecimento de novos bairros no sentido do rio para o continente, sentido oposto aos velhos bairros localizados na beira do rio. A figura 44.B mostra o perfil da Avenida, dividida pelo canteiro central, local preferido dos Tikuna para a venda de seus produtos, e, assim, estabelecer as relações com os povos da cidade do Governo,

que mascaram o real sentido da diversidade étnica de uma região rica em conhecimentos tradicionais.

Figura 44: A - Sentido de urbanização da Avenida da Amizade, sentido Tabatinga – Letícia; B - Disposição da avenida dividida pelo canteiro central, local de venda de algumas famílias Tikuna



Fonte: Coutinho, 2017.

Outro marco interessante foi que, com a abertura da avenida, houve a chegada de energia elétrica na Vila do Marco, uma história muito recente na vida de muitos cidadãos do município de Tabatinga. Como descreveu o Entrevistado 2, a vila do Marco recebeu a expansão da energia elétrica apenas em 1974, bem antes do município de Tabatinga ter sido emancipado de Benjamim Constant, no ano 1983.

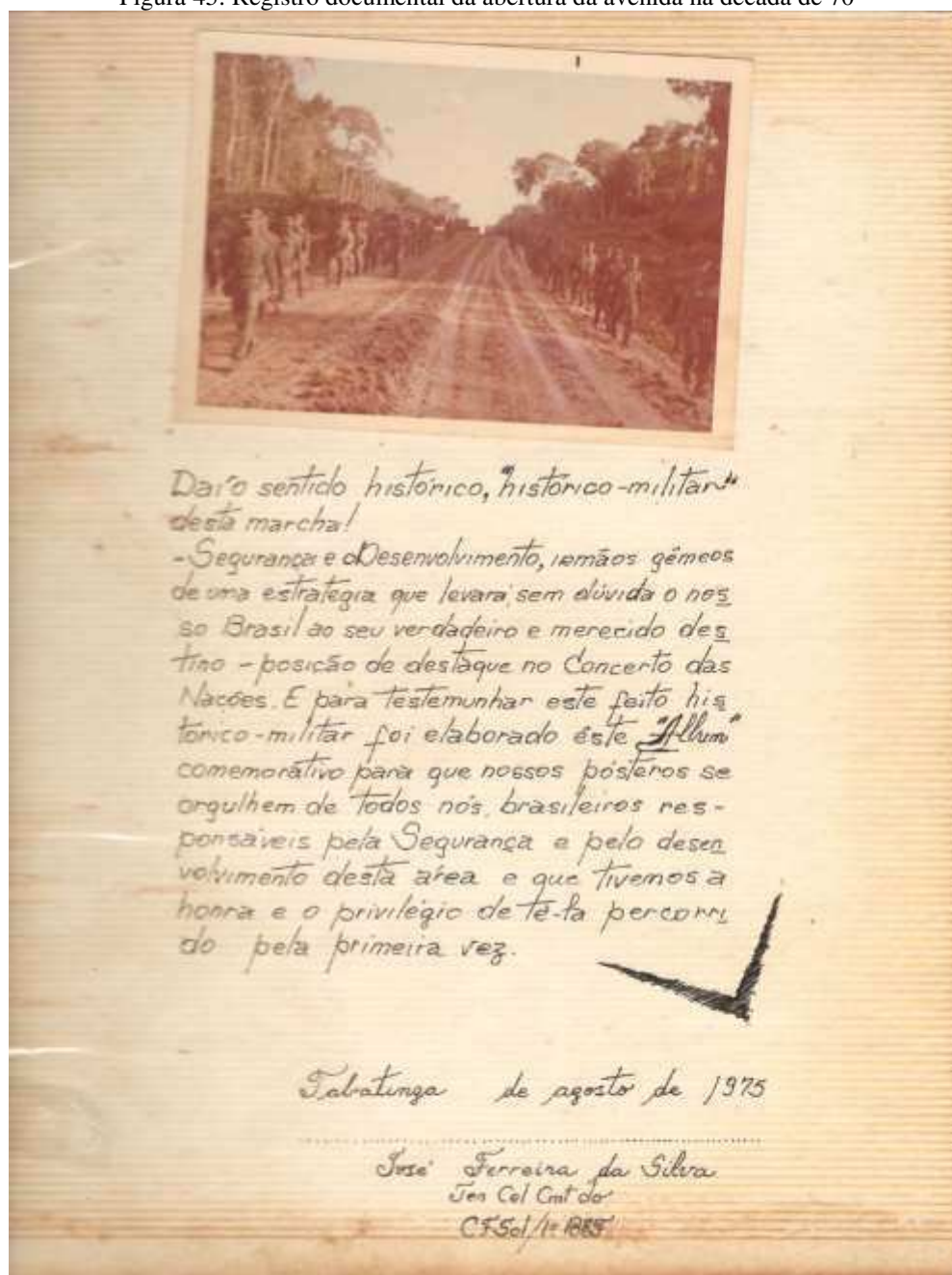
Portanto, o sonho idealizado pelo soldado, de interligar a Colônia Militar à Vila do Marco, foi o ponto de partida para que a urbanização do município de Tabatinga passasse pelas inúmeras transformações no contexto socioambiental dos povos da região da Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. Com a tríplice fronteira hoje estabelecida e interligada, os problemas e avanços são visíveis, ressignificando o que é viver em uma região altamente diversa em etnias indígenas, imigrantes, pobreza social e “riqueza ecológica”.

As aspas acima apresentadas em riqueza ecológica faz referência ao ponto primordial da região da tríplice fronteira “ainda” não interligada por rodovias. O fato tem sido primordial para que a região tenha o menor índice de desmatamento da Floresta amazônica, portanto, por mais que a cidade do Governo tenha influenciado diretamente o modo de vida dos Tikuna, ainda comemora-se a ausência de pretensões em construir uma rodovia que interligue o Alto Solimões a outras regiões ou países vizinhos.

O feito da Colônia Militar, hoje atual Comando de Fronteira Solimões / 8º Batalhão de Infantaria de Selva, e a construção da Avenida da Amizade, compreendem marcos históricos que traduzem realidades vividas por inúmeros moradores indígenas e não indígenas que continuam observando as transformações socioambientais de duas cidades que cresceram e hoje se inter cruzam com suas aquisições, a cidade dos Índios e a cidade do Governo. E, como descrito na Figura 45, daí o sentido histórico, documentado pelos militares quando da abertura da Avenida da Amizade. Infelizmente, nenhum registro foi encontrado dos Tikuna falando sobre a construção da Avenida da Amizade.

Um sentido importante a ser disseminado sobre as obras de urbanização vindas de encontro às sociedades indígenas da Amazônia é que são trazidas de cima para baixo. As lideranças governamentais apresentam interesses maiores, trazidos nos discursos desenvolvimentistas para a Floresta Amazônica, colocando em pauta a cultura dos povos tradicionais que têm a floresta, os rios e a diversidade como sendo uma grande obra do povo da Floresta.

Figura 45: Registro documental da abertura da avenida na década de 70



Fonte: Arquivo Militar.

Como apresentou o Entrevistado 10: “a grande obra dos povos é a floresta. E ela está ameaçada. É provável que o desenvolvimentismo acabe com essa floresta e por consequência com o planeta. É provável... Vai ser provável que essas comunidades vão reagir com alma e é preciso que nós seres humanos possamos sentir isso também, pra poder conservar. E aí vamos ter muito tempo pra vivenciar novas formas de saber, de cultura de tudo que a Amazônia pode proporcionar...”.

Em seu discurso, descreveu a existência de uma “contracultura que é uma cultura de voltar ao devagar, de voltar à comunidade, de recuperar as palavras, o pensamento, os cantos

e muitos desses povos estão fazendo. E há um processo de fazer que pode levar a um equilíbrio dinâmico”.

Essa vivência da contracultura denominada pelo Tikuna, professor bilíngue da Terra Indígena estudada, pode ser traduzida quando se adentra os espaços escolares dos povos Tikuna. A educação indígena tem sido uma chave fortalecedora do ensino da cultura Tikuna. Com a formação bilíngue, houve uma participação ativa dos professores Tikuna em levar para as salas de aula o conhecimento tradicional, o ensino da língua materna, o resgate das danças, o ensino voltado para o conhecimento dos animais e das plantas. Esse trabalho, na maioria das vezes, realizado por profissionais que têm uma experiência de vida extremamente voltada aos costumes e conhecimentos tradicionais, tem permitido novas reafirmações identitárias dos povos Tikuna em diferentes territórios da região do Alto Solimões.

Porém, a vida dos povos tradicionais da Floresta Amazônica tem sido diretamente influenciada pelos avanços e implementação de projetos e infraestruturas que visam o lucro com a exploração desenfreada dos recursos naturais existentes e de toda a potencialidade da região. Por fim, discute-se o real interesse do Governo e dos Militares em “proteger a região de fronteira”. Apresenta-se, portanto, o discurso político de interesse das grandes multinacionais e de outros países no potencial da região.

“Existe o projeto de integração da América do Sul, ele pretende passar por aqui e fazer um porto grande aqui em Tabatinga-Letícia. Para passar grandes navios será necessário afundar aqui o rio, para os navios subirem para o Pacífico e, isso tem uma tendência bastante forte por aqui. Deve ser uma estratégia econômica-militar das grandes potências, inclusive não só dos Estados Unidos, não só a nação, mas as grandes potências multinacionais que dominam vários países. Eles têm uma estratégia muito longa de extração de recursos daqui, eles sabem onde está o ouro, os diamantes e o petróleo e, eles estão esperando essas sociedades se acabarem pra poder extrair esses recursos. Eles não têm interesse em preservar nada e isso é uma ameaça muito forte” (Entrevistado 11).

A discussão apresentada ressalta todo o interesse político e econômico sobre o cultural, o ambiental e o social, pois toda a exploração realizada em determinados ambientes da Amazônia tem resultado em prejuízos socioeconômicos, principalmente para a Natureza e para as populações locais. Nossa Amazônia, portanto, rica em diversidade, gera lucros aos grandes empresários e políticos, ocasionando uma pobreza social e ambiental para os povos da região, que não se beneficiam nem com os lucros da exploração clandestina ocorrida abertamente pelas multinacionais.

Para finalizar o capítulo das transformações evidenciadas pelos militares em estabelecer os marcos descritos no estudo, narro minhas impressões ao chegar em Tabatinga, em 2017: Ao chegar ao município de Tabatinga para realizar uma outra fase da pesquisa, deparei-me com inúmeras máquinas no pátio externo da Área Militar. Todo o ambiente externo estava sendo reestruturado para alguma construção. Sem saber do que tratava, logo questionei a uma amiga. Ela descreveu que estavam preparando um treinamento para os militares estrangeiros com os militares brasileiros.

Como assim, os militares brasileiros vão ensinar aos estrangeiros como sobreviver na floresta? Nessa conversa informal, fui analisar o contexto antes descrito pelo citado entrevistado acima e com os últimos acontecimentos na cidade do Governo. Os interesses da política nacional andam na contramão para a importância da floresta Amazônica e para os povos da região.

Uma busca na internet foi realizada para entender a estrutura construída para receber as equipes internacionais no território do interior amazônico. Na busca, detectei a seguinte reportagem, exposta no site da BBC, escrita por Ricardo Senra: “Exército dos EUA participará de exercício militar inédito na Amazônia a convite do Brasil. Tropas americanas foram convidadas pelo Exército brasileiro a participar de um exercício militar na tríplice fronteira amazônica entre Brasil, Peru e Colômbia em novembro deste ano” (SENRA, 2017, s/p). A reportagem na íntegra pode ser lida no link: (<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39802863>).

As conjunturas viveciadas na região do Alto Solimões foram sempre pensadas em prol do discurso militar nas fronteiras entre índios e não índios. Marcos transformadores possibilitaram aos povos Tikuna, apesar de todos os danos socioambientais aos seus territórios, uma abertura para diálogos entre fronteiras de sociabilidades de interesses múltiplos, que se inter cruzam em todos os momentos para o avanço em urbanizar a cidade do Governo em detrimento dos recursos naturais presentes na Amazônia.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao conectar todas as informações construídas ao longo da pesquisa, resultou-se na construção textual da *História ambiental da cidade dos Índios (Etnia Tikuna) frente à urbanização da cidade do Governo (município de Tabatinga), Amazonas (1964 – 2017)*. O produto final, esta tese, resultou no estudo que deu voz aos povos Tikuna, permitindo discutir pontos conflituosos ainda não discutidos por nenhuma pesquisa científica.

As tensões levantadas durante a realização do estudo foram pertinentes para compreender as transcrições dos depoimentos orais, pelos quais se pode considerar que a cidade dos Índios, durante a fase de territorialização e com a efetiva demarcação das suas terras indígenas, tem vivenciado uma série de vicissitudes nos diferentes aspectos, os quais têm sido os pontos-chave para uma crise socioambiental entre a cidade dos Índios e a do Governo.

No aspecto ambiental, para a Cidade dos Índios, os três marcos foram, consecutivamente, transformando áreas de floresta em áreas urbanas para compor a estrutura da cidade do Governo. Os Tikuna de Umariáçu passaram por uma grave redução das suas áreas de reservas naturais, desestabilizando todos os ecossistemas que interligam a vida nas Terras Indígenas.

Com a abertura da pista de pouso do Aeroporto Internacional de Tabatinga (Primeiro marco, delimitado no Capítulo V), a Terra Indígena foi dividida em duas áreas, sobre as quais, na atualidade, os Tikuna têm restrições para o plantio de suas roças, devido aos riscos de acidentes ao terem que atravessar a pista para chegar ao território oposto. Esse processo reducional ocasionado pela construção do primeiro marco reduziu as áreas de terra firme para plantações de períodos longos, como também ocasionou a eliminação de inúmeras árvores de grande valor econômico, nutricional e espiritual para os povos Tikuna.

Os dois outros marcos (delimitados no Capítulo VI) influenciaram diretamente no avanço do urbano em abrir as florestas para estabelecer a vida militar da cidade do Governo. Essa frente de avanço transformou grandes áreas em campos abertos, influenciando diretamente na redução ecossistêmica que sustentava a vida dos Tikuna.

Nesse aspecto ambiental, o rio Solimões também foi responsável pela redução das áreas de várzeas presentes na Terra Indígena. Como um agente vivo das transformações do “beiradão”, o rio tem empurrado a população indígena cada vez mais terra acima. Assim, tornou-se um delineador do espaço ocupado pelos Tikuna através do fenômeno das Terras Caídas, que no decorrer dos anos tem sido cada vez maior no território.

No aspecto social, a redução do espaço territorial, delimitado pelos marcos descritos e pela própria ação do rio, os Tikuna da Terra Indígena de Umariáçu vivenciam uma série de problemas internos e externos diante das experiências de contato com a cidade do Governo. Sem terra hábil para estabelecer suas roças e com a diminuição gradativa dos recursos naturais, os Tikuna buscaram novas aquisições na Cidade do Governo.

Os Senhores de notório saber discutem sobre a ociosidade dos mais jovens como sendo uma entrada para problemas de violência, droga e álcool nas comunidades Umariáçu I e II. A grande quantidade populacional não tem garantido uma qualidade de vida no modelo vivido por muitos pais antigamente. O conflito interno entre estar com “um pé na Terra Indígena” e “um pé na cidade do Governo” tem levado muitos jovens a quebrarem suas ligações com a identidade Tikuna. A quebra é sentida na própria escolha dos jovens, que querem viver novas oportunidades, buscando moradia no município de Tabatinga ou em outras cidades da Região.

Nesse sair da Terra Indígena, ao retornar, se deparam com realidades diferentes das que lhes foram apresentadas. E, assim, muitos se vão e não voltam para reafirmar o conhecimento da cultura Tikuna aos seus filhos, quebrando um elo riquíssimo dos conhecimentos tradicionais da etnia. Problemas na área de educação, saúde e saneamento básico estão afetando diretamente o ritmo de vida dos Tikuna.

No aspecto econômico, depreendeu-se que há uma dependência dos Tikuna de Umariáçu de programas sociais do Governo Federal, principalmente o Bolsa Família. Com todas as problemáticas de redução territorial e dos recursos, os Tikuna sofreram um descimento em termos de produtos coletados na floresta, produtos das roças e da pesca. Essa diminuição, quando associada ao inchaço populacional dentro da Terra Indígena de Umariáçu, vem expondo os Tikuna a uma crise econômica vivenciada na atualidade.

Poucos são os indivíduos que têm empregos vinculados ao município de Tabatinga, ao Estado do Amazonas e a FUNAI. Os demais ficam dependentes das roças, artesanatos e/ou bolsas do governo. Com os cortes estabelecidos nessa última gestão, de 2017, a população Tikuna tem perdido os auxílios governamentais, acendendo um momento conflituoso entre os Tikuna e os Políticos.

As populações de Umariáçu I e II, que tiveram suas terras cortadas pela pista do aeroporto, nunca receberam nenhum benefício do Estado por suas obras dentro do que os Índios descrevem como Território do Povo Tikuna. As negociações estão sendo realizadas entre Estado e Tikuna perante a necessidade iminente do aeroporto de ampliar sua estrutura física (Capítulo V).

A negociação tem sido intensa entre Tikuna e Estado, expondo opiniões diferentes entre os povos Tikuna. Para um grupo, a terra indígena não está à venda, a terra é do povo Tikuna, dos filhos, terra de origem dos Tikuna. Outro grupo coloca em pauta a negociação da Terra para o aeroporto em troca de benefícios para a Terra Indígena, tais como: o asfaltamento da rua principal da terra indígena, a construção de um hospital, financiamento de bolsas de estudo em universidades na capital para jovens Tikuna, entre outros.

Porém, o medo levantado pelo primeiro grupo foi porque, quando a pista foi construída, inúmeras propostas foram ditas aos Tikuna da época, nada foi documentado e, portanto, nada foi cumprido pelo Estado em prol da Terra Indígena. Resultando apenas na redução do seu território e dos recursos naturais e beneficiando apenas a cidade do Governo.

Dentro do contexto político, os Tikuna, a partir do fortalecimento das suas organizações sociais, estabeleceram a educação intercultural e a presença de profissionais da área de saúde em alguns territórios da região do Alto Solimões. Considerado por todos um ganho político estrutural da Organização dos Povos Tikuna, a partir da década de setenta, iniciaram a busca por seus direitos perante todo o significado da importância deles em seus espaços ocupados.

Extremamente organizados e politizados, os Tikuna de Umariáçu enfrentam o desafio de serem enxergados pela cidade do Governo. Vivenciando uma grande crise ambiental, social e econômica, as ações estudadas nos marcos descritos no decorrer da Tese permitem considerar que a cidade dos Índios *versus* a cidade do Governo estão dentro de um “contexto intersocietário” de conflitos. Contexto esse em que os Tikuna sempre perderam em todos os aspectos, atingindo diretamente o aspecto cultural.

Dialogando com todas as transformações dos aspectos vivenciados pelos Tikuna frente à urbanização da Cidade do Governo, a fragmentação dos aspectos culturais resultou em fazer os Tikuna se reafirmarem e afirmarem que são, sim, povos indígenas, que têm, sim, sua cultura, que têm, sim, suas memórias coletivas, que são passíveis de prover um processo de reterritorialização de seus espaços ocupados diante do avanço das obras de urbanização da cidade do Governo.

A construção das oralidades permitiu entender os horizontes simbólicos distintos dos Tikuna, suas aflições e os contextos sociais, sobretudo, por parte dos jovens imersos em uma fronteira de conflitos dos mais diferentes possíveis, entre o TER e o SER. O ambiental foi determinando mudanças sociais, econômicas e políticas que diretamente influenciaram a Cultura dos Povos Tikuna de Umariáçu, que têm vivido um esforço constante para reconstruir os elos do sentido do Mundo com a Natureza e o Homem.

Por mais trocas culturais que os contatos interétnicos tenham possibilitado nas relações estabelecidas na Terra Indígena entre os mais jovens e os senhores de riquíssimos conhecimentos, os Tikuna vêm caminhando em um novo desafio perante todos os conflitos sociais emergidos com a ociosidade, redução das reservas naturais, a droga, o álcool etc. Um desafio que tem reforçado o despertar dos representantes indígenas para a importância do trabalho de resgate e reafirmações étnicas nas escolas indígenas, através da educação intercultural ministrada por professores Tikuna.

A insustentabilidade nos Territórios Indígenas foi, ao longo dos anos, aumentando ante os impactos ocasionados tanto pelo avanço das obras de urbanização pensadas para a cidade do Governo, reduzindo o território memorial dos Tikuna, quanto por ação natural, do rio Solimões, que avança sobre os “beiradões” da Terra Indígena de Umariáçu.

PLANO SUGESTIVO

Por fim, ressalta-se um plano sugestivo de ações voltadas para atender os Tikuna de Umariáçu perante o avanço da cidade do Governo:

- i. Criação de uma Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas (SMAI) para atender às demandas das questões de infraestrutura, não somente da Terra Indígena de Umariáçu, como também das demais comunidades que representam um percentual significativo de eleitores indígenas de Tabatinga. Nesse aspecto, a secretaria seria um canal de comunicação entre indígenas e políticos para o gerenciamento das atividades que são de responsabilidade municipal dentro dos territórios indígenas;
- ii. Elaboração de atividades conjuntas entre as Universidades e a Terra Indígena, com ênfase no fortalecimento das ações voltadas à educação intercultural. Nesse item, salienta-se que as universidades locais apresentam inúmeros projetos escritos para trabalhar com povos indígenas, mas, infelizmente, a maioria não sai do papel. Esse fato tem gerado certo desconforto entre indígenas e professores pesquisadores;
- iii. Produção de materiais didáticos que possam servir de fontes históricas sobre os Tikuna;
- iv. Criação de grupo de pesquisa entre pesquisadores da região e professores Tikuna, com o intuito de fornecer estrutura científica para os professores Tikuna na elaboração dos seus projetos de pesquisa para as seleções de Pós-Graduação. Uma dificuldade apresentada pelos Tikuna foi a falta de apoio na elaboração das suas pesquisas que envolva os seus conhecimentos;
- v. Nesse ponto descrito acima, a proposta será a de realizar atendimento ao grupo criado em um local na própria Terra Indígena. Uma proposta pessoal que é sair das paredes da Universidade para colocar em prática toda a experiência e conhecimento adquirido na Terra Indígena de Umariáçu;
- vi. Por fim, a tese de Doutorado foi um projeto-piloto para escrever um Livro sobre os Tikuna de Umariáçu.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, B. R. **Pacificando o Branco. Cosmologia do contato no Norte-Amazônico**. São Paulo: UNESP, 2002.
- ALENCAR, E. F. Identidade, territorialidade e conflitos socioambientais: alguns cenários do Alto Solimões (AM). In: **Boletim Rede Amazônia**, ano 3, n. 1, p. 67 -75, 2004.
- ALMEIDA, A. R. de. Os rumos do movimento indígena Ticuna no Brasil: o papel das organizações nesse percurso (parte I). In: **Revista Zona de Impacto**, Ano 15, v. 1, p. 36 -65, 2013.
- ALMEIDA, F. V. R. de. Desenvolvimento Sustentado entre os Ticuna: as escolhas e os Rumos de um projeto. In: **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 1, p. 45-110, 2005.
- ALMEIDA, M. R. C. de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, 168 p.
- _____. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, 348 p.
- ANDRADE, M. C. de. **Geopolítica do Brasil**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2007.
- APOLINÁRIO, J. R. Povos Timbira, territorialização e a construção de práticas políticas nos cenários coloniais. In: **Revista de História**. Universidade de São Paulo, n. 168, p. 244-270, jan. / jun. 2013.
- ARAMBURU, M. **Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior Amazônico**. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_09.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.
- ARAÚJO, A. V. **Introdução à Sociologia da Amazônia**. Manaus: Valer, 2003.
- ARAÚJO, M. C. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- ATAÍDE, L. **Tabatinga: Crônicas Fronteiriças**. Bogotá: Gente Nueva, 2015.
- BAINES, S. Antropologia do desenvolvimento e a questão das sociedades indígenas. In: **Anthropológicas**. Ano 8, v. 15(2), p. 29-46, 2004.
- BATISTA, D. **O complexo da Amazônia: Análise do processo de desenvolvimento**. Manaus: Valer, 2007.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 3. ed. Rio de Janeiro, Ática, 1994.
- _____. Geopolítica da Amazônia. In: **Estudos Avançados**. v. 19 (53), p. 71-86, 2005.

BRAND, Antônio. Desenvolvimento local em comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul: a construção de alternativas. In: **Revista Internacional de Desenvolvimento local**. v. 1, n. 2, p. 59-68, 2001.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto nº 74.924, de 21 de Novembro de 1974**. Estabelece os aeroportos internacionais do Brasil e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=497564&id=14242122&idBinario=15821588&mime=application/rtf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017. 518 p.

_____. Ministério da Justiça. **Portaria MJ nº 1.112, de 12 de novembro de 1997**. Diário Oficial da União, 13 de novembro de 1997, p. 33.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005**. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm>. Acesso em: 20 out. 2017.

CANTO, A. do C. **Plano territorial de desenvolvimento sustentável: PTDRS Mesorregião Alto Solimões**. Manaus: Agrosol, 2011. 172 p.

CAP-NET. **Conflict resolution and negotiation skills for integrated water resources management**. Training Manual. Rietfontein, Pretoria: International Network for Capacity Building in Integrated Water Resources Management, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **Caminhos da identidade**. Brasília: UNESP, 2006.

CATAIA, Márcio Antônio. **Território nacional e fronteiras internas: a fragmentação do território brasileiro**. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. FFLCH, USP, 2001.

CHEVALIER, R. D. **No circo sem teto da Amazônia (Romance)**. Rio de Janeiro: Moderna, 1935.

CIPRIANO, Diego Mendes; MACHADO, Carlos R. S. O Estudo da natureza da/na cidade: contribuições da história ambiental. In: **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 23, p. 1-17, 2009.

COMANDO DE FRONTEIRA SOLIMÕES / 8º Batalhão de Infantaria de Selva. **Histórico do CFSol / 8º BIS**. Disponível em: <<http://www.8bis.eb.mil.br/>>. Acesso: 04 dez. 2017.

DEMARTINI, Z. B. F. Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa. In: LANG, A. B. S. G. (Org.). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: FFLCH/CERU, 1992. p. 42- 60 (Coleção Textos, série 2, n.3).

DUARTE, R. H., & OSTOS, N. S. C. Entre ipês e eucaliptos. In: **Nômadias**, n. 22, p. 75-85, 2005.

DYSON-HUDSON, R.; SMITH, E. A. Human territoriality: an ecological reassessment. In: **American Anthropologist**, v. 80, p. 21-41, 1978.

ERTHAL, R. M. **O suicídio Ticuna na Região do Alto Solimões - AM**. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em saúde pública da Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1998, 303 p.

_____. O suicídio Tikúna no Alto Solimões: uma expressão de conflitos. In: **Caderno Saúde Pública**, v. 17, n. 2, p. 299-311, 2001.

_____; ALMEIDA, F. V. R. de. O GT Lauro Sodré em uma perspectiva da história da demarcação das terras indígenas no Alto Solimões. In: **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v. 1, n. 1, p. 141-180, jul. 2004.

EUZÉBIO, E. F. **Fronteira e horizontabilidade na Amazônia**: as cidades gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo, 2011.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FERRARINI, S. A. **Encontro de civilizações**: O alto Solimões e as origens de Tabatinga. Manaus: Valer, 2013.

FIGUEIREDO, G. G. Quando a cidade atraca nas aldeias: Barreira da Missão, Tefé – AM. **26ª. Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

FOCK, N. **Waiwai**: Religion and Society of an Amazonian Tribe. Copenhagen: The National Museum, 1963.

FONSECA, O. **Pensando a Amazônia**. Manaus: Valer, 2011.

FRANCHI, T., BURSZLYN, M., & DRUMMOND, J. A. L. A questão ambiental e o adensamento da presença do Exército Brasileiro na Amazônia Legal no fim do século XX. In: **Novos Cadernos NAEA**, v. 14, n. 1, p. 21-41, jun. 2011.

FREITAS, D. M. **Amazônia**: a natureza dos problemas e os problemas da natureza. Manaus: EDUA, 2005.

FREITAS, M. D.; SILVA, M. C. **Estudos da Amazônia Contemporânea**: dimensões da globalização. Manaus: Universidade do Amazonas, 2000.

FREITAS, S. M. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas, 2002.

GALLOIS, D. T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?. In: RICARDO, Fany. (Org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza**. 1. ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, p. 37-41.

GALOOIS, D. T. **Instituto Iepé**. Disponível em: <www.institutoiepe.org.br>. Acesso em: 25 mar. 2004.

GRUBER, J. G. **O livro das árvores**. Benjamin Constant: BRASIL Ltda, 1997.

HEMMING, J. **Ouro Vermelho**. São Paulo: SENAC, 2007.

_____. **Árvore de rios**. São Paulo: SENAC, 2011.

HOWARD, C. V. A domesticação das mercadorias: Estratégias Waiwai. In: ALBERT, B.; RAMOS, A. R. (Orgs.). **Pacificando o Branco**: cosmologias do contato no Norte-Amazônico. São Paulo: UNESP, 2002, p. 25-60.

HÜTTNER, É. **A igreja Católica e os povos indígenas do Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

INFRAERO. Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária. **Relatório de Inspeção Aeroportuária nº 004 / SAI – GFIS / 2015**.

ISA. **Povos Indígenas no Brasil. Ticuna**. Jun. 2008. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/ticuna>>. Acesso em: 19 out. 2017.

KOHLHEPP, G. (2002). Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. In: **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 37-61, 2002.

LA ROSA, F. J. U. de. **Los indios Ticuna del Amazonas**: procesos de cambio social y aculturación. 1998. 214 p. Tesis (Doctorado en CC. Políticas y Sociología). Universidad Complutense de Madrid. Madrid, 1998.

LAQUES, A. E. et al. As políticas públicas e os efeitos sobre as estratégias de gestão de recursos : o caso do Alto Solimões, Amazonas, Brasil. In: NODA, H.; NODA, S. N.; LAQUES, A. E.; LÉNA, P. (Orgs.). **Dinâmicas sócio ambientais na agricultura familiar na Amazônia**. Manaus: INPA/UFAM, 2013, p. 7-32.

LEFF, E. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. In: PHILIPPI JR., A. **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus, 2000.

_____. Construindo a educação ambiental da América Latina. In: **ESBOÇOS - Revista de Pós-Graduação em História da UFSC**, v. 12, n. 13, p. 11-26, 2005.

LEONARDI, V. **Entre árvores e esquecimentos. História social nos sertões do Brasil**. Brasília: Pararelo, 1996.

LIMA, A.; BENSUSAN, N. (Orgs.). **Quem cala consente?**: subsídios para a proteção aos conhecimentos tradicionais. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003. (Série Documentos do ISA - 8).

LIMA, L. M. Gestão, manejo e proteção das Terras Indígenas. In: VERÍSSIMO, A. et al. (Orgs.). **Áreas Protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios**. Belém: Imazon; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011, p. 53-58.

LIMA, W. P. **Os ticuna e a igreja indígena em Filadélfia, Amazonas**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 2013, 115 f.

LITTLE, P. E. Espaço, memória e migração. Por uma teoria da reterritorialização. In: **Textos de História**, v. 2, n. 4, p. 5-25, 1994.

_____. **Amazonia: Territorial Struggles on Perennial Frontiers**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001, 298 p.

_____. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: **Anuário Antropológico 2002-2003**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2004. p. 251-290.

MARTINEZ, P. H. **História Ambiental do Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

MEDEIROS, R. M. Território, Espaço de Identidade. In: SAQUET, M. A. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: UNESP, 2008.

MILLER, R.; WANDELLI, E.; GRENAND, P. (1989). Conhecimento e utilização da floresta pelos índios Waimiri - Atroari do rio Camanau. In: **Acta Botânica Brasileira**, v. 3, n. 2, supl. 1, p. 47-56, 1989.

MORÁN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

NODA, H.; NODA, S. D.; MARTINS, L. H.; MARTINS, A. L. Etnoecologia de paisagens agrícolas nas várzeas na região do Alto Solimões. In: NODA, H. et al. (Orgs.). **Dinâmicas Socioambientais na Agricultura Familiar na Amazônia**. Manaus: Wega, 2003.

NODA, S. N.; MARTINS, A. L. Agricultura Familiar na Várzea Amazônica: Espaço de Conservação da Diversidade Cultural e Ambiental. In: SCHERER E.; OLIVEIRA, J. A. **Amazônia: Políticas Públicas e Diversidade Cultural**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

NODA, S. N., NODA, H., & SILVA, A. I. Socioeconomia das unidades de agricultura familiar no Alto Solimões: formas de produção e governança ambiental. In: NODA, H.; NODA, S. D.; LAQUES, A. E.; LENA, P. **Dinâmicas Socioambientais na Agricultura Familiar na Amazônia**. Manaus: Wega, 2013.

NOGUEIRA, R. Tabatinga: uma cidade na fronteira da Amazônia. In: CASTRO, E. **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

OLIVEIRA FILHO, J. P. **O nosso governo: os ticuna e o regime tutelar**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

OLIVEIRA, J. P. (Org.). **Atlas das Terras Ticunas. Projeto Museu Nacional/FINEP/PPG-7-CGTT**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1998.

_____. Ação Indigenista e Utopia Milenarista. In: RAMOS, B. A. **Pacificando o branco**. São Paulo: UNESP, 2002. 531p.

_____. **Muita terra para pouco índio?:** uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. Biblioteca Virtual da USP. Disponível em: <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>. Acesso em: 07 abr. 2016.

_____; IGLESIAS, M. P. As demarcações participativas e o fortalecimento das organizações indígenas. In: LIMA, A. C. de S.; BARROSO-HOFFMANN, M. (Org.). **Estado e povos indígenas: bases para uma nova política indigenista II**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002. p. 41-68.

ORO, A. P. **Tükúna: Vida ou morte**. Universidade de Caxias do Sul. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes. Porto Alegre: Vozes, 1978.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. In: FRANCO, J. L. **História Ambiental: Fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, 392 p.

PICOLI, B. A. Memória, História e Oralidade. In: **Mnemosine**, v. 1, n. 1, p. 168-184, 2010.

PIGNATELLI, M.. **Os conflitos étnicos e interculturais**. Lisboa: Instituto Superior de Theodoro: Universidade Técnica de Lisboa, 2010.

RAFFESTIN, C. (2009). A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: UNESP, 2009, 368 p.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Petrópolis: Vozes, 1979.

RICARDO, F. Terras Indígenas na Amazônia Legal. In: VERÍSSIMO, A. et al. (Orgs.). **Áreas Protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios**. Belém: Imazon; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011, 90 p.

SALATI, E.; SANTOS, Â. A.; KLABIN, I. Temas ambientais relevantes. In: **Estudos Avançados**, v. 20, n. 56, p. 107-127, 2006.

SALZANO, F. M.; JACQUES, S. M.; NEEL, J. V. Demografia genética dos Índios Ticuna da Amazônia. In: **Acta Amazonica**, vol. 9, n. 3, p. 517-527, 1979.

SCHAMA, S. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1945.

SCOTT, J. C.; MENEZES, M. A.; GUERRA, L. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: **Raízes**, v. 21, n. 1, p. 10-31, 2002.

SENRA, R. **Exército dos EUA participará de exercício militar inédito na Amazônia a convite do Brasil**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39802863>>. Acesso em: 10 out. 2017.

SERRA, M. A.; FERNÁNDEZ, R. G. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. In: **Economia e Sociedade**, v. 13, n. 2 (23), p. 107-131, 2004.

SILVA, M. C. **O país do Amazonas**. 3. ed. Manaus: Valer, 2012.

SILVA, K. Reflexões sobre violência e deslocamentos de povos indígenas na Amazônia. In: **Mediações**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 277-319, 2017.

SOARES, A. A. **Ritual Tikuna e o Corpo**: aproximações com o desporto. 1. ed. Porto - Portugal: FADE, Universidade do Porto, 2004.

SOARES, M. F.; PINHEIRO, P. I.; CARMO, R. O. **Tchorü duüügüca' tchanu. Minha luta pelo meu povo**. Niterói: EDUFF, 2014.

SOARES, T. **História da Formação das Fronteiras no Brasil**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

SOUZA, L. V. **O entrelaçamento das identidades étnicas e nacionais**: reflexões sobre o campo político e a formação de lideranças Ticuna na fronteira do Brasil e da Colômbia. Dissertação de mestrado, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas. Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Brasília, 2015, 191 p.

STEIMAN, Rebeca. **A geografia das cidades de fronteira**: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro / PPGG. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002. 117 p.

STERNBERG, H. O. **A água e o homem na Várzea do Careiro**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

TAVARES, M. G. C. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, n. 29 - Especial, p. 107-121, 2011.

THÉRY, H. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. In: **Estudos Avançados**, 19 (53), p. 37-49, 2005.

TOMMASINO, K.; ALMEIDA, L. K. Territórios e Territorialidades Kaingang: a reinvenção dos espaços e das formas de sobrevivência após a conquista. In: **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 2, p. 18-42, 2014.

TURNER, M. D. Political ecology and the moral dimensions of 'resource conflicts': The case of farmer-herder conflicts in the Sahel. In: **Political Geography**. v. 23, p. 863-889, 2004.

VELDEN, F. F. V. De volta para o passado: territorialização e 'contraterritorialização' na história Karitiana. In: **Sociedade e Cultura**, v. 13, n. 1, p. 55-65, 2010.

VETTORAZZO, L. **Índios criam milícia uniformizada na fronteira com Peru e Colômbia**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1939428-indios-criam-milicia-uniformizada-na-fronteira-com-peru-e-colombia.shtml>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

VILA NOVA, S. **Introdução à Sociologia**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

WITKOSKI, A. C. **Terras, Florestas e Águas e de Trabalho**: Os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2007.

WORSTER, D. Para fazer História Ambiental. In: **Estudos Históricos**. v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

FONTES DE JORNAIS PESQUISADOS

ACONTECEU, POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, ESPECIAL 15, CEDI, 1984.

PORANTIM. As pedras na caminhada da libertação dos Tikuna. Página 12, abril de 1981.

PORANTIM. Câmbio Negro. Janeiro de 1979.

PORANTIM, “Ameríndia, Levanta-te!”. Página 2, janeiro de 1979.

PORANTIM, Cime denuncia seita fanática. Nº 1, maio de 1978.

PORANTIM, Vinte anos com os Tikuna. Página 11, outubro de 1984.

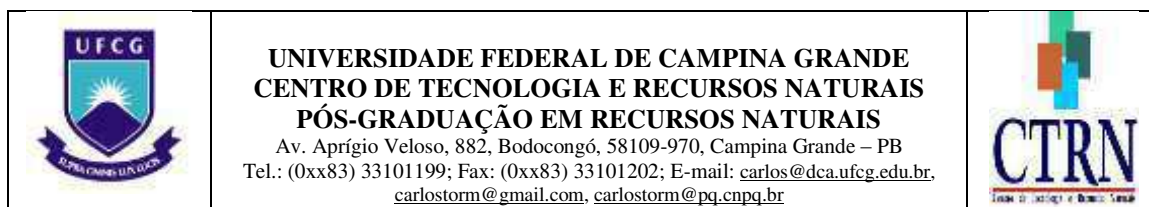
PORANTIM, Tükuna elegem seu Conselho. Página 5, Junho de 1984.

PORANTIM, Um universo que começa no rio, Página 13, Junho/Julho de 1998.

PORANTIM, A luta pela demarcação e contra a militarização, Página 3, Janeiro/Fevereiro de 2002.

ANEXOS

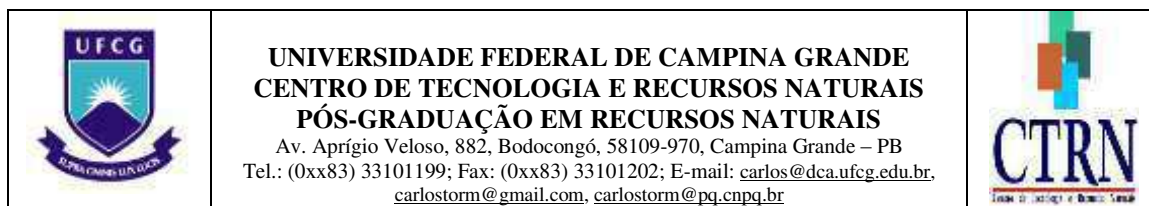
Anexo 01: Roteiro dos depoimentos orais



ROTEIRO: DEPOIMENTOS ORAIS

1. Quais as relações estabelecidas entre os tikuna e a cidade?
2. Quais as transformações ocorridas nos aspectos social, ambiental, econômico, político, histórico e cultural? Cidade e Comunidade.
3. Transformações espaciais na Cidade a partir das cronologias: Aeroporto, Colônia Militar e Avenida da Amizade.
4. As relações entre os Tikuna e a Cidade e as cronologias.
5. Processo de urbanização e o contexto político.
6. A identidade étnica Tikuna frente ao crescimento e acesso ao processo de urbanização.
7. Como os Tikuna têm ao longo do tempo conseguido estabelecer suas atividades culturais frente a urbanização?
8. As trocas culturais tem possibilitado estabelecer suas atividades dentro da comunidade.
9. A vinculação aos bens e serviços da Cidade do Governo.
10. Como determinam as suas necessidades materiais sem perder os valores culturais? Ou tem se perdido?
11. Como pensar em uma comunidade sustentável diante dos problemas ambientes e de recursos existentes?
12. Como os Tikuna vivenciam as transformações territoriais?

Anexo 02: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: **HISTÓRIA AMBIENTAL DA CIDADE DOS ÍNDIOS (ETNIA TICUNA) FRENTE À URBANIZAÇÃO DA CIDADE DO GOVERNO (MUNICÍPIO DE TABATINGA), AMAZÔNIA (1964 – 2017).**

A JUSTIFICATIVA, OS OBJETIVOS E OS PROCEDIMENTOS: O motivo que nos leva a estudar o problema da história ambiental da etnia Ticuna é o de descrever de que maneira a urbanização do Município de Tabatinga contribuiu nas questões ambientais, históricas, culturais e sociais da Terra Indígena. O estudo possibilitará o levantamento socioambiental das transformações ocorridas no território indígena, portanto, a pesquisa se justifica pela importância de avaliar as condições socioambiental do passado e do presente da Etnia Ticuna perante a sua proximidade com o Município de Tabatinga. O objetivo desse projeto é **Historiar as relações estabelecidas entre a Cidade dos Índios (Etnia Ticuna) frente à urbanização da Cidade do Governo (Município de Tabatinga), Amazônia, durante o período de 1964 a 2017.** O(os) procedimento(s) de coleta de dados será por meio de depoimentos orais, através da utilização de gravador de som e máquina fotográfica (com a permissão do pesquisado). Para os depoimentos orais será utilizado um roteiro de entrevista para delinear as respostas ao objetivo proposto. A frequência dos participantes se dará uma única vez, com o intuito de não interferir na rotina dos mesmos em suas atividades na Terra Indígena.

DESCONFORTOS E RISCOS E BENEFÍCIOS: não deverão ser submetidos a riscos e desconfortos, mesmo que sejam mínimos, pois toda a coleta de dados se dará no ambiente domiciliar do entrevistado, através de conversas que buscará responder a proposta da pesquisa. Existe um desconforto e risco mínimo para você que se submeter ao depoimento oral, pelo fato de se trabalhar com memórias vivenciadas, o qual poderá ocasionar um risco mínimo de origem psicológica e/ou emocional. Sendo que esse risco se justifica pelo benéfico da construção da história ambiental contada pelos próprios participantes da pesquisa, a população Ticuna.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSINTÊNCIA: Caso você apresente algum problema emocional referente a construção das memórias vivenciadas no passado, você será acompanhado(a) para tratamento psicológico pela equipe de saúde indígena da Cidade de Tabatinga.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO: Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

O(s) pesquisador(es) irá(ão) tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa serão enviados para você e permanecerão confidenciais. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada no Curso de Pós Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS: A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional. No caso se você sofrer algum dano decorrente dessa pesquisa, não haverá nenhuma compensação por danos, pois a pesquisa tem financiamento próprio.

DECLARAÇÃO DA PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELA PARTICIPANTE:

Eu,
fui

informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar. O professor orientador **Dr. José Otávio Aguiar** certificar-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais.

Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Em caso de dúvidas poderei chamar a estudante **TACIANA DE CARVALHO COUTINHO**, o professor orientador **Dr. José Otávio Aguiar** no telefone (83) 996104423 ou o **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/HUAC)**. Rua: Dr. Carlos Chagas, s/n, São José. Campina Grande, PB. Telefone: (83) 2101 5545, para tratar de possíveis problemas decorrentes da realização da pesquisa. Esclarece ao Pesquisado que de acordo com a Resolução CNS nº 510 de 2016 considera que a pesquisa em ciências humana e social exige respeito e garante o pleno exercício dos direitos dos participantes, devendo ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes.

ENDERECO PROFISSIONAL/INSTITUCIONAL: Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais. Av. Aprígio Veloso, 882, Bodocongó, 58109-970, Campina Grande – PB. Telefone de contato: (83) 99610-4423; (83) 33101190. tacyCoutinho@yahoo.com.br

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome	Assinatura do Participante	Data
Nome	Assinatura do Pesquisador	Data
Nome	Assinatura da Testemunha	Data

Anexo 03: Lista dos entrevistados

Entrevistado 1: Representação Indígena da Etnia Tikuna.

Entrevistado 2: Representação sociedade civil.

Entrevistado 3: Representação Indígena.

Entrevistado 4: Representação sociedade civil.

Entrevistado 5: Representação sociedade civil.

Entrevistado 6: Representação Indígena da Etnia Tikuna.

Entrevistado 7: Representação Indígena da Etnia Tikuna.

Entrevistado 8: Representação sociedade civil.

Entrevistado 9: Representação Indígena da Etnia Tikuna.

Entrevistado 10: Representação Indígena da Etnia Tikuna.


Entrevistado 11: Representação sociedade civil.

Entrevistado 12: Representação Indígena da Etnia Tikuna.

Entrevistado 13: Representação sociedade civil.

Entrevistado 14: Representação Indígena da Etnia Tikuna.

Anexo 04: Aprovação do Comitê de Ética



The screenshot displays the 'Plataforma Brasil' interface. At the top, there is a navigation bar with the logo on the left and user information on the right: 'TACIANA DE CARVALHO COUTINHO - Pesquisador | V3.2' and 'Sua sessão expira em: 35min 07'. Below the navigation bar are three buttons: 'Público', 'Pesquisador', and 'Alterar Meus Dados'. The main content area is titled 'DETALHAR PROJETO DE PESQUISA' and contains a section 'DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA' with the following details:

- Título da Pesquisa:** HISTÓRIA AMBIENTAL DA CIDADE DOS ÍNDIOS (ETNIA TICUNA) FRENTE À URBANIZAÇÃO DA CIDADE DO GOVERNO (MUNICÍPIO DE TABATINGA), AMAZÔNIA (1954 - 2014)
- Pesquisador Responsável:** TACIANA DE CARVALHO COUTINHO
- Área Temática:** Estudos com populações indígenas
- Versão:** 4
- CAAE:** 65019316 0.0000 5182
- Submetido em:** 27/07/2017
- Instituição Proponente:** Centro de Tecnologia e Recursos Naturais - CTRN
- Situação da Versão do Projeto:** Aprovado
- Localização atual da Versão do Projeto:** Pesquisador Responsável
- Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

On the right side of the details, there is a circular stamp that reads 'COMITÊ DE ÉTICA' and 'COORDENADOR'. At the bottom right, there is a link for the receipt: 'Comprovante de Recepção: PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_722091'.

Anexo 05: Capa do Jornal Magüta



Anexo 06: Descrição do que o CGTT, pelos Tikuna

O que é o C.G.T.T.

Amigos capitães, professores e todo o povo Tikuna em geral.

O C.G.T.T. é a nossa representação. É a nossa organização, que defende o nosso direito, e os nossos interesses. É a nossa voz, que ~~trazemos~~ aclama para as autoridades. Na realidade o C.G.T.T. somos nós todos, porque temos, porque temos em dizer que a união faz a força.

Em nossas dúvidas nós pensamos que o Conselho Geral da Tribo Tikuna é o Pedro Inácio, ou o Paulo Mendes ou outros mais. Mas na verdade somos nós todos, unidos numa só voz.

O C.G.T.T. é a nossa presença nas repartições das autoridades, na saúde, na educação e nos problemas de nossa terra.

Nós mesmos que devemos dar validade a nossa organização!

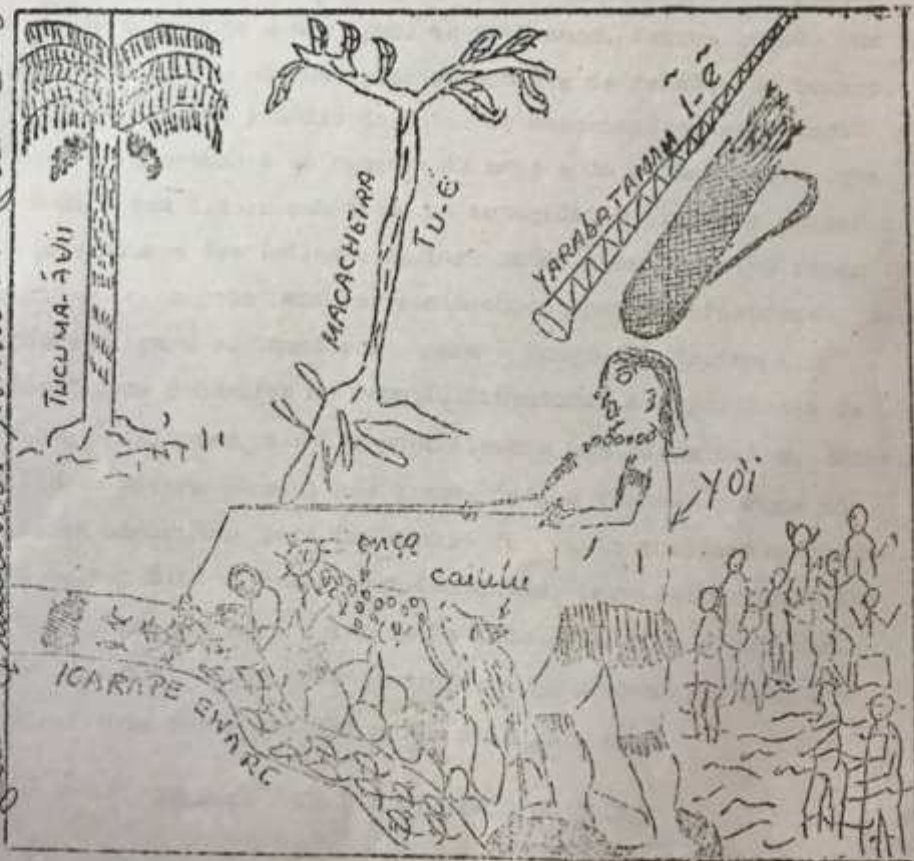
Pedro Mendes Gabriel

Anexo 07: Definação do Termo Magüta, no Jornal Magüta, n° 21

MAGÜTA N° 21

Magüta é o nome do povo pescado pelo yoi na Eware. Magüta é o povo Tiuma yoi disse que este povo irá cultivar a terra e ser dono dela até o fim do mundo mesmo que termine o século este pessoal vai forma outra gente. Magüta tem que viver para sempre. Se o povo Magüta morrer acabar o Mando:

Sai Francisco paraco - Sai Curitotac



Anexo 08: Portaria MJ nº 1.112, de 12 de novembro de 1997

Atos do Ministro da Justiça

• Portaria Declaratória

PORTARIA Nº 1112, 12 DE NOVEMBRO DE 1997

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 1.796, de 24 de janeiro de 1996, combinado com o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996 e diante da proposta apresentada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, objetivando a delimitação de limites da Terra Indígena TUKUNA UMARAÇU, constante do processo FUNAI/858/1552/97;

CONSIDERANDO que a Terra Indígena localizada no Município de Tefelings, Estado do Amazonas ficou identificada nos termos do § 1º do art. 231 da Constituição Federal e inciso I do art. 17, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, como sendo tradicionalmente ocupada pelo grupo indígena Tukuna;

CONSIDERANDO os termos do Despacho do Presidente nº 394/FUNAI, de 27 de dezembro de 1996, publicados no Diário Oficial da União, de 13 de janeiro de 1997;

CONSIDERANDO que, no prazo de contestação fixado no art. 2º, § 1º, e no art. 5º, "caput", do Decreto nº 1.775/96, não houve qualquer manifestação quanto à caracterização da terra indígena, resolve:

Art. 1º Fica declarada de posse permanente dos índios a Terra Indígena TUKUNA UMARAÇU com superfície aproximada de 4.900 ha. (quatro mil e novecentos hectares) e perímetro também aproximado de 38 km (trinta e oito quilômetros), assim delimitada: NORTE: partindo do Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 09°56'43" Wgr e 04°15'33" S, situado à margem esquerda do Rio Solimões; daí, segue-se por uma linha reta, passando pelos pontos de coordenadas geográficas aproximadas 09°56'41" Wgr e 04°15'32" S, junto a uma Casuarina e 09°56'24" Wgr e 04°15'26" S, junto a uma casa de farinha, até encontrar o Ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 09°56'12" Wgr e 04°15'26" S, situado à 170 metros aproximadamente equidistante do eixo de pista de pouso do Aeroporto Internacional de Tefelings; daí, segue-se por uma linha reta até encontrar o Ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 09°55'39" Wgr e 04°15'45" S, situado à 170 metros aproximadamente e equidistante do eixo central da cabeceira da mesma pista; daí, segue-se por uma linha reta, acompanhando a cerca (muro) de segurança de já referida cabeceira da pista, até encontrar a linha divisória entre as áreas dos Municípios de Arorandica e Exército; daí, segue-se por uma linha reta até

encontrar o Ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 09°55'06" Wgr e 04°15'57" S, situado próximo ao Acampamento Temporário de Selva do Batalhão de Fronteiras do Solimões; daí, segue-se por uma linha reta até encontrar o Ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 09°54'25" Wgr e 04°14'48" S, situado à margem de um igarapé sem denominação, ficando a roça indígena caberente no local dentro da área; daí, segue-se por uma linha reta até encontrar o Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 09°50'26" Wgr e 04°13'58" S, situado próximo a cabeceira de um igarapé sem denominação, coincidente com o limite da terra indígena Evare I. LESTE; do ponto antes descrito, segue-se no sentido jusante pelo igarapé sem denominação, até encontrar a sua confluência com o Igarapé Preto, no Ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 09°49'33" Wgr e 04°17'21" S, também coincidente com limite da terra indígena Evare I. SUL; do ponto antes descrito, segue-se no sentido montante do Igarapé Preto, até encontrar o Ponto 08 de coordenadas geográficas aproximadas 09°52'45" Wgr e 04°16'30" S, situado na confluência com um igarapé sem denominação, pela sua margem esquerda; daí, segue-se por uma linha reta até encontrar o Ponto 09 de coordenadas geográficas aproximadas 09°54'25" Wgr e 04°17'46" S, situado à margem esquerda do Rio Solimões. OESTE; do ponto antes descrito, segue-se pela margem esquerda, no sentido montante, do Rio Solimões, até encontrar o Ponto 01, inicial da presente descrição perimetral.

Art. 2º Declarar que a Terra Indígena de que trata esta Portaria, situada na faixa de fronteira, submete-se ao disposto no art. 2º, § 2º, da Constituição.

Art. 3º Determinar que a FUNAI promova a demarcação administrativa da Terra Indígena ora declarada, para posterior homologação pelo Presidente da República, nos termos do art. 19 § 1º, da Lei nº 6.001/73, e do art. 5º do Decreto nº 1.775/96.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IRIS REZENDE

Publicada no Diário Oficial da União em 13 de novembro de 1997.

Anexo 09: Registro audiovisual dos Tikuna da Terra Indígena de Umariáçu



Anexo 10: Solicitações descritas pelos Tikuna na Reunião do no Jornal Magüta

 _S_S_S_S_S_S_S_S_S_S_S_S_S_S_S_S_

Na reunião do Conselho - C.G.T.T. foi decidido que os membros deste conselho iam para Tabatinga apresentar a carta escrita e que aparece acima e outras reivindicações para o Delegado da FUNAI. Estavam presentes nesta reunião na FUNAI o Delegado Waldir Torres, a Fernanda que trabalha no Setor pessoal e também às vezes que também é funcionário.

Foram apresentados os seguintes assuntos:

1) Entrega da Carta para o Delegado e nesta carta nós exigimos o reconhecimento do nosso Conselho e da organização dos professores.

Então, depois que nós lemos a carta o Delegado falou que estava tudo bem. No início ele não entendeu bem, mas depois o Jorge explicou e ele entendeu. Ele disse que ia mandar esta carta para Brasília. Ele viu que este era um documento oficial dos Tikuna.

2) E nós também falamos sobre o barco Tikuna, porque é que não atendiam todas as comunidades e o pouco tempo que ficavam nas comunidades. Aí ele falou que o pessoal estavam com os dias vencidos e aí o capitão Pedro Inácio falou que ele sabia de tudo isso, mas que quando as pessoas vão pedir remédio o pessoal que está no barco não dão para os índios, e por fim ficou decidido uma reunião no Campus Avançado. Sobre esta reunião o Pedro Landes Gabriel já explicou na folha 4 deste Jornal Magüta.

3) E nós fizemos mais uma carta pedindo a volta da Dra. Cida e ele disse que estava tudo bem. Pedimos também para o Dr. Paulo vir dar o curso para formação de mais dentistas. Junto com a Cida e de monitorias de saúde para cada comunidade.

4) Nós informamos ao Delegado que esse curso que nós fizemos em Vardaval foi uma decisão da Organização dos Professores e que deve constar como trabalho e não pode ser descontado o salário.

E aí o Delegado disse que todos professores devem participar sem recusa, desde que nós da organização avisar antes. Mas nós dissermos que uma decisão da organização tem que ser como é e ficou decidido avisar depois. Nós agora vamos mandar uma carta explicando o curso e o nome dos participantes.